



REVISTA

*Cadernos de África
Contemporânea*

VOL.4 Nº 07

-2021-

Revista Cadernos de África Contemporânea

Volume 04, n. 07, Jan – Jun. 2021.

Revista Cadernos de África Contemporânea
Grupo de Pesquisa África do Século XX História do Tempo Presente (UNEB/UNILAB)
Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Estudos Africanos e Representações da
África - Universidade do Estado da Bahia — UNEB, Campus II, Alagoinhas.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora. Todos os direitos reservados ao Grupo de Pesquisa África do Século XX e ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África da UNEB. Sem permissão, nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados.

Editores gerais:

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima
Prof. Dr. Rodrigo Castro Rezende
Prof. Dr. Alexandre Antônio Timbane

Editoração eletrônica:

Prof. Dr. Rogério Jair Link

Revisão linguística:

Profa. Dra. Jacimara Vieira dos Santos
Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima
Prof. Dr. Alexandre Antônio Timbane

Design da capa:

Prof. Dr. Rogério Jair Link

Sítio de internet:

<https://www.capoeirahumanidadeseletras.com.br/ojs-2.4.5/index.php/cac/index>

Ficha Catalográfica – Biblioteca do Campus II/UNEB – Bibliotecária: Maria Ednalva Lima Meyer (CRB: 5/504)

Grupo de Pesquisa África do Século XX

Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África
Departamento de Educação, Campus II Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Rodovia Alagoinhas-Salvador BR 110, Km 3 – CEP 48.040-210 Alagoinhas – BA
Caixa Postal: 59 – Telefax.: (75) 3422-1139

Cadernos de África Contemporânea: Revista do Grupo de Pesquisa África do Século XX e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África, Universidade do Estado da Bahia – DEDC II,
v.; il. Semestral ISSN: 2595-5713 online

© 2021 Grupo de Pesquisa África do Século XX

Revista Cadernos de África Contemporânea, do Grupo de Pesquisa África do Século XX (UNEB/UNILAB), e do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Estudos Africanos e Representações da África, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II, Alagoinhas, ISSN 2595-5713 online, v. 4, n. 07, Jan/jun. 2021. Disponível em: <https://www.capoeirahumanidadeseletras.com.br/ojs-2.4.5/index.php/cac/index>

Editores:

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima

Prof. Dr. Rodrigo Castro Rezende

Prof. Dr. Alexandre Antônio Timbane

Comitê Editorial Executivo:

Alexandre Antônio Timbane

Ercílio Neves Brandão Langa

Alyxandra Gomes Nunes

Bas' Iele Malomalo

Ivaldo Marciano de F. Lima

Jacimara Vieira dos Santos

Marcos Carvalho Lopes

Rodrigo Castro Rezende

COMISSÃO EDITORIAL

Joselito Brito de Almeida (UNEB)

Bas' Iele Malomalo UNILAB

Detoubab Ndiaye UNEB

Priscila Gomes Correa UNEB

Pedro Acosta Leyva UNILAB

Osmundo Pinho (UFRB)

Juvenal de Carvalho Conceição (UFRB)

Alba Maria Pinho de Carvalho (UFC)

Gabriela de Sousa Costa (UFC)

Isabel Cristina Martins Guillen (UFPE)

Josenildo de Jesus Pereira (UFMA)

Franck Gilbert Ribard (UFC)

Júlio Cláudio da Silva (UEA)

Patricia Teixeira Santos (UNIFESP)

Keith Valéria de Oliveira Barbosa (UFAM)

Sivio de Almeida Carvalho Filho (UFRJ)

Denise Dias Barros (USP)

Silvio Marcus de Souza Correia (UFSC)

Mahfouz ag Adnane (PUC SP)

Patrício Victorino Langa (Universidade Eduardo Mondlane - UEM)

Frederico Emiliano Satumbo (Universidade Agostinho Neto- UAN)

Elisio Macamo (Universidade de Basel - Suíça)

Victor Kalibanga (Universidade Agostinho Neto)

José Manuel Peixoto Caldas (Universidade do Porto)

Donatien Dibwe dia Mwembu (Université de Lubumbashi RDC)

David Andrew (Wits School of Arts, University of the Witwatersrand)

Roberto Conduru (Southern Methodist University, Dallas, EUA)

Olabiyi Yai (University of Florida/ Prof. da Universidade de Ifè)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM ESTUDOS AFRICANOS E REPRESENTAÇÕES DA ÁFRICA

Coordenação:

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima (UNEB/DEDC II)

Docentes:

Alyxandra Gomes Nunes (Doutora) DCH V UNEB;
Antônio Vilas Boas (Mestre) DEDC XIV UNEB;
Celeste Maria Pacheco Andrade (Doutora) DEDC II UNEB;
Detoubab Ndiaye (Mestre) DEDC II UNEB;
Iêda Fátima da Silva (Doutor) DEDC II UNEB;
Ivaldo Marciano de França Lima (Doutor) DEDC II UNEB;
José Ricardo Moreno Pinho (Doutor) DEDC II UNEB;
Joselito Brito de Almeida (Mestre) DEDC II UNEB;
Alexandre Antônio Timbane (Doutor) UNILAB - Campus dos Malês;
Marcos Carvalho Lopes (Doutor) UNILAB - Campus dos Malês;
Pedro Acosta Leyva (Doutor) UNILAB - Campus dos Malês.

GRUPO DE PESQUISA ÁFRICA DO SÉCULO XX DOCENTES REGISTRADOS NO CNPQ:

Cíntia Nolácio de Almeida Maia - UNEB DCH IV
Danilo Ferreira da Fonseca - UNICENTRO PR
Denise Dias Barros - USP
Detoubab Ndiaye – UNEB DEDC II
Eduardo Antonio Estevam Santos – UNILAB/ CAMPUS DOS MALÊS
Emi Koide - UFRB
Ercilio Neves Brandao Langa – UNILAB/ CAMPUS DOS MALÊS
Fábia Barbosa Ribeiro – UNILAB/ CAMPUS DOS MALÊS
Ivaldo Marciano de França Lima - UNEB DEDC II
Josenildo de Jesus Pereira - UFMA
Juliana Barreto Farias – UNILAB/ CAMPUS DOS MALÊS
Mahfouz Ag Adnane - CASA DAS ÁFRICAS (NÚCLEO AMANAR)
Marcos Carvalho Lopes– UNILAB/ CAMPUS DOS MALÊS
Pedro Acosta Leyva – UNILAB/ CAMPUS DOS MALÊS
Rodrigo Castro Rezende UFF/ CAMPOS DOS GOYTACAZES

Apoio:

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Reitor: Prof. Ms. José Bites de Carvalho
Vice-Reitor: Marcelo Duarte Dantas de Ávila
Pró-Reitora de Pós-Graduação: Profa. Dra. Márcea Andrade Sales
Diretora do Departamento de Educação, DEDC II - Maria Neuma Mascarenhas Paes.



ISSN: 2595-5713

Vol. 4 | Nº. 7 | Ano 2021

COMITÊ EDITORIAL EXECUTIVO

**Alexandre António Timbane
Alyxandra Gomes Nunes
Ivaldo Marciano de F. Lima
Jacimara Vieira dos Santos
Marcos Carvalho Lopes
Rodrigo Castro Rezende**

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

EDITORIAL - SETE NÚMEROS DE CADERNOS DE ÁFRICA CONTEMPORÂNEA: VALEU A PENA TER CHEGADO ATÉ AQUI?

Filas de seres humanos para recolher ossos ou pessoas indo ao caminhão de lixo em busca de restos de comida.... Também podem ser vistas pessoas catando dejetos em busca de alimento. Da janela de meu modesto apartamento vejo pessoas indo aos locais onde depositamos os restos, aquilo que rejeitamos, para poderem encontrar algo que se aproveite e assim saciarem a fome dos seus. Minhas amadas filhas, todas com menos de vinte e quatro anos, jamais viram estas cenas, ao menos com esta força. Os governos que tivemos desde os primeiros anos deste novo milênio foram os principais responsáveis, em meio a um sem número de variáveis, para oportunizar ao Brasil a saída do incômodo mapa da fome. E de fato, a sensação que eu pessoalmente tinha era de que entre os anos de 2008 a 2015 quase não se viam pessoas recorrendo a tais artifícios. Isto não quer dizer que inexistissem dificuldades, mas nada se comparava ao que vemos hoje. A fome, neste sentido, volta com força total.

No labor cotidiano, ministrando aulas na graduação ou mesmo na pós-graduação, deparo-me com inusitados pedidos de dinheiro e de comida por parte de colegas discentes. Alguns, inclusive, recorrem a mim em meio a um contexto de desespero. Eu poderia contar histórias terríveis de pelo menos duas dezenas de discentes da graduação, da especialização ou do mestrado que recorreram a este editor e certamente outros tantos o fizeram aos colegas docentes com os quais possuem maior afinidade. Estes cenários são acentuados com o que ouço falar de meus colegas. O que ocorreu com um país que até recentemente era objeto da cobiça de estrangeiros que para aqui eram atraídos com as oportunidades de buscarem uma vida melhor?

Estes eventos, por mais inusitados que sejam, podem nos fazer pensar sobre algumas questões. Em que contexto se insere o ensino superior em um país que está às voltas com alto número de mortes em decorrência da COVID, além dos alarmantes índices de desemprego, fechamento de empresas, cortes de gastos públicos com saúde e educação, dentre outros fatores preocupantes para qualquer ser humano minimamente sensato? Aliás, em qual lugar se insere também a pesquisa, notadamente nas áreas das humanidades, uma vez que estamos em contexto próximo ao do desesperador? Seria um devaneio de intelectuais desligados da dura e triste realidade a manutenção das atividades de pesquisa, de ensino, ou mesmo de veículos de divulgação científica como este periódico, que a duras penas vem tentando se manter em dia, com esforços hercúleos de seus minguados colaboradores? Será algo aviltante manter as atividades acadêmicas com os crescentes índices de violência contra as mulheres, povos indígenas, dentre outros tantos que poderia aqui citar?

Bem, certa vez, em um dos muitos encontros/reuniões que tive com uma personalidade ilustre e que outrora fez as vezes de arcebispo de Olinda e Recife, nos distantes anos de 1980, pediu para que a reunião fosse momentaneamente paralisada. Ele ligou um radinho de pilha, da marca Evadin, salvo engano, e colocou em uma estação para ouvir parte de um jogo de futebol. Ele queria saber quanto estava o resultado do jogo de seu amado Santa Cruz, algo que me fez ter proximidade com tão ilustre personalidade. Quando questionado sobre este ato, disse o ilustre senhor: “há que se ter tempo para tudo, e há que se viver, pois é isto que nos faz respirar e ganhar forças para superar todas as dificuldades”. Eu não entendia bem, à época, as palavras deste homem, como não compreendia grande parte de suas ações, mas sabia que ali estava alguém que percebia a importância de saber se seu amado Santa Cruz estava vencendo ou não a partida disputada, e que isto era parte da sua vida, fosse esta difícil ou não. Este homem se chamava Dom Helder Câmara, e o local da reunião era um prédio localizado no bairro dos Coelhos, próximo ao centro do Recife, cidade onde nasci e vivi por muitos anos. Este momento que relatei, e que vivi quando ainda estava com meus treze ou quatorze anos me fez compreender uma breve frase do poeta Ferreira Gullar, que dizia “Sei que a vida vale a pena, mesmo que o pão seja caro e a liberdade pequena”.

Ao ilustre leitor e prezada leitora há que se refletir sobre algumas questões aqui colocadas: em meio à crise e com tantos problemas que vivemos, há tempo e espaço para a divulgação científica, pesquisas e reflexões sobre o passado? Ao que me parece, outra resposta não poderia ser dita: sim, as pesquisas, o ensino e as reflexões são importantes, fundamentais, e são elas que nos levam a enfrentar os desafios, encontrar respostas e superar as dificuldades.

Sobre as migrações, por exemplo, temática objeto deste dossiê, o que há a ser escrito, dito, que ainda não o tenha sido? Quais os motivos que levam as pessoas a saírem de seus

espaços, territórios, cidades, estados e países para buscarem oportunidades em outros locais? Aliás, quem migra, o faz necessariamente por opção? E quem sai de seu espaço, o faz, via de regra, para dispor de melhorias? Eis algumas questões sobre as quais os especialistas e pesquisadores da área enfrentam em suas reflexões cotidianas, perguntas lídimas de serem pensadas a todo tempo.

O enfrentamento das diferentes dificuldades vividas e elencadas no início destas linhas suscitam também novas reflexões, das quais as que entabulei neste breve texto. Há espaço para manter um periódico acadêmico, voltado para refletir sobre questões alusivas ao continente africano? Sim, eis a resposta mais importante para ser reafirmada. Creio que os diferentes artigos apresentados no dossiê sugerem pistas para pensarmos nas migrações como evento a ser analisado e sopesado. Estes artigos serão apresentados ao leitor e a leitora no texto a seguir, escrito por Felipe Honorato, jovem pesquisador e que foi o responsável pela organização do dossiê deste número. Os demais artigos que integram o fluxo contínuo possuem cada um ao seu modo, o mérito de nos fazer refletir sobre diferentes questões alusivas aos povos do continente africano, e que constituem bela oportunidade para estabelecer liames com o que vivemos nos dias atuais. É para isto que fazemos ciência, qual seja, compreender os eventos, traduzir os fenômenos e assim poder dispor de respostas para os problemas vividos e enfrentados.

Este número de Cadernos de África Contemporânea, o sétimo de sua história, traz autores de vários estados brasileiros e países, a exemplo de Moçambique e Guiné-Bissau. Aqui, celebramos o sucesso da teimosia ou, em outras palavras, a insistência daqueles e daquelas que fizeram questão de enfrentar os problemas, apontar soluções e ainda fazer escolhas difíceis como as de manter atividades de divulgação científica, a exemplo do canal “África do Século XX”, que pertence ao Grupo de Pesquisa de mesmo nome, ou deste modesto periódico que celebra seu quarto ano de existência. E por falar em celebrar, antes de tudo, importa apresentar os autores e autoras que integram o fluxo contínuo deste número!

Núbia Aguilar, em **“O mundo se despedaça”: diálogo teórico e literário sobre o colonialismo em África**”, faz uso de recortes da literatura para desnudar as marcas do colonialismo, notadamente aquele descrito por Achebe. Aliás, Núbia consegue encetar uma excelente discussão sobre o tema a partir da composição das reflexões de outra autora, citada logo no início de seu artigo: Chimamanda. O modo como constrói os argumentos, tecidos sob um fio condutor “muito bem amarrado”, constitui por si só o motivo para que o leitor e a leitora se apropriem das linhas cosidas por Núbia, e assim compreender o colonialismo sob o ponto de vista do exímio e genial literato que ainda hoje é celebrado pelos amantes da boa leitura: Chinua Achebe. Este fantástico escritor também soube sonhar com a independência de seu povo na

malograda República de Biafra. Seus livros indicam excelentes caminhos para pensar o colonialismo sob ponto de vista endógeno, algo que Núbia Aguilar faz com excelente maestria.

Ainda sob o olhar da literatura, mas agora em outro espaço e autor, João Batista e Francisca Zuleide nos trazem um pouco dos contextos existentes entre a construção da identidade, História e nação nas obras de Ungulani Ba Ka Khosa. Enredado em complexas tramas, João Batista e Francisca apresentam algumas boas questões em seu artigo **A Crítica Colonial nas obras de Ungulani Ba Ka Khosa “Gungunhana, Orgia dos Loucos e Entre as Memórias Silenciadas”**. A partir das suas quatro mãos, esta dupla nos faz enxergar sob suas linhas as diversas questões que se mostram presentes na trama deste país de muitos povos e identidades em disputa. Moçambique é ainda pouco conhecido entre nós deste lado do Atlântico, e por isso, todas as gotas de saber e informação sobre as “coisas moçambicanas” são dignas de aplausos e celebrações. Saudamos as boas novas vindas destes intelectuais da querida Paraíba, e reiteramos a qualidade do que é produzido nestas terras. João Batista e Francisca Zuleide constituem prova cabal disto!

Saindo de Moçambique, mas ainda em terras onde a língua portuguesa é relativamente conhecida e praticada, Rafael Coca de Campos nos brinda com seu belo artigo **“Nos rastros do gado: uma abordagem interdisciplinar da pastorícia no sul de Angola, 1920- 1940”** no qual apresenta questões sobre a relação existente entre a guerra e os povos pastores. Tomando Angola como espaço, e o entrelaçamento da Antropologia e a História como método, o autor traça bons caminhos para aqueles e aquelas que se interessam, de alguma forma, pela compreensão do fazer e das práticas como possibilidades para a apreensão das historicidades em suas diferentes perspectivas. O autor consegue nos prender do início ao fim com uma discussão que certamente faria corar de vergonha aqueles e aquelas que viam conflito e disputas entre a Antropologia e a História. Com linhas bem traçadas e escritas, repletas de inspiração para os que irão ler e apreciar este belo artigo, Rafael poderia ser aqui descrito como poeta da interdisciplinaridade, ou ao menos das relações entre a História e a Antropologia!

Para não perder o costume, e ainda ouvindo sons semelhantes da língua predominantemente falada nos rincões brasileiros, Albino Alves Simione, através de seu belo artigo, intitulado **Trajatória histórica da municipalização em Moçambique e sua inserção nas relações intergovernamentais**, nos puxa pela mão de volta a este país localizado na costa oriental do continente africano, com o intuito de nos mostrar aspectos da organização estatal e dos processos de implantação da municipalização como ponto de partida para a descentralização do país. O artigo discute tais questões com o propósito de nos fazer compreender este processo que tem o município como ponto central do debate. Além disso, Albino Alves indica alguns dos caminhos que estão sendo tomados pelos homens e mulheres que habitam as terras agora

nomeadas por Moçambique. Saindo deste país de muitas línguas e povos, e chegando a outro de contexto semelhante (ou seja, com muitas línguas e povos), Edgar Djú nos mostra as dificuldades da implantação do capitalismo na bela e inspiradora Guiné Bissau. Seu artigo, **Estado Zumbi/Zombie**, discute a estrutura e o funcionamento do Estado, tomando as referências de Marx e Weber como meios para proceder tamanha tarefa. Para aqueles e aquelas sequeirosas em obter informações sobre as terras do saudoso Amílcar Cabral, aqui vai mais um belo e importante texto produzido por um dos seus geniais intelectuais!

Por fim, fechando este número, Pedro Madeira Guiliche apresenta uma profícua reflexão sobre os espinhosos temas da democracia, em seu artigo **Contribuições do pensamento político de Alexis de Tocqueville e Karl Marx sobre a evolução conceptual da democracia**. Aqui temos uma poderosa análise de temas pertinentes às Ciências Sociais, sob o escopo de dois grandes intelectuais recorrentemente citados e lidos. O autor, Pedro Madeira Guiliche, observou *in loco* o fenômeno do que se nomeou por socialismo em seu país e pôde ver de perto questões sob as quais reflete em seu artigo. Liberalismo, socialismo, social-democracia, capitalismo, dentre outros conceitos, são discutidos com destreza por alguém versado em análises como estas, e que nos fazem ter certeza de que há mentes brilhantes e da melhor qualidade nas terras do outro lado do Atlântico. Aos que insistem em pensar o contrário, convidamos gentilmente para que leiam este artigo, pois assim verá que a espécie humana produziu e produz belos exemplares nas mais diferentes partes da terra.

E por falar em belos exemplares de seres humanos não poderia deixar de homenagear aqueles e aquelas que são os principais responsáveis para que Cadernos de África Contemporânea tenha conseguido chegar ao seu sétimo número. Homens e mulheres de vários países e regiões do Brasil, de diferentes tons e cor de pele, orientações sexuais, credos religiosos e modos de ver a vida são os que fizeram e fazem parte desta caminhada. Os nomes são diversos, mas vale a pena mencionar alguns destes... Rodrigo Castro Rezende (UFF) e Alexandre António Timbane (UNILAB), que além de estarem nos primórdios desta labuta agora envergam comigo a difícil tarefa de serem editores gerais desta revista. Sem estes, certamente o trabalho que antecede este número (pronto, revisado, diagramado) não teria o esmero aqui apresentado. Aliás, doravante os próximos editoriais terão também suas digitais. Marcos Carvalho Lopes e Pedro Acosta Leyva (ambos unilabianos) são partes viscerais desta revista. Foram também cúmplices de tudo o que aqui está disposto: layout, modelo de diagramação, sugestão de nome da revista, logotipo.... Eu diria que para ambos devem ser feitas não apenas homenagens, mas também votos de agradecimento!

Jacimara Vieira dos Santos (UNEB DEDC XIII) e Alyxandra Gomes Nunes (UNEB DCH IV) também possuem sua parte de responsabilidade com o que temos feito até aqui. Além

de integrarem o comitê editorial executivo, respondem por parte das revisões dos artigos. São elas que passam horas a fio revisando os originais enviados pelos autores e autoras. O que escrever para ambas que não seja “muito agradecido por existirem e estarem junto conosco”? Denise Dias Barros (USP), Detoubab Ndiaye (UNEB), Eduardo Antônio Estevam Santos (UNILAB), Josenildo de Jesus Pereira (UFMA), Mahfouz Ag Adnane (Casa das Áfricas – Núcleo Amanar) José Francisco dos Santos (UFOB), Danilo Fonseca (UNICENTRO – PR), Felipe Honorato (USP), Josivaldo Oliveira (UNEB DEDC XIII) e Ricardo Moreno (UNEB DEDC II) também são parte fundamental e essencial desta história, cada um ao seu modo. Sem eles, certamente haveria mais pedras no caminho, e estas poderiam se constituir em óbices para impedir a concretização deste projeto que é tão celebrado e festejado por diversos intelectuais do Brasil e do mundo.

Yuri Manuel Francisco Agostinho e Patrício Batsikama (diretamente das terras angolanas), Cinthia Nolácio (UNEB DCH IV), Cristiane Andrade Santos (UNEB DCHT XXIII) e Raynara Escala Ribeiro Torres (UFF – Campos dos Goytacazes/RJ) também contribuíram com este arrojado projeto. Seus nomes significam mais do que simples ajuda. Representam o apoio fundamental para que Cadernos de África Contemporânea, como também o Grupo de Pesquisa África do Século XX chegasse até aqui. Rogério Link, docente da UNIR, também deve ser mencionado. Mesmo estando ocupado com vários afazeres, se dispõe a contribuir com este projeto. Aliás, mais do que contribuir, Rogério Link é alguém responsável por publicar os números no portal.

Muitos foram os nomes omitidos, seja por falta de espaço ou por esquecimento deste releitor, que neste momento celebra a alegria de viver, de respirar e sonhar com o fim desta tempestade e tempos sombrios. Sim, todos e todas que apoiaram nossas ações foram e são parte integrante desta caminhada e aqui são homenageados por sua importância. Estes e estas são aqueles que estão, neste exato momento, desfazendo a barragem de mitos indicada por Joseph Ki-Zerbo, para que algum dia os brasileiros e brasileiras possam dispor de outro olhar e representação sobre o continente africano e os povos que nele vivem.

Sete números! Que venham outros sete, ou setenta, e que a vida seja longa para todos e todas, de modo que tenhamos como sorrir, pois, algum dia estes tempos serão apenas parte de uma triste lembrança e passado distante. A todas e todos uma excelente leitura!

Ivaldo Marciano de França Lima.



ISSN: 2595-5713

Vol. 4 | Nº. 7 | Ano 2021

COMITÊ EDITORIAL EXECUTIVO

Alexandre António Timbane
Alyxandra Gomes Nunes
Ivaldo Marciano de F. Lima
Jacimara Vieira dos Santos
Marcos Carvalho Lopes
Rodrigo Castro Rezende

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

APRESENTAÇÃO - DOSSIÊ MIGRAÇÕES AFRICANAS: PLURALIDADE E MULTIPLICIDADE

Para minha trajetória como pesquisador das migrações internacionais, uma estada de 10 dias no México, em 2019, foi algo transformador. Além das belezas e pontos de interesse maravilhosos que pude conhecer, como os deslumbrantes Museu Nacional de Antropologia, na Cidade do México, e Horno 3, em Monterrey, a viagem me levou a pensar fenômenos migratórios de forma mais crítica.

Tenho me dedicado aos fluxos migratórios africanos, mais especificamente aqueles que partiram da atual República Democrática do Congo para a Bélgica durante a década de 1990. Cheguei no México basicamente com o conhecimento sobre os fluxos migratórios centro-americanos e mexicanos para os Estados Unidos, que apreendi através da mídia. E com o que me deparei foi uma realidade muito mais dinâmica e complexa do que sempre havia lido em jornais e revistas. Quem visita o Museu do Noroeste, em Monterrey, aprende dentre outras coisas, que o estado do Texas, em terras estadunidenses, e o noroeste do México, são integrados, em termos econômicos e de políticas públicas. Isto faz com que haja uma migração sazonal e pendular pujante entre os dois países, abarcando, por exemplo, caminhoneiros que cruzam semanalmente a fronteira ou famílias mexicanas que, aos finais de semana, vão para cidades como a texana Corpus Christi para fazer compras. Estes fluxos, ordinários para quem está habituado com o contexto, e nada irregulares, parecem não serem retratados nas análises midiáticas produzidas sobre a realidade migratória na região: há uma narrativa quase que uníssona sobre os migrantes de status migratório irregular que cruzam a fronteira sul dos Estados Unidos da América.

MIGRAÇÕES AFRICANAS: PLURALIDADE E MULTIPLICIDADEFelipe Antônio Honorato ¹

Em frente à Catedral Metropolitana da Cidade do México são comuns migrantes centro-americanos que fazem a travessia até os Estados Unidos a pé, ficam abordando as pessoas que visitam este que é um dos principais pontos turísticos da capital mexicana, ou apenas estão ali praticando sua fé, tentando conseguir qualquer ajuda, e alguns trocados para prosseguirem em sua marcha até o norte. Ter contato com essas pessoas é algo que se contrapõe à frieza das estatísticas, à desumanização muitas vezes promovida pelos meios de comunicação que retratam, em várias ocasiões, estes imigrantes irregulares como invasores, e à retórica de alguns governos que os veem como inimigos nacionais.

As inquietudes proporcionadas por esta viagem ao México (ainda que o país fique na América Latina), aliadas à minha breve experiência como pesquisador das migrações africanas são as principais motivações para a existência deste dossiê, intitulado “migrações africanas: pluralidade e multiplicidade”: mesmo que fenômenos distintos, as migrações mexicanas e centro-americanas para os Estados Unidos são retratadas, pela mídia, de forma parecida como a que as migrações africanas são narradas. O local ocupado por elas no imaginário popular também é próximo: a impressão é de que os fluxos migratórios africanos são homogêneos, exclusivamente partindo de África em direção à Europa, Américas e Ásia à procura de oportunidades ou buscando exílio de guerras e calamidades. Porém, a verdade é que a África é um continente múltiplo no que tange aos aspectos geográfico e cultural, e diverso também em seus regimes políticos. Nos fluxos migratórios o panorama não é menos plural: pode-se falar de movimentos imigratórios e emigratórios, deslocamentos internos e externos, sazonais ou permanentes, nos mais diferentes períodos históricos.

Por exemplo:

1) De acordo com Igor Kopytoff², boa parte da população que hoje ocupa a África subsaariana tem suas origens na porção norte do continente, sendo fruto, então, de fluxos migratórios intra-regionais ocorridos em séculos antes de Cristo. Assim disse o antropólogo:

“A reconstrução da distribuição ancestral da família africana de línguas (Greenberg 1970), impulsionada pelos dados histórico-culturais (Murdock 1959) e pela arqueologia (Clark 1970, Fagan and Oliver 1979), sugere que no início do Neolítico norte-africano, um período compreendido entre 5.000 a.c. e

¹ Doutorando em Mudança Social e Participação Política, Mestre em Estudos Culturais e Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo (USP); Docente da Faculdade IESCAMP.

² KOPYTOFF, Igor. *The African Frontier. The Reproduction of Traditional African Societies*. Indianapolis: Indiana University Press, 1989.

3.500 a.c., aproximadamente, a maior parte das populações originárias dos grupos que hoje ocupam a África Sub-Saariana estavam concentradas na parte nordeste do continente, mais especificamente na atualmente desértica, mas antigamente fértil faixa do Saara-Sahel que se estende da parte ocidental à parte oriental do continente” (KOPYTOFF, 1989, p. 9).³

O autor complementa afirmando que:

“Uma segunda leva de ocupação, que se iniciou durante o primeiro milênio antes de Cristo, tomou a parte sudeste do continente por meio das florestas centrais, levando os falantes das línguas Bantus a se espalharem pela maior parte do até então muito pouco habitado terceiro quarto do sudeste africano” (KOPYTOFF, 1989, p. 10).⁴

2) Caminhando alguns milênios no tempo, chegaremos ao colonialismo mercantil, período da descoberta do “Novo mundo” e ocupação, exploração e espoliação das Américas. Esse foi o período também da escravidão mercantil: de África saíram, entre os séculos XVI e XIX, 12,5 milhões de escravizados⁵ para trabalharem forçosamente nos plantations de cana de açúcar e café brasileiros, nas grandes fazendas de algodão do sul dos Estados Unidos, na produção de açúcar das Antilhas, e etc.

3) Durante a fase imperial do colonialismo, em que alguns países da Europa ocidental invadiram e exploraram territórios em África e no sudeste asiático, a mineração foi uma atividade econômica intensamente desenvolvida na África central e na África Austral. Dentro destas macrorregiões, houve muito movimento migratório de trabalhadores. No mês de setembro de 2021 foi realizado pelo Laboratório de Estudo em História da África (LEHAF), da Universidade Federal de Santa Catarina, o evento “África em imagens - jornadas de estudos do LEHAF”. Neste evento, Marlova Fritzen fez uma exposição sobre a análise, através de imagens, de fluxos migratórios sazonais de moçambicanos para as minas de Transvaal, região pertencente a África do Sul, em tempos coloniais.⁶ Como pesquisador do histórico migratório da atual República Democrática do Congo, sei que o Congo Belga, para suprir a necessidade de

³ Tradução do autor. Versão original: “The reconstruction of the ancestral distribution of African language families (Greenberg 1970), bolstered by culture-historical data (Murdock 1959) and archeology (Clark 1970, Fagan and Oliver 1979), suggests that from the beginning of the North African Neolithic, sometime about 5000 B.C., and until 3500 B.C., or so, most of the populations ancestral to the present population of Sub-Saharan Africa were concentrated in the northern half of the continent, specifically in the now barren but then fertile Saharan-Sahelian band that spans the continent from east to west.”.

⁴ Tradução do autor. Versão original: “A second spurt in the occupation of the southern part of the continent by way of the central forests began during the first millennium B.C., leading to the spread of speakers of Bantu languages throughout most of the then very sparsely inhabited southern third of Africa.”.

⁵ ILUSTRÍSSIMA CONVERSA: Racismo no Brasil não é só herança da escravidão, diz antropóloga. Entrevistador: Uirá Machado. Entrevistada: Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Folha de S. Paulo, 11 jun. 2018. *Podcast*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/06/racismo-no-brasil-nao-e-so-heranca-da-escravidao-diz-antropologa.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2020.

⁶ Mais informações sobre o referido evento podem ser acessadas no site: https://lehaf.paginas.ufsc.br/?page_id=1793

trabalhadores em suas minas, recebeu pessoas de Ruanda-urundi, território vizinho e também tutelado pela Bélgica.⁷ Kinshasa, que em tempos coloniais se chamava Lèopoldville e até hoje é a capital do país, tornou-se, naquele momento histórico, um importante centro industrial regional, e abrigou também ganeses, dentre outras nacionalidades.

4) No período colonial não houveram apenas migrações intra-africanas. Voltando ao caso congolês, o Congo Belga tinha, em 1959, ano anterior a independência, aproximadamente 89.000 belgas vivendo na colônia⁸; os belgas não compunham o único grupo significativo de europeus morando no território naquele momento: havia grandes comunidades de gregos, italianos e portugueses na colônia centro-africana.⁹

5) A presença de europeus em África, no entanto, não é um fato restrito ao colonialismo imperial - é um fenômeno muito anterior. Portugueses, por exemplo, estão no território correspondente ao antigo Reino do Kongo e adjacências desde o século XV. Missionários e exploradores europeus, como o escocês David Livingstone, há muito transitam por estas terras.

6) A presença asiática no continente africano também é de longa data. Ingleses tinham o costume de promover o intercâmbio migratório entre suas colônias e protetorados, o que fez com que durante o século XX muitos indianos, por exemplo, chegassem a territórios como o de Buganda e Zanzibar. No Zaire, antigo Congo Belga, libaneses, chineses e indianos formaram as principais comunidades estrangeiras do país após 1960, ano da independência em que as comunidades europeias, os mais significativos grupos de estrangeiros até então, evadiram do país praticamente em sua totalidade.¹⁰

Poderia continuar aqui dando uma infinidade de outros exemplos que ilustram muito bem a diversidade e complexidade dos fluxos migratórios que partem ou tem como destino África, ou ocorrem dentro de territórios africanos: não cheguei a citar as movimentações de grupos nômades ou seminômades que acontecem no continente; ou a fuga de cérebros africanos - na mesa redonda de número seis (meio-ambiente e saúde em Moçambique: desafios permanentes) do evento “I Encontro Internacional dos Estudos sobre Moçambique nas diversas perspectivas: comemorações acadêmico-científica dos 46 anos da independência de Moçambique”, promovido neste ano de 2021 pelo Grupo de Pesquisa África do Século XX, em seu canal no YouTube,

⁷HONORATO, Felipe Antonio. Ocupação, exploração e gênero no Congo Belga: O caso da música popular congoleza em Léopoldville. In: Anais XI Seminário Nacional Sociologia & Política. Anais... Curitiba(PR) UFPR, 2020.

⁸FLAHAUX, Marie-Laurance; SCHOU MAKER, Bruno. Democratic Republic of the Congo: a migration history marked by crises and restrictions. Disponível em < <https://www.migrationpolicy.org/article/democratic-republic-congo-migration-history-marked-crises-and-restrictions> >. Acesso em: 24 jul. 2018.

⁹HONORATO, Felipe Antonio. Ocupação, exploração e gênero no Congo Belga: O caso da música popular congoleza em Léopoldville. In: Anais XI Seminário Nacional Sociologia & Política. Anais... Curitiba(PR) UFPR, 2020.

Cassamo Ussemane Mussagy, um dos palestrantes, defendeu que “quase 95 ou 97%” dos pesquisadores moçambicanos que fazem pesquisa de ponta na área da biotecnologia encontram-se fora do país e que o Brasil é um dos lugares que mais formam biotecnólogos moçambicanos¹¹; ou até mesmo a ida de profissionais brasileiros para o continente - de executivos em direção a países como Moçambique e Angola, à serviço de grandes empresas nacionais, como a mineradora Vale do Rio Doce e a construtora Odebrecht, ou de pastores ligados a igrejas neopentecostais, como a Igreja Universal do Reino de Deus.

O panorama vai muito além dos limites que cerceiam o imaginário popular e o objetivo do dossiê é justamente mostrar isto: ele acolhe pesquisas originais de estudantes, professores, pesquisadores e outros interessados que abordam debates sobre migrações africanas, e que vislumbram a diversidade de fluxos que compõem tal expressão e fomentam a discussão sobre as migrações africanas para além dos estereótipos e do senso comum.

O dossiê é formado por quatro artigos. Dois deles tratam especificamente sobre o contexto migratório argelino: “**Provisoriedade, neutralidade política e negação da existência: o imigrante argelino no filme Samba**”, de Anselma Garcia de Sales, tem como objetivos a análise das noções de provisoriedade e neutralidade política na explanação feita por Abdelmalek Sayad, acerca das três idades emigratórias de argelinos para a França, como também abordar a relação entre essas noções de Sayad e a negação da identidade argelina efetuada pela personagem Walid, do filme Samba, de 2014; “**Os efeitos da colonização nos fluxos migratórios contemporâneos da Argélia para a França**”, escrito por Guilherme Silva Pires de Freitas, trata das consequências que a colonização francesa na Argélia, entre os séculos XIX e XX teve nas recentes ondas migratórias do país norte africano para o europeu, e dos ressentimentos entre estes dois Estados e seus cidadãos que o período causou.

Completam o dossiê o trabalho elaborado por Karine de Souza Silva, João Barbosa Pina Pereira e Patrícia Nabuco Martuscelli - “**Infância, racismo e memórias coloniais: o impacto de uma membrana migratória seletiva em crianças migrantes desacompanhadas na Itália**” - que aborda como o racismo presente na sociedade italiana, fruto de sua experiência colonial, impacta diretamente a decisão sobre quais indivíduos são bem-vindos e aqueles que constituem uma ameaça, sendo, portanto, evitados a todo custo no país, e verifica se há uma restrição do ingresso de crianças desacompanhadas não brancas no seu território; e o artigo de Paulino Oliveira do Canto, intitulado “**Mobilidades, Fronteiras e o Processo de Cooperação e**

¹⁰ FLAHAUX, Marie-Laurance; SCHOU MAKER, Bruno. Democratic Republic of the Congo: a migration history marked by crises and restrictions. Disponível em < <https://www.migrationpolicy.org/article/democratic-republic-congo-migration-history-marked-crisis-and-restrictions> >. Acesso em: 24 jul. 2018.

¹¹ ÁFRICA DO SÉCULO XX. Mesa redonda 6: Meio ambiente e saúde em Moçambique: desafios permanentes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QEO6AQLp4AY> . Acesso em: 01 out. 2021.

Integração Regional na África Ocidental”, que discorre sobre mobilidades, fronteiras e integração regional na África Ocidental, privilegiando discussões teóricas, metodológicas e epistemológicas africanas.

Apreciem a leitura!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁFRICA DO SÉCULO XX. Mesa redonda 6: Meio ambiente e saúde em Moçambique: desafios permanentes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QEO6AQLp4AY> . Acesso em: 01 out. 2021.

FLAHAUX, Marie-Laurance; SCHOUMAKER, Bruno. Democratic Republic of the Congo: a migration history marked by crises and restrictions. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/democratic-republic-congo-migration-history-marked-crisis-and-restrictions> . Acesso em: 24 jul. 2018.

HONORATO, Felipe Antonio. Ocupação, exploração e gênero no Congo Belga: O caso da música popular congoleza em Léopoldville. In: **Anais XI Seminário Nacional Sociologia & Política**. Anais... Curitiba (PR) UFPR, 2020.

ILUSTRÍSSIMA CONVERSA: Racismo no Brasil não é só herança da escravidão, diz antropóloga. Entrevistador: Uirá Machado. Entrevistada: Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Folha de S. Paulo, 11 jun. 2018. *Podcast*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/06/racismo-no-brasil-nao-e-so-heranca-da-escravidao-diz-antropologa.shtml> . Acesso em: 20 ago. 2020.

KOPYTOFF, Igor. **The African Frontier. The Reproduction of Traditional African Societies**. Indianapolis: Indiana University Press, 1989.

Felipe Antonio Honorato.



ISSN: 2595-5713
Vol. 04 | N°. 7 | Ano 2021

Anselma Garcia de Sales

PROVISORIEDADE, NEUTRALIDADE POLÍTICA E NEGAÇÃO DA EXISTÊNCIA: O IMIGRANTE ARGELINO NO FILME SAMBA

PROVISIONALITY, POLITICAL NEUTRALITY AND DENIAL
OF EXISTENCE: THE ALGERIAN IMMIGRANT IN THE
SAMBA FILM

RESUMO: Considerando a atualidade dos estudos sobre a imigração desenvolvidos pelo sociólogo argelino Abdelmalek Sayad, o presente artigo tem como objetivo a análise das noções de provisoriedade e neutralidade política na explanação feita pelo autor acerca das três idades emigratórias de argelinos para a França. Assim, a partir do exame da dimensão temporal da migração argelina, este artigo pretende também abordar a relação entre essas noções e a negação da identidade argelina efetuada pela personagem Walid, do filme Samba, lançado na França, em 2014. Desse modo, esta reflexão se propõe a discutir tanto a atualidade de um imigrante argelino na França como a manutenção das antigas contradições que permeiam tal tipo de migração.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração; Argélia; França; Cinema Francês; Identidade.

ABSTRACT: Considering the current studies on immigration developed by the Algerian sociologist Abdelmalek Sayad, this article aims to analyze the notions of provisionality and political neutrality in the author's explanation of the three emigration ages of Algerians to France. Thus, from the examination of the temporal dimension of the Algerian migration, this article also intends to address the relationship between these notions and the denial of the Algerian identity made by the character Walid in the film Samba, released in France in 2014. Thus, this reflection proposes to discuss both the current situation of an Algerian immigrant in France and the maintenance of the old contradictions that permeate this type of migration.

KEY WORDS: Immigration; Algeria; France; French Cinema; Identity.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre Antônio Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

PROVISORIEDADE, NEUTRALIDADE POLÍTICA E NEGAÇÃO DA EXISTÊNCIA: O IMIGRANTE ARGELINO NO FILME SAMBA

Anselma Garcia de Sales ¹

Introdução

O sociólogo Abdelmalek Sayad (1933-1998), em sua análise acerca das condições migratórias de argelinos para a França, instituiu como chave central de sua interpretação o elemento da provisoriedade que, segundo o autor (ele próprio um emigrante argelino que se radicou na França), permearia a vida dos imigrantes enquanto um paradoxo existencial relativo à situação de permanência em terra estrangeira.

O caráter da provisoriedade, descrito pelo sociólogo em sua obra *A Imigração ou Os Paradoxos da Alteridade* (coletânea publicada em 1991 na França que reúne textos escritos entre 1975 e 1988),² advém de uma nova abordagem do fenômeno migratório no qual são desvendadas as ilusões próprias da condição de imigração. Assim, sendo uma dessas ilusões a presença ou a ausência provisória, ou seja, a ausência no local de origem (emigração) e a presença no local externo (imigração), tal relação dialética, verificada pelo autor a partir de uma análise das condições histórico-sociais distintas do fenômeno migratório, resultou numa permanência de fato.

Desse modo, a partir da constatação da permanência de fato, tanto da ausência no local de origem quanto da presença na sociedade receptora, Sayad introduz também em sua análise sobre a imigração a ilusão da neutralidade política, que anunciada pelo pretexto do trabalho como principal indutor da emigração, nega as implicações políticas das relações de poder desiguais entre a sociedade de emigração e a de imigração.

Sayad descreve então, a partir dessas duas ilusões, o caráter exemplar da imigração argelina na França, que nasce sob o propósito de emigração temporária a trabalho e se transforma, posteriormente, em um tipo de imigração mais duradoura, que por sua vez, numa terceira etapa, assume um formato de imigração de povoamento na sociedade receptora.

Assim, Sayad ressalta que à medida em que a presença do emigrante se intensifica na sociedade de imigração, os estudos desenvolvidos sobre o fenômeno migratório tendem a abordá-lo em termos de “problemática”, na qual se destacam as medidas sócio-políticas relativas às demandas de acolhimento do trabalhador estrangeiro como também as questões que envolvem as demais condições de vida a serem oferecidas a ele (SAYAD, 1998).

¹ Doutora em Letras pelo Programa de Estudos Árabes da FFLCH/USP. anselmasalles@gmail.com

² Publicado em 1998 pela Editora da USP com tradução de Cristina Murachco.

Porém, de acordo com o sociólogo argelino, essa “problemática” conferida pelo discurso científico ou político no tratamento do imigrante ou da imigração está fadada à banalidade superficial, uma vez que a imigração é um “fato social completo” que, embora percebida como tal pela maior parte da comunidade científica, requer por parte do analista a formulação de um itinerário epistemológico no qual inúmeras disciplinas devam confluir, tais como: Economia, Direito, Sociologia, Geografia, História, Demografia, Linguística, Sociolinguística, Antropologia e quantas outras forem necessárias à abordagem do fenômeno na sua complexidade.

Por certo, a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico; nisto, encontra-se relacionada, prioritariamente, com as ciências que buscam conhecer a população e o espaço, ou seja, grosso modo, a demografia e a geografia, e principalmente porque esta, ao tratar da ocupação dos territórios e da distribuição da população, inclina-se a anexar aquela - não é por nada que a demografia é uma questão, em parte, dos geógrafos e, em parte, dos historiadores. Mas o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (sobretudo através das duas realizações culturais que são a língua e a religião) etc. Cada uma dessas especificações e cada uma das variações dessas mesmas especificações podem ser objeto de uma ciência particular (SAYAD, 1998, p. 15).

Entretanto, como “fato social completo”, discutir a imigração segundo Sayad, implica abordar a sociedade na sua totalidade diacrônica, ou seja, considerando os apontamentos históricos, políticos e demográficos que impactaram a França a partir da presença massiva de imigrantes provisórios, que por sua vez se tornaram permanentes. Nesse sentido, a abordagem da complexidade da imigração implica também a compreensão sincrônica do fenômeno, na qual se considera o parecer das estruturas da sociedade de imigração bem como o seu funcionamento em virtude do acolhimento do emigrante.

Contudo, Sayad desenvolve um método analítico que se propõe a dar conta desse “fato social total” sem considerá-lo como um mero objeto: “Como fazer uma sociologia do “pequeno” sem que essa sociologia seja “pequena”?” (SAYAD, 1998, p. 22). Assim, o pesquisador argelino descreve a imigração, suas ilusões ou os paradoxos da alteridade, a partir do relato de um emigrante da Cabila (região rural montanhosa localizada no norte da Argélia, da qual o próprio Sayad é originário).

Ao lançar mão dessa metodologia, Sayad assume o papel de um “escrivão público” (denominação de Pierre Bourdieu), através da escuta dos próprios sujeitos implicados em seu estudo sobre a contribuição histórica da imigração argelina na França, conferindo dignidade e humanidade a esses indivíduos como também os destituindo da concepção de problema social que até então vigorava nas pesquisas ortodoxas acerca da imigração (DIAS, 2020).

Portanto, dada a atualidade de sua teoria sobre a imigração e considerando o fato de que a emigração de argelinos para a França é ainda um fenômeno em curso, este artigo tem como objetivo apresentar as relações entre as noções de provisoriedade, neutralidade política e negação da existência na abordagem da personagem Wilson (Walid) no filme *Samba*, lançado em 2014, na França.

Porém, antes da reflexão acerca da negação da existência argelina apresentada pelo filme, as noções de provisoriedade e neutralidade política serão expostas na análise de Sayad relativa ao percurso temporal da emigração argelina, propiciando, no posterior exame da peça cinematográfica a discussão da manutenção ou da modificação desses elementos na imigração do século XXI.

As três etapas da imigração argelina para a França

Os estudos de Abdelmalek Sayad relativos aos três momentos distintos da emigração argelina para a França foram reunidos no manuscrito publicado em 1977, denominado de *As três idades da emigração*. O levantamento dessas três dinâmicas distintas da emigração argelina revela, segundo o autor, os efeitos do colonialismo e do pós-colonialismo francês que impactaram as diversas gerações de argelinos na sua relação com a sociedade de origem e a sociedade de imigração (SAYAD, 1998).

Assim, a primeira geração de emigrantes argelinos foi composta, em sua maioria, por homens relativamente jovens que ainda mantinham fortes laços com a sociedade de emigração devido à sua identidade camponesa. Esta primeira geração de emigrantes partiu para a França predominantemente entre os anos de 1930 e 1950, e o perfil desse emigrante foi caracterizado por Sayad como: “aquele a quem ele se louvou porque sabia como permanecer o autêntico camponês (*bou-niya*) que ele era, deve ficar claro que ele poderia apoiar seu novo status de emigrante e continuar, apesar do exílio, vivendo e pensando como um verdadeiro camponês” (SAYAD, 2010, p. 63).

Dado esse caráter de ligação com a terra, essa primeira etapa de emigração foi marcada pela solidão e pela temporalidade, pois, de acordo com o autor argelino, o tempo de permanência desses homens na França estava condicionado às necessidades do trabalho agrícola e às exigências da vida cotidiana do campo. Desse modo, Sayad define a primeira idade de migração como *ordenada*, uma vez que pouco impacto causou na organização espacial e temporal do campo.

Porém, a despeito dessa regularidade na organização social do campo, a imigração causava uma “desposseção” identitária nos homens escolhidos para emigrar, porque, apesar de

temporária, este tipo de migração obrigava os camponeses a retornar sucessivas vezes para a França que, neste momento, os concebia apenas como trabalhadores temporários. É o que afirma Sayad, a partir da análise do depoimento de um jovem de 21 anos Mohand A., um camponês da Cabila na França:

Não só a duração das estadias fora do país se torna cada vez mais longa ela é às vezes superior a dez anos) e se realiza de forma quase contínua (são muitos os emigrantes que, no intervalo de uns vinte anos, voltaram para a aldeia apenas uma ou duas vezes e somente durante suas férias anuais) como também é a própria condição de emigrante que tende a se tornar permanente e, assim, o estatuto do emigrante se estabiliza. Com efeito, somente na categoria dos emigrantes mais jovens, que chegaram pela primeira vez à França a partir de 1946 (a média de idade na época da primeira emigração era muito baixa: o mais velho tinha menos de 24 anos), sobre o total de 34 homens que podemos contar hoje (exceção feita aos emigrantes falecidos nesse meio tempo, todos os falecimentos ocorridos na França), apenas cinco voltaram definitivamente para sua terra; aliás, três deles fixaram-se, após sua volta para a Argélia, nas cidades (SAYAD, 1998, p. 41).

Esta análise de Sayad aponta para um contexto social fortemente marcado pela emigração, no qual seus depoentes expõem o mecanismo através do qual a imigração se reproduz, denominado por Sayad de *elghorba*. A *elghorba* consiste na abordagem da imigração em sua verdade original, desmentindo, portanto, o caráter de provisoriedade, bem como o de neutralidade política.

O sociólogo argelino apresenta então uma versão dos depoentes na qual a imigração é reproduzida enquanto uma experiência, ao mesmo tempo em que, alienada, como também mistificada. Essa ambivalência cumpre, de acordo com o autor, uma função social importante que é a de projeção de uma idealização da imigração que não se confirma diante da preeminente necessidade econômica do ato de emigrar e permanecer cada vez mais tempo na sociedade receptora (SAYAD, 1998).

Assim, na experiência do emigrante são constatadas duas verdades inconciliáveis, como não pode se eximir de emigrar, tende a esconder seus efeitos nefastos, tanto os da dura vida na sociedade de imigração quanto os da desintegração da sociedade original, para a qual, caso retorne, se percebe obrigado a permanecer nas cidades.

A quase obrigatória fixação dos retornados nas cidades é decorrente da política colonial francesa adotada entre as décadas de 1950 e 1960, que teve como consequência a desestruturação da sociedade rural, cujo impacto sobre o *ethos* do campesinato provocou o desaparecimento do *bou-niya* e da migração *ordenada*.

Essa modificação influenciou na constituição do perfil da segunda geração de emigrantes, constatada por Sayad durante a execução de uma pesquisa de campo que o autor desenvolveu

junto a Pierre Bourdieu (1930-2002) entre os anos 1959 e 1962, ou seja, entre os anos de acirramento do conflito pela Independência da Argélia, conquistada em 1962.

Os anos que precederam o início da pesquisa de Sayad e Bourdieu foram marcados por um fervor revolucionário que clamava por igualdade social e distribuição de terras. O auge desse processo foi 1957, quando a luta armada se intensificou pelo controle de Argel, ao mesmo tempo em que ocorria no campo um deslocamento em massa da população. Em 1958, com a vitória da Frente de Libertação da Nacional (FLN), foi proclamado o “Governo Provisório da República Argelina”, fato que coincidiu com o fim da Quarta República na França e a ascensão de Charles de Gaulle (1890-1970). O presidente De Gaulle tentou suprimir num primeiro momento a ação emancipatória dos rebeldes, porém, à medida em que a luta armada foi se acirrando, o governante se viu obrigado a negociar um cessar-fogo, mediante assinatura de um acordo de Independência da Argélia, efetuado em março de 1962 (HOURANI, 2006).

E é nessa tensa situação em que Bourdieu e Sayad se encontram para realizar um trabalho de campo em plena zona de guerra, na qual a mobilidade era extremamente controlada devido aos postos militares, estradas bloqueadas e o risco iminente de morte. Tamanho era esse risco, que chegou a vitimar o estudante de medicina Hénine Moulah (membro da equipe de Sayad encarregado do levantamento de dados sobre os deslocamentos compulsórios), assassinado, em 1960, por membros do grupo paramilitar francês denominado de Organização Armada Secreta (OAS).

A despeito das dificuldades, Bourdieu e Sayad conseguiram desenvolver na ocasião uma etnosociologia que denunciou a suposta missão pacificadora da França como uma ação que teve como objetivo principal “desenraizar” e dismantelar qualquer possibilidade de organização anticolonial nas áreas rurais da Argélia, resultando no deslocamento forçado de milhões de camponeses para as ditas áreas de reagrupamento (DIAS, 2020).

Desse modo, a relação de manutenção das famílias passou a aderir ao formato monetário no lugar das antigas práticas de trocas rurais, assim, a geração mais nova viu-se forçada a emigrar como possibilidade única de garantia da sobrevivência, uma vez que toda a sustentação do campo havia sido desestruturada. De acordo com Bourdieu e Sayad, “o campesinato argelino encontrava-se de fato em meio a um processo catastrófico” (BORDIEU; SAYAD, 2006, p. 44).

Entretanto, a busca pela sobrevivência na França não teve como motivação exclusiva, nessa segunda geração imigratória, o trabalho. A desagregação do espaço rural como medida da empresa colonial conferiu ao caráter emergencial dessa etapa de imigração um aspecto politicamente marcado, ao contrário da suposta neutralidade política constatada na primeira geração.

Assim, jovens com acúmulo de uma significativa experiência de privação material nas áreas urbanas da Argélia vislumbravam a França como um caminho único para o atendimento de suas aspirações individuais de progresso financeiro. Dessa forma, essa segunda idade da emigração argelina rompe com o *ordenamento* da geração anterior, provocando intensas transformações na sociedade de emigração que culminou no deslocamento de núcleos familiares inteiros para a França (SAYAD, 2010).

A sociedade receptora, portanto, dado o aumento e diversificação da terceira onda imigratória, não poderia mais ignorar esse novo tipo de sociedade que passou a constituir a paisagem urbana francesa, estando numericamente presente, sob o formato de núcleos familiares, em quase todas as grandes cidades da França.³

Desse modo, essas numerosas comunidades étnicas passaram a demandar por parte do governo francês políticas específicas para seu acolhimento e manutenção, fato que inaugura a temática da busca por direitos gerando leis, acordos e discussões sobre a inclusão dos imigrantes na cidadania por meio da seguridade, educação, dentre outros aspectos. No que se refere à moradia, por exemplo, esta demanda foi atrelada à possibilidade de o imigrante conseguir trabalho. Assim, foram concedidas aos primeiros trabalhadores, percebidos como provisórios, cujas moradias também eram provisórias, sendo denominadas de *Habitation a Loyers Moderes* (HLM), além de vagas em hotéis e alojamentos temporários (SAYAD, 2014).

A moradia do tipo HLM surgiu na França a partir dos anos 1950, como resultado de uma política governamental que tinha como objetivo reduzir o déficit habitacional através de uma parceria público-privada. Assim, o governo emprestava um capital a juros baratos às empresas de construção civil que ficavam responsáveis pela construção de moradias de aluguel de baixo valor. A maior parte desses empreendimentos, largamente ocupados por imigrantes, foram construídos nas periferias das grandes cidades francesas, aumentando, desse modo, a sensação de isolamento e desintegração espacial da classe trabalhadora empobrecida (VILAIN, 2009).

O imigrante, portanto, torna-se um isolado e um aprisionado em uma nova relação colonial, que não é suspensa após a Independência da Argélia. Agregada a essa indefinição espacial, soma-se a indefinição temporal constatada pelo caráter existencial da provisoriedade. A provisoriedade consiste numa contradição, uma vez que aquilo que era provisório tende a se prolongar, ao mesmo tempo em que tal percepção duradoura tende a ser vista também como provisória. Assim, o elemento ilusório da provisoriedade, resultante da também ilusória negação política da emigração, produz um sujeito deslocado (DIAS, 2020).

³ Evolução da imigração familiar argelina. Número de famílias: 1969:183; 1972:1685; 1974:2317; 1975: 1744; 1976: 2590; 1977: 2748; 1978:2542 Número de pessoas: 1974: 5663; 1975: 4249; 1976: 5832; 1977:6365; 1978: 5565 (SAYAD, 1998, p. 68).

No filme *Samba*, o deslocamento do imigrante argelino atinge seu ápice na negação de sua própria existência como um ser oriundo de uma específica sociedade de emigração. O argelino na obra cinematográfica torna-se então um não-ser, resultante da primordial negação da sociedade francesa em demonstrar capacidade para acolher os trabalhadores estrangeiros que há tempos reivindicam sua cidadania. Desse modo, dois processos de negação se confluem, primeiro a sociedade de imigração nega direitos de cidadão ao indivíduo não-francês há muito estabelecido naquela sociedade, em seguida como resposta a esta condição social de marginalidade e invisibilidade imposta, o imigrante passa a negar-se a si mesmo.

O imigrante argelino no filme *Samba*

O filme *Samba*, lançado em 2014, na França, dirigido e escrito por Eric Toledano e Olivier Nakache, retrata as dificuldades e perspectivas dos imigrantes Samba (Omar Sy) e Wilson (Tahar Rahim) em suas inúmeras tentativas de integração cidadã na sociedade de imigração. Na França, ambos se encontram em situação irregular. Assim, suas condições de imigrantes *saint-papiers*, confere-lhes uma série de obstáculos para conseguirem emprego, como também para se manterem longe da polícia, evitando, desse modo, a prisão e a consequente imposição de uma ODTF, ou seja, a obtenção de uma determinação formal que consiste na “obrigação de deixar o território francês”.

Samba é senegalês e está na França há dez anos; durante essa estadia obteve diversas permissões para trabalhar, no entanto, devido à prescrição do prazo para renovar seu último visto de trabalho, cujo aviso foi prejudicado pelo fato de a correspondência não ter sido entregue na “favela” (*banlieue*) dos imigrantes, Samba se tornou um ilegal. Já a condição do imigrante Wilson sequer é detalhada no filme, uma vez que a personagem se apresenta como brasileiro.

Os imigrantes ilegais ou os *saint-papiers* tiveram sua visibilidade reconhecida a partir de uma série de protestos ocorridos no final dos anos 1990, cujo estopim foi a ocupação da igreja de *Saint Ambroise* em Paris, em 18 de março de 1996, por mais de 300 africanos do Mali, Senegal e Mauritânia. Esses manifestantes exigiam a regularização de sua situação ilegal e, a partir dessa grande mobilização que teve enorme repercussão na mídia e em demais espaços do debate público, passaram a ser denominados de *saint-papiers*, termo que substituiu a antiga denominação de *clandestinos* (VIEIRA, 2012).

As dificuldades de regularização encontradas pelos imigrantes a partir dos anos 1990 foram decorrentes das medidas adotadas pelo Estado francês que ficaram conhecidas como *Lois Pasqua*, em alusão a seu autor Charles Pasqua (1927-2015), Ministro do Interior da época, de filiação direitista. Essas leis tiveram como objetivo principal coibir a imigração ilegal e baseadas

no princípio de uso do direito de autodeterminação da comunidade, como defesa contra aqueles que empreendiam uma ameaça aos valores republicanos da sociedade francesa, reinterpretaram os preceitos de igualdade, reivindicados pelos imigrantes, como argumento para exclusão dessas minorias (REIS, 1999).

Assim, imigrantes como Samba e Wilson, em pleno século XXI, encontram dificuldades para a regularização de suas situações de *saint-papiers*, porque, mesmo após a ascensão de governos moderados ou socialistas na França, o tradicionalismo da direita e da extrema-direita tem feito pressão sobre o parlamento de modo a inviabilizar a modificação das leis, impedindo que elas avancem em termos de medidas que viriam a garantir a integração cidadã de fato aos imigrantes (VIEIRA, 2012).

Desse modo, tentando sobreviver na clandestinidade, Samba e Wilson se encontram pela primeira vez numa enorme fila de serviços burocráticos destinados a imigrantes, e se aproximam numa outra oportunidade durante uma triagem de trabalhadores para o serviço de limpeza de janelas de edifícios. Neste tipo de trabalho, considerado leve, imigrantes negros costumam ser preteridos, mas Wilson mente ao recrutador dizendo que ambos já possuíam experiência no ramo, assim acabam sendo aceitos.

Wilson tenta esconder sua angústia e desespero no estereótipo do brasileiro sempre alegre e galanteador, identidade que lhe permite dançar (ao som de *Palco*, de Gilberto Gil) durante o trabalho, se divertir na festa do Centro de Apoio ao Imigrante e assediar as moças numa língua mais próxima do espanhol do que do português.

A máscara de brasileiro cai, quando Samba e Wilson são obrigados a fugir da polícia enquanto limpavam as janelas de um elegante prédio residencial no centro de Paris. Na fuga, ao tentarem entrar por uma das janelas trancadas, Wilson avista dentro de um apartamento uma empregada doméstica com feições familiares do Magreb, assim, imediatamente lhe profere dizeres desesperados em língua árabe fazendo com que a moça abra a janela e permita o acesso de ambos a um corredor, através do qual poderiam sair do edifício pelo telhado.

Do alto do prédio, ambos contemplam a inacessível Paris e Samba pergunta a Wilson se a capital do Brasil era Argel, ao que Wilson responde que seu nome era Walid, nascido em Orã, segunda maior cidade da Argélia depois da capital Argel. A revelação de Walid aponta as condições distintas dos *sain-papiers*, que, não sendo uma classe homogênea, enfrentam de forma diferente sua situação de clandestinidade, o argelino prefere esconder sua identidade, enquanto o senegalês a assume através da tentativa de legalização de sua permanência na França.

Assim, após a revelação, a dupla segue para o prédio onde Walid mora, sendo surpreendidos no hall de entrada por um morador idoso que cobra do argelino um novo reparo de sua pia, informando-o que o primeiro conserto não funcionou uma vez que a água continuava a

vazar. Walid outrora também tentara consertar o encanamento do banheiro de Alice (a quase namorada de Samba, voluntária na ONG dos imigrantes), porém o resultado disso foi que a moça quase surtou com a piora no vazamento da torneira. Um outro segredo do falso brasileiro é descoberto por Samba e Alice quando Manu, advogada da ONG, aparece e começa a beijar Walid. Alice então cobra de Manu uma explicação para a atitude incoerente da amiga, pois a mesma havia aconselhado Alice a não se envolver com os imigrantes, porém, Manu diz que não consegue resistir aos encantos dos sul-americanos.

Constata-se nessas inúmeras fraudes de Walid, enquanto falso encanador, falso trabalhador experiente e falso brasileiro, sua tentativa de ajuste a uma sociedade na qual sua identidade verdadeira não tem valor algum, ora por denunciar sua falta de especialização para determinados trabalhos, ora por revelar sua existência marcada por uma ferida colonial ainda não fechada.

Assim, tornar-se brasileiro na sua trágica permanência na sociedade receptora amplia o mascaramento da verdade relativa à imigração, ou seja, num momento anterior, o imigrante argelino poderia lançar mão da ilusão da provisoriedade, ao mesmo tempo em que sua condição seria vista pela França como a de trabalhador temporário. Agora, essas ilusões não possuem mais razão para existir, uma vez que há décadas, a permanência dos imigrantes em território francês vem sendo percebida, assim como também, no presente momento, o subterfúgio da emigração a trabalho não faz mais sentido, justamente por não haver mais trabalho para todos.

Desse modo, a personagem Walid apresenta um original mecanismo de reprodução da imigração argelina, não mais fundado na sua tensa presença em território francês justificada pela histórica negação de seus conterrâneos. Esse mecanismo surge no filme através de uma transmutação da identidade, na qual se apaga totalmente a memória da imigração ruim, de trabalhadores colonizados e das implicações políticas inerentes à relação entre França e Argélia. Assim, sua original *elghorba* é materializada na negação da verdade da imigração argelina através de seu apagamento, assumindo a partir de então uma identidade brasileira mais suscetível à neutralidade política e à provisoriedade (SAYAD, 1998).

Portanto, na adoção dessa nova identidade brasileira, Walid reelabora a ilusão de provisoriedade construindo uma ficção pessoal de que está na França exclusivamente para ganhar uns trocados e se divertir e, sendo brasileiro, a neutralidade política dessa identidade relativa à França se torna muito conveniente, uma vez que apagando sua existência argelina, ele se exime da obrigação de cobrar (ou pagar) a fatura histórica da humilhação colonial. Assim, Walid reencarna o mito do amante latino como possível estratégia para conseguir uma mulher que pudesse lhe conferir futuramente a tão sonhada permanência regularizada na França. Trata-

se de uma original abordagem da dupla ausência, a Argélia não existe mais e ele, enquanto argelino na sociedade de imigração, também deixou de existir como tal:

A “dupla ausência” constitui, de fato, o paroxismo de qualquer *ghorba* – *ghorba* na presença e na ausência, no antes, durante e depois – , a *ghorba* definitiva que, mesmo se fingindo de provisória, encarna a totalidade do mal-estar-no-mundo específico do migrante: afastamento, isolamento, impotência, direitos negados, memória enfraquecida, voz ignorada, olhar desprezado etc. Quadro geral de desamparo e desolação que acaba desembocando no longo processo de desrealização do “espaço social” do sujeito migrante e sua conversão em “espaço nostálgico” – entendido enquanto um lugar aberto a todas as nostalgias, carregado de emoção e afetividade (ELHAJJI; ESCUDERO, 2020, p. 170).

Contudo, a personagem Walid, da qual no filme pouco se sabe a seu respeito, subverte o método humanizador de Sayad que confere um novo nascimento ao imigrante através do resgate de sua história e de sua dimensão política, negadas sistematicamente por um longo tempo pela sociedade receptora. Assim, Walid, ao adotar a estratégia de apagamento de sua existência argelina trocando-a por uma identidade brasileira, tenta também, dessa forma, se humanizar.

Portanto, a escolha de uma outra história e roupagem política é uma medida à qual Walid adere, ainda que frágil e insustentável, de tentar tornar sua condição permanente de imigrante argelino na França menos desintegrante do ponto de vista social e, logo, menos trágica.

Considerações Finais

As inúmeras contradições e as diversas situações que motivam os processos migratórios, ao serem detalhadamente consideradas pelo sociólogo Abdelmalek Sayad, transformaram o campo de estudos relativos à imigração. A etnosociologia desenvolvida por Sayad, a partir da escuta e da análise de experiências concretas de imigrantes, trouxe à tona uma gama de situações e pareceres individuais e coletivos que auxiliaram na construção de um verdadeiro tratado acerca de qualquer dinâmica migratória.

Assim, enquanto processo particular ou generalizado, a imigração na abordagem do sociólogo argelino se configura como um fato social completo, no sentido em que exige para sua análise a confluência de diversas disciplinas que abrangem os fatos sociais. Essa abordagem é necessária, segundo o autor, em razão de a imigração não ser compreendida apenas como um deslocamento de pessoas em um dado espaço físico; e por este espaço comportar uma série de sentidos culturais, políticos, históricos, linguísticos, psicológicos, dentre outros, esses elementos devem ser levados em consideração na descrição do fenômeno da imigração como um todo (SAYAD, 1998).

No caso específico da imigração argelina, a análise de Sayad acerca das três etapas da dinâmica temporal desse tipo de imigração consistiu não apenas em uma descrição de como esse processo se deu ao longo do tempo e do espaço, mas teve como intuito principal o estabelecimento de uma reflexão detida sobre esse processo considerado na sua complexidade.

Desse modo, Sayad analisa que ao longo de três gerações a emigração argelina passou pela etapa da transição, mutação e adaptação, na qual se constatou que da primeira para a terceira idade o *ethos* camponês cedeu definitivamente lugar ao *ethos* urbano, este já existente na sociedade de emigração mesmo antes de fixar-se na sociedade receptora. A mutação ocorrida na transição do rural para urbano aponta para uma adaptação desse fenômeno migratório em termos de desconstrução das ilusões de provisoriedade e transitoriedade política.

A ilusão da presença ou da ausência provisória, tanto relativa à ausência no local de origem ou à presença no local externo, (associada, respectivamente, à emigração e à imigração) foi identificada pelo autor a partir de sua análise acerca das condições histórico-sociais diversas do fenômeno migratório, na qual o sociólogo argelino constatou como resultado das mutações espaço-temporais a permanência do imigrante na sociedade receptora.

Contudo, ao constatar a permanência de fato, tanto da ausência no local de origem quanto da presença na sociedade receptora, Sayad acrescenta em seu estudo sobre a imigração um outro elemento, a ilusão da neutralidade política. Essa ilusão impôs às partes da relação migratória um tipo de argumento falacioso no qual o trabalho era apontado como o principal indutor da emigração, omitindo, desse modo, os aspectos políticos inerentes às relações de poder desiguais entre a sociedade de emigração e a sociedade de imigração.

O subterfúgio do trabalho como indutor exclusivo da imigração funcionou num primeiro momento observado no pós-Segunda Guerra como uma política de interesse da França, que necessitava naquele momento de um arsenal de trabalhadores para a reconstrução do país e retomada do processo de industrialização. Nas décadas subsequentes, sobretudo após as crises do capitalismo que provocaram uma constante desaceleração na economia, as leis francesas procuraram conter o fluxo migratório através de medidas austeras que puseram na ilegalidade milhares de imigrantes estabelecidos no país há décadas (VIEIRA, 2012).

No filme, este é o caso de Samba, imigrante senegalês, que após uma década na França, de repente se torna um ilegal, impedido de renovar seu visto por causa das novas regras que inviabilizavam o recebimento do aviso de renovação (nas habitações dos imigrantes, as ditas *banlieues*, a correspondência não chega). O caso de Walid é ainda mais grave, pois, sem família ou referência alguma na França, ele é obrigado a assumir uma nacionalidade neutra, a de brasileiro, no lugar de revelar sua “embaraçosa” identidade argelina.

A posse dessa nova identidade exige que Walid seja inscrito na “problemática” da imigração argelina na França. Assim, sem o pretexto da provisoriedade ou da neutralidade política, impraticáveis no século XXI, Walid adota como mecanismo de reprodução de seu processo migratório particular a dupla negação, nega a terra natal e sua filiação a ela. Portanto, a adoção da identidade brasileira poderia conferir a ele, ainda que de modo absolutamente frágil, a possibilidade da provisoriedade e da neutralidade política, uma vez que assumira uma nacionalidade isenta das pendências políticas oriundas da memória da relação colonizador-colonizado entre França e Argélia.

Sua *elghorba*, portanto, é construída na negação de sua real existência e na substituição da verdade da imigração por uma série de mentiras, que tentam ofuscar sua condição marginalizada, mas que na realidade denunciam sua situação de trabalhador desqualificado a quem a cidadania lhe é negada sistematicamente.

Desse modo, a reflexão sobre a imigração argelina contemporânea apresentada pelo filme *Samba*, além de propiciar a compreensão do fenômeno imigratório na atualidade, possibilita também o (re)conhecimento das novas e velhas contradições inerentes às experiências sociais que remetem tanto à sociedade de emigração quanto à sociedade receptora.

Portanto, o filme confere, mais do que a atualização do debate acerca da imigração, uma visão original das estratégias de sobrevivência adotadas pelos imigrantes no século XXI. No caso específico de Walid, *Samba* apresenta e problematiza as tentativas de humanização da personagem frente à desintegração progressiva da identidade do imigrante argelino na França.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOURDIEU, Pierre.; SAYAD, Abdelmalek. A dominação colonial e o saber cultural. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 2, n. 26, p. 41 - 60, 2006.

DIAS, Gustavo. Da objetificação à humanização: uma leitura crítica sobre o conceito de imigrante na obra de Abdelmalek Sayad. In: DIAS G.; BÓGUS, L; PEREIRA, J.C.A.; BAPTISTA, D. (orgs.). **A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad (recurso eletrônico)**. São Paulo: EDUC, 2020.

ELHAJJI Mohammed; ESCUDERO Camila. Sentidos e expressões da noção de *ghorba* na obra de Abdelmalek Sayad. In: DIAS G.; BÓGUS, L; PEREIRA, J.C.A.; BAPTISTA, D. (orgs.). **A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad (recurso eletrônico)**. São Paulo: EDUC, 2020.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

REIS, Rossana Rocha. Políticas de Nacionalidade e Políticas de Imigração na França. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 14, n. 39, p. 118 - 138, fevereiro/1999.

SAYAD, Abdelmalek. **La double absence – des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré**. Paris: Seuil, 2014.

_____ **A Imigração. Ou os Paradoxos da Alteridade**. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1998.

VIEIRA, Rosa Cavalcanti. Os sans-papiers alcançam o espaço público: a ilegalidade no cerne das discussões. **MÉTIS: história & cultura** – v. 11, n. 22, p. 197-218, jul./dez. 2012.

VILAIN, OLIVIER. França: o déficit permanente da moradia. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 5 de abril de 2009. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/franca-o-deficit-permanente-da-moradia/>>. Acesso em: 29 de jun. de 2021.

Documentos

SAMBA. Direção de Eric Toledano e Olivier Nakache. Paris: Gaumont, 2014. 1 DVD (118 min.).

Recebido em: 03/02/2021

Aprovado em: 24/05/2021



ISSN: 2595-5713
Vol. 04 | N°. 7 | Ano 2021

Guilherme Silva P. de Freitas

OS EFEITOS DA COLONIZAÇÃO NOS FLUXOS MIGRATÓRIOS CONTEMPORÂNEOS DA ARGÉLIA PARA A FRANÇA

The effects of colonization on the contemporary migratory flow from
Algeria to France

RESUMO: Este artigo abordará as consequências que a colonização francesa na Argélia, entre os séculos XIX e XX, teve nas recentes ondas migratórias do país norte africano para o europeu e dos ressentimentos entre estes dois Estados, e seus cidadãos que o período causou. Durante 114 anos, a Argélia esteve sob domínio francês, que através de uma brutal colonização, gerou pesados ressentimentos que nem a sangrenta guerra de independência conseguiu resolver. Após o conflito, milhões de argelinos imigraram para o território francês e hoje compõe a maior comunidade estrangeira no país. A pesquisa abordará estes temas mostrando como a época colonial impactou na atual relação social turbulenta entre argelinos, seus descendentes e franceses que também se reflete na cultura popular, como no futebol, por exemplo.

PALAVRAS-CHAVE: Argélia; Fluxos Migratórios; Colonização; França; Futebol.

ABSTRACT: This article will approach the consequences that the French colonization in Algeria, between the 19th and 20th centuries, had on the recent waves of migration from the North African country to the European country and the resentment between these two states and their citizens that the period caused. For 114 years, Algeria has been under French rule, which through brutal colonization has generated heavy resentments that even the bloody war of independence has failed to resolve. After the conflict, millions of Algerians immigrated to French territory and today compose the largest foreign community in the country. The research will approach these themes showing how the colonial era impacted the current turbulent social relationship between Algerians, their descendants and the French, which is also reflected in popular culture, such as football, for example.

KEY WORDS: Algeria; Migratory Flows; Colonization; France.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre Antônio Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

OS EFEITOS DA COLONIZAÇÃO NOS FLUXOS MIGRATÓRIOS CONTEMPORÂNEOS DA ARGÉLIA PARA A FRANÇA

Guilherme Silva Pires de Freitas ¹

Introdução

Os fluxos migratórios em direção a França não são um fenômeno recente. Segundo Coelho (2010, p. 38), desde meados do século XIX, são observadas grandes ondas migratórias ao país que acabam alterando sua formação social. Entre 1852 e 1870, cerca de 1% da população já era composta por estrangeiros, número que cresceu para 6%, em 1940. Em ambos os casos, esses migrantes chegavam ao território francês para atuar como mão de obra na indústria. Inicialmente, essa migração era composta majoritariamente por brancos, europeus e cristãos, sendo em sua maioria oriundos de Bélgica, Itália, Portugal, Espanha, Polônia e Armênia. Estes indivíduos foram aceitos e se assimilaram com mais facilidade à sociedade francesa, mesmo com alguns atos de xenofobia sendo registrados entre o fim do século XIX e início do século XX (FREITAS, 2018, p. 52-53).

Porém, o perfil dessa migração ao território francês sofreu uma mudança apenas após o fim da II Guerra Mundial. Com a Europa bastante debilitada pelo conflito, diversos países tiveram que importar mão de obra para ajudar na reconstrução do continente. Estados seriamente afetados pela guerra e bombardeios como Alemanha, França e Reino Unido, optaram por aceitar a chegada de trabalhadores de países de fora do continente. Os alemães recorreram aos turcos, que ficaram conhecidos como *gastarbeiters*² e eram exclusivamente trabalhadores sem permissão de viajar com a família e tinham vistos temporários (FREITAS, 2017, p 38-39). Já britânicos e franceses recorreram a suas colônias ou ex-colônias pelo mundo. No Reino Unido, a mão de obra foi dos cidadãos da Comunidade das Nações, organização intergovernamental de países que faziam parte do Império Britânico, com destaque para indianos, paquistaneses e jamaicanos³, além de trabalhadores do leste europeu.

A França optou por importar mão de obra de diversas colônias, mas um grupo se destacou pelo grande número de imigrantes: os argelinos. Devido ao fator histórico da Argélia ter sido incorporada como departamento da França, em 1848, e ser considerada como parte do país, muitos argelinos passaram a imigrar rumo ao território francês, principalmente, ao longo do

¹ Doutorando no Programa de Mudança Social e Participação Política pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). E-mail: guilhermespfreitas@usp.br

² Trabalhador convidado, tradução em português.

³ *Immigration from India*. Publicado no site da The British Library. Disponível em: <https://www.bl.uk/learning/timeline/item107671.html>. Acesso em: 14/03/2021.

século XX. Após a independência argelina em 1962, o número continuou crescendo ao longo dos anos.

Segundo dados de 2017, do Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos (INSEE), principal órgão do governo da França sobre estatísticas demográficas e econômicas, vivem no país cerca de 6,2 milhões de estrangeiros, sendo cerca de 822 mil deles oriundos da Argélia.⁴ Porém, ao longo dos anos, os filhos e netos destas primeiras ondas migratórias passaram a nascer em solo francês. Hoje, a comunidade argelina também é bastante volumosa, com, aproximadamente, 617 mil descendentes nascidos e vivendo no país.⁵ Entre figuras públicas famosas e importantes para a história francesa, podemos citar a cantora Édith Piaf, o filósofo Albert Camus e o jogador de futebol Zinedine Zidane.

Para compreender como a imigração argelina foi crescendo ao longo dos anos e chegou ao estágio atual, este artigo irá apresentar um breve histórico sobre a colonização francesa na Argélia; os desdobramentos da guerra de independência, que durou de 1954 até 1962; e os impactos que esses fatos tiveram nos fluxos migratórios de argelinos para a França, resultando em uma tensa e turbulenta relação entre os dois países que também ocorre na cultura popular, como, por exemplo, no futebol.

A colonização francesa na Argélia

Localizada no extremo norte da África e separada da Europa apenas pelo Mar Mediterrâneo, o território da Argélia sempre despertou interesse ao longo dos tempos devido sua estratégica localização entre os dois continentes e por suas riquezas naturais. O país norte africano detém grandes reservas de petróleo e gás natural, além de terras férteis para plantação em seu litoral. Durante séculos foi ocupado por diferentes povos e impérios até ser anexado ao Império Otomano no século XVI. Os franceses sempre cobiçaram as terras argelinas e se aproveitaram de um entrevero diplomático para invadir e tomar o território. Em 1827, após um desentendimento entre o governador local e um cônsul francês por uma dívida, a França promoveu um bloqueio no Mar Mediterrâneo por três anos. No dia 14 de junho de 1830, o Império Francês iniciou sua invasão e, após algumas semanas, já havia tomado a capital Argel, colocado fim à ocupação otomana, e iniciado sua colonização.

⁴ *Étrangers – Immigrés en 2017: Recensement de la population – Résultats pour toutes les communes, départements, régions, intercommunalités...* Publicado no site do Instituto Nacional da Estatística e Estudos Econômicos. Disponível em: <https://www.insee.fr/fr/statistiques/4515412?sommaire=4515432&geo=METRO-1>. Acesso em: 14 mar. 2021.

⁵ *Être né en France d'un parent immigré.* Publicado no site do Instituto Nacional da Estatística e Estudos Econômicos. Disponível em: <https://www.insee.fr/fr/statistiques/1283065>. Acesso em: 14/03/2021.

Logo após dominar o novo território, o governo francês passou a incentivar a migração de parte de seus cidadãos para as terras argelinas. Esses colonos que lá se estabeleciam ganharam o nome de *pied-noirs*.⁶ Eles receberam esse apelido porque estavam pisando no continente negro, a África, e os colonos que viviam no Marrocos e na Tunísia também passaram a ser conhecidos desta forma (COELHO, 2010, p. 57).

Os *pied-noirs* imigravam para a Argélia em busca de riquezas e melhores oportunidades de vida em terras que foram tomadas a força da população local. Além de franceses, havia também espanhóis e italianos ocupando o rico e fértil solo localizado próximo ao litoral. Os colonos e os judeus argelinos tinham direito a cidadania francesa e eram tratados como cidadãos da França, tornando a população berbere e muçulmana locais em cidadãos de segunda classe e sem os mesmos direitos.

Parte da tensa relação atual entre franceses e argelinos pode ser explicado pelo violento passado e a brutal colonização imposta pelos europeus. O início dessa dominação começou logo após a tomada do território. O Império Francês não teve piedade da população local e como saldo dos primeiros anos de ocupação, cerca de um terço dos berberes morreu devido epidemias e escassez de água e alimentos (KIERNAN, 2007, p. 364-365). Porém, eles contra-atacaram começando a organizar levantes populares contra a ocupação francesa.

Nos primeiros anos após a conquista francesa, ocorreram diversas rebeliões islâmicas promovidas por berberes que se reuniam no interior do país. Abdel Kader, emir e líder de uma federação de tribos, tomou frente nos protestos e resistiu aos franceses durante anos conseguindo, inclusive, manter uma parte do território no deserto independente dos colonizadores. Capturado apenas em 1847, tornou-se uma figura mítica para os argelinos e é tido por muitos como um dos primeiros heróis nacionais (YAZBEK, 2010, p. 23). No ano de 1848, a França transformou a Argélia em um departamento, fazendo com que o território argelino deixasse de ser colônia e passasse a ter status jurídico semelhante a de outros estados franceses. Nesta época também aconteceu um grande fluxo migratório de *pied-noirs* para a Argélia, atraídos justamente pela oportunidade de riqueza e ascensão social que não encontravam na Europa.

Buscando ser cada vez mais dominante, a França tratou de “afrancesar” a Argélia através de uma assimilação completa. Além de ocupar as terras e usurpar riquezas, os franceses passaram a impor sua cultura e hábitos sobre os nativos. Os principais exemplos foram à classificação da língua francesa como oficial fazendo com que o árabe e dialetos locais fossem banidos, a inclusão do ensino da história do Império Francês em escolas para crianças e o serviço

⁶ Pés negros, tradução em português.

militar no exército francês para adultos argelinos, que inclusive foram obrigados a combater nas duas guerras mundiais.

O comportamento autoritário francês despertou um forte sentimento nacionalista argelino e parte da população berbere passou a se organizar pedindo pela independência. Buscando acalmar os ânimos, a França concedeu nacionalidade a todos os argelinos, independentemente de sua etnia ou religião, o que irritou os colonos que temiam perder seus privilégios. Ao mesmo tempo, surgiram diversos movimentos e organizações que pediam a libertação de todos os países do Magreb, como a União dos Muçulmanos Norte-Africanos.

O clima de animosidade entre franceses, colonos e argelinos era como um barril de pólvora prestes a explodir, com cada parte buscando seus objetivos sem querer ceder ao outro lado. Pressionado, o governo francês passou a agir com maior violência e cometeu atrocidades em vilarejos e cidades no interior da Argélia. Talvez, o pior deles tenha sido o massacre de Setif e Guelma, em 1945, quando milhares de berberes foram mortos por militares franceses e serviram para inflamar ainda mais o apoio popular em aderir à luta armada (YAZBEK, 2010, p. 38-39). Com os ressentimentos se acentuando, não havia outra saída a não ser um conflito pela independência.

A Guerra da Independência e a Argélia livre

Na madrugada do dia 1º de novembro de 1954, a união de diversos movimentos e organizações nacionalistas resultou na Frente de Libertação Nacional (FLN), que se tornou a principal força pró-independência argelina e passou a realizar diversos ataques simultâneos a postos franceses no país, como, instalações militares, prédios de comunicação e de infraestrutura. O governo francês, traumatizado pela humilhante derrota sofrida em sua então colônia Indochina meses antes, reagiu dando início a Guerra da Independência Argelina.

O conflito teve três lados lutando entre si: os argelinos pró-independência, em sua maioria berbere, muçulmanos e liderados pela FLN; o exército francês, que contava com o apoio de argelinos contrários a independência e a Legião Estrangeira; e, por fim, grupos paramilitares de colonos com destaque para Organização do Exército Secreto (OAS), que não queriam a independência e realizaram ataques terroristas contra argelinos e franceses.

A guerra pela independência foi uma das mais brutais no continente africano e registrou carnificinas cometidas por todos os lados. Tanto a OAS quanto a FLN aderiram a táticas terroristas com uso de bombas, atentados e não pouparam a população civil, assim como os militares franceses que foram acusados de massacres por todo o país, estupros, torturas, criação de campos de concentração e atrocidades que enojaram os franceses na Europa e geraram

comparações com os nazistas na II Guerra Mundial. O premiado filme *A Batalha de Argel*, do cineasta italiano Gillo Pontecorvo, retrata bem a violência que o conflito causou.

Com a queda da quarta república francesa, a volta de Charles de Gaulle ao poder, a implantação da nova Constituição e da quinta República, em 1958, tiveram início as discussões e negociações para uma trégua definitiva. Cada vez mais impopular na Europa e com grande custo econômico, a guerra na Argélia estava desgastando o governo e a França queria encerrar o conflito, porém, sem abrir mão do gás e petróleo argelinos que turbinavam sua economia.

Foi convocado então, pelo presidente de Gaulle, em 1961, um referendo onde questionava os cidadãos franceses sobre a autodeterminação da Argélia e 75% dos eleitores, tanto na França, quanto na Argélia, aprovaram a independência argelina (YAZBEK, 2010, p. 70-71). Após longas negociações, ambos os lados chegaram a um acordo e o conflito enfim terminou. No dia 5 de julho de 1962, é acertado o Armistício de Evian que reconheceu a independência argelina em troca de alguns favores, como, privilégios ao governo francês em ter acesso ao petróleo e gás argelinos e a manutenção de bases militares no país. Com o fim da guerra, a República Popular Democrática da Argélia é proclamada e Ahmed Ben Bella, um dos grandes líderes da revolução, torna-se o primeiro presidente.

Mesmo com a independência, os conflitos não cessaram e alguns *pied-noirs* ao lado de militares que não aceitavam a independência, atacaram a população berbere. Não há um número exato e oficial de mortes, mas, estima-se que foram quase meio milhão de vítimas fatais, sendo a esmagadora maioria de argelinos berberes. As forças militares franceses perderam 20 mil homens e aproximadamente três mil colonos também perderam a vida no conflito (YAZBEK, 2010, p. 72). A guerra também deixou milhões de refugiados entre berberes e *pied-noirs*, com a maioria deles fugindo para a França.

Como país independente, a Argélia enfrentou diversos problemas após o fim da guerra. Em 1965, ocorreu um golpe de estado com o presidente Ben Bella sendo deposto, preso e exilado tempos depois. Em seu lugar, assumiu o coronel Houari Boumédiène, que implantou um regime militar socialista com nacionalizações e ficou no cargo até sua morte em 1978. O clima político manteve-se instável por anos e gerou uma sangrenta guerra civil iniciada em 1992.

O conflito entre o Estado argelino e o grupo fundamentalista político Frente da Salvação Islâmica, apoiada por parte da população, durou dez anos e deixou um saldo de 150 mil mortos, um presidente assassinado, massacres em vilarejos no interior e a economia destrozada (YAZBEK, 2010, p. 88). Com o enfraquecimento dos grupos radicais, o governo reassumiu o controle e pôs um fim aos conflitos em 2002.

Tanto a guerra pela independência, quanto a guerra civil geraram diversos fluxos migratórios de argelinos por décadas na segunda metade do século XX. A maioria desses

imigrantes tinha como destino a França, resultando na maior colônia estrangeira no país e que vive em constante tensão com a população nativa devido há anos de ressentimentos.

Fluxos migratórios e a turbulenta relação contemporânea entre franceses e argelinos

Como já citado na introdução, a comunidade argelina vivendo atualmente na França é o maior grupo estrangeiro no país. São aproximadamente 7 milhões de indivíduos entre imigrantes e seus descendentes nascidos em solo francês. Um número muito expressivo que foi sendo construído ao longo das imigrações no decorrer do século XX. O término da guerra de independência, em 1962, provocou um grande fluxo migratório. Milhões de *pied-noirs* e milhares de berberes e judeus franceses resolveram deixar o país por temerem por sua segurança, fugindo para França (YAZBEK, 2010, p. 72). Essas imigrações, porém, tinham suas diferenças e a grande maioria de berberes que cruzou o Mar Mediterrâneo também o fazia em busca de trabalho.

Assim como outros países europeus que se recuperavam dos efeitos da II Guerra Mundial, a França importou mão de obra estrangeira para ajudar em sua reconstrução logo após o conflito. Esses trabalhadores vieram, principalmente, de suas colônias ao redor do mundo para única e exclusivamente trabalhar. Nas palavras de Sayad, essas pessoas seriam:

[...] essencialmente uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, nesse caso, quase um pleonasma), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento. A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida (SAYAD, 1998, p. 54-55).

Ou seja, boa parte da sociedade francesa entendia que esses indivíduos imigravam para seu país exclusivamente para trabalhar em postos já determinados pelo “mercado de trabalho para imigrantes”, como cita Sayad (1998, p. 55). Para eles, os imigrantes iriam fazer seu trabalho e voltar para seus países de origem. Não fazia sentido para os franceses que os argelinos fossem ficar e se estabelecer em seu país.

Ao longo dos tempos, a imigração argelina foi crescendo de forma vertical. Diferentemente dos trabalhadores turcos que não tinham direito de imigrar com suas famílias para a Alemanha, os argelinos podiam ir à França com familiares devido a legislação francesa, herança da época do departamento da Argélia no século XIX, que considerava como francês qualquer pessoa nascida no país do norte da África. Segundo a Concessão da nacionalidade

francesa, uma criança nascida na França depois de 1º de janeiro de 1963, de um pai nascido na Argélia, antes do dia 3 de julho de 1962, será francesa por direito.⁷

Isso explica em parte, o porquê da tão numerosa comunidade argelina no país. Entre 1962 e 1968, logo após a independência da Argélia, 162 mil argelinos imigraram para a França e nesse grupo havia muitos jovens, que era aproximadamente 45% do total e tinham menos de 25 anos de idade (SAYAD, 1998, p. 68). Buscando evitar um aumento no processo migratório de argelinos, a polícia francesa buscava controlar e expulsar o máximo de imigrantes que chegavam ao país. Como não obteve êxito em frear esta migração em massa, os policiais passaram a restringir a liberdade de argelinos nos espaços públicos e tentou fazê-los retornar à força para sua terra natal (BLANCHARD, 2012, p. 46-47). Porém, a imigração de pessoas oriundas da Argélia cresceu e esses indivíduos tiveram filhos no país, que compõem a primeira geração de descendentes.

Até hoje, esses descendentes reclamam de serem considerados como “cidadãos de segunda classe” e de não serem vistos como franceses. Pesquisas realizadas pelo INSEE, ouvindo imigrantes e seus descendentes, mostram como ainda há muita dificuldade destas pessoas se integrarem totalmente a sociedade, além de ter que superar estereótipos (FREITAS, 2017, p. 40). Estes comportamentos preconceituosos e xenofóbicos vão contra a própria Constituição do país, que proíbe diferenciar seus cidadãos segundo raça, origem e religião: “La France est une République indivisible, laïque, démocratique et sociale. Elle assure l'égalité devant la loi de tous les citoyens sans distinction d'origine, de race ou de religion. Elle respecte toutes les croyances. Son organisation est décentralisée”.⁸

Assim sendo, existem apenas duas categorias jurídicas para definir um indivíduo na França, ou ele é francês ou estrangeiro. Mas grande parte da discriminação praticada é devida outras características como etnia, religião e raça, que atinge inclusive os descendentes de imigrantes nascidos na França (POUTIGNAT; STREIFF-FERNART, 2011, p. 16).

Grupos mais nacionalistas enxergam nos imigrantes uma degradação de sua grandeza e a saída encontrada é estigmatizar e rejeitar uma integração com estas pessoas, além de depreciar suas tradições culturais (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 45). Reforçar a imagem do imigrante como o sujeito ameaçador que vem tomar o lugar dos franceses (POUTIGNAT; STREIFF-FERNART, 2011, p. 15), responsabilizá-los por problemas econômicos e sociais quando o país

⁷ *L'attribution de la nationalité française*. Publicado no site do Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros. Disponível em: <https://www.diplomatie.gouv.fr/fr/services-aux-francais/etat-civil-et-nationalite-francaise/nationalite-francaise/article/l-attribution-de-la-nationalite-francaise>. Acesso em: 29/04/2021.

⁸ A França é uma República indivisível, laica, democrática e social. Garante igualdade perante a lei de todos os cidadãos, sem distinção de origem, raça ou religião. Ela respeita todas as crenças. Sua organização é descentralizada. Tradução em português. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/JORFTEXT000000571356/2019-07-01/>. Acesso em: 20/03/2021.

enfrenta uma crise (DETIENNE, 2013, p. 100) e associá-los a fatores negativos colocando em xeque suas culturas e identidades como causa para dificuldade em integrar-se à sociedade (HARARI, 2018, p. 188-189) também são táticas adotadas por intolerantes.

A turbulenta relação entre franceses e argelinos também é fruto de ressentimentos que sobrevivem de geração para geração. Iremos abordar brevemente nesta pesquisa alguns fatores que ajudam a compreender um pouco mais desta situação como a brutalidade do colonialismo francês na Argélia, as diferenças culturais entre os povos e a questão da religião, e do terrorismo no século XXI.

O colonialismo na Argélia foi um dos mais brutais praticados pela França em suas então colônias. O comportamento dos franceses no país foi marcado pela extrema violência e autoritarismo, principalmente contra a população berbere e muçulmana. Foram diversos massacres na capital e no interior do país cometidos por forças francesas contra civis e opositores políticos, contrários a colonização. Além disso, a humilhação e desumanização foram praticadas pelos dominadores como forma de impor sua força e poder. No prefácio do livro *Os Condenados da Terra*, de Frantz Fanon, o filósofo francês Jean-Paul Sartre descreve as táticas adotadas pelos colonizadores:

A violência colonial não tem somente o objetivo de garantir o respeito desses homens subjugados; procura desumanizá-los. Nada deve ser poupado para liquidar as suas tradições, para substituir a língua deles pela nossa, para destruir a sua cultura sem lhes dar a nossa; é preciso embrutecê-los pela fadiga. Desnutridos, enfermos, se: ainda resistem, o medo concluirá o trabalho: assestam-se os fuzis sobre o camponês; vem civis que se instalam na terra e o obrigam a cultivá-la para eles. Se resiste, os soldados atiram, é um homem morto; se cede, degrada-se, não é mais um homem; a vergonha e o temor vão fender-lhe o caráter, desintegrar-lhe a personalidade (FANON, 1968, p. 9).

As agressões a população nativa na Argélia se deram por mais de um século, desde a invasão e conquista do território em 1830. Ao longo da história foram diversas agressões e carnificinas, não apenas contra argelinos, mas também contra marroquinos e tunisianos. Na Argélia, os massacres mais famosos foram o dos vilarejos de Sétif e Guelma, em 1945, com até 30 mil civis mortos (PEYROULO, 2008) e o cerco a cidade de Laghouat, em 1852, com até três mil vítimas fatais, muitas delas mulheres e crianças.⁹

A forma cruel e agressiva com que os colonizadores buscaram subjugar suas vítimas em combates não foi o único modo de abuso praticado pela colonização francesa na Argélia. Outra

⁹ *Laghouat se remémore l'un des pires massacres perpétrés par la France coloniale contre le peuple algérien*. Reportagem da Algérie Presse Service. Disponível em: <https://www.aps.dz/societe/113741-laghouat-se-rememore-l-un-des-pires-massacres-perpetres-par-la-france-coloniale-contre-le-peuple-algerien>. Acesso em: 13/04/2021.

forma de dominação, um pouco mais sutil, mas tão violenta quanto, foi à tentativa de destruição da cultura berbere através da imposição cultural francesa sobre a população local.

Ao tomar o território argelino em 1830, conter diversas rebeliões berberes e considerar a Argélia como departamento francês em 1848, a França passou a praticar o que Vermeulen chama de assimilação (2001, p. 14). Essa política trata de impor a cultura colonial sobre a população colonizada, além de gerar pequenas elites locais que passariam a colaborar e obedecer a ordens da metrópole.

A reação violenta por parte da população berbere desde o início da colonização até o fim da guerra pela independência contra o domínio francês foi considerada como válida por Fanon que defendia esta estratégia de defesa, porque o colonizado era a classe mais desfavorecida e a que mais sofria, portanto, não tinha nada a perder e precisava lutar por sua liberdade com todas as armas que tinha em mãos:

Trabalhar significa trabalhar para a morte do colono. A violência assumida permite ao mesmo tempo que os extraviados e proscritos do grupo voltem, reencontrem seu lugar e reintegrem. A violência é, desta maneira, compreendida como a mediação régia. O homem colonizado liberta-se na e pela violência. Esta práxis ilumina o agente porque lhe indica os meios e o fim (FANON, 1968, p. 66).

Todos esses atos explicam o porquê da relação entre franceses e argelinos ser tão tensa até os dias de hoje e o fato de imigrantes e seus descendentes serem vítimas de intolerância por parte da sociedade francesa. Além do ressentimento pelo terrível passado colonial, existe ainda outro componente que dificulta este relacionamento: a religião. A Argélia fez parte do Califado Islâmico e, posteriormente, do Império Otomano. Assim, o islamismo é a religião majoritária de sua população desde o século VII. Após a II Guerra Mundial e a independência argelina, ocorreu um maior fluxo migratório de muçulmanos em direção a França. Como já citado neste artigo, a população argelina passa por um crescimento elevado que vai impactar nas futuras gerações.

Comunidade estrangeira mais populosa na França, os argelinos e seus descendentes também são a maioria da população que se declara muçulmana. Como a legislação francesa não diferencia seus cidadãos por religião, o censo do país não coleta dados relacionados a crença, embora estime-se que cerca de 7,5% da população residente no país seja muçulmana, aproximadamente, 4,9 milhões pessoas de uma população de mais de 67 milhões de habitantes (BLAY, 2019, p.22). Apesar de ser um número pequeno, parte do imaginário francês enxerga estas pessoas como ameaça e alimenta discursos intolerantes e preconceituosos, que Said define como alguns dos dogmas do orientalismo:

[...] um dos dogmas é a diferença absoluta e sistemática entre o Ocidente, que é racional, desenvolvido, humanitário, superior, e o Oriente, que é aberrante, não desenvolvido, inferior [...] o Oriente é no fundo algo a ser temido (o Perigo Amarelo, as hordas mongóis, etc.) ou controlado (pela pacificação, por pesquisa e desenvolvimento, pela ocupação cabal sempre que possível) (SAID, 2007, p. 401-402).

Este comportamento de inferiorizar ou estigmatizar os argelinos e demais cidadãos muçulmanos ajuda a reforçar a islamofobia e xenofobia na sociedade. Partidos e líderes políticos nacionalistas de extrema-direita, que apostam no discurso da intolerância, conseguem angariar simpatizantes e espalhar suas ideias contaminando o debate público, buscando uma polarização na sociedade.

Os recentes atentados terroristas nos últimos anos cometidos por jovens muçulmanos também reforçam esse sentimento anti-imigração.¹⁰ Embora os autores desses atos fossem nascidos e criados na França, são muitas vezes tidos como imigrantes e que jamais irão conseguir se integrar a sociedade e cultura francesa. Isso gera ainda mais sentimentos de exclusão e não pertencimento destes jovens que vivem em sua maioria nas periferias do país. Mesmo sendo franceses, não são vistos como tal por parte da população o que acaba gerando conflitos identitários como uma identidade bifurcada (OLIVEIRA, 2006, p. 130-131)¹¹ ou uma armadilha identitária (VERMEULEN, 2001, p. 138).¹²

Curiosamente, muitos descendentes de argelinos e de outros países fazem parte da cultura popular, sendo admirados e vistos como “os imigrantes que deram certo”, mais um exemplo desta complexidade na relação entre argelinos e franceses.

Os descendentes de argelinos no futebol e na cultura popular

“Quando marco gols sou francês, mas quando jogo mal sou argelino”.¹³ Essa foi uma das declarações mais marcantes do jogador de futebol Karim Benzema. Nascido em Lyon, ele sempre defendeu a seleção francesa de futebol em todas as categorias de base. Em 2006, aos 19

¹⁰ Entre 2015 e 2016, a França sofreu três violentos atentados terroristas. O mais sangrento deles foi um ataque coordenado em novembro de 2015 em diversos pontos de Paris com um massacre na casa de shows Bataclan, tiroteios pela cidade e uma tentativa de explosão a bomba no estádio St. Dennis durante uma partida da seleção francesa de futebol.

¹¹ Termo cunhado por Claudi Esteve Fabregat que é quando a primeira ou segunda geração de descendentes de imigrantes adota uma identificação não definitiva conservando elementos da cultura de seus ancestrais e da sua sociedade contemporânea.

¹² Termo cunhado por Peter Du Preez que é quando os membros de minorias podem reagir de muitas maneiras diante uma situação onde sua identidade é colocada em cheque, podendo se fazer passar por um grupo dominante ou por um grupo minoritário.

¹³ BARBIER, Joachim. *Benzema et La Marseillaise, le fantasme du mauvais français*. Entrevista concedida a revista So Foot. Disponível em: <http://www.sofoot.com/benzema-et-la-marseillaise-le-fantasme-du-mauvais-francais-167868.html>. Acesso em: 25/03/2021.

anos de idade, recebeu um convite para defender a seleção principal da Argélia. Filho de imigrantes argelinos, Benzema nunca viajou até a pátria dos pais e sempre se definiu como um francês, que tem orgulho de suas raízes. Ele agradeceu o convite, mas optou por defender a França.

O caso de Benzema é apenas um exemplo do comportamento da sociedade francesa e europeia em relação aos imigrantes e seus descendentes. Quando obtém sucesso em suas carreiras, são celebrados e tidos como exemplos de sucesso. Quando algo vai mal e fracassam, são estigmatizados e descartados. Por ser a modalidade esportiva mais popular do mundo, o futebol é um excelente objeto de pesquisa para explorar essa temática migratória e identitária.

O futebol é visto pelos cidadãos imigrantes e de baixa renda como uma oportunidade de ascensão social, além de importante personagem da cultura popular. É uma saída que estas pessoas encontram para melhorar de vida e obter sucesso de uma forma mais rápida. Indicativos sociais, o INSEE mostra que as populações de origem estrangeira e seus descendentes se deparam com mais barreiras e possuem índices inferiores em relação aos franceses nativos e brancos em diversos setores como trabalho, educação e economia (FREITAS, 2017, p. 66). Devido a estes fatores é comum ver jovens com essas características tentando a sorte no futebol profissional.

O histórico de jogadores imigrantes ou de origem estrangeira na seleção francesa é muito antigo. Na primeira Copa do Mundo, realizada no Uruguai, em 1930, o capitão da equipe era Alexandre Villaplane, um *pied-noirs*, nascido na Argélia, e que anos depois acabou se unindo aos nazistas na II Guerra Mundial. Ainda nesta década, atletas imigrantes tornaram-se pioneiros como Raul Diagne, primeiro negro a jogar pela França, e Ali Benouna, primeiro magrebino (FREITAS, 2018, p. 54-55). Com o passar do tempo, outros grandes jogadores com descendência imigrante como Just Fontaine, Raymond Kopa, Marius Trésor e Michel Platini tornaram-se ídolos do esporte no país.

Porém, o caso de maior repercussão se deu com a geração campeã mundial em 1998. A equipe foi o primeiro selecionado francês multicultural em um Mundial e ganhou o apelido de BBB: *black, blanc et beur*.¹⁴ É até irônico que o título mais desejado pelos fãs de futebol viesse justamente em casa, no estádio St. Dennis, em Paris, com um time que representava diversas camadas da sociedade. Com dois gols de Zinedine Zidane, filho de argelinos e eleito o melhor jogador do mundo naquele ano, a equipe venceu a seleção brasileira em uma atuação impecável. Após a final da Copa do Mundo, muitos argelinos e descendentes foram festejar nas ruas o título mundial aos gritos de “Zidane presidente” (GALEANO, 2013, p. 213).

¹⁴ Negros, brancos e árabes em tradução.

Neste momento, as ruas de todo o país se enchiam de bandeiras francesas e, também, das de suas antigas colônias como se os imigrantes e seus descendentes fizessem questão de mostrar que também haviam colaborado com aquele momento histórico, como se dissessem que também estavam ali e que aquele título também era deles. Uma união que só pode ser viável através do futebol gerando um exemplo de comunidade imaginada como a idealizada por Anderson, onde todos vivem em uma comunhão mesmo sem conhecer todos os seus membros (2008, p. 32).

Alguns anos depois, mais precisamente ao dia 7 de outubro de 2001, essa turbulenta relação entre ambos foi representada em uma partida de futebol. Nesta data, as seleções de Argélia e França faziam em Paris o primeiro jogo amistoso desde a independência do país norte africano. A partida teve atmosfera bélica e clima tenso antes mesmo da bola rolar com muitos torcedores argelinos vaiando o hino nacional francês e ofendendo os atletas. No segundo tempo, uma invasão de campo por parte de fãs da Argélia causou a suspensão e encerramento precoce do jogo gerando críticas da opinião pública, da imprensa contra os torcedores e inflamando políticos nacionalistas e de extrema-direita.

Esta partida inclusive gerou um profundo choque identitário nos torcedores presentes ao estádio St. Dennis, principalmente, nos descendentes de argelinos nascidos na França. O jogo que trazia à tona lembranças de um doloroso passado entre os países, também mexia com os sentimentos de torcedores que não sabiam como se comportar:

L'annonce du match provoque chez les Algériens de France, et plus encore chez la deuxième, voire la troisième, génération issue de l'immigration, un "réveil identitaire" plutôt douloureux. Entre deux cultures, entre deux pays, entre deux équipes nationales, qui choisir, qui supporter? La rencontre est l'occasion d'une mise au point sur le sentiment identitaire franco-algérien au vécu très varié en fonction des parcours personnels. D'une certaine façon, il s'agit du choix ultime: qui placer d'abord dans son cœur? Le pays qui est le vôtre aujourd'hui ou celui de vos ancêtres? (GASTAUT, 2008, p. 126).¹⁵

Passadas duas décadas desta partida, a França voltou a triunfar em uma Copa do Mundo com uma jovem geração de atletas com raízes multiculturais, muitos deles inspirados pelos campeões de 1998. Mais uma vez, a questão étnico-racial e do time multicultural foi celebrada, porém, esta situação é como um pêndulo que balança conforme os resultados atingidos dentro de campo. Ora festejado, ora demonizado. Se, em 1998 e 2018, o time foi celebrado, em 2010, terminou muito criticado após uma crise que extrapolou os vestiários e tornou-se um assunto de

¹⁵ O anúncio do jogo provoca entre os argelinos da França, e ainda mais entre a segunda, senão a terceira geração resultante da imigração, um doloroso “despertar da identidade”. Entre duas culturas, entre dois países, entre duas equipes nativas, quem escolher, quem apoiar? O encontro é a oportunidade de enfocar o sentimento de identidade franco-argelino com experiências muito variadas, dependendo de experiências pessoais. De certa forma, esta é a escolha final: quem colocar em seu coração primeiro? Qual é o seu país hoje ou o de seus ancestrais?, tradução em português.

debate público que envolveu até políticos do país. Para Gastaut (2008, p. 23), a seleção nacional francesa é muito mais do que apenas um time de futebol, é uma representação da França multirracial, em que os filhos da colonização e das sucessivas ondas migratórias sempre encontram seu lugar no caldeirão social francês.

Assim como a relação franco-argelina, o futebol é complexo. Como citado acima, ele tem uma extraordinária capacidade de unir as diferenças e gerar conflitos com os mesmos envolvidos. Afinal, esta modalidade altamente presente na cultura popular e no imaginário francês, é uma questão social, política, cultural, econômica e diplomática (BONIFACE, 1998, p. 11), além de ter uma importância política e simbólica que contribui para ações sociais, filosofias práticas e identidades culturais (GIULIANOTTI, 2010, p.8), sendo um reflexo desta conturbada relação envolvendo franceses, imigrantes e descendentes argelinos.

Considerações finais

Como visto nas páginas anteriores, a atual tensão entre a relação de argelinos e franceses se deve ao conturbado período colonial entre 1830 e 1962. Durante todo este tempo, ocorreram guerras, massacres, rebeliões, abusos, violência física e psicológica que aliados ao fluxo migratório de argelinos para a França, principalmente, em meados do século XX, reforçaram o turbulento relacionamento entre ambos os lados. Esse ressentimento é visível na sociedade francesa. Seja pelo fato de a população de origem imigrante ainda ser marginalizada como mostram os índices sociais, ou pelos preconceitos enfrentados diariamente por sua etnia e crença religiosa. Nota-se que existe ainda muita animosidade entre as partes e que até os dias atuais, mesmo sendo protegidos pela Constituição, boa parte de argelinos e seus descendentes, além de indivíduos de outras origens, continuam sentindo-se rebaixados e inferiorizados.

Constata-se que ainda há muitos conflitos no fator identitário destes indivíduos. Muitos ainda se sentem não pertencer a nenhum dos lados ou sentem-se representado por ambos, mostrando como a identidade pode ser híbrida (HALL, 2003, 432-433). Este comportamento é mais comum nos descendentes de segunda ou terceira geração que já estão mais adaptados a cultura e sociedade francesa, pois sempre viveram no país. Porém, as relações familiares e comunitárias são fortes e capazes de fazer com que venham a se identificar com a pátria de seus antepassados devido à rejeição sofrida. Hall (2014, p. 29-30) afirma que as identidades não estão impressas em nossos genes e que não nascemos com as identidades nacionais, pois elas são formadas ou transformadas no interior de uma representação cultural. A sociedade francesa precisará aceitar e integrar estas populações migrantes, buscando adaptar-se às suas características e mudanças pelas quais o mundo, e principalmente a Europa, está passando. Como

afirma Eco, o continente será cada vez mais multirracial queiram ou não queiram os europeus (2020, p. 28-29) e que a sociedade não precisa renunciar a sua identidade, mas buscar compreender o que a separa e aceitar a diversidade (2020, p. 90-91).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BLANCHARD, Emmanuel. “Eliminar os indesejáveis”: uma lógica de ação para o policiamento dos argelinos em Paris (1944-1962). **Revista Topoi – Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 45-53, julho-dezembro de 2015.

BLAY, Milton. **A Europa hipnotizada: a escalada da extrema-direita**. São Paulo: Contexto, 2019.

BONIFACE, Pascal. (Org.). **Géopolitique Du Football**. Bruxelles: Editions Compelxe, 1998.

COELHO, Ricardo Correa. **Os franceses**. São Paulo: Contexto, 2010.

DETIENNE, Marcel. **A identidade nacional, um enigma**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

ECO, Umberto. **Migração e intolerância**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, Jonh L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FREITAS, Guilherme Silva Pires de. A importância dos imigrantes e descendentes na seleção francesa ao longo das Copas do Mundo. **FuLiA/UFMG**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 51-71, maio-agosto de 2018.

FREITAS, Guilherme Silva Pires de. **As seleções de futebol multiculturais da União Europeia**. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) – Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades.

GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e a sombra**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2013.

GASTAUT, Yvan. **Le métissage par le foot: L'integration, mais jusqu'ou?** Paris: Éditions Autrement, 2008.

GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões**. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Brasília: Editora UFMG, 2003.

HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KIERNAN, Ben. **Blood and Soil: A World History of Genocide and Extermination from Sparta to Darfur**. New Haven: Yale University Press, 2007.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth**. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

SAID, Edward. W. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EdUSP, 1998.

VERMEULEN, Hans. **Imigração, integração e a dimensão política da cultura**. Edições Colibri, Lisboa, 2001.

YAZBEK, Mustafa. **A revolução argelina**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

Fontes

ALGÉRIE PRESSE SERVICE. **Laghouat se remémore l'un des pires massacres perpétrés par la France coloniale contre le peuple algérien**. Algérie Presse Service. Disponível em: <<https://www.aps.dz/societe/113741-laghouat-se-rememore-l-un-des-pires-massacres-perpetres-par-la-france-coloniale-contre-le-peuple-algerien>>. Acesso em: 13/04/2021.

BARBIER, Joachim. **Benzema et la Marseillaise, le fantasme du mauvais français**. So Foot. Disponível em: <<http://www.sofoot.com/benzema-et-la-marseillaise-le-fantasme-du-mauvais-francais-167868.html>>. Acesso em: 25/03/2021.

FRANCE. **Constitution du 4 octobre 1958**. République française. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/JORFTEXT000000571356/2019-07-01/>>. Acesso em: 20/03/2021.

INSEE. **Étrangers – Immigrés em 2017: Recensement de la population – Résultats pour toutes les communes, départements, régions, intercommunalités...** Disponível em: <<https://www.insee.fr/fr/statistiques/4515412?sommaire=4515432&geo=METRO-1>>. Acesso em: 14/03/2021.

INSEE. **Être né en France d'un parent immigré**. Disponível em: <<http://www.insee.fr/fr/statistiques/1283065>>. Acesso em: 14/03/2021.

MINISTÈRE DE L'EUROPE ET DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES. **L'attribution de la nationalité française**. Ministère de l'Europe et des Affaires Étrangères. Disponível em: <<https://www.diplomatie.gouv.fr/fr/services-aux-francais/etat-civil-et-nationalite-francaise/nationalite-francaise/article/l-attribution-de-la-nationalite-francaise>>. Acesso em: 29/04/2021.

PEYROULOU, Jean-Pierre. Les cas de Sétif-Kherrata-Guelma (mai 1945). **SciencesPo**. Disponível em: <<https://www.sciencespo.fr/mass-violence-war-massacre-resistance/fr/document/le-cas-de-sa-tif-kherrata-guelma-mai-1945>>. Acesso em: 13/04/2021.

THE BRITISH LIBRARY. **Immigration from India**. Disponível em: <<https://www.bl.uk/learning/timeline/item107671.html>>. Acesso em: 14/03/2021.

Recebido em: 08/05/2021

Aprovado em: 30/07/2021



ISSN: 2595-5713

Vol. 04 | Nº. 7 | Ano 2021

Karine de Souza Silva
João Barbosa Pina Pereira
Patrícia Nabuco Martuscelli

INFÂNCIA, RACISMO E MEMÓRIAS COLONIAIS: O IMPACTO DE UMA MEMBRANA MIGRATÓRIA SELETIVA EM CRIANÇAS MIGRANTES DESACOMPANHADAS NA ITÁLIA

Childhood, racism and colonial memories: the impact of a selective migratory membrane towards unaccompanied migrant children in Italy

RESUMO: A Europa tem recebido muitos imigrantes nos últimos anos, sobretudo, a Itália. O presente estudo aborda como o racismo presente na sociedade italiana, fruto de sua experiência colonial, impacta diretamente a decisão sobre quais indivíduos são bem-vindos e aqueles que constituem uma ameaça, sendo, portanto, evitados a todo custo no país. Neste sentido, a membrana migratória seletiva e racista da Itália é analisada com o objetivo de se verificar se há uma restrição do ingresso de crianças desacompanhadas não brancas no seu território. A pesquisa é baseada em um estudo de caso aliando fontes primárias, secundárias e uma entrevista. Verificou-se que o ingresso e a permanência a longo prazo das crianças desacompanhadas na Itália são diretamente afetadas por uma mentalidade racista e reforçadas recentemente pela implementação de dois decretos legislativos durante o mandato do Ministro do Interior Matteo Salvini.

PALAVRAS-CHAVE: Crianças Desacompanhadas; Migração; Refúgio; Itália.

ABSTRACT: Europe has received many immigrants in recent years, especially Italy. The present study addresses how racism present in Italian society, as a result of its colonial experience, directly impacts the decision on which individuals are welcome and those who constitute a threat, therefore being avoided at all costs in the country. In this sense, the selective and racist migratory membrane of Italy is analyzed with the objective of verifying if there is a restriction on the entry of unaccompanied non-white children in its territory. The research is based on a case study combining primary, secondary sources and an interview. We conclude that the entry and long-term stay of unaccompanied children in Italy is directly affected by a racist mentality and has recently been reinforced by the implementation of two legislative decrees during the term of interior minister Matteo Salvini.

KEY WORDS: Unaccompanied Children; Migration; Asylum. Italy.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre Antônio Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

INFÂNCIA, RACISMO E MEMÓRIAS COLONIAIS: O IMPACTO DE UMA MEMBRANA MIGRATÓRIA SELETIVA EM CRIANÇAS MIGRANTES DESACOMPANHADAS NA ITÁLIA

Karine de Souza Silva ¹
João Barbosa Pina Pereira ²
Patrícia Nabuco Martuscelli ³

Introdução

A mentalidade racista presente na sociedade italiana, fruto do período em que a Itália conduziu com brutalidade o domínio sobre alguns países africanos, impacta diretamente sobre a escolha entre quais indivíduos são bem-vindos no país e aqueles que constituem uma ameaça, devendo, portanto, serem evitados a todo custo. Esta seletividade de suas fronteiras, baseada na raça, constitui a membrana migratória seletiva italiana. Ao analisar as macrotendências de migrações para a Itália, salienta-se as suas particularidades na escala micro como, por exemplo, o fato de que uma categoria chama atenção por sua tenra idade: as crianças desacompanhadas,⁴ grupo que representava 15% do total dos solicitantes de refúgio na Itália em 2018.⁵

A conjuntura de hostilidade contra os solicitantes de proteção internacional na Itália criou um ambiente favorável para a eleição de Matteo Salvini, líder do partido de extrema-direita Lega, como ministro do interior em 2018. De fato, Salvini ganhou popularidade vocalizando um discurso anti-imigratório de cunho intolerante e racista. Para além disto, em 2018, Salvini implementou um decreto legislativo que impõe dificuldades à permanência a longo prazo das crianças desacompanhadas no país, especialmente, a partir do momento em que atingem a maioridade legal: o Decreto Salvini. Da mesma forma, em 2019, Salvini aprovou o Decreto *Sicurezza bis*, responsável por provocar uma drástica redução no contingente de crianças desacompanhadas que chega à Itália por via marítima. Neste sentido, o artigo busca responder à seguinte pergunta: como a política migratória de Salvini, reforçada por uma membrana migratória seletiva e racista,

¹ Doutora em Direito (UFSC), professora dos Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais e em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora Produtividade em Pesquisa PQ CNPq. Titular da Cátedra Jean Monnet da União Europeia e da Cátedra Sérgio Vieira de Mello CSVM/ACNUR. Coordenadora do EIRENÉ - Centro de Pesquisas e práticas Decoloniais e Pós-coloniais aplicadas às Relações Internacionais e ao Direito Internacionall e do Projeto de Extensão CSVM para Migrações e Refúgios. karine.silva@ufsc.br

² Bacharel em Relações Internacionais (UFSC) e mestrando programa Erasmus Mundus MITRA - Migrações Transnacionais (2020-2022). joaopinafig@gmail.com

³ Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), membro do Social Science Research Fellow in Conflict and Migration e do Institute for Risk and Disaster Reduction, University College London (UCL), Londres. patnabuco@alumni.usp.br

⁴ Entendemos por crianças desacompanhadas: “children [...] who have been separated from both parents and other relatives and are not being cared for by an adult who, by law or custom, is responsible for doing so”, de acordo com a Convenção da ONU sobre os Direitos das Crianças de 1989.

conduziu a restrição do ingresso de crianças desacompanhadas racializadas do Sul Global para a Itália?⁶

O estudo do caso italiano é extremamente relevante na conjuntura europeia das migrações contemporâneas, visto que migrantes e solicitantes de refúgio continuam a chegar e buscar proteção internacional no país. Ademais, este artigo oferece algumas importantes contribuições teóricas e analíticas que visam contribuir com a literatura brasileira referente ao tema: primeiramente, a membrana migratória seletiva se apresenta como uma lente teórica para a análise da Itália como país receptor no cenário das migrações internacionais. Em seguida, o presente artigo conta com uma bibliografia rica em fontes em italiano para o seu embasamento, o que representa uma contribuição para as reflexões sobre nosso objeto de pesquisa. Neste sentido, o presente trabalho apresenta uma importante contribuição para a pesquisa brasileira no campo das migrações na Itália, em particular de crianças desacompanhadas.

Para abordar esta questão, foi utilizado o método de estudo de caso, correlacionando a perspectiva da membrana migratória seletiva à situação das crianças desacompanhadas provenientes do Sul Global na Itália. O marco temporal da pesquisa corresponde ao período de 2017 a 2019, portanto, do ano anterior à ascensão de Salvini até o ano em que o seu mandato se encerrou. Ademais, este artigo apoia-se em uma combinação de fontes primárias e secundárias, por meio de uma vasta bibliografia que inclui livros, artigos científicos, relatórios institucionais e notícias jornalísticas além de legislações, cujo acesso se deu por meio do portal institucional italiano *Gazzetta Ufficiale*. Além disso, uma fonte primária foi obtida por meio de uma entrevista semiestruturada em profundidade realizada com um interlocutor da Gâmbia, maior de idade, que chegou à Itália na condição de criança desacompanhada, e hoje trabalha em um centro de acolhimento para crianças desacompanhadas em Calábria, Itália. Faz-se necessário salientar que os padrões éticos foram observados ao realizar essa entrevista.

O artigo se apresenta da seguinte forma: a primeira seção é dedicada a demonstrar que a Itália possui um passado colonial e racista, fato gerador de uma membrana migratória seletiva que distingue entre o migrante bem-vindo, geralmente branco, e os migrantes racializados do Sul Global, cuja entrada é evitada a todo custo. A segunda seção apresenta que a maioria das crianças que chegam à Itália são provenientes do Sul Global sendo, portanto, alvos das restrições impostas pela membrana migratória seletiva. Por último, a terceira seção analisa as políticas implementadas pelo então Ministro do Interior, Matteo Salvini, que reforçam tal barreira e dificultam

⁵ SAVE THE CHILDREN. **Atlante Minori Stranieri Non Accompagnati in Italia**: Crescere Lontano da Casa. 2018.

⁶ Sul Global, à luz de Boaventura de Sousa Santos (1995), é o conjunto de países periféricos e semiperiféricos do sistema mundo moderno.

tam a integração de crianças desacompanhadas a partir do momento em que atingem a maioridade.

2 AS MEMÓRIAS COLONIAIS DA ITÁLIA E A SELETIVIDADE DOS CORPOS RACIALIZADOS

O racismo foi o instrumento mais eficaz de dominação social inventado nos últimos 500 anos (QUIJANO, 1999, p. 145). A forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento (ALMEIDA, 2018, p. 25), é um processo intimamente ligado à colonização, uma vez que implementa e normaliza a prática do genocídio (CÉSAIRE, 2010, p. 7) e da brutalidade contra a alteridade. A tese de que os povos não-europeus eram bárbaros (DOTY, 1996, p. 48) e precisavam, portanto, serem civilizados, guardou importância fundamental no sentido de justificar a dominação sobre os povos dominados por parte dos europeus, prática que, no seu auge, ocupou cerca de 85% da superfície terrestre (SAID, 2007, p. 78).

Neste cenário, o “racismo científico”, pseudociência difundida pelas teses de Gobineau, Cuvier, entre outros,⁷ foi um instrumento utilizado para defender a inferioridade racial dos povos não europeus, relativizando, assim, sua humanidade.⁸ A violência e a brutalidade empregadas durante o colonialismo (FANON, 1968, p. 32; CÉSAIRE, 2010, p. 23) e a substituição das regras existentes no local pelas europeias (SAID, 2007, p. 89; MEMMI, 2007, p. 79) inferiorizaram as tradições e culturas locais, bem como a constituição do indivíduo, transfigurando-o em ser irracional, incivilizado, bárbaro e “diferente” (SAID, 2007, p. 89). Hommi Bhabha (1998, p. 103) argumenta que a lógica da colonização se baseia justamente em analisar o “outro” como diferente de um eu, cuja diferença é traduzida em termos de superioridade e inferioridade permanentes. Essa subjugação do “outro” como inferior resultou em práticas de opressão, escravidão e, inclusive, políticas de aniquilação (BHABHA, 1998, p. 103).

A Itália, país foco deste estudo, foi igualmente uma potência colonial que brutalmente dominou alguns países da África Oriental - Etiópia, Eritreia e Somália - durante meio século, e a Líbia por 30 anos. Ainda que a nação italiana tenha empregado esforços em divulgar uma autoimagem de um povo “*brava gente*” (DEL BOCA, 1998, p. 50), o Estado italiano conduziu ataques bárbaros em África a fim de sobrepujar povos nativos e dominar territórios.⁹ Mesmo que as

⁷ *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853), de Arthur Gobineau e *Le règne animal* (1817), de Georges Cuvier.

⁸ A nona edição da *Encyclopedia Britannica* (1884) afirmou que “a raça africana ocupava a posição mais baixa da escala evolucionária, proporcionando assim o melhor material para o estudo comparativo dos mais altos antropóides e da espécie humana” (PLOUS; WILLIAMS, 1995, p. 795).

⁹ Como o continente africano foi historicamente racializado, exotizado, e os africanos têm sido, pela tradição ocidental, animalizados, brutalizados e afastados da ideia de racionalidade, há uma tendência a considerar que os africanos não são capazes de falar por si próprios. Portanto, há uma posição política em se falar “em África” e “de África” ao

maiores potências coloniais, sendo que as mais postas em evidência sejam a francesa e a inglesa, a Itália foi igualmente violenta e genocida em seus confrontos. A evidência mais clara disto trata-se do uso de gases tóxicos pelo exército italiano, já proibidos pelo Protocolo de Genebra de 1925, para subjugar os povos da África Oriental (BELLADONNA, 2015, p. 204; ROCHAT, 1988, p. 152). De fato, a série de cartões postais *Africa Orientale*, feita pelo pintor Enrico de Seta, retrata os ataques violentos realizados pelo exército italiano, como ataques com gás tóxico, bem como provocações racistas e sexistas referentes à colonização em África.¹⁰

Como agravante, a Itália construiu campos de concentração na Líbia, na Somália e na Eritreia (DEL BOCA, 1998, p. 591), além de implementar um rígido sistema de *apartheid* racial em suas colônias, superado, talvez, apenas pela experiência sul africana (DEL BOCA, 1992, p. 32). Como saldo, os povos dominados pela Itália foram brutalizados, racializados,¹¹ mortos¹² e saqueados.¹³ Com a derrota da Itália na Segunda Guerra Mundial e o fim do fascismo, o país voltou-se para questões internas ao seu território, como a reconstrução do país e o reaquecimento de sua economia, enfraquecendo, assim, sua “mão de ferro” nos territórios sob o seu poder. Esse fator foi determinante para que os países colonizados pela Itália se tornassem independentes.¹⁴ No entanto, ao contrário de outras potências coloniais, a Itália nunca assumiu as suas culpas coloniais (DEL BOCA, 199 e p. 590, TABET, 1997, p. 9) e nem puniu os responsáveis pelos genocídios em África, quando não, colimou-os com honras (DEL BOCA, 1998, p. 50).¹⁵ O país, portanto, não reparou os danos causados nas antigas colônias, evitando que qualquer processo de memória histórica se desse de maneira mais aprofundada.¹⁶

invés de “da” e “na” África no sentido de enfatizar que nós não estamos falando na qualidade de africanos, mas estamos falando sobre a África. Dessa forma, estamos conscientes de que o conhecimento apresentado neste artigo não vem de África, ou seja, não foi produzido nem por africanos nem por pessoas que estejam no continente africano. Portanto, neste artigo empregamos “em África” e não “na África”.

¹⁰ Enrico De Seta (1935-36) desenhou a série de cartões postais *Africa Orientale*, na qual ilustra um soldado italiano aplicando gás tóxico sobre o povo local, que fugia com escudos e lanças - *Armamenti*. Em outro cartão, um soldado italiano carrega uma mulher negra nos braços e questiona o homem que trabalha no serviço de correios se seria possível enviá-la como lembrança da África Oriental - *ufficio postale*. Disponível em: <https://www.novecento.org/dossier/mediterraneo-contemporaneo/colonialismo-e-tutela-della-razza/>

¹¹ A racialização ocorre a partir de práticas discursivas que ressaltaram a diferença e impuseram categorias de inferioridade (SILVA; PISETA, 2019). Por exemplo, a categorização monolítica dos diversos grupos étnicos da África subsaariana como “negros” (MONSMA, 2013, p. 5).

¹² De fato, a Itália foi responsável pela morte de 28.000 líbios entre 1911 e 1932, bem como de 300.000 a 400.000 etíopes entre 1935 a 1941 em defesa da sua terra natal (DEL BOCA, 1998, p. 591).

¹³ A Itália furtou inúmeras relíquias de valor inestimável nos territórios subjugados, como o obelisco de Axum, na Etiópia (DEL BOCA, 1998, p. 592).

¹⁴ Etiópia - 1947, Líbia - 1952, Somália - 1960; Eritreia - 1993 (independência da Etiópia).

¹⁵ “De Mussolini a Badoglio, de Graziani a De Bono, de Lessona a Pirzio Biroli, de Geloso a Gallina, de Tracchia a Cortese, de Maletti a Belly, todos os principais autores de genocídios africanos permaneceram impunes, [...] quando não obtiveram altas honras de Itália republicana” (DEL BOCA, 1998, p. 591).

¹⁶ A memória histórica materializa-se como um esforço de superar o passado e evitar que tais atos se repitam no futuro. Assim, a memória histórica supõe um processo de ampliação social de interpretações sobre o ocorrido. Sua narrativa procura ser mais do que um fiel retrato do passado, ela transmite o aprendizado do fato ocorrido e por isso se faz necessário seu compartilhamento com a sociedade em geral (GUZMÁN, 2011).

Dessa forma, a percepção racista de que os povos do Sul Global são menos evoluídos racionalmente se consolidou na mentalidade coletiva italiana por meio de suas prévias experiências coloniais (TABET, 1997, p. 8). O racismo que permeia o tecido social do país constitui o que chamamos de membrana migratória seletiva. Empregando o termo da biologia, os Estados, movidos por seu autointeresse, muitas vezes, se comportam como um ser unicelular dotado de membrana plasmática, o qual decide absorver apenas o que lhes interessam. As fronteiras, nessa perspectiva, funcionam como essa membrana, filtrando quem pode adentrar no país, geralmente por meio de uma seletividade econômica (WEBER; BOWLING, 2008, p. 361) e racial. A figura 1, a seguir, ilustra a membrana migratória italiana baseada na raça:

Figura 1 - Membrana Migratória Seletiva Italiana



Fonte: Elaboração dos autores (2020)

Neste sentido, Fekete compara a seletividade das migrações nos países centrais com um novo Darwinismo Social (FEKETE, 2001, p.25). Segundo Silva e Piseta, a União Europeia trata os assuntos de migração indocumentada no âmbito da segurança e justiça, de forma a lutar contra ela (SILVA; PISETA, 2019, p. 34). De fato, a restrição da mobilidade humana é promovida *vis-à-vis* a uma ordem hierárquica de relevância estabelecida por esses países e incorre em um tratamento criminalizante desses deslocados. Dessa forma, o ato de migrar é categorizado como crime, prática conhecida como “crimigração” (STUMPF, 2006, p. 372). Assim, determina-se quem faz ou não parte da sociedade, criando pertencentes e intrusos, o indivíduo “legal” versus o “ilegal”.

A partir de 1970, a Itália passou a receber com regularidade imigrantes dos países periféricos (MANTOVAN, 2007, p. 120).¹⁷ De fato, Tabet propõe este período como um divisor de

¹⁷ A Teoria dos Sistemas-Mundo, criada por Immanuel Wallerstein, propõe um olhar sobre disparidades globais analisando os diferentes níveis de desenvolvimento capitalista. Três grupos de países são traçados: centro, periferia e semiperiferia. Os então países independentes passam a ser categorizados como periféricos, ou seja, estão às margens do sistema capitalista. Segundo Wallerstein, o fator-chave é que, no interior da economia capitalista mundial, por

águas da história italiana uma vez que o país não lida mais com os indivíduos do “Terceiro Mundo” externamente ao seu território, mas passa a incorporá-los dentro de suas fronteiras (TABET, 1997, p. 3). Tabet salienta que, apesar do fato de italianos e imigrantes do Sul Global convivem em território italiano pela primeira vez, os italianos “já os tinham na imaginação antes de os terem ao lado na parada de ônibus” (TABET, 1997, p. 3). Dessa forma, passa-se a tolerar, e tolerar apenas, a presença dos não-brancos entre os italianos (TABET, 1997, p. 2). Como denuncia, Tabet explica que “o importante é que os negros não pretendam exatamente aquilo que pretendem os brancos” (TABET, 1997, p. 3).

Segundo Almeida, o racismo é estrutural uma vez que é decorrente da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo considerado uma patologia social. Nesse sentido, quando as crianças de um país passam a reproduzir um discurso racista,¹⁸ significa que o racismo foi naturalizado e incorporado nesta sociedade (ALMEIDA, 2018, p. 38).

Buscando investigar a extensão do racismo na sociedade italiana, Paola Tabet se dedicou durante 7 anos a entrevistar crianças e professores nas escolas italianas, de norte a sul do país, a fim de compreender a extensão do racismo enquanto elemento estrutural na Itália.¹⁹ Os resultados foram surpreendentes: relatos registrados pela pesquisadora demonstram como a discursividade de depreciação dos povos africanos são ensinadas e capturadas nas vivências das crianças. Em um relato de uma criança do ensino fundamental de Bolonha, consta que, “na África, há homens que, se vêm à Itália, levam as crianças...” (TABET, 1997, p. 30); na resposta de uma criança do ensino fundamental de Catalinsetta - Sicília, consta que “eu tenho medo dos negros, pois eles matam as crianças e fazem o mal!” (TABET, 1997, p. 30); e “eu os pintaria com uma cor clara como o rosa, e assim ao menos teriam pele italiana” (TABET, 1997, p. 182). Estes relatos das crianças italianas permitem observar como esta visão pejorativa da alteridade pode afetar as crianças imigrantes nos lugares de socialização.

O racismo está de tal modo presente na constituição social italiana, que o país adota o princípio *Ius Sanguinis*²⁰ ao invés do *Ius Solis*, determinando quem é ou não cidadão a partir do sangue, e não necessariamente do fato de se nascer na Itália.²¹ Neste sentido, Mario Ballotelli,

definição, os Estados não podem todos “se desenvolver” simultaneamente, já que o sistema funciona graças à existência de regiões desiguais de centro e de periferia (WALLERSTEIN, 1979, p. 60).

¹⁸ Crianças tendem a imitar o comportamento dos adultos de referência e incorporar seu discurso (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2006).

¹⁹ Pesquisa realizada entre 1990 e 1997 com crianças de 7 a 13 anos em 424 salas de aula em escolas do Vêneto à Sicília. Conduzida por perguntas gerais sobre a representação do “outro”.

²⁰ Filho/a de pais italianos - lei 5 febbraio 1992, n. 91, como consta na Gazzetta Ufficiale em 1992: **Nuove norme sulla cittadinanza**. Disponível em: <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/1981/04/10/081U0121/sg>.

²¹ A Itália introduziu também, desde 2015, o direito à cidadania a partir do princípio *Ius Culturae*: “é introduzido um método de aquisição da cidadania, que é novo no sistema jurídico italiano. O beneficiário é o menor estrangeiro, nascido ou entrado na Itália com 12 anos. Adquire a cidadania de direito, desde que tenha frequentado regularmente

jogador da seleção italiana, nascido na Itália de pais ganeses, comentou durante uma entrevista que viveu sua infância e adolescência em um “limbo” jurídico.²² Como resposta, o então ministro do interior italiano, Matteo Salvini, publicou em sua conta Twitter uma frase com tom provocador: “Caro Mario, o ‘ius soli’ não é minha prioridade nem dos italianos. Se divirta atrás da bola”.²³ Na outra face da moeda, Kaká, jogador de futebol brasileiro, branco, foi condecorado pelo governo da Itália com a nacionalidade italiana como reconhecimento pela sua vitoriosa passagem pelo clube de Milão, Milan A.C, mesmo sem ser descendente de italianos.²⁴ Neste sentido, a membrana migratória é seletiva uma vez que, enquanto restringe o ingresso de pessoas racializadas, é permeável para os corpos considerados hegemônicos.

A questão da cidadania italiana *Ius Sanguinis x Ius Solis* voltou a ocupar as manchetes italianas em 2019 quando Ramy Shehata, um garoto de 14 anos, nascido na Itália de pais egípcios, foi apelidado de “garoto herói”. Ramy, ao notar o início de um incêndio em um ônibus escolar, correu para avisar as autoridades, atitude que salvou centenas de crianças italianas em março de 2019.²⁵ Como reconhecimento por seu gesto, as autoridades italianas agilizaram o procedimento para lhe conceder a cidadania italiana.²⁶ Sobre esse tema, Luigi Manconi, presidente do Escritório Nacional Antidiscriminação Racial – UNAR, declarou: “Feliz o país que não precisa de heróis. A ideia de que os direitos se conquistem com o heroísmo ou feitos excepcionais é

(nos termos da legislação em vigor) um curso de formação há pelo menos cinco anos em território nacional. Esta formação consiste em: um ou mais ciclos em instituições pertencentes ao sistema nacional de ensino; cursos de educação e formação profissional de três ou quatro anos, adequados à obtenção de uma qualificação profissional”. Em: IUS Culturae, i nuovi italiani scendono in piazza: tutto pronto per la ‘marcia dei diritti’. **La Repubblica**, Roma, 27 nov. 2019b. Disponível em: https://www.repubblica.it/solidarieta/diritti-uma-ni/2019/11/27/news/ius_culturae_i_nuovi_italiani_scendono_in_piazza_tutto_pronto_per_la_marcia_dei_diritti_-242050695/.

²² A criança que não é filha de pais italianos, mesmo que nascida na Itália, apenas recebe a cidadania italiana ao completar 18 anos de idade. Em: BALOTELLI rilancia la sfida della cittadinanza. **Avvenire**, Roma, 6 jun. 2018a. Disponível em: <https://www.avvenire.it/attualita/pagine/balotelli-rilancia-la-sfida-della-cittadinanza>.

²³ CARO Mario, lo “ius soli” non è la priorità mia, né degli italiani. Buon lavoro, e divertiti, dietro al pallone. **Twitter**, 2018. Disponível em: <https://twitter.com/matteosalvinimi/status/1003972945134354432>.

²⁴ ÍDOLO no Milan, meia Kaká obtém a cidadania italiana. **Estadão**, São Paulo, 12 fev. 2007. Disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,idolo-no-milan-meia-kaka-obtem-a-cidadania-italiana,20070212p5435>.

²⁵ RAMY, il bambino eroe e il "rischio" della cittadinanza come premio. **Redattore Sociale**, Roma, 22 mar. 2019. Disponível em: https://www.redattoresociale.it/articole/notiziario/ramy_il_bambino_eroe_e_il_rischio_della_cittadinanza_come_premio.

²⁶ De fato, o Estado italiano prevê a aquisição da cidadania para além dos motivos *Ius Sanguis*, por adoção, união civil com cônjuge italiano/a além da “cidadania por méritos”. Esta última é concedida a um indivíduo que não tenha a cidadania e que realize atos de bravura em defesa de outras pessoas ou da nação italiana. Nestes casos, o ministro do interior, juntamente com o Conselho de ministros e o presidente da República, pode lhe conceder a cidadania italiana, segundo o artigo 2º da lei 5 de fevereiro 1992, n. 91. Disponível em: <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/1981/04/10/081U0121/sg>.

profundamente errada. Os direitos se conquistam com a normalidade do comportamento, com a vida social cotidianamente vivida”.²⁷

Paola Tabet em seu livro *La pelle giusta - A pele certa*, utiliza uma interessante metáfora para ilustrar como o racismo se reproduz na Itália:

O motor de um carro pode estar desligado, em ponto morto ou acelerar a 5000 rpm. Porém, mesmo quando desligado, o motor é um conjunto coordenado de elementos conectados uns aos outros [...] pronto para funcionar quando é ligado [...] Com a chegada dos imigrantes dos países de ‘Terceiro Mundo’ [...] esse sistema sofreu uma aceleração. O seu barulho passou de som de fundo, às vezes quase imperceptível, para constante. O discurso racista se tornou cotidiano, [...] e está em todos os lugares, através de piadas, trocas de opinião ou na mídia (TABET, 1997, p. 5).

Dessa forma, com o aumento dos fluxos de imigrantes e solicitantes de proteção internacional nos últimos anos para a Itália, o motor do racismo passou a operar em velocidade máxima, promovendo a hostilização de todo aquele que não possui a pele clara. De fato, uma pesquisa feita com crianças provenientes do Sul Global que vivem na Itália mostrou que a maioria delas já se sentiu discriminada por conta de sua cor de pele.²⁸ Duas tendências crescentes funcionaram como gatilho para a aceleração do motor do racismo na Itália: a) o aumento do fluxo de imigrantes se dirigindo à Itália como país de destino ou trânsito, e b) o hábito de alguns países europeus em “devolver” imigrantes à Itália alegando que o país deve se ocupar deles uma vez que foi o primeiro país de registro do imigrante na União Europeia.²⁹

O aumento dos fluxos marítimos de embarcações pouco seguras, os *barconi*, que partem do continente africano e da Grécia (DIMITRIADI, 2013, p. 16),³⁰ vêm transformando o Mar Mediterrâneo em um cemitério, no qual muitas vidas de crianças são ceifadas.³¹ Dado este crítico

²⁷ RAMY, il bambino eroe e il "rischio" della cittadinanza come premio. **Redattore Sociale**, Roma, 22 mar. 2019. Disponível em: https://www.redattoresociale.it/article/notiziario/ramy_il_bambino_eroe_e_il_rischio_della_cittadinanza_come_premio.

²⁸ “SEI MAI stato vittima di razzismo?” Il progetto Unher con i minori stranieri non accompagnati: il 30% testimone di episodi di intolleranza. **Il fatto quotidiano**, Roma, 20 nov. 2019. Disponível em: <https://www.ilfattoquotidiano.it/2019/11/20/sei-mai-stato-vittima-di-razzismo-il-progetto-unher-con-i-minori-stranieri-non-accompagnati-il-30-testimone-di-episodi-di-intolleranza/5572736/>.

²⁹ O Acordo de Dublin foi concebido em 1990 visando facilitar a gerência conjunta dos fluxos migratórios de pessoas em necessidade de proteção internacional na Europa. Com esse objetivo, o seu artigo 3º impõe ao primeiro País-Membro da União Europeia que recebe a solicitação para proteção internacional, ou, o país de entrada, a responsabilidade de analisá-la: “Se nenhum Estado-Membro responsável puder ser designado com base nos critérios enumerados no presente regulamento, o primeiro Estado-Membro em que tenha sido apresentado a solicitação de proteção internacional será responsável pela análise do mesmo”. Em: OFFICIAL JOURNAL OF THE EUROPEAN UNION. **Regulation (EU) n° 604/2013 of the European Parliament and of the Council, 29 jun.** 2013. Disponível em: <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2013:180:0031:0059:EN:PDF>.

³⁰ Os imigrantes que provêm da Ásia, como Paquistão, Bangladesh, Afeganistão e Irã, geralmente partem para a Itália a partir dos portos gregos de Patras ou Iouguetisa (DIMITRIADI, 2013, p.23).

³¹ É estimado que ao menos 700 crianças estejam entre as pessoas que faleceram na tentativa de chegar à Itália em 2016. Em: UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). **A Deadly Journey for Children The Central**

contexto, diversas operações de salvamento têm sido realizadas por diversas organizações não-governamentais (ONGs) que realizam o resgate dos migrantes em alto mar.³² De fato, Sherif, 22 anos, gambiano, entrevistado para esta pesquisa, comentou que partiu da Líbia em um *barcone*, no qual permaneceu durante três dias vagando pelo Mar Mediterrâneo até ser resgatado pelo navio de uma ONG que, por fim, o levou até a costa italiana.³³

A comoção mundial gerada em torno das mortes no Mar Mediterrâneo por meio de imagens veiculadas na mídia vem pressionando a Itália a acolher esses indivíduos que “batem à sua porta”.³⁴ No outro lado da moeda, porém, a pressão mundial por um acolhimento digno da Itália aos solicitantes de refúgio vem enfurecendo parte da população local, pois entende que a atenção do Estado italiano deve estar direcionada aos seus desafios internos.³⁵ Esse sentimento de intolerância repousou sobre a figura de Matteo Salvini que, usando de sua influência ministerial, criou leis com o intuito de reforçar a membrana migratória seletiva italiana - o Decreto Salvini e Decreto *Sicurezza Bis*.³⁶ Neste sentido, Matteo Salvini declarou durante uma entrevista em 2019:

Mediterranean Migration Route. 2017. 20 p. Disponível em: <https://www.unicef.org/sites/default/files/press-releases/glo-media-UN053732.pdf>.

³² As operações de busca e salvamento no Mar Mediterrâneo realizadas a partir da cooperação da guarda costeira italiana e da marinha militar italiana, como a Mare Nostrum, e a Search and Rescue (SAR), mas também a Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (FRONTEX), ONGs, a European Union Naval Force ATALANTA (NAVFOR), entre outros, realizaram o salvamento de 114.286 pessoas em 2017. Em: SAVE THE CHILDREN. **Atlante Minori Stranieri Non Accompagnati in Italia: Crescere Lontano da Casa.** 2018b.

³³ SHERIF (Nome fictício). Entrevista: depoimento [mai. 2019]. Entrevistador: João Barbosa Pina Pereira. Florianópolis, 2019. Gravação de 23 minutos.

³⁴ A foto do menino sírio Alan Kurdi, morto em uma praia da Turquia, gerou indignação e ação por parte das autoridades europeias: o governo alemão decidiu abrir as fronteiras a milhares de refugiados sírios. A presidente alemã Angela Merkel declarou no dia 31 de agosto de 2015 que se trata de um dever nacional fazê-lo. Em: TWO years since Germany opened its borders to refugees: A chronology. **Deutsche Welle**, Berlim, 4 set. 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/en/two-years-since-germany-opened-its-borders-to-refugees-a-chronology/a-40327634>. Da mesma forma, o Papa Francisco convidou os fiéis a orarem na praça São Pedro, Vaticano, diante de um naufrágio no Mar Mediterrâneo: “Um barco carregado de migrantes tombou na noite passada a cerca de 60 milhas da costa da Líbia, e se teme que sejam centenas de vítimas. Exprimo a minha imensa dor frente tal tragédia, e asseguro aos desaparecidos e suas famílias a minha lembrança e oração [...] Eu os convido a orar em silêncio”. Em: NUOVA tragedia migranti nel Canale di Sicilia, il Papa: "La comunità internazionale intervenga". **Rai News**, Roma, 19 abr. 2015. Disponível em: http://www.rainews.it/dl/rainews/articoli/Immigrazione-Papa-Francesco-La-comunit-internazionale-intervenga-265daaef-dd2b-48c8-a007-f57f8a573643.html?refresh_ce.

³⁵ O país atravessa uma estagnação econômica, com alto desemprego correspondendo a 10,7% da população, segundo os dados do ISTAT de 2019. Em: ISTAT: a febbraio disoccupazione al 10,7 (+0,1%), quella giovanile al 32,8%. **Il sole 24 ore**, 2019. Disponível em: <https://www.ilsole24ore.com/art/istat-febbraio-disoccupazione-107-01percento-quella-giovanile-328percento--AB06xgJB>. Neste contexto, a situação é mais crítica entre os jovens: o país registra a taxa de emprego mais baixa da Europa entre jovens de 25 a 29 anos: 54,6% frente uma média de 75% da União Europeia e um êxodo de jovens italianos para outros países da Europa e do mundo. Em: GIOVANI in 10 anni emigrati dall'Italia 250 milla ragazzi: persi 16 miliardi, pari all'1% del Pil. **Corriere della sera**, Roma, 8 out. 2019. Disponível em: https://www.corriere.it/economia/lavoro/19_ottobre_08/giovani-10-anni-emigrati-italia-250-mila-ragazzi-persi-16-miliardi-pari-1percento-pil-f64aebb6-e9b0-11e9-95ef-66e776be64e5.shtml. Além do mais, Reis (1999) argumenta que a ideia geral sobre os imigrantes é que constituem uma ameaça à saúde de suas economias, responsáveis por “sobrecarregar” os serviços públicos do país.

³⁶ O decreto legislativo 113 de 2018 e o decreto legislativo 53 de 2019. Ambos decretos serão aprofundados na terceira seção.

Não é uma coisa secreta: eu pedi o voto dos italianos para bloquear os desembarques. Não fiz escondido [...] É normal que essa missão internacional tenha apenas a Itália como país de desembarque? [...] não entendo porque um navio holandês com equipamento alemão tenha que desembarcar na Itália (sobre a embarcação de resgate Sea Watch) [...] Na Itália, se entra pedindo “com licença” e “por favor”.³⁷

De fato, Salvini ganhou popularidade ao evocar um discurso preconceituoso e de cunho racista sobre os migrantes do Sul Global, afirmando que trazem doenças para a Itália.³⁸ Em outra oportunidade, já na condição de Ministro do Interior, Salvini utilizou o discurso de uma suposta “identidade nacional italiana” para demonstrar receio frente a incorporação de novos hábitos culturais em território italiano. Nesta oportunidade, Salvini declarou que os imigrantes de religião muçulmana pretendem “impor o uso da burca as mulheres na Itália”:

Eu acredito que podemos acolher os outros se nos lembrarmos de quem somos: uma grande civilização, de Leonardo Da Vinci e Michelângelo, que fundou suas raízes no cristianismo. Então eu, como cristão, me ofendo quando insultam a minha religião, o meu Deus e a minha Maria. Os outros querem aqui chegar e colocar a burca nas mulheres: ora, coloquem a burca no seu país!³⁹

De fato, segundo Reis, o migrante é visto como responsável pelo enfraquecimento do Estado, bem como de sua identidade cultural e nacional, constituindo-se como uma ameaça real para a integridade e identidade do Estado (REIS, 1999, p. 76). Neste sentido, o processo de identificação, para Salvini, se alimenta da rejeição e da intolerância quanto ao Outro, ignorando a riqueza e a beleza gerada a partir do encontro de diferentes culturas. Os discursos de hostilidade contra a alteridade vêm se espalhando pelo país com velocidade. Durante um encontro anual do partido de Salvini, Lega, em 2018, um senhor entrevistado demonstrou pouca solidariedade com vítimas de um recente naufrágio no Mar Mediterrâneo: “é inútil me mostrar duas meninas na primeira página (vítimas do naufrágio), chega disso! E os nossos problemas, não existem?”.⁴⁰ Ainda, outro homem declarou: “o que me incomoda é que sujam a cidade (os refugiados). A Itália não é uma prostituta que se oferece a quem quiser, a Itália é dos italianos”.

³⁷ L'INTERVISTA al ministro dell'Interno e vicepremier Matteo Salvini su immigrazione e sbarchi. [S. 1.: s. n.], 2019. 1 vídeo (21 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kZZmBCnLPj4&t=979s>.

³⁸ Salvini passou a ganhar popularidade nos últimos anos devido a declarações de que os imigrantes trazem doenças à Itália. Em: MIGRANTI, l'alarme di Salvini: “Torna la tubercolosi in Italia”. **Il giornale**, Roma, 12 set. 2018. Disponível em: <https://www.ilgiornale.it/news/politica/migranti-lallarme-salvini-torna-tubercolosi-italia-1575244.html>.

³⁹ MATTEO Salvini su immigrazione e sicurezza - Povera Patria 25/01/2019. [S. 1.: s. n.], 2019. 1 vídeo (15 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a3iqhSeH6r4>.

⁴⁰ LA LEGA a Pontida, molti ancora contro il sud: "I terroni piangono solo mentre noi lavoriamo". [S. 1.: s. n.], 2018. 1 vídeo (4 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dG6ye0wr48g>.

No entanto, a violência contra os imigrantes e solicitantes de refúgio não vem acontecendo apenas verbalmente na Itália. Em 2019, inúmeros casos de violência física de cunho racista contra corpos não brancos ganharam as manchetes nos jornais italianos. Em 26 de janeiro de 2019, em Lecce, Alhaji Turay, um jovem de 22 anos proveniente da Serra Leoa, sofreu uma agressão racista por rapazes que entraram na sua casa e gritaram “negro sujo, volta para casa!” Quando Turay tentou escapar pela janela, um dos agressores lançou uma cadeira sobre as suas costas.⁴¹ Da mesma forma, no dia 2 de fevereiro de 2019, em Eboli, Hugo Leonardo D’Onofrio, um garoto brasileiro de 20 anos adotado por um casal italiano, caminhava com a sua namorada de origem colombiana quando um grupo de jovens começou a lhe ofender, gritando “marroquino de m****!”. Os insultos, em seguida, passaram à agressão física, com empurrões, socos e chutes. O casal conseguiu abrigo em uma farmácia. Na semana anterior ao ocorrido, Hugo já tinha denunciado outro caso de racismo.⁴²

Após termos introduzido a membrana migratória seletiva italiana bem como se deu a sua formação, a próxima seção será dedicada a apresentar qual é o perfil das crianças desacompanhadas que chegam à Itália, considerando seu país de proveniência, idade e sexo. Além disso, a seguinte seção mostrará qual percurso e que desafios as crianças desacompanhadas encontram em seu objetivo de chegar à Itália. Fica evidente, por meio da literatura apresentada a seguir, que as crianças desacompanhadas são mais vulneráveis e, portanto, necessitam ser protegidas durante o seu percurso migratório. Após essa constatação, a terceira seção analisará como os decretos aprovados por Matteo Salvini vão na direção oposta a esse princípio, dificultando o processo de chegada e permanência das crianças desacompanhadas na Itália e refletindo a existência e implementação da membrana migratória seletiva e racista italiana.

3 CRIANÇAS DESACOMPANHADAS NA ITÁLIA: IDENTIDADE E PERCURSO

Esta seção tem por objetivo apresentar quem são as crianças desacompanhadas que chegam à Itália: seu país de origem, sexo e idade. Como ponto de partida, três informações são muito evidentes: elas vêm, majoritariamente, do Sul Global, não são brancas e 87% dentre elas chega à península itálica tendo entre 16 e 17 anos.⁴³ Traçando esse perfil, é possível notar que tais indivíduos ativam a seletividade da membrana migratória, explicada anteriormente, visto que são

⁴¹ LECCE, 22enne aggredito da un gruppo di giovani a casa sua: “Sporco negro, torna in Africa”. **Fanpage.it**, Lecce, 27 jan. 2019. Disponível em: <https://www.fanpage.it/attualita/lecce-22enne-aggredito-da-un-gruppo-di-giovani-a-casa-sua-sporco-negro-torna-in-africa/>.

⁴² DA ROMA a Siracusa. Continuano le aggressioni razziste. **Osservatorio Repressione**, 2019. Disponível em: <http://www.osservatoriorepressione.info/roma-siracusa-continuano-le-aggressioni-razziste/>.

⁴³ MINISTÉRIO DO TRABALHO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS DA ITÁLIA. **Report mensile Minori Stranieri non accompagnati (MSNA) in Italia**. 2019.

racializadas. Esses fatores serão cruciais para a compreensão da terceira seção - como as medidas impostas por Salvini dificultam o ingresso e a integração a longo prazo dessas crianças em território italiano. Ademais, esta seção se dedica a apresentar o percurso que essas crianças desacompanhadas realizam até chegar à península itálica.

Se o percurso realizado para chegar à Itália pode ser considerado desafiador para adultos, o é ainda mais para crianças e adolescentes. De fato, percebe-se um amadurecimento precoce por parte dessas crianças (FERREIRA; OLIVEIRA, 2017, p. 97), que passam a carregar responsabilidades e enfrentar riscos muito superiores ao que deveriam nesta idade. Ainda, as crianças, por se tratar de seres em formação, recebem de forma mais brusca os impactos da migração (FERREIRA; OLIVEIRA, 2017, p. 88). De fato, Bhabha salienta que muitas dessas crianças são posteriormente diagnosticadas com síndrome do estresse pós-traumático (BHABHA, 2014, p. 218).

No que se refere ao desejo das crianças em deixar seus países de origem, a teoria micro das migrações internacionais, teoria *Push-Pull*, discorre sobre a existência de fatores de expulsão da terra natal (fatores “push”) - repressão política, motivos econômicos ou sociais -, e fatores de atração para o país de destino (fatores “pull”) – geralmente mais desenvolvido e que oferece vantagens como maior oferta de emprego e liberdade política. Daqueles garotos e garotas que decidem viajar sozinhos para a Itália, um importante fator “push” pode ser a perda de referências adultas por conta de conflitos armados, como o caso de Alidad.⁴⁴ Seu pai foi morto no Afeganistão quando ele tinha nove anos. No ano seguinte, sua mãe, avó e irmã foram vítimas fatais de um bombardeio de autoria do Talibã. Dado este cenário, Alidad decidiu partir para a Europa, jornada que levou quatro anos para ser concluída. O garoto partiu para o Irã, onde trabalhou irregularmente em uma fábrica de refrigeradores que, durante o dia, empregava trabalhadores regulares e, durante a noite, imigrantes indocumentados.

Para as crianças que, como Alidad, devem atravessar a fronteira do Irã com a Turquia, muitos perigos residem no caminho: a travessia deve ser realizada à noite, cuja passagem se dá entre montanhas rochosas. Somado a esse elemento, grupos criminosos emboscam e sequestram crianças de modo a chantagear seus pais em troca de dinheiro (DIMITRIADI, 2013, p. 15). Dado que a travessia terrestre entre Turquia e Grécia, passando por Istambul, foi bloqueada,⁴⁵ não resta alternativa às crianças desacompanhadas a não ser depender dos *smugglers* a fim de completar a travessia marítima da Turquia para as ilhas gregas de Samos, Chios ou Levros (DIMITRIADI,

⁴⁴ FIFTEEN years after fleeing Afghanistan, Alidad Shiri is about to graduate with a degree in philosophy from the university of Trento. ACNUR, 2017a. Disponível em: <https://www.unhcr.org/news/videos/2017/3/58b9761f5/fifteen-years-after-fleeing-afghanistan-alidad-shiri-is-about-to-graduate.html>.

2013, p. 16). De fato, o contrabando de pessoas se transformou em uma “indústria da migração” (CASTLES, 2000, p. 154). No que se refere à travessia do Mar Egeu e seus perigos, Fahim, um garoto afegão entrevistado no então campo de refugiados de Calais, França, relata que o seu barco naufragou e apenas ele e mais quatro pessoas sobreviveram.⁴⁶

Retornando ao caso de Alidad, ele chegou à cidade grega de Patras quando tinha quatorze anos. No período em que viveu lá, trabalhou colhendo tomates doze horas por dia e recebendo €2.50 por hora.⁴⁷ No entanto, Bhabha e Digikidi denunciam uma situação ainda mais alarmante que ocorre em diversas ilhas gregas: crianças desacompanhadas são exploradas sexualmente em troca de dinheiro (BHABHA; DIGIKIDI, 2016, p. 23). Elas se veem obrigadas a fazer isso, uma vez que precisam pagar seus débitos com os contrabandistas ou, simplesmente, por ficarem sem dinheiro.⁴⁸ Felizmente, há pessoas que se dedicam para tornar o processo migratório dessas pessoas mais tolerável, como o caso de Maria que, há nove anos, abriu as portas de seu restaurante em Samos, Grécia, para alimentar refugiados de passagem pela ilha.⁴⁹

De modo a continuar a sua viagem pelo continente europeu, as crianças e os adolescentes provenientes do continente asiático muitas vezes realizam o percurso a partir das cidades portuárias de Patras ou Igoumenitsa (DIMITRIADI, 2013, p. 23). Nesses locais, as crianças desacompanhadas devem se esconder em caminhões que embarcam em balsas para os portos italianos (DIMITRIADI, 2013, p. 23). Este foi o caso de Alidad que, em Patras, amarrou-se sob o eixo de um caminhão e partiu para o porto de Veneza, ficando imóvel abaixo do veículo durante as trinta e cinco horas em que durou a travessia. Uma vez em território italiano, o garoto foi levado a uma casa de acolhimento para crianças e, em seguida, adotado por um casal italiano. Alidad relata: “as pessoas pensam que eu sou corajoso [...] mas não é bem isso. Sou um garoto normal, como outros. Eu fiz a viagem porque não tinha outra escolha”.⁵⁰

⁴⁵ AMNESTY INTERNATIONAL. **Frontier Europe: Human Rights Abuses on Greece's border with Turkey**. 2013. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/EUR25/008/2013/en/>.

⁴⁶ ENVOYÉ spécial - "Sens caché" : 10 000 enfants. [S. 1.: s. n.], 2016. 1 vídeo (22 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ftziP-4EkWM>.

⁴⁷ FIFTEEN years after fleeing Afghanistan, Alidad Shiri is about to graduate with a degree in philosophy from the university of Trento. **ACNUR**, 2017a. Disponível em: <https://www.unhcr.org/news/videos/2017/3/58b9761f5/fifteen-years-after-fleeing-afghanistan-alidad-shiri-is-about-to-graduate.html>.

⁴⁸ O sexo transacional é descrito como "um relacionamento banalizado no qual atos sexuais são trocados por bens, dinheiro ou benefícios, muitas vezes ligados à sobrevivência econômica, sucesso acadêmico ou melhores oportunidades econômicas" (BHABHA, DIGIKIDI, 2016, p. 26). O sexo transacional na infância é considerado uma das piores manifestações de abuso: do ponto de vista do direito internacional, todas as crianças que praticam sexo transacional (ou prostituição infantil), por consentimento ou não, são vítimas de exploração sexual, pois não são legalmente capazes de consentir em tal ato (BHABHA; DIGIKIDI, 2016).

⁴⁹ GREEK Couple Are Everyday Heroes To Refugees. [S. 1.: s. n.], 2016. 1 vídeo (2 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=n3SycAtnUxQ&ab_channel=UNHCR%2CtheUNRefugeeAgency.

⁵⁰ FIFTEEN years after fleeing Afghanistan, Alidad Shiri is about to graduate with a degree in philosophy from the university of Trento. **ACNUR**, 2017a. Disponível em: <https://www.unhcr.org/news/videos/2017/3/58b9761f5/fifteen-years-after-fleeing-afghanistan-alidad-shiri-is-about-to-graduate.html>.

Assim como Alidad se arriscou nas mãos de contrabandistas para atravessar diversas fronteiras, muitas crianças desacompanhadas fazem o mesmo. No entanto, o fato de depender de contrabandistas é extremamente arriscado e perigoso, podendo acarretar violências⁵¹ de todo o gênero para essas crianças, constituindo uma grave violação aos direitos da Criança.⁵² Ademais, as altas taxas cobradas por esses grupos colocam em risco a saúde financeira das famílias que, muitas vezes, devem se desfazer de terrenos e bens para juntar o dinheiro necessário para enviar estas crianças.⁵³ No entanto, ainda que haja riscos, as famílias veem nos filhos que partem uma possibilidade de concretizar um projeto familiar.⁵⁴ Evidentemente, muitos são os garotos⁵⁵ que tomam a decisão de partir, seja pelo desejo de ajudar suas famílias⁵⁶ ou pelo desejo de usufruir de um estilo de vida “ocidental”.⁵⁷ Neste sentido, nota-se que as crianças não apenas internalizam a sociedade passivamente, mas agem sobre ela, provocando mudanças. As crianças, portanto, tornam-se co-construtoras da infância e da sociedade (CORSARO, 2011, p. 32).

No que se refere aos países que constituem a África subsaariana, o deserto do Saara impõe-se como um imponente obstáculo durante a travessia. De fato, das 22.000 pessoas resgatadas pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) no deserto mais quente do mundo, a maioria apresentava sinais de desidratação severa.⁵⁸ Em seguida, após a travessia do deserto, esses migrantes chegam à Líbia, país estratégico para partir em direção à Itália. Na Líbia, as violações contra os direitos humanos são uma prática comum: prisões arbitrárias, torturas, estupros e,

⁵¹ Um garoto afegão relata ter sofrido golpes dos contrabandistas até a sua mão quebrar: - “[...] One of the smugglers hated me and broke my hand”. Outro garoto afegão comenta que seu colega morreu durante a travessia do deserto enquanto viajava com os contrabandistas: “We crossed the long deserts and mountains [...] one of my friends died”. Em: ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). **Why do children undertake the unaccompanied journey?: Motivations for departure to Europe and other industrialised countries from the perspective of children, families and residents of sending communities in Afghanistan**. Cabul: Areu, 2014.

⁵² A Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), em seu artigo 19, estabelece que: “os Estados-Partes devem adotar todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, ofensas ou abusos, negligência ou tratamento displicente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto a criança estiver sob a custódia dos pais, do tutor legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela”.

⁵³ “I sold a Toyota pick-up vehicle of my elder brother and gave the money to the smuggler who promised to take me to Iran and from there he will take me via air to Turkey, but he fooled me”. Em: ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). **Why do children undertake the unaccompanied journey?: Motivations for departure to Europe and other industrialised countries from the perspective of children, families and residents of sending communities in Afghanistan**. Cabul: Areu, 2014.

⁵⁴ “...Most of the time, the first son in the family gets married first, and the second child has to move and earn money for the rest of the family members”; “Our house was burnt down by Kochi people. We did not have the money, but we decided to send him to Iran. He needed to work and earn money to rebuild our house”.

⁵⁵ “Young women seldom or never make such a journey due to cultural restrictions and ascribed roles women play in the home and society”.

⁵⁶ “My family had a lot of problems. We had economic problems, so I decided to go [to] a foreign country and earn money [so] that my family would have [a] better life in [the] future”.

⁵⁷ “[...] life facilities like having car, flat, job and education and can go to night clubs. But you don’t have these things here in Afghanistan that is why I decided to go there”.

⁵⁸ OIM (Organização Internacional para as Migrações). **Close to 20,000 Migrants Rescued in Sahara Desert Since Beginning of Operations**. 2019. Disponível em: <https://www.iom.int/news/close-20000-migrants-rescued-sahara-desert-beginning-operations>.

mesmo, escravização de pessoas fazem parte dos métodos mais violentos e desumanos empregados no país.⁵⁹

No entanto, apesar de tudo o que se passa no país, no dia 2 de fevereiro de 2017, o primeiro ministro italiano, Paolo Gentiloni, e o presidente líbio, Fayed Al Serraj, firmaram um acordo que estabelece duas ações conjuntas: a) o reforço da guarda costeira da Líbia com o propósito de impedir que os migrantes partam para a Itália via mar, e b) a criação de estruturas na Líbia a fim de deportá-los aos seus países de origem.⁶⁰ Como reação, o Conselho Europeu e a ONU criticaram a postura italiana,⁶¹ indignação, porém, que não ultrapassou o decoro diplomático: uma vez que o não-europeu/ não-ocidental do Sul Global está sujeito a uma suspeita constante de sua humanidade (SILVA; PISETA, 2019, p. 45). Neste cenário, a perversidade em impedir o ingresso de indivíduos africanos em território italiano constitui uma evidência da atuação da membrana migratória seletiva italiana baseada na raça, a qual “absorve” alguns indivíduos (brancos) em detrimento de outros, os quais não admite o seu ingresso e restringe o seu movimento migratório (não brancos).

Neste sentido, um dos grupos de migrantes que mais sofre neste périplo se trata das meninas nigerianas inseridas nos circuitos da prostituição na Itália. Estas garotas são, geralmente, abordadas em suas cidades natais por uma mulher pertencente ao grupo criminoso,⁶² as quais é dado o nome de *maman* e seduzidas a morar na Europa a fim de realizar trabalhos como cabeleireira ou *baby-sitter*.⁶³ Essas garotas são geralmente acompanhadas até a Líbia por estas *maman* e, durante o percurso, um ritual mágico *voodoo* é selado entre as partes para garantir que a vítima reembolse os criminosos pelos custos da viagem, que podem chegar até a 50 mil euros. Em pou-

⁵⁹ Em março de 2019, surgiram denúncias de pessoas sendo torturadas no centro de detenção Triq al-Sikka, em Trípoli. Segundo relatos, mais de 20 pessoas, incluindo crianças, foram levadas a uma cela subterrânea e em seguida torturadas durante dias, como punição por protestar contra a detenção arbitrária e as condições precárias. Abdi, um somali que esteve detido na Líbia, relata que “às vezes os guardas bebem e fumam e depois batem nas pessoas. Os guardas também cobram dinheiro para liberá-las, mas, se você não pagar, eles te batem”. Em: AMNESTY INTERNATIONAL. **Europe’s shameful failure to end the torture and abuse of refugees and migrants in Libya**. 2019. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2019/03/europes-shameful-failure-to-end-the-torture-and-abuse-of-refugees-and-migrants-in-libya/>.

⁶⁰ GOVERNO DA REPUBBLICA ITALIANA. **Memorandum d'intesa sulla cooperazione nel campo dello sviluppo, del contrasto all'immigrazione illegale, al traffico di esseri umani, al contrabbando e sul rafforzamento della sicurezza delle frontiere tra lo Stato della Libia e la Repubblica Italiana**. Roma, 2017.

⁶¹ IL CONSIGLIO d'Europa: "L'Italia chiarisca accordo con la Libia". Minniti: "Mai fatto respingimenti". **La Repubblica**, Roma, 11 out. 2018. Disponível em: https://www.repubblica.it/esteri/2017/10/11/news/strasburgo_consiglio_d_europa_l_italia_chiarisca_accordo_con_la_libia_-177960481/.

⁶² A máfia nigeriana Eye, relatada pela Direzione Investigativa Antimafia da Itália em seu relatório anual, é uma das principais redes criminosas presentes em território italiano. DIREZIONE INVESTIGATIVA ANTIMAFIA. **Attività svolta e risultati conseguiti dalla Direzione Investigativa Antimafia: Relazione del Ministro dell'Interno al Parlamento**. 2018.

⁶³ ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). **L'identificazione delle vittime di tratta tra i richiedenti protezione internazionale e procedure di referral: Linee Guida per le Commissioni Territoriali per il riconoscimento della protezione internazionale**. Roma: Digitalialab, 2017b. Disponível em: <https://www.unhcr.it/wp-content/uploads/2018/02/Linee-Guida-identificazione-vittime-di-tratta.pdf>.

co tempo, porém, o real motivo por trás do seu contrabando para a Itália torna-se evidente: ser explorada sexualmente nos circuitos italianos da prostituição.⁶⁴

O delicado tema das meninas nigerianas vem gerando indignação e ação por parte de organizações, conhecidas como *organizzazioni antitratta* (organizações antitráfico), que buscam combater a prática em território italiano. Ainda que haja esforço por parte das autoridades em acabar com esta prática, entende-se que os esforços devem ser intensificados uma vez que a Itália é País-Membro da Convenção dos Direitos da Criança (1989) - CDC, e ratificou o seu Protocolo Facultativo sobre a Venda de Crianças, a Prostituição Infantil e a Pornografia Infantil (2002).

As nigerianas são as primeiras colocadas em número total de crianças desacompanhadas do sexo feminino acolhidas na Itália. No entanto, há uma colossal diferença entre o percentual de crianças desacompanhadas do sexo masculino frente as do sexo feminino. Em 2017, a porcentagem de crianças desacompanhadas do sexo feminino foi de 6,8% enquanto, em 2018, cresceu para 7,3% e, em 2019, decresceu para 5,2%.⁶⁵ O baixo número de crianças desacompanhadas do sexo feminino é visto no contexto de sociedades (de envio e de acolhida) hetero-patriarcais que impõem variadas situações de violências e opressão a mulheres, e que torna o ato de migrar sem companhia ainda mais desafiador para as meninas. De fato, a maioria das garotas migrantes reporta ter sido alvo de violações sexuais durante a rota para a península itálica.⁶⁶

No que se refere às crianças desacompanhadas do sexo masculino presentes na Itália, as cinco nacionalidades mais numerosas em 2017 foram respectivamente Gâmbia, Egito, Guiné, Albânia e Eritreia.⁶⁷ Esse padrão se repetiu em 2018, ocorrendo apenas mudanças de posição: a Gâmbia passou a ocupar o terceiro lugar em termos de nacionalidade mais numerosa, e a Albânia passou a ocupar o primeiro. Em 2019, a Albânia, país europeu que, desde a década de 1990, tem um histórico volumoso de migração para a Itália, manteve-se na primeira posição, enquanto as demais nacionalidades mais numerosas passaram a ser Egito, Paquistão, Bangladesh e Kosovo.

No que se refere à idade das crianças desacompanhadas acolhidas em território italiano, os dados mostram que a maioria chega na Itália aos 17 anos: 61,5%, ou seja, muito próximos de atingirem a maioridade legal. A segunda faixa etária mais numerosa de crianças desacompanhadas acolhidas na Itália é de 16 anos, representando 26,1% do total de crianças acolhidas.⁶⁸ A es-

⁶⁴ SAVE THE CHILDREN. **Atlante Minori Stranieri Non Accompagnati in Italia: Crescere Lontano da Casa.** 2018b.

⁶⁵ MINISTÉRIO DO TRABALHO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS DA ITÁLIA. **Report mensile Minori Stranieri non accompagnati (MSNA) in Italia.** 2019.

⁶⁶ MIGRANTE, menor de edad, sola, violada y embarazada: La burocracia y el alto porcentaje de ginecólogos objetores dificultan el acceso al aborto para las jóvenes que cruzan el Mediterráneo hasta las costas de Italia, en su mayoría víctimas de abusos en Libia. **El País**, Madri, 2 dez. 2018

⁶⁷ MINISTÉRIO DO TRABALHO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS DA ITÁLIA. **Report mensile Minori Stranieri non accompagnati (MSNA) in Italia.** 2018.

⁶⁸ MINISTÉRIO DO TRABALHO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS DA ITÁLIA. **Report mensile Minori Stranieri non accompagnati (MSNA) in Italia.** 2019.

magadora maioria de adolescentes desacompanhados entre 16 e 17 anos é explicado pelo fato de que ainda gozam da proteção particular como abrigo e escolarização gratuitos e imediatos e, ao mesmo tempo, são mais fortes fisicamente para suportar uma viagem de tal magnitude do que crianças mais jovens. Neste sentido, as famílias no país de origem esperam que estes jovens sejam bem-sucedidos em trabalhar no país de destino a fim de aumentar a saúde financeira familiar por meio do envio periódico de remessas.⁶⁹

Ademais, muitas crianças desacompanhadas desembarcam na Itália sem um projeto migratório definido, almejando apenas escapar de seus países originários e se instalar “na Europa”. Uma vez na Itália, estas crianças exploram a possibilidade de obter documentos italianos e se integrar nesta sociedade. Outros, no entanto, possuem um projeto migratório claro: solicitar refúgio em um país do norte europeu onde já possuem familiares ou onde há mais oportunidades de trabalho, como a Alemanha, por exemplo. Portanto, para estes últimos, a Itália se trata apenas de um país de trânsito. Neste sentido, em 2019, o total de crianças desacompanhadas que evadiu as estruturas de acolhimento italianas foi de 5.383.⁷⁰ Este número elevado suscita questionamentos com relação à eficácia e a qualidade do acolhimento desses centros, bem como sua capacidade de proteger essas crianças. Em 2019, as nacionalidades das crianças desacompanhadas que evadiram as estruturas de acolhimento em maior número foram Tunísia, Afeganistão, Eritreia, Paquistão e Somália, respectivamente.

A próxima seção será dedicada a apresentar uma análise do período em que Matteo Salvini atuou como ministro do interior (outubro de 2018 a setembro de 2019) e como sua política migratória restritiva impactou e impacta atualmente o ingresso e a permanência das crianças desacompanhadas acolhidas na Itália, reforçando a membrana migratória seletiva italiana.

4 OS DECRETOS LEGISLATIVOS DURANTE O GOVERNO SALVINI E A MEMBRANA SELETIVA ITALIANA

Como já discutido na primeira seção, um fator determinante para que Salvini ocupasse a posição de ministro do interior na Itália em 2018 foi a estratégia de aliar o seu discurso anti-imigratório ao dos cidadãos italianos buscando, de certa forma, apresentar-se como uma resposta ao seu descontentamento referente a anterior “permissividade” da migração na Itália.⁷¹ Neste

⁶⁹ ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). **Why do children undertake the unaccompanied journey?: Motivations for departure to Europe and other industrialised countries from the perspective of children, families and residents of sending communities in Afghanistan**. Cabul: Areu, 2014.

⁷⁰ Contabilização das crianças que abandonaram as estruturas de acolhimento italianas e, até dezembro desta data, eram menores de idade.

⁷¹ No que se refere às reações positivas no início de seu mandato, em dezembro de 2018, a Lega organizou uma grande manifestação de apoio a Matteo Salvini na Piazza del Popolo, em Roma. A manifestação contava com apro-

sentido, durante o seu mandato, Salvini aprovou dois decretos legislativos⁷² que provocaram um importante decréscimo referente ao número de desembarques marítimos na Itália bem como impuseram dificuldades para a permanência a longo prazo das crianças desacompanhadas no país. O primeiro decreto legislativo aprovado, o Decreto Salvini,⁷³ versa sobre uma série de questões referentes ao sistema de acolhimento dos imigrantes e solicitantes de refúgio na Itália. No entanto, este artigo se deterá em analisar uma consequência particular deste decreto: a eliminação da proteção por motivos humanitários.

Dentro do quadro de proteções internacionais previstas no período anterior a Salvini, a Comissão Territorial (CT)⁷⁴ classificava as crianças desacompanhadas de acordo com as seguintes proteções internacionais: a) o status de refugiado: o solicitante tem um fundado temor de perseguição no país de origem por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social específico ou por opinião política;⁷⁵ ou b) a proteção subsidiária: o solicitante, não apresentando os pressupostos para o reconhecimento do status de refugiado, apresenta um risco efetivo de sofrer um grave dano em caso de retorno ao país de origem, entendendo-se por dano grave: pena de morte; tortura ou outras formas de tratamento desumano ou degradante no país de origem; ameaça grave e individual à vida em situações de conflito armado interno ou internacional;⁷⁶ ou c) a proteção por motivos humanitários: mesmo não havendo os pressupostos para o reconhecimento das duas anteriores, o indivíduo pode ser vítima de perseguição ou tortura caso retorne ao país de origem.⁷⁷

Neste cenário, Salvini restringiu as possibilidades de integração a longo prazo disponíveis às crianças desacompanhadas ao completarem 18 anos de idade (os *neomaggiorenni*). Portanto, a

ximadamente 80.000 apoiadores. As declarações de apoio a Salvini foram as seguintes: “a pessoa que faltava à Itália”, diz um senhor; “finalmente eu vejo um futuro para as minhas filhas, eu vejo a luz no fim do túnel”, completa uma senhora. “Finalmente alguém que está pensando em coisas para nós, para os jovens e para os idosos, pela segurança, por nós todos”, finaliza uma mulher. I FAN di Salvini a piazza del Popolo: "Con lui la luce in fondo al tunnel". [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (3 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yf5rfYg6iiA>.

⁷² Atto normativo com o qual o poder executivo exercita um poder legislativo. Em: LEGGE, decreto legge, decreto legislativo: differenze. **La legge per tutti**, 2017. Disponível em: https://www.laleggepertutti.it/149097_legge-decreto-legge-decreto-legislativo-differenze.

⁷³ O Decreto Salvini - Decreto legislativo 113/18, é um decreto legislativo aprovado pelo ministro do interior Matteo Salvini no dia 5 de outubro de 2018, cujo conteúdo consiste em 40 artigos que promovem mudanças substanciais na então legislação vigente sobre as matérias de proteção internacional e imigração, segurança pública e administração de bens confiscados do crime organizado. O Decreto Salvini determinou a diminuição de verba para os Centros de Acolhimento Extraordinário - CAS e aumentou a verba para a construção de novos centros para deportação.

⁷⁴ De acordo com o artigo 19 do decreto legislativo 2008/25, a Comissão Territorial é responsável por realizar uma audiência com a criança desacompanhada a fim de analisar sua história, o percurso que realizou até chegar à Itália, bem como a sua necessidade individual a fim de determinar a proteção internacional que lhe será concedida. Em: GAZZETTA UFFICIALE. **Attuazione della direttiva 2005/85/CE recante norme minime per le procedure applicate negli Stati membri ai fini del riconoscimento e della revoca dello status di rifugiato**. Roma, 2008. Disponível em: https://www.gazzettaufficiale.it/atto/serie_generale/caricaDettaglioAtto/originario?atto.dataPubblicazioneGazzetta=2008-10-21&atto.codiceRedazionale=008G0181&elenco30giorni=false.

⁷⁵ Medida válida por 5 anos.

⁷⁶ Medida válida por 5 anos.

fim de facilitar a deportação das mesmas, o Decreto Salvini excluiu a autorização de residência por motivos humanitários do seu sistema de proteção internacional. Essa medida atingiu uma numerosa população de jovens adultos uma vez que, em 2018, 61,4%⁷⁸ das crianças desacompanhadas que solicitaram refúgio na Itália receberam a autorização de residência por motivos humanitários.⁷⁹

Nesta senda, a criança desacompanhada que era titular da autorização de residência por motivos humanitários poderia convertê-la em autorização de trabalho ao completar 18 anos de idade se cumprisse as seguintes condições: a) portasse um passaporte ou documento equivalente dentro da validade; b) tivesse adentrado o território italiano há ao menos três anos (ou seja, antes de completar quinze anos de idade) e tivesse frequentado por, ao menos dois anos, um projeto de integração social e civil; c) tivesse um contrato de trabalho.⁸⁰

Porém, com a revogação da autorização de residência por motivos humanitários, duas possibilidades se apresentam às crianças desacompanhadas que não forem contempladas com o status de refugiado ou proteção subsidiária: a) a concessão da autorização de residência *attesa occupazione* (espera de ocupação), que tem duração de 1 ano. Esta autorização de residência, como o próprio nome sugere, estipula que o recém maior de idade possa dispor desse prazo para ser empregado e converter sua autorização de residência para motivos de trabalho. No entanto, verifica-se que, caso o (a) jovem não tenha um contrato de trabalho ao fim de 1 ano, a CT pode se negar a renovar a sua autorização de residência; b) a CT entender que o recém maior de idade corre risco de perseguição no país de origem. Neste caso, a Comissão pode lhe conceder uma autorização de residência de “proteção especial”, igualmente válida pelo período de 1 ano, porém, que não permite ao jovem de trabalhar. Os maiores de idade que forem contemplados com a proteção especial têm o seu status revisado periodicamente por parte da CT que, uma vez entendendo que o jovem não corre mais risco de perseguição em seu país de origem, pode se negar a renovar a sua autorização de residência.

Em ambos os casos, após a expiração da autorização de residência, o jovem maior de idade se torna indocumentado em território italiano, condição que o torna passível de deportação.⁸¹

⁷⁷ Medida válida por 2 anos. Proteção introduzida por meio do decreto legislativo 25 de 2008, artigo 32.

⁷⁸ Neste sentido, Reis e Menezes argumentam que o fenômeno de restringir ao máximo a determinação do status de refugiado trata-se de um movimento estratégico dos países centrais, objetivando desqualificar as condições que determinam esse status a fim de que um menor número de pessoas possa ser reconhecido como refugiado (REIS; MENEZES, 2014, p. 81).

⁷⁹ MINISTÉRIO DO TRABALHO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS DA ITÁLIA. **Report mensile Minori Stranieri non accompagnati (MSNA) in Italia**. 2018.

⁸⁰ ASGI (Associazione Per Gli Studi Giuridici Sull'Immigrazione). **Quali Percorsi Per I Minori Non Accompagnati In Seguito All'Abrogazione Del Permesso Per Motivi Umanitari?: Scheda per i tutori e gli operatori che seguono minori non accompagnati**. 2018.

⁸¹ De fato, o objetivo de Salvini era de abrir um centro para a repatriação (CPR) por região. A fim de potencializar as atividades de repatriação, o Decreto Salvini destinou 500 mil euros para 2018, e 1,5 milhão de euros para 2019 e

Um fator agravante desta situação se trata da alta taxa de desemprego entre os jovens na Itália, elemento que vem promovendo um intenso êxodo de jovens italianos para outros países europeus e do mundo.⁸² Se a inserção no mercado de trabalho se mostra desafiadora para os jovens italianos, a situação é ainda mais difícil para jovens provenientes do Sul Global, uma vez que o racismo porta a crença de que alguns grupos de indivíduos são naturalmente menos capazes do que outros.

A promulgação do Decreto Salvini recebeu apoio por parte da fatia mais conservadora e intolerante da sociedade italiana, fato evidenciado pelo episódio de racismo que ocorreu no dia 25 de janeiro de 2019, em Brescia, no qual um homem de origem senegalesa foi agredido verbalmente a bordo de um ônibus, com a frase: “agora com o Decreto Salvini vocês devem ir embora!”.⁸³ No entanto, enquanto estes jovens não são deportados, ficam vulneráveis a inúmeros riscos: no extremo, não veem alternativa a não ser submeter-se a venda de órgãos como sua chance de sobrevivência mais promissora, como relata um ex-integrante da máfia nigeriana *Eye* durante o programa televisivo *Povera Patria*, esclarecendo quem são as vítimas deste mercado:

garotos e garotas com problemas de documentação, alguns por fome também [...] 5 mil euros, às vezes se troca pela autorização de residência. Há muitas vítimas. Mulheres e crianças são muito fáceis [...] fígado, rim. É o dinheiro que lhes interessa.⁸⁴

Neste cenário, a abolição da autorização de residência por motivos humanitários na Itália e o fato de vincular a permanência do jovem a um contrato de trabalho o deixa vulnerável a vários graus de exploração e violações dos direitos humanos. Segundo Sherif, a eliminação da autorização de residência por motivos humanitários é algo desumano e faz parte de uma guerra contra o imigrante que está em curso na Itália.⁸⁵

Em sequência, em agosto de 2019, Salvini logrou a aprovação do decreto legislativo 53 de 2019, o chamado Decreto *Sicurezza bis*. Este decreto promove mudanças importantes em ma-

2020. Em: DECRETO sicurezza, 18mila posti di lavoro a rischio. Soprattutto giovani. **Avvenire**. Roma, 9 nov. 2018b. Disponível em: <https://www.avvenire.it/attualita/pagine/decreto-sicurezza-18mila-posti-a-rischio>.

⁸² 250 mil jovens italianos deixaram suas casas para buscar trabalho em outros países da Europa e do mundo nos últimos 10 anos. O motivo mais frequente é a “escassez de oportunidades de trabalho na Itália”. De fato, o país registra a taxa de ocupação mais baixa da Europa entre jovens de 25 a 29 anos: 54,6% frente uma média de 75% da União Europeia. Em: GIOVANI in 10 anni emigrati dall’Italia 250 mila ragazzi: persi 16 miliardi, pari all’1% del Pil. **Corriere della sera**, Roma, 8 out. 2019. Disponível em: https://www.corriere.it/economia/lavoro/19_ottobre_08/giovani-10-anni-emigrati-italia-250-mila-ragazzi-persi-16-miliardi-pari-1percento-pil-f64aebb6-e9b0-11e9-95ef-66e776be64e5.shtml.

⁸³ 25-01-2019, Brescia (BS) - Lombardia. **Cronache di ordinario razzismo**, Roma, 25 jan. 2019. Disponível em: <http://www.cronachediordinariorazzismo.org/databaserazzismo/25-01-2019/>.

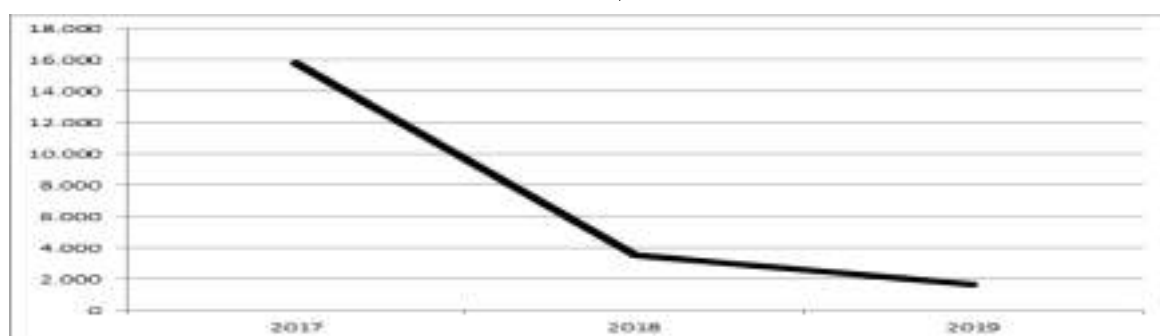
⁸⁴ MATTEO Salvini su immigrazione e sicurezza - Povera Patria 25/01/2019. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (15 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a3iqhSeH6r4>.

⁸⁵ SHERIF (Nome fictício). Entrevista: depoimento [maio 2019]. Entrevistador: João Barbosa Pina Pereira. Florianópolis, 2019. Gravação de 23 minutos.

téria da legislação referente à política de imigração. A mudança mais importante, seguramente, trata-se do fechamento dos portos italianos⁸⁶ às embarcações de resgate de ONGs que realizam salvamentos no Mar Mediterrâneo, bem como de embarcações improvisadas que transportam imigrantes - os *barconi*. Da mesma forma, o Decreto *Sicurezza bis* endurece as sanções para aqueles que desobedecerem ao bloqueio italiano, impondo uma multa de 5.000 euros por migrante a bordo, o confisco do navio e a prisão da tripulação.⁸⁷ Por fim, o decreto impõe uma multa aos cidadãos italianos que colaborarem com a “imigração ilegal”.⁸⁸

Nesse sentido, os esforços do Estado italiano em bloquear a entrada de embarcações de resgate e *barconi* nos mares territoriais italianos provocaram uma drástica redução no número de crianças desacompanhadas que solicitam proteção internacional em seu território. De fato, em 2017, o total de crianças desacompanhadas que desembarcaram no país foi de 15.779, número que decresceu para 1.680 em 2019, ou seja, uma redução de 90%.⁸⁹ O Gráfico 1 auxilia na interpretação deste fenômeno:

Gráfico 1 - Crianças desacompanhadas que desembarcaram na Itália por via marítima (2017-2019)



Fonte: adaptado de *Crusotto Giornaliero*, Ministério do Trabalho e das Políticas Sociais (2020).

Nesta senda, os obstáculos levantados contra as crianças que desejam solicitar proteção internacional em território italiano contradizem diretamente os termos da Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pela Itália, a qual determina em seu artigo 22 que:

Os Estados Partes devem adotar medidas adequadas para assegurar que a criança que tenta obter a condição de refugiada [...] estando sozinha ou acompanhada por seus pais ou por qualquer outra pessoa, a proteção e a assistência humanitária-

⁸⁶ Decisão anteriormente tomada pelo ministro da infraestrutura e dos transportes, como estabelece do artigo 8356 do Código de Navegação italiano. Em: *GAZZETTA UFFICIALE. Codice della Navigazione*. Roma, 1942. Disponível em: <https://www.gazzettaufficiale.it/dettaglio/codici/navigazione>.

⁸⁷ Vide o caso da prisão da capitã do navio *Sea Watch*, Carola Rackete, em julho de 2019.

⁸⁸ De fato, Salvini publicou em sua conta Twitter, em janeiro de 2019, a seguinte frase: “Chi aiuta i clandestini odia il popolo italiano”, ou seja, “quem ajuda os clandestinos odeia o povo italiano”. Em: *Twitter*, 2019a. Disponível em: <https://twitter.com/matteosalvinimi/status/1080800810924167169>.

⁸⁹ MINISTÉRIO DO TRABALHO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS DA ITÁLIA. *Report mensile Minori Stranieri non accompagnati (MSNA) in Italia*. 2019.

ria adequadas para que possa usufruir dos direitos enunciados na presente Convenção [...].⁹⁰

Igualmente, estas restrições de desembarque marítimo ferem o artigo 3.1 da Convenção sobre o Direito das Crianças, que determina que em todas as ações referentes às crianças, o seu melhor interesse deve ser uma consideração primária.⁹¹ De fato, Bhabha cunhou o conceito de “ambivalência” para descrever este duplo movimento que os Estados realizam de, por um lado, proteger as “crianças” migrantes e, por outro, coibir os movimentos migratórios dos “jovens” estrangeiros (BHABHA, 2014, p. 24). Este fenômeno de cunho racista é igualmente um elemento constituinte da membrana seletiva migratória italiana.

No entanto, a estratégia de Salvini baseou-se em declarar que permitir o seu ingresso seria equivalente a “colaborar e permitir o tráfico de pessoas”, como declarou em sua conta Twitter.⁹² De fato, durante o programa *Povera Patria* Salvini inferiu que os indivíduos a bordo dos *barconi* “se transformam em dinheiro que, em seguida, são investidos em armas e drogas pelos traficantes”, e adiciona: “eu não acredito que seja o comportamento de um bom cristão contribuir para o tráfico de armas, mulheres e drogas”.⁹³ Ademais, Salvini complementa: “certamente eu provoço dor de cabeça a muita gente. O *business* da migração faturava até o ano passado seis bilhões de euros, ao menos”.

Além disso, Salvini argumenta que a sua política de fechar os portos italianos desencorajaria os imigrantes a partir para a Itália o que, hipoteticamente, refletiria em uma redução no número de mortos no Mar Mediterrâneo. No entanto, a aparente simples relação de causa e efeito não se verificou: a OIM denunciou uma cifra de 940 mortos no Mediterrâneo em 2019,⁹⁴ muito diferente do número de 2 mortos no Mar Mediterrâneo, até abril de 2019, apresentada por Salvini

⁹⁰ ONU (Organização das Nações Unidas). **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil**. 2001. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/3ae6b38bc.html>. Acesso em: 04 nov. 2020.

⁹¹ Ou interesse superior: “Best interest of the child”. Art. 3, CDC (1989). Entendido como um direito substantivo, um princípio interpretativo e uma regra de procedimento (rule of procedure): “The right of the child to have his or her best interests assessed and taken as a primary consideration when different interests are being considered in order to reach a decision on the issue at stake, and the guarantee that this right will be implemented whenever a decision is to be made concerning a child, a group of identified or unidentified children or children in general. Article 3, paragraph 1, creates an intrinsic obligation for States, is directly applicable (self-executing) and can be invoked before a court [...] A rule of procedure: Whenever a decision is to be made that will affect a specific child, an identified group of children or children in general, the decision-making process must include an evaluation of the possible impact (positive or negative) of the decision on the child or children concerned”.

⁹² È SEGNALE pericoloso far sbarcare in Italia immigrati irregolari da navi fuorilegge, perché spinge scafisti e trafficanti di esseri umani a mettere in mare più barconi, ponendo a rischio più vite umane. **Twitter**, 2019b. Disponível em: <<https://twitter.com/matteosalvinimi/status/1130394953992024070>>.

⁹³ MATTEO Salvini su immigrazione e sicurezza - *Povera Patria* 25/01/2019. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (15 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a3iqhSeH6r4>.

⁹⁴ OIM (Organização Internacional para as Migrações). **Missing Migrants: Tracking deaths along migratory routes**. 2020. Disponível em: <https://missingmigrants.iom.int/region/mediterranean>.

em um programa televisivo.⁹⁵ Neste cenário, o escritor italiano Roberto Saviano declarou: “não é verdade que diminuíram as mortes no mar (Mediterrâneo). Diminuíram as testemunhas, as ONGs e a guarda costeira”.⁹⁶ Neste sentido, o então ministro apontou um inimigo em comum e apelou ao seu combate como maneira de legitimar seus atos, transmitindo a imagem de uma pessoa comprometida com a paz e a justiça.

Os decretos legislativos Salvini e Sicurezza bis, neste sentido, mostram-se como reforços normativos à já presente e atuante membrana seletiva italiana, que impede a entrada e a permanência de crianças desacompanhadas não brancas do Sul Global na Itália.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Luciana Lamorgese é a nova ministra do interior italiana, desde setembro de 2019, substituindo Matteo Salvini em um dos cargos mais importantes do Poder Executivo na Itália. Lamorgese já declarou que pretende modificar os decretos legislativos impostos por Salvini e ampliar as tipologias de permissão de residência por motivos humanitários na Itália. No entanto, ainda que surjam intenções de implementar políticas mais receptivas às crianças desacompanhadas do Sul Global, o racismo é estrutural na sociedade italiana e conectado às suas memórias coloniais. Neste sentido, está em curso a ação de uma membrana migratória seletiva no país que bloqueia a entrada de indivíduos não brancos, inclusive de crianças desacompanhadas. De fato, enquanto não houver um processo de descolonização completo das mentalidades, esta sociedade continuará sendo racista.

O decreto legislativo 113 de 2018 e o decreto legislativo 53 de 2019 impuseram uma série de dificuldades à integração das crianças desacompanhadas presentes na Itália, reforçando a membrana seletiva migratória italiana por meio de duas medidas: 1. a anulação da autorização de residência por motivos humanitários, substituindo-a por autorizações especiais de menor duração; 2. o bloqueio de embarcações que realizam o resgate de imigrantes no Mar Mediterrâneo, bem como dos *barconi* em direção à costa italiana com a criminalização da ajuda a imigrantes, o que impede a chegada de crianças desacompanhadas e sua solicitação de refúgio.

Este artigo buscou evidenciar como o racismo estrutural presente na sociedade italiana, fruto da “amnésia histórica” referente ao passado colonial italiano em África, contribui para a criação de uma membrana migratória seletiva que se reflete em uma política migratória restritiva

⁹⁵ L'INTERVISTA al ministro dell'Interno e vicepremier Matteo Salvini su immigrazione e sbarchi. [S. 1.: s. n.], 2019. 1 vídeo (21 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kZZmBCnLPj4&t=979s>.

⁹⁶ ROBERTO Saviano: "In mare non esistono taxi". I grandi fotografi e il dramma dei migranti. **La Repubblica**, Roma, 30 abr. 2019c. Disponível em: <https://video.repubblica.it/robinson/roberto-saviano-in-mare-non-esistono-taxi-i-grandi-fotografi-e-il-dramma-dei-migranti/333261/333859?ref=search>.

para crianças desacompanhadas provenientes do Sul Global. Neste cenário, a pesquisa apresentou o racismo como o tecido da membrana migratória italiana, mecanismo de controle transfronteiriço responsável por impedir o ingresso de quem não tem o fenótipo europeu em território italiano. Ainda, o presente artigo mostrou que os episódios de ataques racistas vêm se intensificando nos últimos anos na Itália, beirando um estado calamitoso para todo aquele que não possui a pele branca.

Como conclusão, propõe-se alguns encaminhamentos que poderiam se desenrolar a partir deste artigo. O presente trabalho poderia servir como embasamento para uma estratégia de três passos para a desconstrução da membrana migratória italiana, tal como segue:

1. **Educação e musealização.** Neste sentido, algumas ações são propostas: a) apresentação nas escolas sobre os líderes genocidas italianos e sobre os roubos de artefatos realizados pela Itália nos territórios conquistados. O objetivo a ser atingido com essa medida seria propor uma visão da Itália mais próxima do que aconteceu na prática, e não uma imagem idealizada de povo como “*brava gente*”; b) a devolução das peças expostas no Museo Coloniale di Roma à Somália, Etiópia, Eritreia e Líbia. Dessa forma, por meio deste gesto concreto e simbólico, busca-se admitir o erro do passado devolvendo importante patrimônio histórico às populações as quais pertencem. Em seguida, propõe-se a reformulação da proposta e do propósito de um museu nacional da colonização, não mais expondo artefatos, fruto do esforço de uma época em divulgar as proezas coloniais italianas, mas focalizando-se em mostrar a violência e a brutalidade empregada naquele período na África Oriental e Líbia; c) propõe-se também a criação de circuitos de palestras realizadas nas escolas e em locais públicos de acesso gratuito para informar sobre a colonização italiana do ponto de vista do indivíduo colonizado. Neste sentido, as palestras seriam administradas por historiadores advindos dos países conquistados em conjunto com especialistas italianos, fomentando um diálogo de mão dupla. O objetivo a ser alcançado com a medida seria superar a ideia de que a Itália conduziu uma campanha colonizadora mais humana, menos violenta, do que as demais. O foco de tais palestras poderia também ser direcionado para o entendimento do racismo como raciocínio sem base científica e que produz violência, intolerância e morte.

2. **Política Europeia.** Propõe-se uma proposta de alteração do Acordo de Dublin para que haja um compartilhamento de responsabilidades igualitário em relação a migrantes que chegam por meio do Mar Mediterrâneo bem como pelas “devoluções” dos migrantes “dublina-dos”. Essa política deve ser baseada em direitos humanos e princípios humanitários.

3. **Capacitações e treinamentos sobre crianças desacompanhadas.** Propõe-se que treinamentos e capacitações sejam realizados com a classe política italiana, especialmente minis-

tros e deputados, de modo a conscientizá-los sobre a dimensão das migrações infantis, salientando os riscos e as vulnerabilidades implicadas, a fim de a) extinguir os bloqueios marítimos e b) combater o tráfico das meninas nigerianas para exploração sexual na Itália.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BELLADONNA, Simone. **Gas in Etiopia: i crimini rimossi dell'Italia coloniale.** Vicenza: Neri Pozza, 2015.
- BHABHA, Jacqueline. **Child Migration and Human Rights in a Global Age.** Princeton: Princeton University Press, 2014.
- BHABHA, Jacqueline; DIGIDIKI, Vasileia. **Emergency within an emergency: The Growing Epidemic of Sexual Exploitation and Abuse of Migrant Children in Greece.** Cambridge: Fxb Center For Health And Human Rights, 2016.
- BHABHA, Hommi K. **O local da cultura.** São Paulo: Editora UFMG, 1998.
- CASTLES, Stephen. **International migration at the beginning of the twenty-first century: global trends and issues.** New York: John Wiley & Sons Ltd, 2000.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** São Paulo: Letras Contemporâneas, 2010.
- CORSARO, William. **Sociologia da Infância.** Porto Alegre: Artmed, 2011.
- DEL BOCA, Angelo. **Gli italiani in Africa Orientale - 1: Dall'Unità alla marcia su Roma.** Mi-
lão: Mondadori, 1992.
- DEL BOCA, Angelo. Il colonialismo italiano tra miti, rimozioni, negazioni e inadempienze. **Italia Contemporanea**, n. 212, p. 589-603, 1998.
- DIMITRIADI, Ageliki. Migration from Afghanistan to third countries and Greece. ed. Hellenic foundation for European and Foreign Policy (ELIAMEP), 2013. p. 34
- DOTY, Roxanne. **Imperial Encounters: The Politics of Representation in North-South Relations.** Minneapolis: Univ Of Minnesota Press, 1996.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FEKETE, Liz. The emergence of xeno-racism. **Institute of Race Relations**, v. 43, n. 2, p. 23-40, 2001.
- FERREIRA, João Vitor do Vale; OLIVEIRA, Thâmisa Gonzalez de. Infância E Migração: O Crescimento E Acesso Aos Direitos Das Crianças Migrantes Desacompanhadas. In: TENÓRIO, Vivianne Wanderley Araújo; FALCÃO, Wanda Helena Mendes Muniz. **Crianças, Infância e Conflitos: Análises das conjunturas global e regionais.** Erechim: Editora Deviant, 2017. p. 87-108.

GUZMÁN, José Darío Antequera. **Memoria histórica como relato emblemático: Consideraciones en medio de la emergencia de políticas de memoria en Colombia**. 2011. Dissertação (Mestrado) - Pontificia Universidad Javeriana.

MANTOVAN, Claudia. **Immigrazione e cittadinanza: Auto-organizzazione e partecipazione dei migranti in Italia**. Milão: FrancoAngeli, 2007.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

MONSMA, Karl. Racialização, racismo e mudança; um ensaio teórico, com exemplos do pós-abolição paulista. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013. UFRN. Natal, RN, p. 1-16.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PEREIRA, João. **O Decreto Salvini (2018) e suas Implicações sobre o Acolhimento e a Integração de Menores Desacompanhados Africanos na Itália**. Universidade Federal de Santa Catarina - Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais). p. 94. 2019.

PLOUS, S; WILLIAMS, Tyrone. Racial Stereotypes From the Days of American Slavery: A Continuing Legacy. **Journal Of Applied Social Psychology**, v. 9, n. 25, p.795-817, 1995.

QUIJANO, Aníbal. ¡Qué tal Raza!. **Revista Ecuador Debate. Etnicidades e identificaciones**, n. 48, p. 141-152, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos aires: CLACSO, 2005, p 107-130.

REIS, Rosana Rocha. Políticas de Nacionalidade e Políticas de Imigração na França. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 39, p. 118-138, 1999.

REIS, Rosana Rocha; MENEZES, Thais Silva. Direitos humanos e refúgio: uma análise sobre o momento anterior à determinação do status de refugiado. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 49, p. 61-83, 2014.

ROCHAT, Giorgio. **Il colonialismo italiano**. Turim: Loescher, 1988.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, B. S. **Toward a new common sense: Law, science and politics in the paradigmatic transition**. New York: Routledge, 1995.

SHERIF (Nome fictício). Entrevista: depoimento [maio 2019]. Entrevistador: João Barbosa Pina Pereira. Florianópolis, 2019. Gravação de 23 minutos.

SILVA, Karine de Souza; PISETA, Ivan Vieira. Dois Pesos e Duas Medidas: a projeção da colonialidade nas políticas de migração e de cidadania da União Europeia. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre As Américas**, v. 13, n. 1, p.30-60, 2019.

STUMPF, Juliet. The crimmigration crisis: immigrants, crime, and sovereign power. **American University Law Review**, v. 56, n. 2, p. 367-419, 2006.

TABET, Paola. **La pelle giusta**. Turim: Einaudi, 1997.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Capitalist World-Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

WEBER, Leanne; BOWLING, Benjamin. Valiant beggars and global vagabonds: select, eject, immobilize. **Theoretical Criminology**, v. 12, n. 3, p. 355-375, 2008.

DOCUMENTOS E FONTES

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). **Why do children undertake the unaccompanied journey?: Motivations for departure to Europe and other industrialised countries from the perspective of children, families and residents of sending communities in Afghanistan**. Cabul: Areu, 2014.

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). **L'identificazione delle vittime di tratta tra i richiedenti protezione internazionale e procedure di referral: Linee Guida per le Commissioni Territoriali per il riconoscimento della protezione internazionale**. Roma: Digitalialab, 2017b. Disponível em: <https://www.unhcr.it/wp-content/uploads/2018/02/Linee-Guida-identificazione-vittime-di-tratta.pdf>. Acesso em: 25 maio 2019.

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). **Global Trends: Forced Displacement in 2018**. 2019. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5d08d7ee7.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2020.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Frontier Europe: Human Rights Abuses on Greece's border with Turkey**. 2013. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/EUR25/008/2013/en/>. Acesso em: 11 ago. 2020.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Europe's shameful failure to end the torture and abuse of refugees and migrants in Libya**. 2019. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2019/03/europes-shameful-failure-to-end-the-torture-and-abuse-of-refugees-and-migrants-in-libya/>. Acesso em: 26 jun. 2019.

ASGI (Associazione Per Gli Studi Giuridici Sull'Immigrazione). **Quali Percorsi Per I Minori Non Accompagnati In Seguito All'Abrogazione Del Permesso Per Motivi Umanitari?: Scheda per i tutori e gli operatori che seguono minori non accompagnati**. 2018.

BALOTELLI rilancia la sfida della cittadinanza. **Avvenire**, Roma, 6 jun. 2018a. Disponível em: <https://www.avvenire.it/attualita/pagine/balotelli-rilancia-la-sfida-della-cittadinanza>. Acesso em: 15 mar. 2019.

CARO Mario, lo "ius soli" non è la priorità mia, né degli italiani. Buon lavoro, e divertiti, dietro al pallone. **Twitter**, 2018. Disponível em: <https://twitter.com/matteosalvinimi/status/1003972945134354432>. Acesso em: 23 maio 2019.

CHI aiuta i clandestini odia gli Italiani, ne risponderà davanti alla Lega e alla Storia. Io non mollo!! **Twitter**, 2019a. Disponível em: <https://twitter.com/matteosalvinimi/status/1080800810924167169>. Acesso em: 9 jul. 2020.

Convenção sobre os Direitos das Crianças (CDC). **General comment No. 14 on the right of the child to have his or her best interests taken as a primary consideration (art. 3, para. 1)**. 2013. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/51a84b5e4.html>. Acesso em: 04 nov. 2020.

25-01-2019, Brescia (BS) - Lombardia. **Cronache di ordinario razzismo**, Roma, 25 jan. 2019. Disponível em: <http://www.cronachediordinariorazzismo.org/databaserazzismo/25-01-2019/>. Acesso em: 27 abr. 2020.

DA ROMA a Siracusa. Continuano le aggressioni razziste. **Osservatorio Repressione**, 2019. Disponível em: <http://www.osservatoriorepressione.info/roma-siracusa-continuano-le-aggressioni-razziste/>. Acesso em: 21 maio 2019.

DECRETO sicurezza, 18mila posti di lavoro a rischio. Soprattutto giovani. **Avvenire**. Roma, 9 nov. 2018b. Disponível em: <https://www.avvenire.it/attualita/pagine/decreto-sicurezza-18mila-posti-a-rischio>. Acesso em: 17 mar. 2020.

DIREZIONE INVESTIGATIVA ANTIMAFIA. **Attività svolta e risultati conseguiti dalla Direzione Investigativa Antimafia: Relazione del Ministro dell'Interno al Parlamento**. 2018.

ENVOYÉ spécial - "Sens caché" : 10 000 enfants. [S. 1.: s. n.], 2016. 1 vídeo (22 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ftziP-4EkWM>. Acesso em: 20 jun. 2018.

È SEGNALE pericoloso far sbarcare in Italia immigrati irregolari da navi fuorilegge, perché spinge scafisti e trafficanti di esseri umani a mettere in mare più barconi, ponendo a rischio più vite umane. **Twitter**, 2019b. Disponível em: <https://twitter.com/matteosalvinimi/status/1130394953992024070>. Acesso em: 23 maio 2019.

EUROPEAN COMMISSION. **Relocations from Italy and Greece by 7 March 2018: ANNEX 4**. Bruxelas: 2018.

FIFTEEN years after fleeing Afghanistan, Alidad Shiri is about to graduate with a degree in philosophy from the university of Trento. **ACNUR**, 2017a. Disponível em: <https://www.unhcr.org/news/videos/2017/3/58b9761f5/fifteen-years-after-fleeing-afghanistan-alidad-shiri-is-about-to-graduate.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

GAZZETTA UFFICIALE. **Codice della Navigazione**. Roma, 1942. Disponível em: <https://www.gazzettaufficiale.it/dettaglio/codici/navigazione>. Acesso em: 17 mai. 2019.

GAZZETTA UFFICIALE. **Nuovo Ordinamento Dell'amministrazione della Pubblica Sicurezza**. Roma, 1981. Disponível em: <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/1981/04/10/081U0121/sg>. Acesso em: 18 jun. 2019.

GAZZETTA UFFICIALE. **Nuove norme sulla cittadinanza**. Roma, 1992. Disponível em: <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/1981/04/10/081U0121/sg>. Acesso em: 18 jun. 2019.

GAZZETTA UFFICIALE. **Testo Unico Delle Disposizioni Concernenti La Disciplina Dell'immigrazione e Norme Sulla Condizione dello Straniero**. Roma, 1998. Disponível em: https://www.gazzettaufficiale.it/atto/serie_generale/caricaDettaglioAtto/originario?atto.dataPubblicazioneGazzetta=1998-11-03&atto.codiceRedazionale=098G0429&elenco30giorni=false. Acesso em: 09 mar. 2019.

GAZZETTA UFFICIALE. **Attuazione della direttiva 2005/85/CE recante norme minime per le procedure applicate negli Stati membri ai fini del riconoscimento e della revoca dello status di rifugiato.** Roma, 2008. Disponível em: https://www.gazzettaufficiale.it/atto/serie_generale/caricaDettaglioAtto/originario?atto.dataPubblicazioneGazzetta=2008-10-21&atto.codiceRedazionale=008G0181&elenco30giorni=false. Acesso em: 12 abr. 2020.

GAZZETTA UFFICIALE. **Attuazione della Direttiva 2013/33/ue Recante Norme Relative All'accoglienza Dei Richiedenti Protezione Internazionale, Nonche' della Direttiva 2013/32/ue, Recante Procedure Comuni Ai Fini del Riconoscimento e della Revoca dello Status di Protezione Internazionale.** Roma, 2015. Disponível em: <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/2015/09/15/15G00158/sg>. Acesso em: 11 mai. 2020.

GAZZETTA UFFICIALE. **Disposizioni in materia di misure di protezione dei minori stranieri non accompagnati.** Roma, 2017. Disponível em: <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/2017/04/21/17G00062/sg>. Acesso em: 19 abr. 2019.

GAZZETTA UFFICIALE. **Disposizioni Urgenti in Materia di Contrasto all'Immigrazione Illegale e di Ordine e Sicurezza Pubblica.** Roma, 2019. Disponível em: <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/2019/06/14/19G00063/sg>. Acesso em: 07 nov. 2019.

GIOVANI in 10 anni emigrati dall'Italia 250 milia ragazzi: persi 16 miliardi, pari all'1% del Pil. **Corriere della sera**, Roma, 8 out. 2019. Disponível em: https://www.corriere.it/economia/lavoro/19_ottobre_08/giovani-10-anni-emigrati-italia-250-mila-ragazzi-persi-16-miliardi-pari-1percento-pil-f64aebb6-e9b0-11e9-95ef-66e776be64e5.shtml. Acesso em: 20 jul. 2020.

GOVERNO DA REPÚBLICA ITALIANA. **Memorandum d'intesa sulla cooperazione nel campo dello sviluppo, del contrasto all'immigrazione illegale, al traffico di esseri umani, al contrabbando e sul rafforzamento della sicurezza delle frontiere tra lo Stato della Libia e la Repubblica Italiana.** Roma, 2017.

GREEK Couple Are Everyday Heroes To Refugees. [S. 1.: s. n.], 2016. 1 vídeo (2 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=n3SycAtnUxQ&ab_channel=UNHCR%2CtheUNRefugeeAgency. Acesso em: 13 jun. 2020.

ÍDOLO no Milan, meia Kaká obtém a cidadania italiana. **Estadão**, São Paulo, 12 fev. 2007. Disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,idolo-no-milan-meia-kaka-obtem-a-cidadania-italiana,20070212p5435>. Acesso em: 1 jun. 2019.

IL CONSIGLIO d'Europa: "L'Italia chiarisca accordo con la Libia". Minniti: "Mai fatto respingimenti". **La Repubblica**, Roma, 11 out. 2018. Disponível em: https://www.repubblica.it/esteri/2017/10/11/news/strasburgo_consiglio_d_europa_1_italia_chiari_sca_accordo_con_la_libia_-177960481/. Acesso em: 04 abr. 2019.

I FAN di Salvini a piazza del Popolo: "Con lui la luce in fondo al tunnel". [S. 1.: s. n.], 2018. 1 vídeo (3 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yf5rfYg6iiA>. Acesso em: 04 abr. 2019.

ISTAT: a febbraio disoccupazione al 10,7 (+0,1%), quella giovanile al 32,8%. **Il sole 24 ore**, 2019. Disponível em: <https://www.ilsole24ore.com/art/istat-febbraio-disoccupazione-107-01percento-quella-giovanile-328percento--ABo6xgjB>. Acesso em: 07 mai. 2019.

IUS Culturae, i nuovi italiani scendono in piazza: tutto pronto per la ‘marcia dei diritti’. **La Repubblica**, Roma, 27 nov. 2019b. Disponível em: https://www.repubblica.it/solidarieta/diritti-uni/2019/11/27/news/ius_culturae_i_nuovi_italiani_scendono_in_piazza_tutto_pronto_per_la_marcia_dei_diritti_-242050695/. Acesso em: 25 out. 2020.

JURISTAS processam UE por mortes de migrantes. **Deutsche Welle**, 03 jun. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/juristas-processam-ue-por-mortes-de-migrantes/a-49036829>. Acesso em: 12 abr. 2019.

L'INTERVISTA al ministro dell'Interno e vicepremier Matteo Salvini su immigrazione e sbarchi. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (21 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kZZmBCnLPj4&t=979s>. Acesso em: 23 mai. 2019.

LA COMMISSION européenne veut “abolir le règlement de Dublin” sur les demandes d’asile. **Le soir**, Bruxelas, 16 set. 2020. Disponível em: <https://www.lesoir.be/325447/article/2020-09-16/la-commission-europeenne-veut-abolir-le-reglement-de-dublin-sur-les-demandes>. Acesso em: 25 out. 2020.

LA FRANCE a renvoyé deux fois plus de migrants vers l’Allemagne et l’Italie en 2016. **Le Monde**, 11 abr. 2017. Disponível em: http://www.lemonde.fr/immigration-et-diversite/article/2017/04/11/la-france-a-envoyedeux-fois-plus-de-migrants-vers-l-allemande-et-l-italie-en-2016_5109503_1654200.html. Acesso em: 12 fev. 2020.

LA LEGA a Pontida, molti ancora contro il sud: "I terroni piangono solo mentre noi lavoriamo". [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (4 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dG6ye0wr48g>. Acesso em: 15 mar. 2019.

LA LEGA INVADE Piazza del Popolo. Salvini: “L’Italia rialza la testa”. **Il tempo**, Roma, 09 dez. 2018. Disponível em: <https://www.iltempo.it/politica/2018/12/08/news/manifestazione-lega-piazza-del-popolo-matteo-salvini-italia-rialza-la-testa-1098068/>. Acesso em: 17 mar. 2019.

LECCE, 22enne aggredito da un gruppo di giovani a casa sua: “Sporco negro, torna in Africa”. **Fanpage.it**, Lecce, 27 jan. 2019. Disponível em: <https://www.fanpage.it/attualita/lecce-22enne-aggredito-da-un-gruppo-di-giovani-a-casa-sua-sporco-negro-torna-in-africa/>. Acesso em: 17 jun. 2019.

LEGGE, decreto legge, decreto legislativo: differenze. **La legge per tutti**, 2017. Disponível em: https://www.laleggepertutti.it/149097_legge-decreto-legge-decreto-legislativo-differenze. Acesso em: 20 jun. 2019.

LIBERATE dai riti «voodoo», nigeriane ancora vittime dei clienti (italiani). **Avvenire**, Roma, 23 mar. 2018c. Disponível em: <https://www.avvenire.it/opinioni/pagine/liberate-dai-riti-voodoo-ancora-vittime-dei-clienti>. Acesso em: 25 maio 2019.

MATTEO Salvini su immigrazione e sicurezza - Povera Patria 25/01/2019. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (15 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a3iqhSeH6r4>. Acesso em: 15 mar. 2019.

MIGRANTE, menor de edad, sola, violada y embarazada: La burocracia y el alto porcentaje de ginecólogos objetores dificultan el acceso al aborto para las jóvenes que cruzan el Mediterráneo hasta las costas de Italia, en su mayoría víctimas de abusos en Libia. **El País**, Madrid, 2 dez. 2018. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2018/12/17/planeta_futuro/1545042207_385923.html. Acesso em: 20 mai. 2019.

MIGRANTI, l'alarme di Salvini: "Torna la tubercolosi in Italia". **Il giornale**, Roma, 12 set. 2018. Disponível em: <https://www.ilgiornale.it/news/politica/migranti-lallarme-salvini-torna-tubercolosi-italia-1575244.html>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MINISTÉRIO DO INTERIOR ITALIANO. **Cruscotto statistico giornaliero**. 2020.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS DA ITÁLIA. **Report mensile Minori Stranieri non accompagnati (MSNA) in Italia**. 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS DA ITÁLIA. **Report mensile Minori Stranieri non accompagnati (MSNA) in Italia**. 2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS DA ITÁLIA. **Report mensile Minori Stranieri non accompagnati (MSNA) in Italia**. 2019.

MINORI STRANIERI non accompagnati a un bivio: in Italia l'incubo di diventare adulti invisibili. **La Repubblica**, Roma, 09 jan. 2020. Disponível em: https://www.repubblica.it/solidarieta/dirittiumani/2020/01/09/news/minori_stranieri_non_accompagnati_a_un_bivio_in_italia_l_incubo_di_diventare_adulti_invisibili-245324356/. Acesso em: 20 mar. 2020.

NUOVA tragedia migranti nel Canale di Sicilia, il Papa: "La comunità internazionale intervenga". **Rai News**, Roma, 19 abr. 2015. Disponível em: http://www.rainews.it/dl/rainews/articoli/Immigrazione-Papa-Francesco-La-comunita-internazionale-intervenga-265daaef-dd2b-48c8-a007-f57f8a573643.html?refresh_ce. Acesso em: 06 abr. 2019.

OFFICIAL JOURNAL OF THE EUROPEAN UNION. **Regulation (EU) n° 604/2013 of the European Parliament and of the Council, 29 jun.** 2013. Disponível em: <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2013:180:0031:0059:EN:PDF>. Acesso em: 12 mar. 2019.

OIM (Organização Internacional para as Migrações). **Tunísia: Migration Activities**. 2016. Disponível em: <https://www.iom.int/countries/tunisia>. Acesso em: 20 mai. 2020.

OIM (Organização Internacional para as Migrações). **Close to 20,000 Migrants Rescued in Sahara Desert Since Beginning of Operations**. 2019. Disponível em: <https://www.iom.int/news/close-20000-migrants-rescued-sahara-desert-beginning-operations>. Acesso em: 29 maio 2019.

OIM (Organização Internacional para as Migrações). **Missing Migrants: Tracking deaths along migratory routes**. 2020. Disponível em: <https://missingmigrants.iom.int/region/mediterranean>. Acesso em: 27 maio 2020.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Convenção sobre os Direitos das Crianças**. 1989. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/3ae6b38f0.html>. Acesso em: 04 nov. 2020.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil**. 2001. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/3ae6b38bc.html>. Acesso em: 04 nov. 2020.

PUCAFREU (Promoting unprotected unaccompanied children's access to fundamental rights in the European Union). **Minori Stranieri non Accompagnati privi di protezione: ricerca condotta a torino nell'ambito del progetto PUCAFREU**. 2013. Disponível em: <https://omm.hypotheses.org/files/2018/08/Rapporto-PUCAFREU-Italia-definitivo.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

RAMY, il bambino eroe e il "rischio" della cittadinanza come premio. **Redattore Sociale**, Roma, 22 mar. 2019. Disponível em: https://www.redattoresociale.it/article/notiziario/ramy_il_bambino_eroe_e_il_rischio_della_cittadinanza_come_premio. Acesso em: 02 abr. 2019.

ROBERTO Saviano: "In mare non esistono taxi". I grandi fotografi e il dramma dei migranti. **La Repubblica**, Roma, 30 abr. 2019c. Disponível em: <https://video.repubblica.it/robinson/roberto-saviano-in-mare-non-esistono-taxi-i-grandi-fotografi-e-il-dramma-dei-migranti/333261/333859?ref=search>. Acesso em: 20 maio 2019.

SAVE THE CHILDREN. **Minori stranieri non accompagnati: 18.300 ospitati nel sistema di accoglienza in Italia nel 2017, la metà in Sicilia (43%) e solo il 3% in affido, oltre 1.200 hanno meno di 1 anni, 2.00 irreperibili nel corso del 2017**. 2018a. Disponível em: <https://www.savethechildren.it/press/minori-stranieri-non-accompagnati-18300-ospitati-nel-sistema-di-accoglienza-italia-nel-2017-la>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SAVE THE CHILDREN. **Atlante Minori Stranieri Non Accompagnati in Italia: Crescere Lontano da Casa**. 2018b.

“SEI MAI stato vittima di razzismo?” Il progetto Unhcr con i minori stranieri non accompagnati: il 30% testimone di episodi di intolleranza. **Il fatto quotidiano**, Roma, 20 nov. 2019. Disponível em: <https://www.ilfattoquotidiano.it/2019/11/20/sei-mai-stato-vittima-di-razzismo-il-progetto-unhcr-con-i-minori-stranieri-non-accompagnati-il-30-testimone-di-episodi-di-intolleranza/5572736/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

TWO years since Germany opened its borders to refugees: A chronology. **Deutsche Welle**, Berlin, 4 set. 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/en/two-years-since-germany-opened-its-borders-to-refugees-a-chronology/a-40327634>. Acesso em: 20 jun. 2019.

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). **A Deadly Journey for Children The Central Mediterranean Migration Route**. 2017. 20 p. Disponível em: <https://www.unicef.org/sites/default/files/press-releases/glo-media-UN053732.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

VIMINALE: pronti ad accelerare iter per la cittadinanza a Rami, il ragazzino-eroe. **La Repubblica**, 21 mar. 2019a. Disponível em: https://milano.repubblica.it/cronaca/2019/03/21/news/scuolabus_incendiato_milano_ramy_bambino_eroe_cittadinanza_italiana_salvini_di_mai-222162388/. Acesso em: 26 maio 2019.

Recebido em: 13/04/2021

Aprovado em: 09/06/2021



ISSN: 2595-5713
Vol. 04 | N°. 7 | Ano 2021

Paulino Oliveira do Canto

MOBILIDADES, FRONTEIRAS E O PROCESSO DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL

MOBILITIES, BORDERS AND THE COOPERATION PROCESS AND
REGIONAL INTEGRATION IN WEST AFRICA

RESUMO: A mobilidade é um fenômeno omnipresente na vida dos cidadãos africanos que dão corpos, sentidos e vida às suas trajetórias, e inscrevem-se nas dinâmicas sociais n(d)as fronteiras no contexto das mobilidades internacionais. As constantes mudanças que afetam seus percursos de mobilidade na travessia das fronteiras dos Estados, sobretudo a nível internacional, têm provocado abordagens diferenciadas, com destaque para estudos específicos sobre as relações entre as mobilidades, as fronteiras e o processo de integração e cooperação regional. Com base na pesquisa bibliográfica e documental, este estudo busca refletir sobre mobilidades, fronteiras e integração regional na África Ocidental, privilegiando discussões teóricas, metodológicas e epistemológicas africanas. O resultado da pesquisa mostrou que há uma relação intrínseca entre as dinâmicas sociais, econômicas e políticas dos africanos e as suas possibilidades de mobilidade, sobretudo intrarregional, que são essencialmente gerenciadas pelas fronteiras internacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Mobilidades; Fronteiras; África.

ABSTRACT: Mobility is an omnipresent phenomenon in the lives of African citizens who give meaning and life to their trajectories and are part of the social dynamics at/of borders in the context of international mobility. The constant changes that affect their mobility in crossing the States borders, especially at the international level, that have led to different approaches, with emphasis on specific studies on the relationships between mobility, borders and the process of integration and regional cooperation. Based on bibliographic and documentary research, this study seeks to reflect on mobility, borders, and regional integration in West Africa, highlighting the African theoretical, methodological, and epistemological discussions. The result of the research showed that there is an intrinsic relationship between the social, economic, and political dynamics of Africans and their possibilities for mobility, especially intraregional, which are essentially managed by international borders.

KEY WORDS: Mobility; Borders; Africa.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre Antônio Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

MOBILIDADES, FRONTEIRAS E O PROCESSO DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL

Paulino Oliveira do Canto ¹

Introdução

Este estudo, fruto de trabalho da dissertação do mestrado, propõe refletir sobre mobilidades, fronteiras e o processo de cooperação, e integração regional na África Ocidental, através de uma abordagem interdisciplinar, que privilegia os estudos de referências africanas, desconstruindo o “mito” sobre as migrações e fronteiras africanas, demonstrando assim, o valor destes fenômenos que são intrínsecos ao continente. Trata-se de um trabalho que também apoia numa abordagem compreensiva para, primeiro, entender o cenário migratório em África Ocidental, com foco na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e, de seguida, propor uma discussão diferenciada com base nos fatores endógenas das fronteiras africanas, mostrando não ser diferentes das outras existentes e as razões das suas dinâmicas.

Para a sua materialização, recorreu-se a metodologia qualitativa com base na pesquisa bibliográfica e documental, privilegiando como foco de análise das pesquisas feitas desde 2018 a 2020, quando da dissertação de mestrado. A escolha de compreender as mobilidades, fronteiras e o processo de cooperação, e integração regional na África Ocidental, deve-se pela pertinência do facto histórico de ser uma das regiões com maior registro de mobilidade intrarregional, onde atualmente a vida diária das pessoas depende de múltiplas e constantes interconexões através de fronteiras internacionais (SCHILLER *ET AL.*, 1995; ADEPOJU, 1995a). Justifica-se também pelo papel que as mobilidades e fronteiras africanas têm na construção do imaginário político, social e cultural do continente e, no geral, do mundo, ligando-o à história da soberania, legitimidade e cidadania dos Estados Africanos. Sem esquecer o fato de ser um continente que outrora serviu de plataforma de diferenciação, onde se inscreveram histórias de fronteiras e migrações nas rotas internacionais de escravidão, e colonização.

Portanto, é preciso que se proponham novas reflexões que ampliem a compreensão das fronteiras africanas, bem como, problematizar as dinâmicas que nelas se atravessam a fim de desnaturalizar e desconstruir a homogeneidade das discussões acadêmicas, através duma

¹ Licenciado em Ciências Sociais - vertente Ciência Política e Mestre em Integração Regional Africana pela Universidade de Cabo Verde. Foi investigador do projeto “Reconhecer e Mudar Praia” da Câmara Municipal da Praia, parceira do Projeto “Recognize and Change” – EuropeAid CSO-LA/2017/0388053 e, atualmente, é coordenador nacional do projeto empoderamento económico e participação política do Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) e colaborador do Centro de Investigação e Formação em Género e Família (CIGEF) da Universidade de Cabo Verde. Correio eletrónico: oliveirapoc@gmail.com

abordagem interdisciplinar para entender melhor estes fenômenos, que são intrínsecos à própria dinâmica do continente.

Mobilidades, fronteiras e o processo da cooperação na África Ocidental

A mobilidade é um fenômeno histórico que caracteriza o movimento dos homens e mulheres a nível mundial, desde a pré-história aos dias de hoje. O ser humano esteve sempre em mobilidade à procura de melhores condições para a sua (sobre)vivência. Aliás, se é que a civilização humana começou na África, no Antigo Egito, o povoamento para a Mesopotâmia e outras partes do mundo, ter-se-ia dado através da livre mobilidade e/ou circulação de pessoas (DIOP, 1981).

Os fluxos migratórios foram constantes na história da humanidade. No entanto, com mudanças relativas às suas origens e destinos, razões e intensidades configuradas em grandes acontecimentos gerados a partir dos séculos XIV e XV, como a expansão comercial europeia e consequente conquista e exploração de territórios das Américas, África e partes da Ásia que se viram inundadas por correntes migratórias do tipo do tráfico de escravos (CASTLES; HAAS; MILLER, 2014).

As razões para as migrações têm sido diversas e reconfiguradas graças ao contexto da globalização. A título de exemplo, se no final do século XIX e início do século XX a migração de pessoas se dava em massa para essencialmente atividades laborais entre os diferentes continentes, atualmente, assistem-se migrações mais por motivos de lazer ou turismo e, sobretudo, a mobilidade de agentes econômicos para as atividades de negócios entre as empresas multinacionais. Portanto, uma tendência forte para a seleção de um perfil ideal² de (i)migrante como o que se encaixa em quadros profissionais ou de trabalhadores qualificados, o que é uma realidade no contexto dos espaços da livre mobilidade (SCHUCK, 1999).

A mobilidade de pessoas intrarregional ocorreu de forma exponencial a partir do século XVI na Europa, no momento da formação e intensificação do capitalismo com destaque para o processo da industrialização no século XVIII que se deu graças à mobilidade de pessoas em massa dos meios rurais para os centros urbanos. Mais tarde, no século XIX, a abolição da escravatura provocou diversos movimentos migratórios, especialmente a migração

² “[...] é verdade que alguns Estados usam a lei para ‘concorrer’ pelos imigrantes - pelo menos por aqueles que possuem habilidades valiosas, recursos de investimentos e atributos políticos atraentes”. Vide citação original: “[...] it is also true that some States use the law to ‘compete’ for immigrants – at least for those who possess valuable skills, investment resources, and attractive political attributes (SCHUCK, 1999, p. 190).

internacional,³ com registro de milhões de europeus a migrarem para todas as partes do mundo, sobretudo para as Américas (MENDONÇA, 2011).

A mobilidade de pessoas em massa a partir desta data, final do século XIX, fez com que os Estados começassem a se preocupar com a regulação da imigração ou da entrada de pessoas em mobilidade a partir das suas fronteiras, destacando-se o Estatuto Geral da Imigração de 1882, que regulara a entrada dos imigrantes nos Estados Unidos das Américas. Portanto, a regulação da migração com base legal, jurídica e administrativa começou a ser uma realidade no contexto do direito à livre mobilidade de pessoas (CASTLES, 2010; CASTLES; HAAS; MILLER, 2014). Esta demarcação só aconteceu neste período, porque antes muitos países não faziam a diferença entre os direitos dos nacionais e os dos estrangeiros. Por conseguinte, com as duas Grandes Guerras Mundiais, muitos países começaram a estabelecer restrições aos direitos dos estrangeiros em suas legislações internas, o que constituiu quase um “retrocesso” em relação à compreensão dos direitos do migrante (MARINUCCI; MILESI, 2011).

Os diversos movimentos migratórios, intrarregional e internacional foram marcados particularmente pela expansão comercial, pelo imperialismo, pela abolição da escravatura, pela revolução industrial, pelas duas Grandes Guerras Mundiais e suas consequências. A grosso modo, a mobilidade de pessoas ocorreu significativamente por razões de perseguição, de guerras e da necessidade de mão-de-obra (CASTLES, 2010; AWUAH, 2016). Portanto, a mobilidade de pessoas abarca padrões históricos cada vez mais complexos e variados trazendo consigo desafios inerentes ao controle das entradas, como as fronteiras geográficas e políticas criadas pelos Estados soberanos. Por isso, com o tempo, a mobilidade foi se configurando em legislações internacionais e nacionais bem específicas com destaque para a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

A livre mobilidade de pessoas e o espaço de cooperação e integração regional

A livre mobilidade de pessoas se efetua através de acordos bilaterais, regionais ou por decisão jurídica de ato unilateral (SOUSA; DELGADO, 2013). A partir da Segunda Guerra Mundial, os Estados cada vez mais apostaram em estabelecer acordos de livre mobilidade de pessoas, capitais, bens e serviços através de blocos regionais de cooperação, e integração econômica e política.

O direito da livre mobilidade de pessoas⁴ é assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 no seu artigo 13(1). Porém, rigorosamente limitada pelas fronteiras

³ A Organização Internacional para as Migrações (2009, p. 42) define a migração internacional como “movimentos de pessoas que deixam os seus países de origem ou de residência habitual para se fixarem, permanente ou

dos Estados, isto é, o direito de deixar o país de origem (emigrar) não dá automaticamente o direito de entrar (imigrar) no país de destino que, entretanto, é regulamentada por suas próprias legislações nacionais (PÉCOUD; GUCHTENEIRE, 2007). Com exceção para os casos de procura de asilo ou os refugiados, desde que não motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas, nos Estados que estejam vinculados aos acordos para receber os refugiados ou aceitar o asilo⁵.

A discussão sobre a problemática da livre mobilidade de pessoas comporta uma contradição fundamental entre a concepção de que a emigração é uma questão de direitos humanos e a imigração é uma questão, principalmente, de soberania nacional, quer dizer, dependente da posição dos Estados na admissão de pessoas nos seus territórios nacionais e que se reflete nas legislações internas (PÉCOUD; GUCHTENEIRE, 2007; OUCHO; ODIPO, 2017).

No âmbito do processo de cooperação e de integração dos Estados em blocos regionais, a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais é, se calhar, o mais importante elemento para atingir os objetivos comuns, particularmente, para a fase da implementação do mercado comum. A livre mobilidade de pessoas é fundamental para a consolidação do espaço comum, porque, progressivamente, fomenta um sentimento de integração e de formação de uma identidade regional.⁶ Além disso, numa fase mais avançada e consolidada pode gerar um espaço de, relativamente, maior liberdade, justiça e segurança como ocorreu no âmbito da União Europeia. Este, do Espaço *Schengen* de livre circulação de pessoas, evoluiu gradativamente para um espaço comum de liberdade, segurança e justiça (BARZA; CAVALCANTE FILHO, 2017).

Entretanto, este último não é um estágio obrigatório para os blocos ou comunidades regionais. As diferentes comunidades regionais podem optar livremente por promover a facilidade ou até a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais em função dos seus objetivos.

A problemática da livre circulação de pessoas, encontra-se fortemente ligada às atividades econômicas de cooperação e integração entre os Estados de uma determinada região (LEITE, 2007). Contudo, a livre mobilidade de pessoas não se restringe apenas às razões de

temporariamente, noutro país. Consequentemente implica a transposição de fronteiras internacionais”.

⁴ A liberdade de mobilidade é um direito humano composto por três elementos básicos: a liberdade de circulação dentro do território de um país, o direito de deixar qualquer país e o direito de retornar ao seu próprio país, segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ademais, a liberdade de movimento está assegurada também no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos no seu artigo 12.º e, neste caso, é também garantida no contexto do acordo de livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais entre os Estados-Membros da CEDEAO.

⁵ Vide a Carta das Nações Unidas (1945).

⁶ A identidade regional consiste num sentimento partilhado gradualmente entre os cidadãos de uma determinada comunidade regional que se aprofunda com a formação de instituições / agências que incentivam a participação da sociedade civil nos órgãos de decisão e de execução dos objetivos da comunidade. A título de exemplo, destaca-se a reestruturação da CEDEAO pelo tratado de Cotonu 1993 que cria algumas instituições, nomeadamente o Parlamento, o Sistema de Alerta Precoce e de Prevenção – ECOWARN, em 1999, bem como, o Centro de Desenvolvimento de Género, em 2003 e o Centro de Desenvolvimento da Juventude e Desportos, em 2005.

ordem econômica. Os cidadãos de uma determinada comunidade regional, igualmente, circulam devido a projetos de investigação comuns, intercâmbios culturais, educação e formação profissional, para efeitos de turismo ou como uma opção de residência em qualquer Estado-Membro (ROCHA, 2009).

A livre mobilidade e, no geral, a gestão da migração de pessoas não é uma tarefa fácil, dado que exige dos Estados-Membros esforços coletivos de cooperação que visam construir um espaço regional altamente eficaz a nível do controle dos fluxos migratórios ou das mobilidades que permita eliminar as barreiras ou impedimentos nas fronteiras. Isto através da harmonização de abordagens comuns nos procedimentos de entrada, de residência e de estabelecimento, da coerência de políticas migratórias e/ou através da cooperação jurídica numa abordagem supranacional (BARZA; CAVALGANTE FILHO, 2017). Portanto, a livre mobilidade de pessoas funciona como um relevante mecanismo de consolidação dos espaços comuns de integração e de cooperação, na medida em que:

- i) desmobiliza internamente os controles nas fronteiras dos Estados Membros;
- ii) incentiva a cooperação jurídica, técnica e operacional em matéria civil, penal e policial no interior do espaço comum;
- iii) promove uma gestão integrada das fronteiras externas; e
- iv) fomenta um sentimento e uma identidade regional (BARZA; CAVALGANTE FILHO, 2017, p. 237).

Embora a livre mobilidade de pessoas constitua um elemento indispensável no processo de integração e de cooperação dos Estados-Membros que pretendam consolidar a etapa do mercado comum, como é o caso da CEDEAO, persiste ainda uma falta de compreensão sobre o que significa efetivamente a livre mobilidade de pessoas (FURTADO, 2016; BARZA; CAVALGANTE FILHO, 2017). Esta falta de compreensão é constatada quando se confunde a livre mobilidade de pessoas com o que se entende por (i)migração, o que leva frequentemente os atores / instituições responsáveis na gestão migratória a agir mais em conformidade com o controle da (i)migração a partir das fronteiras do que pela mobilidade de pessoas no espaço regional (CANTO, 2016).

A imigração é um processo através do qual os estrangeiros se deslocam para um país, a fim de aí se estabelecerem num período fixado pelo Estado de acolhimento, que é de, pelo menos, doze meses, segundo a Organização das Nações Unidas. Ela pressupõe a fixação permanente da pessoa num país de acolhimento ou acima da data que o protocolo, a convenção regional, o acordo bilateral da livre circulação estipula, enquanto a livre mobilidade de pessoas de um Estado para outro integra de forma mais expressiva o direito de entrada e permanência por um curto período, como é o caso da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) que estabeleceu noventa dias para os seus cidadãos em mobilidade. A própria

CEDEAO, nessa sequência, dividiu o protocolo A/P.1/5/79 em três fases, a saber: o direito de entrar, o direito de fixar e o direito de estabelecer. Esta última fase com menos avanço, talvez por estar fortemente limitada pela legislação interna dos Estados-Membros, prendendo-se muitas vezes com a sua não ratificação por parte de alguns Estados, como é o caso de Cabo Verde (DEVILLARD; BACCHI; NOACK, 2016).

Distinguir ou definir a mobilidade e a migração não é uma tarefa fácil. Para além de que existem diferentes tipos de mobilidade, esta é marcada, por sua vez, por dimensões espaciais e temporais. Algumas questões se fazem pertinentes no âmbito desta distinção, a saber: a migração pressupõe uma mudança de residência, o que também implica uma certa duração da estadia. Neste sentido, terá que necessariamente definir o tempo que o migrante deve ficar em um determinado lugar para ser classificado como tal, o que varia consoante os acordos regionais e bilaterais.

A questão que se coloca é relativamente mais difícil em casos de migração sazonal; esta diz respeito ao migrante cuja trajetória de vida é marcada pela mobilidade, podendo não haver um local de residência claramente identificável. Neste âmbito, a mudança e a permanência constituem dois elementos fundamentais para essa distinção (DE BRUJIN; VAN DIJK; FOEKEN, 2001; ZELLER, 2015).

Por conseguinte, a migração também é definida no âmbito do cruzamento de uma fronteira política ou administrativa, o que igualmente provoca alguns questionamentos muitas vezes relativos à falta de uniformidade entre os países em relação à definição de quem pode ser considerado migrante internacional (DE BRUJIN; VAN DIJK; FOEKEN, 2001). Outro aspeto muito problemático ligado à fronteira é da sua natureza não estática, ou seja, os limites do Estado e as jurisdições políticas relacionadas são movediços, o que pode provocar a introdução de novos fatores, antes tidos como ausentes. Esta questão é muito comum no continente africano, como é o caso de “mover-se de uma província no sul do Sudão para outra no Norte que não é considerada migração internacional, enquanto que cruzar a fronteira entre Burkina Faso e Gana significa que a pessoa não sai da área habitada por seu próprio grupo étnico, mas se torna um migrante internacional?” (DE BRUJIN; VAN DIJK; FOEKEN, 2001, p. 11).⁷

Estes dois conceitos são marcados por tensões que causam estranhamentos entre os locais de origem, de partida e os meios de sociabilidade, especialmente nas fronteiras onde o (i)migrante estará submetido a novas ordens que diferem do seu habitual e os agentes das fronteiras que tendem a vê-los através de estereótipos já construídos. Por isso, a

⁷ Vide a citação original: “is moving from one province in southern Sudan to another in the north not migration whereas crossing the border between Burkina Faso and Ghana means that one does not leave the area inhabited by one’s own ethnic group, but nevertheless becomes an international migrant?” (DE BRUJIN; VAN DIJK; FOEKEN, 2001, p. 11).

migração/mobilidade de pessoas é um processo que envolve mais do que a interação entre o lugar de partida e o lugar de chegada. Isto é, pressupõe alteração na relação entre as formas de sociabilidade, espaço, tempo e os meios em que essas relações são construídas (VANSINA, 2010b).

Os desafios na gestão da migração internacional têm influenciado os Estados a restringirem cada vez mais a entrada de pessoas em função de um perfil desejado para o seu desenvolvimento, além dos critérios juridicamente estabelecidos nas leis internas, regionais e internacionais, pois, a entrada de pessoas nos Estados pode ser restringida através do benefício de alguns grupos específicos, como, por exemplo, nível de instrução, sexo, idade, religião e o tipo de relações entre o país de acolhimento e o país de origem (OUCHO; ODIPO, 2017).

Sumariamente, por mais que os discursos políticos e as perspectivas universais consensualmente partilhadas apontam para uma África sem fronteiras, as dinâmicas das políticas migratórias que incentivam maior abertura das fronteiras no contexto da livre mobilidade de pessoas intrarregional são ainda insuficientes para impulsionar um desenvolvimento que se quer mais integrado e sustentável entre as regiões, com destaque para o caso da CEDEAO (ADEPOJU; BOULTON; LEVIN, 2007).

Portanto, é de se questionar: por que atualmente alguns Estados colocam restrições à livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais num contexto em que se exige cada vez mais a flexibilização/abertura das suas fronteiras, com distinção para o Acordo de Livre Comércio Continental Africano (AfCFTA) pela União Africana? No entanto, quando confrontados com as condições de dinâmicas externas, pressões sociais internas e restrições políticas, a flexibilidade nas fronteiras afigura-se como elemento que a própria lei rejeita (SCHUCK, 1999). De modo a aprofundar essa questão, far-se-á um breve retrato histórico das fronteiras africanas com o intuito de tentar perceber como é que as estas têm sido concebidas no contexto da migração/mobilidade.

Retrato histórico das fronteiras africanas: antes, com e pós-colonização

A migração/mobilidade de pessoas no continente africano tem-se tornado cada vez mais uma problemática notoriamente pertinente, provocando debates em torno da gestão das fronteiras. No entanto, ainda bastantes incipientes no mundo acadêmico (ASIWAJU, 1981; AJALA, 1983; ASIWAJU, 1984; KOPYTOFF, 1987; ASIWAJU, 1989; NUGENT; ASIWAJU, 1996; MBEMBE, 2000; CHALFIN, 2001; MILES, 2015; AWUAH, 2016). A reflexão em torno

das fronteiras africanas ganhou maior destaque a partir dos anos 1990,⁸ nas Ciências Sociais, devido à multiplicidade de assuntos que agrega como as distintas configurações migratórias e a mobilidade de pessoas, capitais, bens e serviços a níveis internacional e intrarregional (AMIN, 1995; ADEPOJU, 1995a; RODRIGUES, 2015).

As discussões sobre as fronteiras africanas acabam limitadas, geralmente, às consequências da colonização europeia. Por conseguinte, as fronteiras⁹ não eram desconhecidas na África pré-colonial, uma vez que incluía limites territoriais e, em vários casos, também com práticas concretas de demarcação,¹⁰ isto é, a existência de uma pluralidade de modelos de fronteiras ou variedade de limites (AJALA, 1983; MBEMBE, 2000).

[...] Deve-se notar que, antes da colonização, a ligação ao território e ao solo era bastante relativa. Em alguns casos, as entidades políticas eram delimitadas, não por fronteiras, no sentido clássico do termo, mas por um entrelaçamento de múltiplos espaços, constantemente feitos, derrotados e refeitos tanto por guerras e conquistas, quanto pela mobilidade de bens, serviços e pessoas (MBEMBE, 2000, p. 51-52).¹¹

Antes da época colonial, as fronteiras e/ou limites se apresentavam como espaços de encontro ou de negociação entre os comerciantes e missionários europeus e nativos africanos que vieram a servir posteriormente de pontos estratégicos para alargar o próprio projeto da colonização (MBEMBE, 2000). De qualquer forma, a influência europeia antecede a Conferência de Berlim de 1885 e remonta às primeiras instalações de fábricas nas costas africanas, o que permite compreender em parte a estrutura física e geográfica de diferentes países africanos, sobretudo a do isolamento entre as várias regiões (MBEMBE, 2000).

Longe de ser simplesmente o produto da colonização, as fronteiras atuais refletem, portanto, realidades comerciais, rivalidades religiosas e militares,

⁸ Com destaque para a conferência “*African Boundaries and Borderlands*” realizada em Edimburgo de 1993 e a mais recente que é “*African Bounderlands Research Network [ABORNE], 2007*” (RODRIGUES, 2015; ZELLER, 2015).

⁹ O termo fronteira é relativamente recente. Naquela época, os termos “limites” ou “demarcações” eram usados com mais frequência do que as fronteiras propriamente ditas.

¹⁰ Refere-se essencialmente a existência de três categorias de fronteira tradicional, a saber: a primeira, fronteira de contato que existia em situações em que grupos culturais e políticos distintos viviam e operavam lado a lado, como eram os casos dos Estados Ioruba e Dahomey (Nigéria-Benin), na África Ocidental, bem como Buganda e seus vizinhos da África Oriental; a segunda, fronteira da separação, considerada fronteira tradicional na era pré-colonial, em que as comunidades foram separadas por uma zona tampão, especialmente através de florestas ou desertos, sobre a qual nenhum dos lados reivindicava ou exercera qualquer autoridade, como fora o caso entre os Estados do Sudão Central, incluindo Bornu, Maradi, Air e o Império Fulani. Finalmente, a terceira categoria, mais voltada para um certo tipo de entrave do que fronteira propriamente dita, que existia em regiões de considerável superposição de diversos grupos (Cf. AJALA, 1983, p. 178-179).

¹¹ Vide a citação original: “[...] il convient de préciser qu’avant la colonisation, l’attache au territoire et au sol fut toute relative. Dans certains cas, les entités politiques étaient délimitées, non par des frontières au sens classique du terme, mais par une imbrication d’espaces multiples, constamment faits, défaits et refaits aussi bien par les guerres et les conquêtes que par la mobilité des biens et des personnes” (MBEMBE, 2000, p. 51-52).

relações de poder e alianças que existiam entre as várias potências imperiais, e entre estes e os africanos, ao longo dos séculos antes da colonização propriamente dita (MBEMBE, 2000, p. 54).¹²

Naquela época, as fronteiras africanas já eram relativamente porosas, onde se fazia “movimento populacional que visa restabelecer o equilíbrio ecológico e [...] dos indivíduos em busca de alimento de subsistência, melhor abrigo e maior segurança¹³” (ADEPOJU, 1995b, p.89). Como característica fundamental da maior parte da fronteira interna africana, existia poucas diferenças culturais entre “os homens da fronteira” e as sociedades de acolhimento, o que facilitava a maior mobilidade entre os povos, inclusive de grupos étnicos diferentes, que também seguiam para outras áreas do mundo, como para a Península Arábica e, sobretudo, para os países orientais (KOPYTOFF, 1987; AMIN, 1995; MBEMBE, 2000).

A demarcação existente permitia sem grandes restrições a mobilidade e/ou migração de povos em diferentes espaços de sociabilidade, particularmente, os grupos étnicos nômades que com a colonização fora-lhes subtraída (AJALA, 1983; DE BRUJIN; VAN DIJK; FOEKEN, 2001; ZELLER, 2015). Contudo, com o passar do tempo, a mobilidade e/ou migração passou a ser amplamente alimentada pelos requisitos de mão de obra e dos aparatos administrativos, atribuindo novos sentidos a natureza da migração (AMIN, 1995; DE BRUJIN; VAN DIJK; FOEKEN, 2001).

Neste âmbito, entende-se que o objetivo dos europeus em traçar as fronteiras nos territórios africanos era de, sobretudo, isolá-las ou demarcá-las da exploração de outras potências coloniais, tendo este isolamento repercutido na separação de grupos étnicos e, no geral, dos povos africanos que, outrora, faziam parte do semelhante ou até da mesma estrutura de organização sociopolítica (AJALA, 1983; MBEMBE, 2000; BRANCO, 2013). Obviamente que as novas fronteiras e/ou limites criados pelos europeus tiveram um impacto significativo sobre os povos africanos. Evidenciam-se casos de povos¹⁴ que se viram impedidos de estar livremente em mobilidade nas áreas que antes haviam considerado como livres de atravessar para atividades de caça, de pesca e de pastoreio. Contudo, com a partição do continente pelos colonizadores

¹² Vide a citação original: “Loin d’être le simple produit de la colonisation, les frontières actuelles traduisent donc les réalités commerciales, religieuses et militaires, les rivalités, les rapports de force et les alliances qui prévalaient entre les différentes puissances impériales, puis entre elles et les Africains au long des siècles qui précédèrent la colonisation proprement dite” (MBEMBE, 2000, p. 54).

¹³ Vide a citação original: “population movement aimed at restoring ecological balance and [...] of individuals in search of subsistence food, better shelter and greater security” (ADEPOJU, 1995b, p. 89).

¹⁴ São casos dos Masai cuja área de ocupação era unificada e que, posteriormente, com o domínio fora dividida em duas colônias separadas atual Quênia e Tanzânia; ainda o povo Anuak, que havia acostumado desde tempos imemoriais em mobilidade ao longo da fronteira entre o Sudão e a Etiópia; e os Somalis, povos nômadas, que em tempos de escassez de chuvas ficavam constantemente em situação da livre mobilidade para outras áreas a procura de alimentos e pastorear seus gados (cf. AJALA, 1983, p. 181).

européus ficaram reféns de um conjunto de barreiras, tais como impostos, taxas de trabalho e alimentação (AJALA, 1983).

Por essas razões, “as fronteiras africanas são amplamente consideradas como um legado problemático do colonialismo europeu que continua a dificultar o desenvolvimento social, econômico e político do continente até hoje” (ZELLER, 2015, p. 24).¹⁵ Por conseguinte, há que localizar as narrativas históricas em seu contexto específico de forma a perceber que “as fronteiras africanas não são todas periféricas e excepcionais de uma ordem global mais ampla, mas, de facto, intimamente ligadas e ligadas a ela, tanto historicamente quanto nos dias atuais” (ZELLER, 2015, p. 14).¹⁶

Ademais, todas as fronteiras são artificiais e relativamente porosas, embora o forte legado da sua fragmentação e o contexto próprio da sua configuração espacial e temporal, como a extensão, a duração e o processo da sua criação, efetivamente as tornaram e atualmente tornam-nas pertinentes e, quiçá, as mais dramáticas (ASIWAJU, 1984). Mais tarde, com o período da pós-colonização começaram a despontar alguns conflitos entre Estados africanos pela disputa de fronteiras, entre os quais destacam-se os casos de Marrocos e Argélia, de 1963; no ano seguinte, entre a Somália e a Etiópia; e entre a Nigéria e os Camarões influenciados pela luta de interesses políticos e econômicos e, essencialmente, pela afirmação da soberania na ocupação do território (AJALA, 1983; BRANCO, 2013). Essa conjuntura, relativamente compreensível depois de um longo período de opressão e de exploração, fez com que a Organização da Unidade Africana (OUA) entendesse ser fundamental a manutenção das fronteiras coloniais: “todos os Estados-Membros comprometem-se a respeitar as fronteiras existentes na sua realização da independência nacional”.¹⁷

Entretanto, compreende-se que a OUA não considerou o facto dos “colonizadores europeus haviam deixado seções significativas das fronteiras africanas mal ou incompletamente demarcadas, e nenhuma provisão foi feita para definir os princípios aceites universalmente para sua futura demarcação” (ANDERSON *apud* ZELLER 2015, p. 25).¹⁸ Igualmente, vivia-se num contexto da Guerra Fria em que muito se temia das consequências da fragmentação ou do ajuste

¹⁵Vide a citação original: “African boundaries are widely considered to be a problematic legacy of European colonialism that continues to hamper the continent’s social, economic and political development to this day” (ZELLER, 2015, p. 24).

¹⁶ Vide a citação original: “african borderlands are not all peripheral to and exceptional from a wider global order, but in fact intimately linked with and tied into it, both historically and in the present day” (ZELLER, 2015, p. 14).

¹⁷ Vide a citação original: “all Member States pledge themselves to respect the borders existing on their achievement of national Independence”. A Resolução AHG/Res. 16(1) “Border Disputes among African States” - sobre o princípio do respeito pelas fronteiras existentes quando os países ascenderam à independência nacional, adotada pela 1ª Sessão da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da OUA, realizada no Cairo, Egipto, de 17 a 21 de julho de 1964.

¹⁸ Vide a citação original: “European colonizers had left significant sections of African boundaries poorly or incompletely demarcated, and no provisions were made to define universally accepted principles for their future demarcation” (ANDERSON *apud* ZELLER 2015, p. 25).

que as fronteiras herdadas poderiam acarretar, deixando assim a Organização sem grandes alternativas de posicionamento. Porém, isto não justifica a perda da oportunidade singular para que ao menos esboçassem provisões futuras de realinhamentos de fronteira na era pós-colonial (SEYMOUR, 2013; ZELLER, 2015).

Neste contexto, dois aspetos sobressaem: primeiro, por ser uma decisão entre os Estados que acabou por excluir, em parte, as aspirações dos povos africanos que, se calhar, preferiam romper com as estruturas impostas e reinscrever as suas formas de organizações sociopolíticas intrinsecamente ligadas às suas identidades e práticas culturais; e, segundo, os Estados africanos se mostraram incapazes de romper com as fronteiras delimitadas, sobretudo, as fronteiras internas que se foram alargando cada vez mais por constituírem importantes espaços administrativos com fins econômicos e políticos, justificando alguma influência na continuidade da manutenção dos laços coloniais entre os Estados africanos e os ex-colonizadores.

Portanto, os conflitos em torno da disputa das fronteiras e a relutância pela partilha gradual da soberania, vista hoje como principal constrangimento do processo de cooperação e de integração regional africana, têm afigurado, por um lado, como as principais razões da permanência das fronteiras coloniais e, por outro lado, como sinal de mudança que tem vindo a ser inculcado pelas dinâmicas dos povos africanos que constantemente se jogam nas migrações, desafiando quaisquer obstáculos, até as suas próprias vidas no cruzamento das fronteiras físicas e simbólicas anteriormente construídas.

A conjuntura histórica própria do continente, antes, durante e depois da colonização foi definindo a conceptualização de fronteiras internacionais e internas devido ao considerável fluxo de mobilidade de pessoas num processo que envolve lutas territoriais, políticas, culturais e ideológicas que, atualmente, lhes conferem características próprias (ADEPOJU, 1995a; 1995b; VELASCO, 2015).

Possivelmente, a demarcação das fronteiras africanas desenvolveu num contexto de distinção da/e “alteridade”, da submissão dos seus valores socioculturais, da negação da existência do outro, da violência simbólica, da divisão do espaço e, sobretudo, num contexto de uma certa projeção das ideias imperialistas de conquista europeia do mundo que permitiram modificações profundas nas relações socioeconômicas e políticas entre as sociedades africanas (NUGENT; ASIWAJU, 1996; BOAHEN, 2010). Por isso, até hoje, “apesar da natureza integradora que atribuímos às fronteiras da África Ocidental, elas aparecem como símbolos de inacessibilidade, longe de ser uma expressão de proximidade e de cooperação, ainda menos

como meio de manter uma união” (SOSSOU-AGBO, 2013, p. 77).¹⁹ Portanto, as fronteiras africanas foram arbitrariamente estabelecidas, separando regiões que compartilham de situações geográficas, históricas e culturais.

Fronteiras africanas: arbitrárias, artificiais e porosas

As fronteiras africanas, geralmente, são afiguradas como porosas, artificiais e que foram arbitrariamente traçadas pelos europeus no final do século XIX para servir estrategicamente os seus interesses econômicos e políticos. Pelo simples fato de que, naquela época, desconheciam ou ignoravam as formas de organização sociopolítica dos povos africanos, percebe-se efetivamente por que razão as fronteiras africanas merecem questionamentos relativos à associação das características acima mencionadas.

Estas características não são exclusivas do continente, tanto por compartilhar muitas, senão todas as características de outras fronteiras do mundo, sendo todas artificiais por serem exatamente construções físicas ou imaginárias de demarcações que ligam e desligam as diferenças (AJALA, 1983; RAUNET, 2016). Igualmente, o processo da ocupação do território e da definição arbitrária de novas linhas de demarcação que configuraram os Estados-nações já tinham sido adotados em outras partes do mundo, em especial na Europa e na América do Norte (ZELLER, 2015). A grosso modo, “apesar de seus atributos incontestáveis como linhas arbitrárias e artificiais de demarcação, as fronteiras tiveram que ser aceitas como alinhamentos legais do arcabouço territorial dos Estados-nações pós-coloniais” (ASIWAJU, 1984, p. 20).²⁰

Em que pese a clara falta de conhecimento que tenha marcado a conjuntura da demarcação das fronteiras africanas²¹ ser um dos aspetos inerentes à configuração atual dessas

¹⁹ Vide a citação original: “in spite of the integrating nature, which we attribute to borders in West Africa, they appear as symbols of inaccessibility, far from an expression of nearness, and of cooperation, even less as a means of maintaining a union” (SOSSOU-AGBO, 2013, p. 77).

²⁰ Vide a citação original: “in spite of their indisputable attribute as arbitrary and artificial lines of demarcation, the boundaries have had to be accepted as legal alignments of the territorial framework of the post-colonial nation-States” (ASIWAJU, 1984, p. 20).

²¹ “Estivemos engajados em traçar linhas em mapas onde nenhum pé do homem branco jamais pisou [...] sem nunca saber exatamente onde estavam as montanhas, rios e lagos” (ANENE *apud* ASIWAJU, 1984, p. 18). Vide a citação original: “we have been engaged in drawing lines upon maps where no Whiteman’s foot ever trod [...] without never knew exactly where the mountains and rivers and lakes were” (ANENE *apud* ASIWAJU, 1984, p.18). Igualmente, como aconteceu no caso de demarcação da fronteira entre a Nigéria e Camarões: “Naqueles dias apenas pegamos no lápis azul e numa régua, e colocamos no Old Calabar e desenhemos essa linha azul até Yola [...] Lembro-me de pensar quando estava sentado, numa audiência com o Emir [de Yola] cercado por sua tribo, que era uma coisa muito boa que ele não sabia que eu, com um lápis azul, havia traçado uma linha através de seu território” (ANENE *apud* ASIWAJU, 1984, p. 19). Vide citação original: “in those days we just took a blue pencil and a ruler, and we put it down at Old Calabar, and drew that blue line to Yola ... I recollect thinking when I was sitting having an audience with the Emir [of Yola] surrounded by his tribe, that it was a very good thing that he did not know that I, with a blue pencil, had drawn a line through his territory” (ANENE *apud* ASIWAJU, 1984, p. 19).

fronteiras, a ausência de um projeto de realinhamento das fronteiras coloniais africanas²² e a reconfiguração da relação dos laços neocoloniais suscitam uma leitura relativamente diferente da universalmente concebida, isto é, a fronteira como uma linha física ou imaginária que define a soberania de um Estado em detrimento do outro.

Assim sendo, se efetivamente essas características não se afiguram tão peculiares das características das fronteiras de outras regiões, talvez a importância do questionamento deva recair sobre onde e quando essas fronteiras podem ser cruzadas e, igualmente, quem e o que é permeável para atravessar d(n)as fronteiras africanas (AJALA, 1983), isto é,

Não é adequado descrever tal fronteira como meramente “turva” ou “porosa” [...] frequentemente usada para caracterizar fronteiras na África e outros ambientes com uma suposta falta de controle governamental firme - na minha opinião, não conta adequadamente, mas em vez disso, obscurece uma característica fundamentalmente importante: a permeabilidade negociável das fronteiras em termos de onde e quando elas podem ser cruzadas e quem ou o que pode atravessá-las. Essa permeabilidade não é meramente apenas uma característica estrutural passiva, mas, de acordo com as minhas observações, um elemento que é ativamente criado, mantido e explorado por atores estatais e não estatais nas fronteiras africanas (ZELLER, 2015, p. 14).²³

Efetivamente, a divisão arbitrária das fronteiras africanas, que obrigou a separação dos grupos étnicos em espaços geográficos distintos que extrapolam as demarcações atuais dos Estados africanos, tem possibilitado o reforço dos laços entre esses distintos grupos espalhados em regiões diferentes graças essencialmente aos padrões da relação de parentesco, linguística e cultural (ASIWAJU, 1984; ADEPOJU, 1995b). Portanto, as principais características históricas e culturais que ligam os diferentes grupos étnicos e, no geral, os povos africanos, como a vontade de estar em mobilidade e de querer atravessar as fronteiras pelo seu sentimento de pertença étnica numa determinada área ou região, em parte resistiram as demarcações coloniais:

Todos os africanos ocidentais são cidadãos da África Ocidental. Eles foram sempre antes da promulgação da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), da Mauritânia à Nigéria, os povos entrecruzaram

²² Embora, havia alguns Estados que tinham manifestados essa vontade, chegando até de adotar no primeiro Congresso de “Todos os Povos Africanos”, realizado em Acra, em dezembro de 1958, uma resolução sobre “*Frontiers, Boundaries and Federations*” com reservas claras dos Estados africanos para abolição e reajuste da construção artificial das suas fronteiras pelos colonizadores com o objetivo de dividir povos africanos. Porém, em vez disso, reiteraram a necessidade de aderir estritamente ao princípio do respeito pela soberania e integridade territorial de todos os Estados africanos (cf. AJALA, 1983, p. 182).

²³ Vide a citação original: “it is not adequate to describe such a border as merely “blurred” or “porous” [...] frequently used to characterize borders in Africa and other settings with a supposed lack of firm governmental control – do in my view not adequately account for, but instead obscure a fundamentally important feature: the negotiable permeability of borders in terms of where and when they can be crossed and who or what can cross them. This permeability is not merely a passive structural feature but, according to my observations, an element that is actively created, maintained, and exploited by both state and non-state actors in African borderlands” (ZELLER, 2015, p. 14).

linguística e culturalmente. Assim, os nigerianos têm relações no Benim que têm relações no Togo, que têm relações no Gana, que têm parentes na Libéria, que têm parentes na Serra Leoa e assim por diante (QUAISON-SACKEY *apud* ASIWAJU, 1984, p. 23).²⁴

Neste quadro, é crucial realçar que a divisão de grupos étnicos, anteriormente reunidos numa área mais restrita, que os espalhou pelos diferentes Estados pode ser vista como um dos fatores indispensáveis que atualmente acentua a importância da mobilidade e das migrações intrarregionais africanas e que, quiçá, vai provocando novas dinâmicas no *modus operandi e vivendi* do povo africano de querer desafiar o cruzamento das fronteiras construídas e mantidas até hoje. A título de exemplo, sobressai o caso da fronteira entre o Gana e o Togo em que a mudança da localização que ocorreu após a Primeira Guerra Mundial, dividindo a Togolândia alemã (que era constituída pelo Togo e uma boa parte do Gana) entre os britânicos e os franceses, fez atravessar diferentes grupos étnicos que viviam juntos e que, atualmente, se encontram em países diferentes, mas com a possibilidade de interação através da mobilidade fronteiriça (RAUNET, 2016). Ademais, atualmente ambos os países pertencem a CEDEAO, uma comunidade regional que promove a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas entre os seus Estados-Membros.

Aliás, previu-se que as fronteiras africanas tomariam um rumo relativamente diferente à medida que se iam incrementando dinâmicas e revoltas sociais pujantes. Ainda que ignorado, este fato já tinha dado os primeiros sinais aquando do choque entre a demarcação colonial e as anteriores marcas dos atores locais, nomeadamente os agricultores, culminando em diferentes mapas de localização de diferentes fronteiras do campo de cultivo (MBEMBE, 2000; NUGENT; ASIWAJU, 1996).

Redesenhar a fronteira, portanto, proporcionou oportunidades para reivindicar mais terras em ambos os lados da fronteira. Justificava e permitia passagens de fronteira que criavam novos padrões de mobilidade local. A agência dos chefes e das comunidades provou ser eficiente na manipulação de mapas para sua própria vantagem (RAUNET, 2016, p. 15).²⁵

A grosso modo, as dinâmicas das fronteiras têm revelado que a mobilidade não está apenas sujeita ao Estado, mas, sobretudo, aos principais atores d(n)as fronteiras como as pessoas

²⁴ Vide a citação original: “all West Africans are citizens of West Africa. They were ever before the promulgation of ECOWAS [the Economic Community of West African States], From Mauritania to Nigeria, the peoples crisscross linguistically and culturally. Thus, Nigerians have relations in Benin who have relations in Togo, who have relations in Ghana, who have relatives in Liberia, who have relatives in Sierra Leone and so on” (QUAISON-SACKEY *apud* ASIWAJU, 1984, p. 23).

²⁵ Vide a citação original: “Redrawing the boundary therefore provided opportunities to claim more land on either side of the border. It justified and allowed border crossings that created new patterns of local mobility. Chiefs’ and

em situação de mobilidade. No geral, essas dinâmicas que se fazem presentes no contexto da migração/mobilidade ou a livre circulação de pessoas são próprias das fronteiras, sejam elas africanas, americanas, europeias ou asiáticas, naturalmente, com intensidades distintas entre si. Todavia, entendê-las no contexto da CEDEAO - que se aspira ser uma comunidade sem fronteiras - é crucial para perceber o motivo pelo qual as fronteiras desempenham o papel crucial no contexto da migração/mobilidade regionais e como funcionam entre/para os Estados-Membros.

Panorama geral das fronteiras na África Ocidental: o caso da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)

Como foi visto anteriormente, desde a antiguidade tem havido fronteiras e marcas - linhas, zonas, faixas de terras - que separam, dividem e demarcam zonas de confronto ou passagem. O que hoje as diferenciam são as suas funções variadas e a distinta oscilação existente entre si (AWUAH, 2016).²⁶ E, nos últimos dois séculos (séculos XIX e XX), as fronteiras visíveis, materiais ou simbólicas, históricas ou naturais da África continuaram, de fato, a se expandir e contrair (cf. MBEMBE, 2000, p. 51). Neste contexto, julga-se extremamente importante perceber como funcionam as fronteiras para os Estados-Membros da CEDEAO e perceber o seu papel no contexto da mobilidade a nível regional (AWUAH, 2016).

Há registos consideráveis de pessoas em mobilidade entre os Estados-Membros da CEDEAO, com destaque para a Costa do Marfim que teve o maior número de imigrantes da Comunidade (2.350.024), seguida pela Nigéria (823.743), Gana (409.910), Guiné Conacri (381.315) e Gâmbia (278.793).²⁷ Mensalmente, de quatro a cinco milhões de cidadãos dos países da CEDEAO atravessam as fronteiras do território da Comunidade (LAMINE *apud* AWUAH, 2016).

As pessoas circulam constantemente entre os Estados-Membros da CEDEAO por razões de laços históricos, políticos e culturais, como a proximidade entre os países (Benim e Nigéria), laços étnicos (Gana e o Togo; Nigéria e Gana; Libéria e Serra Leoa; Guiné Conacri e Serra

communities' agency proved to be efficient in the manipulation of maps for their own advantage" (RAUNET, 2016, p. 15).

²⁶ "A fronteira que delimita o território de um Estado-nação em particular prolifera processos de seleção e qualificação que determinam quem pode e não pode entrar, sair ou permanecer" (AWUAH, 2016, p. 12). Vide a citação original: "the border that delimits the territory of a particular nation-state at the same time proliferates processes of selection and qualification that determine who can and cannot enter, leave, or remain" (AWUAH, 2016, p. 12).

²⁷ In absolute terms, Côte d'Ivoire had the highest number of ECOWAS immigrants (2,350,024), followed by Nigeria (823,743), Ghana (409,910), Guinea (381,315) and The Gambia (278,793) (TEYE; AWUMBILA; BENNEH, 2015, p. 108).

Leoa), legado colonial e linguagem (Gana e Nigéria e vice-versa; Guiné-Bissau e Cabo Verde), entre outras.

A migração ocorre, na maioria das vezes, por essas razões e não, necessariamente, por razões econômicas. Curiosamente, cada Estado-Membro da CEDEAO tem um país de origem migrante dominante da mesma comunidade, como é o caso da Costa do Marfim, que cerca de 55,8% dos imigrantes da CEDEAO são de Burkina Faso; Cabo Verde, que cerca de 63,2% dos imigrantes da CEDEAO provêm da Guiné-Bissau; e Serra Leoa, que 67,3% dos imigrantes da CEDEAO são da Guiné Conacri (cf. TEYE; AWUMBILA; BENNEH, 2015, p. 108).

A eficácia do processo de cooperação e integração regional na CEDEAO se prende, substancialmente, com a flexibilidade das suas fronteiras internas e internacionais, permitindo maior circulação e/ou mobilidade de pessoas, bens, serviços e capitais, isto é, a “eliminação da fronteira como uma barreira”, transformando efetivamente a “CEDEAO dos Estados” em “CEDEAO dos Povos”²⁸ com vista a obter “uma Comunidade sem fronteiras” (ASIWAJU, 2003, p. 543; OKOM; UDOAKA, 2012).

A CEDEAO, para alcançar realmente esse objetivo, precisa de empreender suas decisões e ações em governação a multiníveis, reforçando, além do aspecto político-institucional, também o funcional, isto é, havendo mais livre circulação e mobilidade de pessoas, com o objetivo de intensificar as relações entre os atores sociais, econômicos e políticos (COUTINHO; CANTO, 2018).

Com efeito, a desejável cooperação e integração econômica e política da CEDEAO requer a eliminação gradual dos obstáculos à mobilidade e livre circulação entre os Estados-Membros, que se prende grandemente com as fronteiras físicas e simbólicas de maneira a facilitar confiança e comprometimento, bem como incrementar o nível de conhecimento dos atores nesse processo (ASIWAJU, 2003).

No entanto, “parecem não ser as instituições locais ou regionais capazes de promover a integração transfronteiriça do ponto de vista institucional” (BACH *apud* AWUAH, 2016, p. 16).²⁹ E, tão pouco, as fronteiras funcionam ou são priorizadas pela CEDEAO como potenciais instituições no processo de cooperação e integração, uma vez que “a implementação de políticas de fronteira é geralmente contrária aos interesses nacionais e não é realmente apoiada por instituições supranacionais fortes” (WALTHER *apud* AWUAH, 2016, p. 16).³⁰ Do mesmo modo, “não parece haver uma visão coerente e holística sobre como a CEDEAO aborda ou

²⁸ Vide ECOWAS VISION 2020 (2010).

²⁹ Vide a citação original: “[...] they seem to lack the local or regional institutions, able to promote cross-border integration from an institutional perspective” (BACH *apud* AWUAH, 2016, p. 16).

³⁰ Vide a citação original: “[...] Implementation of border policies are usually contrary to national interests and not really supported by strong supranational institutions” (WALTHER *apud* AWUAH, 2016, p. 16).

intende abordar os aspetos administrativos, regulamentares, operacionais e de gestão das informações sobre a gestão da imigração e das fronteiras” (STYP-REKOWSKA, 2017, p. 16).

As fronteiras da CEDEAO ainda enfrentam alguns desafios para que a própria mobilidade e livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais seja relativamente mais espontânea, desde a demora da implementação do protocolo da livre circulação que levou entre cinco a dez anos para ser implementado pelos Estados-Membros (TOURÉ *apud* AWUAH, 2016), à lenta capacidade de resposta dos Estados-Membros aos desafios da mobilidade transfronteiriça.

As fronteiras entre os Estados permanecem como minis “cortinas de ferro” e “portões estreitos” através dos quais os passageiros atravessam a dor, o estresse e as lágrimas. Os requerimentos de visto foram removidos, mas os viajantes continuam a ser confrontados por assédio policial e aduaneiro, resultando em consideráveis perdas económicas e humilhação (OKOM; UDOAKA, 2012, p. 121).³¹

Ademais, “em alguns Estados-Membros, os migrantes são assediados e solicitados a efetuar pagamentos não oficiais antes de serem autorizados a entrar no país” (TEYE; AWUMBILA; BENNEH, 2015, p. 115).³²

Existe uma forte relação entre as fronteiras, as livres circulação e mobilidade, e os processos de cooperação e integração na CEDEAO, considerando os fatores políticos, económicos e socioculturais que levam à causalidade dessa relação (ESSIEN, 2014). Todavia, a CEDEAO ainda carece de uma política comum de regulação ou uma abordagem comum sobre quem, o que, como, onde e quando atravessam as fronteiras entre os Estados-Membros.

Assim, o fato de cada Estado-Membro dirigir suas fronteiras de forma relativamente isolada, particularmente quanto às taxas de residência e às tarifas de entrada,³³ vai influenciando a forma como as pessoas se cruzam e, efetivamente seu efeito sobre o processo de cooperação e integração regional (AWUAH, 2016), isto é, o não estabelecimento de um regime tarifário harmonizado, o que permite a diferenciação de quem e o que deve atravessar as fronteiras, como, por exemplo, é o caso de alguns bens que podem ser lícitos em alguns países e ilegais noutros ou

³¹ Vide a citação original: “the inter-State borders remain mini ‘iron curtains’ and ‘narrow gates’ through which commuters traverse with pain, stress and tears. Visa requirements have been removed but travelers continue to be confronted by customs and police harassment, resulting in considerable economic loss and humiliation” (OKOM; UDOAKA, 2012, p. 121).

³² Vide a citação original: “first, in some member states migrants are harassed and asked to make unofficial payments before being allowed to enter the country” (TEYE; AWUMBILA; BENNEH, 2015, p. 115).

³³ Todos os Estados-Membros da CEDEAO aplicam-se de forma desigual as taxas da residência, que é um dos critérios para a admissibilidade dos cidadãos da Comunidade. A título de exemplo, caso de Benin 20,000 FCFA (US \$40); Guiné Conakri 5,000 FCFA (US \$10); Guiné-Bissau 5,500 FCFA (US \$11); Cabo Verde 30, 000 ECV (US \$374) Serra Leoa 50,000 Leone (US \$17); Togo 50,000 FCFA (US \$100) (cf. ADEPOJU; BOULTON; LEVIN, 2007, p. 7). Todos eles com diferenças entre os valores a serem pagos para entrar no território.

de pessoas que cruzam a fronteira de um Estado e são inadmissíveis noutra Estado (MBEMBE, 2000; OKOM; UDOAKA, 2012). A problemática da mobilidade e/ou livre circulação de pessoas na CEDEAO deve ser relativizada com o intuito de questionar para que e para quem se dirige o protocolo.³⁴ Há que ter presente que o direito à mobilidade é ainda restrito à qualificação de quem pode atravessar a fronteira, sendo muitas pessoas dependentes da autorização da entrada.

Com restrições nacionais à entrada aberta à interpretação, quanto mais ambígua ou discricionária for a provisão e quanto mais numerosas forem as categorias, maior a probabilidade de interpretações levarem a recusas injustas ou pelo menos recusas inconsistentes com o espírito e objetivos dos protocolos, particularmente na ausência de orientação interpretativa clara de ministérios ou tribunais responsáveis. Dado o nível relativamente baixo de implementação dos protocolos em toda a região, tal não é provável que a orientação tenha sido fornecida (ADEPOJU; BOULTON; LEVIN, 2007, p. 10-11).³⁵

Essas questões interferem fortemente no sistema de imigração, porque “a lei formalmente promulgada (“lei dos livros”) quase sempre difere da lei efetivamente implementada (“lei em ação”)” (SCHUCK *apud* SCHUCK, 1999, p. 190). E, muitas vezes, as leis ou aspetos legais ao serem implementadas ficam sujeitas à maneira diferente de ver de cada grupo de atores e os diferentes aspetos do sistema legal, acabando por afetar a própria lei e a política de imigração.

No complexo sistema de controlo de imigração constituído por diferentes grupos, a lei confere autoridade de muitas formas diferentes e a distribui de diversas maneiras [...] Por esse motivo, os formuladores de políticas de imigração optaram por tornar a lei ambígua e aberta em muitos pontos cruciais, deixando considerável espaço para interpretação e julgamento especializado pelos funcionários que administram a lei em primeira instância (SCHUCK, 1999, p. 191).³⁶

Portanto, acresce a falta de informação dos cidadãos da Comunidade sobre o próprio protocolo da livre circulação e as tarifas necessárias para pagar na entrada, o que se afigura como barreira quanto à sua admissibilidade.

³⁴ Portanto, ter presente que “as regras legais ajudam a construir a complexa gama de incentivos que indivíduos e grupos levam em consideração ao decidir-se, quando, como e para onde migrar” (SCHUCK, 1999, p. 201). Vide citação original: “Legal rules - the law in action, on the books, and in the mind - help to construct the complex array of incentives that individuals and groups take into account in deciding whether, when, how, and where to migrate (SCHUCK, 1999, p. 201).

³⁵ Vide a citação original: “with national restrictions on entry open to interpretation, the more ambiguous or discretionary the provision and the more numerous the categories, the greater the likelihood that interpretations will lead to unjust refusals or at least refusals inconsistent with the spirit and objectives of the protocols, particularly in the absence of clear interpretative guidance from responsible ministries or courts. Given the relatively poor level of implementation of the protocols throughout the region, such guidance is not likely to have been provided” (ADEPOJU; BOULTON; LEVIN, 2007, p. 10-11).

³⁶ Vide a citação original: “in the complex immigration control system constituted by the different groups, law confers authority in many different forms and deploys that authority in diverse ways [...] For this reason, immigration policymakers have chosen to make the law ambiguous and open-ended on many crucial points, leaving considerable

Disposições diferentes, ambíguas ou demoradas de inadmissibilidade limitam - ou pelo menos potencialmente limitam - a relevância dos protocolos da CEDEAO em facilitar a mobilidade para os cidadãos de um país da CEDEAO interessados em buscar e realizar trabalhos em outros Estados-Membros. Eles também parecem contradizer diretamente a qualificação no artigo 3 do Protocolo Suplementar de 1986 (sobre Direito de Residência), pretendendo limitar as restrições sobre o direito de residência àqueles “justificáveis por razões de ordem pública, segurança pública e saúde pública (SCHUCK, 1999, p. 191).³⁷

Mesmo depois de quarenta anos da promulgação do protocolo sobre a livre circulação de pessoas, a situação n(d)as fronteiras da CEDEAO apresenta um cenário relativamente oposto ao previsto pelo protocolo. Sem embargo da livre circulação ser objeto corriqueiro do discurso político para a cooperação e integração regional, no final, “[...] tudo acaba como fanfarrão sem mordida, enquanto a situação continua a deteriorar-se” (OKOM; UDOAKA, 2012, p. 122). Afinal, geograficamente, “as fronteiras externas da CEDEAO funcionam principalmente através de áreas pouco povoadas, politicamente instáveis e marcadas por deficiências gerais de segurança” (CARLING, 2016, p. 25).³⁸

Em suma, os Estados-Membros da CEDEAO enfrentam enormes desafios na gestão das suas fronteiras por serem mal delimitadas e demarcadas, propensas a atividades criminosas transfronteiriças, dificultando as patrulhas em casos de conflitos, particularmente, quando os recursos naturais são encontrados nas áreas limítrofes, pois, acresce a falta de infraestruturas, como a eletricidade, os equipamentos e as instalações, afetando, assim as condições laborais dos agentes.

Além disso, os países às vezes não têm estrutura institucional clara de gestão das fronteiras, resultando em uma multiplicação e duplicação de tarefas e de responsabilidades ou, pelo contrário, levando a uma total ausência de funcionários da imigração e da polícia de fronteiras dedicadas. Conjugado com procedimentos desatualizados e formações inadequadas, as tarefas de gestão das fronteiras são realizadas de forma incompatível e *ad hoc*, suscetível de abusos e corrupção. E, finalmente, dado que as informações sobre as entradas e as saídas são largamente registradas manualmente, em vez de serem inseridas num sistema digitalizado com a capacidade de capturar, armazenar e compartilhar os dados, quando necessário, os países perdem informações cruciais que poderiam

room for interpretation and specialized judgment by the officials who administer the law in the first instance” (SCHUCK, 1999, p. 191).

³⁷ Vide a citação original: “differing, ambiguous or lengthy inadmissibility provisions limit - or at least potentially limit - the relevance of the ECOWAS protocols in facilitating mobility for citizens of an ECOWAS country interested in seeking and carrying out work in other member states. They would also frequently appear to directly contradict the qualification in article 3 of the 1986 Supplementary Protocol (on Right of Residence), purporting to limit restrictions on the right of residence to those justifiable by reasons of public order, public security and public health” (ADEPOJU; BOULTON; LEVIN, 2007, p. 9).

³⁸ Vide a citação original: “the external borders of ECOWAS run primarily through areas that are sparsely populated, politically unstable, and marked by general security deficiencies” (CARLING, 2016, p. 25).

ser caso contrário utilizadas como evidência para um vasto conjunto de políticas, bem como para a análise de segurança das ameaças e dos riscos externos (STYP-REKOWSKA, 2013, p. 8).

Neste sentido, é crucial notar que certos elementos compartilhados entre os Estados-Membros da CEDEAO como a aproximação geográfica, as orientações cultural e sociolinguística, e as ideologias religiosa e política influenciam significativamente as iniciativas e os processos com que lidam os agentes e as pessoas que atravessam as fronteiras, bem como o ritmo e a forma da mobilidade que se assinala na região. Entende-se que, no geral, qualquer país tende a selecionar o perfil do (i)migrante ou pessoas que se julgam ideais para entrar no seu território, isto é, a (in)admissibilidade de pessoas no contexto da migração/mobilidade é orientada por uma base ideológica e posição política de um Estado e/ou Governo que acaba por se restringir a um determinado tipo de migração, comportando a característica seletiva e, ao mesmo tempo, exclusiva. Pode-se dizer que, na atualidade, as fronteiras dos Estados-Membros da CEDEAO se apresentam restritas a uma (i)migração/mobilidade de pessoas com perfis adequados a uma determinada estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde.

Considerações finais

As discussões desenvolvidas ao longo do trabalho mostram que as fronteiras geralmente são simbólicas e porosas, sejam elas africanas, europeias, americanas ou asiáticas. No fundo, a pertinência da problemática das fronteiras africanas recai sobre quando, como e onde atravessá-las e menos sobre serem abertas ou fechadas. Foi possível concluir que as complexas, ambíguas e contraditórias formas de conceptualização da migração e fronteiras africanas têm como um dos principais objetivos moldar, regular e gerir comportamentos, e subjetividades dos cidadãos africanos em mobilidade, que se habilitam a emigrar para fora do continente, em especial para os continentes americanos, europeus e asiáticos. Portanto, o modo como as lógicas jurídico-administrativas e as subjetivas se interpõem nos percursos migratórios dos africanos, decididamente, atingem o processo de travessia nas fronteiras, com o intuito de regular as suas possibilidades de mobilidade.

Neste sentido, destacam-se três questões políticas fundamentais para a melhoria da gestão da migração e de fronteiras na CEDEAO, a saber: a coerência política da migração, isto porque há uma grande discrepância entre o discurso político e a situação real em relação à gestão e política de migração; a sustentabilidade das políticas de migração, isto é, há que ter uma abordagem clara sobre a gestão migratória a longo prazo, até porque é improvável a diminuição das pessoas em mobilidade e a construção de muros no controlo da fronteira não oferece as melhores respostas à gestão migratória, particularmente no continente africano; finalmente, os

custos humanos e financeiros que o controlo de fronteiras implicam e, conseqüentemente, a sua incompatibilidade com os valores universais dos direitos do homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADEPOJU, Aderanti. Emigration Dynamics in Sub-Saharan Africa. **International Migration (Special Issue on Emigration Dynamics in Developing Countries)**, Vol. 33, n.º 3, 4, p. 315-390, 1995a.

ADEPOJU, Aderanti. Migration in Africa: An Overview. In: BAKER, Jonathan; AINA, Tade Akin. (Eds.). **The Migration Expérience in Africa**. Uppsala: Nordiska Afhkainstitutet, 1995b, p. 87-108.

ADEPOJU, Aderanti; BOULTON, Alistair; LEVIN, Mariah. Promoting Integration through Mobility: Free Movement under ECOWAS. **New Issues in Refugee Research**, n.º 150, p. 1-2, 2007.

AJALA, Adekunle. The Nature of African Boundaries. **Africa Spectrum**, v. 18, n.º 2, Germany: Institute of African Affairs at GIGA, p. 177-189, 1983.

AMIN, Samir. The migration expérience in Africa. In BAKER, Jonathan; AIDA, Tade Akin (Eds.). **The Migration Expérience in Africa**. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 1995, p. 29-40.

ASIWAJU, Anthony Ijaola. The Concept of Frontier in the Setting of States in Pre-colonial Africa. **Présence Africaine**. Issue 127/128, p. 43-49, 1983.

ASIWAJU, Anthony Ijaola. **Artificial Boundaries**. Nigeria: Lagos University Press, 1984.

ASIWAJU, Anthony Ijaola, (Ed). Borderlands: Policy Implications of Definition for Nigeria's 'Gateway' State Administrations and Local Governments. In: ASIWAJU, Anthony Ijaola; ADENIYI, Peter Olufemi (Eds.) **Borderlands in Africa: A Multidisciplinary and Comparative Focus on Nigeria and West Africa**. Nigeria: University of Lagos Press, 1989.

ASIWAJU, Anthony Ijaola. **Boundaries and African Integration: Essays in comparative history and policy analysis**. Lagos: PANAF Publishing Inc, 2003.

AWUAH, Michael Amoah. The ECOWAS Area without Internal Borders: Lessons from EU Cross-Border Mobility. **WAI-ZEI PAPER**, n.º 32, p.1-39, 2016.

BARZA, Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro; CAVALCANTE Filho, João M. M. A liberdade de circulação de pessoas e a construção de espaços comuns em processos de integração regional: uma análise do Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça e as perspetivas para o espaço de livre residência no âmbito do MERCOSUL. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, v. especial, n.º 36, p. 221-246, 2017.

BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2ª ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

BRANCO, Luís Castelo. O Mito das Fronteiras em África. In: **Lusíada. Política Internacional e Segurança**, n.º 8, 2013, p. 67-84.

CANTO, Oliveira Paulino do. **Imigrantes Oeste-africanos, Emprego e Habitação: Uma Política d(e) Integração Coerente(s) em Cabo Verde?** Dissertação (Mestrado) -Universidade de Cabo Verde, Faculdade de Ciências Sociais, Humanas e Artes, 2016.

CARLING, Jørgen. West and Central Africa. In: MCAULIFFE, M. L; LACZKO, F. (Eds.). **Migrant Smuggling Data and Research: A global review of the emerging evidence base. International Organization for Migration:** Geneva, 2016, p. 25-54.

CASTLES, Stephen. Entendendo a migração global: uma perspectiva desde a transformação social. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 18, n.º 35, 2010, p. 11-43.

CASTLES, Stephen; HAAS, Hein de; MILLER, Mark J. **The Age of Migration International Population Movements in the Modern World (Fifth Edition).** New York: Guilford Press, 2014, p. 1-22; 172-175.

CHALFIN, Brenda. Border zone trade and the economic boundaries of the state in northeast Ghana. **Africa**, v. 71, n.º 2, p. 202-224, 2001.

COUTINHO, Kathleen Rocheteau Gomes; CANTO, Paulino Oliveira. Os desafios da política de integração regional e a governação multinível na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados**, v. 7, n.º 13, UFRD: Brasil, p. 116-143, 2018.

DE BRUJIN, Mirjam; VAN DIJK, Rijk; FOEKEN, Dick (Eds). **Mobile Africa. Changing Patterns of Movement in Africa and Beyond.** Boston: Brill, 2001, p. 1-9.

DIOP, Cheikh Anta. Origem dos antigos egípcios. In: **General History of Africa, II: Ancient Civilizations of Africa.** Paris: UNESCO; Berkley, CA: University of California Press; London: Heinemann Educational Publishers Ltd, 1981.

ESSIEN, Essien Abel. 20 anos de Tratado Revisto e 40 anos de CEDEAO - Uma análise da integração regional na África Ocidental na perspectiva da prática. In: AKOUTOU, Ablam Benjamin; SOHN, Rike; VOGL, Matthias; YEBOAH, Daniel (Eds.). **Migrações e Sociedade Civil como motores do desenvolvimento - um contexto regional. Estudo IAO: ZEI**, n.º 17, 2014, p. 11-42.

FURTADO, Clementina. Mobilidade na CEDEAO. As condições de entrada e de regularização dos cidadãos comunitários em Cabo Verde. In: ÉVORA, Iolanda (org.). **Diáspora Cabo-Verdiana: Temas em Debate.** CESA/ISEG, 2016, p. 106-128.

DEVILLARD, Alexandre, BACCHI, Alessia, e NOACK, Marion. **Estudo sobre as Políticas de Migração na África Ocidental.** 2ª Edição. Austria e Senegal: ICMPD e OIM, 2016.

KOPYTOFF, Igor. The Internal African Frontier: The Making of African Political Culture. In: KOPYTOFF (Ed.). **The African Frontier - The Reproduction of Traditional African Societies.** Bloomington: Indiana University Press, 1987, p. 3-85.

LEITE, Isabel Costa (2007). Mobilidade: uma “liberdade fundamental” na União Europeia. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.** Portugal: Edições Universidade Fernando Pessoa, vol. 4, p. 10-17, 2007.

MENDONÇA, Tibério. **Os movimentos populacionais.** Brasil: UVA, 2011.

MBEMBE, Achille. At the edge of the World: Boundaries, Territoriality, and Sovereignty in Africa. **Public Culture**, v.12, n.º 1, p. 259-284, 2000.

MILES, William F. S. **Postcolonial Borderland Legacies of Anglo-French Partition in West Africa**, v. 58, Issue 3, Ithaca and London: Cornell University Press, 2015, p. 191- 213.

NUGENT, Paul and ASIWAJU, A. I. Introduction. In: NUGENT, Paul; ASIWAJU, A. I (Eds.). **African Boundaries: Barriers, Conduits and Opportunities**. London: Pinter, 1996, p. 111-222.

OKOM, Michael Peter; UDOAKA, Edem Essien. Actualizing the ECOWAS Dream of a Borderless Region: Issues, Prospects and Options. **American Journal of Social Issues & Humanities**, v. 2, n.º 3, p. 117-132, 2012.

OUCHO, John O.; ODIPO, George. Prospects for free movement of particular persons in the East African Community: The feasibility and dilemmas of integration. In: NITA, Sonja; PÉCOUD, Antoine; DE LOMBAERDE, Philippe; NEYTS, Kate; GARTLAND, Joshua (Eds.). **Migration, Free Movement and Regional Integration**. Paris: UNESCO and UNUCRIS, 2017.

PÉCOUD, Antoine; GUCHTENEIRE, Paul de. **Migration Without Borders: Essays on the Free Movement of People**. UNESCO and Berghahn Books, 2007.

RAUNET, Nathalie. Chiefs, Migrants and the State: Mobility in the Ghana-Togo borderlands. **Working Paper Series**, n.º 131, 2016, University of Oxford: Centre on Migration, Policy and Society.

ROCHA, Eufémia Vicente. **Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm de África: xenofobia e racismo em Cabo Verde**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Cabo Verde, Faculdade de Ciências Sociais, Humanas e Artes, 2009.

ROCHA, Eufémia Vicente. Migração na África Ocidental e Cabo Verde: uma relação recente?. In: **Ciências Sociais Unisinos**, n.º 49, v. 1, p. 12-19, 2013.

RODRIGUES, Cristina Udelsmann. Atravessar as fronteiras africanas – Migração e Mobilidade. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 42, n.1, Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, p. 13-22, 2015.

SOUSA, Constança Urbano de; DELGADO, José Pina. Estudo sobre o quadro legislativo da política de Migração e Asilo na República de Cabo Verde. UE e ICMPD, 2013.

SEYMOUR, Lee J. M.. Sovereignty, territory and authority: boundary maintenance in contemporary Africa. **Critical African Studies**. Netherlands: Routledge, 2013, p. 17-31.

SOSSOU-AGBO, Anani Lazare. Importance of Borders in West African Economic Space. **Eurasia Border Review**, v. 4, n.º 2, p. 75-81, 2013.

SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda; BLANC, Cristina Szanton (1995). From Immigrant to Transmigrant: Theorizing Transnational Migration. **Anthropological Quarterly**, v. 68, n.º 1, p. 48-63, 1995.

SCHUCK, Peter H. Law and the Study of Migration. In: BRETTELL, Caroline B; HOLLIFIELD, James F. (Eds.). **Migration theory: talking across the disciplines**. New York and London: Routledge, 1991, p. 187-204.

STYP-REKOWSKA, Livia. Apoio à Livre Circulação das Pessoas e Migração na África Ocidental: Gestão da imigração e das fronteiras. OIM, 2013.

TEYE, Joseph Kofi; AWUMBILA, Mariama; BENNEH, Yaw. Intraregional Migration in the ECOWAS Region: Trends and Emerging Challenges. In: AKOUTOU, Ablam Benjamin; SOHN Rike; YEBOAH Daniel (eds.). **Migration and Civil Society as Development Drivers - a Regional Perspective**. WAI- ZEI Paper, n.º 23, 2015, p. 103-130.

VANSINA, Jan. Os movimentos populacionais e a emergência de novas formas sociopolíticas na África. In: OGOT, Bethwell Allan (org.). **História Geral de África V: África do século XVI ao XVIII**, 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010b, p. 55-90.

ZELLER, Wolfgang. What makes borders real: In the Namibia-Zambia and Uganda-South Sudan Borderlands. Unigrafia, Helsinki: Publications of Department of Political and Economic Studies 20, 2015.

FONTES

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945. Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf>>. Acesso em: <01 out. 2021>.

ECOWAS VISION 2020. Towards a Democratic and Prosperous Community, 2010. Disponível em: <<http://www.spu.ecowas.int/wpcontent/uploads/2010/03/ECOWASVISION-2020-THEMATIC-TIC-PAMPHLETS-inEnglish.pdf>>. Acesso em: <01 out. 2021>.

MARINUCCI, R.; MILESI, R. Migrações Internacionais Contemporâneas, 2005. Brasil: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2005. Disponível em: <<https://www.migrante.org.br/refugiados-e-refugiadas/migracoes-internacionais-contemporaneas/>>. Acesso em: <01 out. 2021>.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES [OIM]. Direito Internacional da Migração: Glossário sobre Migração, N.º 22, 2009, Genebra: OIM. Disponível em: <<https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>>. Acesso em: <01 out. 2021>.

PROTOCOL A/P.1/5/79. Relating to free Movement of Persons, Residence and Establishment. Abuja: ECOWAS. Disponível em: <<https://documentation.ecowas.int/legal-documents/protocols/>>. Acesso em: <01 out. 2021>.

RESOLUTION AHG/RES. 16(1), Cairo 21 July 1964. Disponível em: <https://au.int/sites/default/files/decisions/9514-1964_ahg_res_1-24_i_e.pdf>. Acesso em: <30 set. 2021>.

Recebido em: 17/03/2021
Aprovado em: 02/06/2021



ISSN: 2595-5713
Vol. 04 | Nº. 7 | Ano 2021

“O MUNDO SE DESPEDAÇA”: DIÁLOGO TEÓRICO E LITERÁRIO SOBRE O COLONIALISMO EM ÁFRICA

“THINGS FALL APART”: THEORETICAL AND LITERARY
DIALOGUE ON COLONIALISM IN AFRICA

RESUMO: Este trabalho objetiva discutir questões das dinâmicas do universo colonial, partindo da obra “O mundo se despedaça” de Chinua Achebe. Na transversalidade sobre um tema em comum, colonialismo, serão analisadas as correspondências entre a construção desta narrativa literária e produções acadêmicas que circunscrevem debates sobre o contexto em questão. Pelas camadas do discurso literário de Achebe, de encontro a um aporte teórico, pretendeu-se expor distintos aspectos da experiência colonial que emergiram desta zona de contato. Foram selecionados alguns elementos que transbordam especificidades do universo representado, ao ponto que permitem construir uma conexão com eventos históricos, forjados como objetos de interesse de diferentes análises.

PALAVRAS-CHAVE: Colonialismo; Literatura; Teoria

Núbia Aguilar

ABSTRACT: This paper aims to discuss issues of the dynamics of the colonial universe, based on the work "Things Fall Apart" by Chinua Achebe. In the transversality about a common theme, colonialism, the correspondences between the construction of this literary narrative and academic productions that circumscribe debates about the context in question will be analyzed. Through the layers of Achebe's literary discourse, against a theoretical background, the intention was to expose different aspects of the colonial experience that emerged from this contact zone. Some elements that overflow specificities of the represented universe were selected, to the point that they allow the construction of a connection with historical events, forged as objects of interest for different analyses.

KEY WORDS: Colonialism; Literature; Theory

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre Ant3nio Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

“O MUNDO SE DESPEDAÇA”: DIÁLOGO TEÓRICO E LITERÁRIO SOBRE O COLONIALISMO EM ÁFRICA

Núbia Aguilar¹

Chimamanda Adichie conta que em suas primeiras histórias os personagens que criava eram “brancos de olhos azuis, brincavam na neve, comiam maçãs e falavam muito sobre o tempo e sobre como era bom o sol ter saído”. Na mesma fala, relembra a representação que construiu sobre Fide, um menino que trabalhava em sua casa, e sobre o qual pensava ser muito pobre. Chimamanda vivia na Nigéria, mais especificamente em um campus universitário ao leste, e em próprio destaque, teve contato com pessoas que por fenótipo e cultura estavam a passos distantes dos personagens sobre qual lia, e conseqüentemente replicava. Fide, adjetivado em seu pensamento e fala, também não compunha exatamente o lugar em que ela o colocou. Além de enclausurá-lo a uma ideia, Fide tinha um irmão, construtor de “um cesto de palha pintado com uns desenhos lindos”, indo além do lugar da suposta pobreza que ocupava (ADICHIE, 2019).

A constituição desse relato, contendo referências múltiplas, cruza em um ponto comum: o forjamento de narrativas. Dela tira-se a capacidade de concretizar a percepção tomada sobre algo, ou alguém. Por meio dela se traduz pensamentos, na tentativa de moldar a experiência humana “em uma forma assimilável de estruturas de significado” (WHITE, 1980). Surge desse movimento organizacional, que se manifestou de forma intensa na sociedade europeia do século XIX, o colonialismo. Identificado pela própria dificuldade de rastreamento de uma única característica que dê conta de explicar a movimentação que levou diferentes indivíduos, e o engajamento político de uma época, a penetrarem de forma violenta no continente africano (FAGE, 1995, p. 335 - 365), tem-se na narrativa uma forma expressiva das áreas que colocavam o poder em constante disputa.

Com a criação de visões de mundo, a potencialidade do discurso se reverberou na disposição de construir representações. Retomando o desencadeamento proposto por Chimamanda, reprodutora do que leu, o percalço fundamentado nestas visões se dá pelo perigo da construção de únicas histórias. Podendo obliterar outras informações dispostas na realidade, as narrativas únicas reduzem, essencializam e tornam acessíveis estereótipos que podem ser facilmente reproduzidos, como a própria autora relata “mostre um povo uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna” (CHIMAMANDA, 2019).

A análise da obra “O mundo se despedaça” parte da tentativa de refletir sobre temáticas interseccionadas por discussões teóricas que possuem como centro o colonialismo. Este recorte

¹ Núbia Aguilar. Mestra em História pelo PPGH/UNIRIO; Doutoranda em História Social pelo PPGH da USP. nubiaaguilar@gmail.com

visa entrelaçar literatura e teoria, elementos sensíveis para a construção de uma análise histórica. Umberto Eco salienta que a literatura mantém a língua como patrimônio coletivo, sustentando crenças, valores e, de modo geral, visões de mundo de uma sociedade que sob a ótica colonial via-se constantemente ameaçadas, expostas a uma tentativa imperial de supressão (ECO, 2010, p.10).

A importância da produção de Chinua Achebe possui limites difíceis de mensurar, mas entre muitos dos papéis que a mesma cumpre, vale destacar a proximidade aos modos de vidas e sociabilidades de povos que possuem perspectivas diferentes daquelas que navegavam em um rio no Congo, tão expressas na visão imaginária (e de mundo) de Conrad (2002). Filho de seu tempo, Achebe foi escritor expoente em um momento de reivindicação das histórias e demais produções que existiam no continente africano e foram camufladas pelo discurso colonial.

Propomos pensar o colonialismo como um sistema operante de questões ideológicas. Sua coordenação contou com a construção de imaginários, que reduziam povos e culturas- de modo impactante um continente- a um lugar estático dentro de um preceito de civilização rudimentar e excludente. Do esforço orquestrado em criar arquétipos, que pode ser entendido como uma continuidade de visões já manifestas em outros momentos, insurgiu um movimento, a formatação de um projeto estratégico que visou se apropriar não apenas de territórios físicos, mas alcançou culturas e o campo simbólico.

Estratégias coordenadas pelo novo contato

Entre os ibos, a arte da conversação é tida em alto conceito, e os provérbios são o azeite de dendê com o qual as palavras são engolidas (ACHEBE, 2009, p. 27).

O colonialismo colocou diferentes realidades em contato, estimulando novas experiências que emergiram em distintas áreas. Em parte, neste quadro em que se segue os acontecimentos passados na região de Umuófia, uma aldeia “temida”, “poderosa na guerra e na magia”. Nesta terra, vivia Okonkwo, personagem que dá a sustância para o desenvolvimento da narrativa, “um homem alto, grandalhão, a quem as sobranceiras espessas e o nariz largo davam um ar extremamente severo. (...) Agricultor abastado, (...), acabava de desposar a terceira mulher” (ACHEBE, 2009, p. 24 - 28). Os acontecimentos que giram em torno do personagem, estimulam a criação de um ambiente, um lugar em que os fatos se materializam, entrelaçados com a construção de um indivíduo que evidencia desejos, pensamentos e vontades; suas limitações, orientação moral e experiências transcorridas imbricadas na tessitura de significados culturais de um grupo social (GEERTZ, p. 4, 2008).

Através da narrativa damos passos em direção a um sistema de valores que fizeram parte da vida de um grupo, revestidos em personagens e ambientes. A construção da obra orienta-se

pelos referenciais do autor, que credita nas palavras signos acolhidos em sua formação, concomitantemente às expressões que estiveram presentes nas camadas sociais em que se inseriu. Desta maneira, a narrativa é portadora de características sociais, trazendo elementos que foram selecionados para a construção do enredo (GINZBURG, 2004).

No ambiente rural, em que ocorrem os eventos narrados, a plantação era uma das bases do sucesso, o inhame era valioso, um bom cultivo era chave para a construção do patrimônio. Chimaj Korieh (2007) frisa que o inhame possui lugar de destaque dentro dos grupos sociais ibos, não apenas como uma base importante da alimentação, mas o seu cultivo, colheita e manuseio faz parte da cosmovisão desses povos, ocupando um lugar primário dentro do sistema de crenças e valores. Esse aspecto aparece ao longo da história, como exemplo “A festa do Novo Inhame”, um momento de agradecer a deusa da terra pela fertilidade. O mundo terreno estava estritamente ligado à visão religiosa; os personagens respeitam as vontades dos deuses, e se desrespeitarem são castigados, como quando Okonkwo violou a semana da paz, agredindo uma de suas esposas (ACHEBE, 2009, p. 50).

Nos primeiros capítulos a proposta se estende sobre como a comunidade se organizava. Podemos observar a distribuição e construção dos personagens: as pessoas idosas ocupavam um espaço diferente dos mais novos. Dentro das relações, homens e mulheres assumiram papéis distintos. As esposas e mães aparecem resignadas em seus relacionamentos, sem muitas opções de escolha. Okonkwo lamenta por sua filha não ser do sexo masculino (ACHEBE, 2009, p. 83), o que sugere uma preferência, e possível valorização para o sexo masculino. O personagem também expõe em momentos um comportamento violento nos relacionamentos com suas três esposas. Mas, ainda que a narrativa apresente um enredo em que os homens sejam privilegiados em parte das relações, as mulheres, como esposas e mães são fundamentais para nutrir essa organização social, o que abre espaços para críticas sob uma visão de reprodução social (BHATTACHARYA, 2013). Na narrativa as mulheres ficam encarregadas da manutenção do ambiente familiar, o que para aquela sociedade era estritamente importante: conceber e formar novos membros das famílias e comunidade.

Como centro de poder, a comunidade possui papel preponderante entre o ambiente público e privado. Através dela, são criados os movimentos realizados pelos personagens, numa relação de estreita dependência entre aprovação e reprovação das ações dos indivíduos. Devido a isto, o comportamento do pai de Okonkwo é algo que gera um desconforto pessoal, mas que se origina através da relação que estabelece com os outros, uma vez que seu pai se distanciou dos valores que seriam honrosos para o grupo.

Os valores da terra são transpostos na conexão com a religiosidade, mantendo diálogo constante com os espíritos que se orientam no mundo em que se inserem. As maneiras que

vivenciam seus cotidianos, possuem conexão com o mundo espiritual que está presente nas tomadas de decisões da comunidade, participando de cerimônias em que desenvolviam rituais de julgamento. Isso ressoa de forma decisiva no percurso do personagem principal, ao cometer um crime. Como segue a narrativa:

“Para Okonkwo só havia uma opção: fugir do clã, pois matar um de seus membros era um crime contra a deusa da terra, e aquele que o cometesse via-se obrigado a abandonar a região. O que Okonkwo cometera era feminino, porque fora por acaso. Por isso, passados sete anos, ele poderia retornar ao clã” (ACHEBE, 2009, 143).

As análises sobre a representação do povo ibo nesta literatura, ganhou atenção de diferentes debates. Christopher Anyokwu (2011) faz reflexão sobre a construção de personagens femininos ao longo do enredo. A representação do feminino aparece de muitas maneiras, desde a posição ocupada pelas mulheres na sociedade, até a organização do campo simbólico que possui orientações guiadas por valores de gênero até na relação com a religiosidade. Como exemplificado, a demarcação de gênero também aparece na categorização do crime cometido, uma proposta importante para compreensão das formas de articulação do que deveria pertencer ao campo masculino e feminino. Seguindo o desenrolar do acontecimento, homens, representando a deusa da terra, foram fazer justiça, destruindo os pertences criados por Okonkwo. Ele, e sua família, já haviam mudado para outra aldeia.

Se hoje, com uma lente direcionada para o passado, que parte do conhecimento de diferentes atribuições e construções, os acontecimentos adquirem uma nota de eventos com início, meio e fim, é preciso lembrar que no momento do acontecimento os horizontes de expectativas dos agentes históricos eram bem menos delimitados. Tangente a este ponto, fica a visão de Okonkwo na literatura. Em exílio, tinha por plano regressar ao território natal, que passava por mudanças e ainda que geograficamente pudesse partilhar da mesma localização, a utilização e significação do espaço se reestruturou consoante a nova ordem que se estabeleceu.

O caminhar dos capítulos traz expectativas, o simulacro de Okonkwo sobre o lugar para qual gostaria de retornar e o aguardo do leitor sobre o que poderia acontecer. Esse ponto da escrita de Achebe nos põe a pensar sobre o próprio passado. Perder essa reflexão é potencializar o risco de cair no campo anacrônico e deixar despercebido elementos que ajudam no diálogo com eventos transcorridos. O ineditismo dos acontecimentos fazia parte do cotidiano dos indivíduos, que buscavam reagir seguindo diferentes caminhos nas aberturas que o contato com o colonialismo acarretava. O avanço colonial, que chegava em diferentes áreas, levava consigo demandas e questões que encontravam reações diversas. Por isso, tomar nota, quando possível, dessa mobilidade paulatina, considerando que em muitas regiões ela não era esperada por

africanas e africanos, bem como em regiões que já trabalhavam com a ideia dessas mudanças, é parte do entendimento de como o colonialismo foi um movimento que afetou diferentes esferas, precisando erguer uma estrutura para sua autopreservação e sobrevivência, que não existia em muitos lugares. Em alguns espaços, poderia ocorrer o movimento de apropriação de estruturas preexistentes, o que também gerou uma gama de reações distintas.

Encontros: Narrativas e debates sobre o colonialismo

A estrutura processual dos eventos narrativos criada por Achebe expõe de modo linear os acontecimentos, o que propicia ao leitor uma apresentação didática das mudanças ocorridas. O colonialismo é sinalizado pela presença de missionários, que logo buscam construir uma igreja e ressignificar espaços, de modo a introduzir novas visões de mundo, rompendo com crenças ou estabelecendo vínculos, de modo a conquistar a adesão popular para seguir a nova religião. Intrínseco a este papel religioso, ocorria a intensificação da disseminação de valores coloniais, que tinham por objetivo introduzir os povos africanos às lógicas e sistemas “europeus”, algo que é bem explicado no livro de Achebe: primeiro construíram a igreja, depois fez-se o convite para a população local frequentá-la, “de sete em sete dias, adorar o verdadeiro Deus” (ACHEBE, 2009, p. 171).

A importância dos missionários no processo de colonização é debatida por John Fage, que pontua três recursos amplamente explorados no desenvolvimento da expansão colonial: comerciantes, navegadores e missionários (FAGE, 1995, p. 478). A presença dos missionários torna-se marcante no transcorrer dos acontecimentos localizados na “Segunda Parte” do livro, ela é a representação do colonialismo naquela região, nela concentram-se a baliza de poder e operação que conquista espaços de influência, ao mesmo tempo que coopta pessoas para dar prosseguimento para a formação de profissionais, para fazer, possivelmente, parte do maquinário administrativo. Em paralelo ao tema, Ivana Muscalu (2017) demonstra em seu trabalho a importância assumida pelos missionários não só como articuladores da propagação de elementos da cultura do colonizador, mas deixa evidente a participação dos mesmos na colaboração com um sistema de informação que se construía sobre áreas desconhecidas pelos europeus, tornando dinâmico um sistema descritivo sobre as regiões em África.

O enfrentamento de Okonkwo às mudanças que surgem, se dá primeiramente de um modo interno, quando seu filho opta por seguir os regimentos da nova religião no lugar das regras tradicionais. Essa quebra é a primeira fresta que se abre em Okonkwo, demonstrando o novo lugar que surgia dentro de uma visão de mundo guiado pela tradição, como *éthos* não questionado e seguido, regendo a vida da população que ali vivia. O filho que se desprende deste

vínculo comunitário torna-se reprovado pelo pai, que não aceita esta postura, mas já sente as alterações que estavam ocorrendo em um mundo que linearmente, na narrativa, despedaçava.

A apresentação da construção da instauração do colonialismo, proposta abordada em “O mundo se despedaça”, pode ser contrastada com os debates teóricos em torno do colonialismo. A narrativa traz um enredo em torno de mudanças que abarcam experiências e apresenta uma camada sobre a sensibilidade e perspectivas que os personagens constroem, visão que não se desloca das próprias referências de algum modo partilhadas por Achebe enquanto sujeito histórico. Ao correlacionar esta literatura com estudos acadêmicos sobre o tema é possível entrelaçar diferentes pontos, que nos auxiliam na compreensão da dinamicidade que se desenvolveu em realidades que passaram por este processo, bem como as demandas criadas durante as diferentes escritas que buscaram abordá-las.

O debate teórico a respeito das realidades coloniais, e a própria construção do colonialismo perde-se de vista diante do número de produções nas últimas décadas. Destacamos algumas reflexões que ajudam a compreender e historicizar essa produção, assim como ressaltar alguns questionamentos que ainda ganham espaços em diferentes debates. A permanência de algumas questões referente a este passado sugere que a temática abordada em Achebe é uma fissura que, mesmo não estando tão aberta como à época em que o livro foi escrito, deixa no presente suas marcas.

Frederick Cooper, em “Conflito e Conexão”, analisa a contribuição dos “Estudos Subalternos” para pensar as realidades do continente africano e as produções que utilizaram o conceito de resistência em diferentes momentos em estudos sobre o colonialismo. Os “Estudos Subalternos” laçam uma crítica contundente a produções enviesadas pelo discurso nacionalista na Índia, que partilhava da ideia de controle dos Estados coloniais. A narrativa que versa sobre os grupos considerados como “subalternos” traria outros aspectos da vida dos sujeitos históricos e permitiria construir narrativas que não estivessem à serviços partidários na esfera política. Esta abordagem serviu para se pensar em situações semelhantes no continente africano, que como destaca o autor: “A crítica dos Estudos Subalternos ao modo como o Estado nacionalista adota o projeto de controle do Estado colonial agrada a africanos e africanistas, decepcionados com o Estado pós-independência” (COOPER, 2016. p. 77).

Uma análise que partisse de uma visão crítica e não essencialista deveria também ser pedra angular para a aplicabilidade do conceito de resistência, tão importante para as produções sobre a História da África. O uso do conceito em diferentes momentos pode acarretar o risco da feitura de análises dicotômicas, reduzindo realidades coloniais entre colonizadores e colonizados. Tal postura deixa escapar importantes dimensões que fizeram parte da vida dos indivíduos circunscritos nesses contatos, construindo estudos que “reduziram as experiências multifacetadas

das populações coloniais”. Cooper não inviabiliza o uso do conceito de resistência para análise das situações emergentes dos contatos entre colonizadores e colonizados, mas a tentativa do autor é demonstrar como os dualismos, por si só, também colaboram para uma escrita reducionista, que desconsidera interesses de diferentes sujeitos históricos, podendo “simplificar vidas complexas”.

O uso do conceito de resistência, como ressalta o autor, compõe a escrita da História da África. Mas, atrelado aos movimentos de libertação que eclodiram no continente africano, intensos ao longo da década de 1950, a investida em um passado que desse liga a povos, localizados na composição de países recém constituídos, por vezes encontrou no discurso de resistência um lugar comum. Principal fruto da época da escrita dessa narrativa, o uso dado, desta forma, ao conceito e aos movimentos desencadeados dentro deste quadro, gerou histórias tendenciosas ligadas a uma preocupação política dos recém-criados Estados Nacionais (COOPER, 2016, p.78).

A construção de uma produção enviesada, dando ensejo a uma “metanarrativa”, foi duramente questionada por historiadores que passaram a analisar esses acontecimentos por diferentes ângulos. Parte destas análises focalizaram na participação masculina destes movimentos, ressaltando o “heroísmo másculo” (COOPER, 2016, p. 84). A história das mulheres nestes acontecimentos, vieram a *posteriori*, o que pode ser lido dentro de uma renovação da ciência histórica como um todo. A análise sobre gênero, não só durante o período colonial, mas dentro das organizações políticas, econômicas e sociais das sociedades africanas, ajudou a compreender a densidade de diferentes processos, bem como orientou a integração na escrita, sobre estas sociedades. Com a organização dessas realidades, em que as mulheres ocupavam diferentes espaços quando comparadas aos homens, tem-se como atividade primária não interpretar essas questões como dadas, seguindo modelos de organizações já conhecidas, mas descortinar o sistema de valores inscritos nestas relações.

Sobre este aspecto é interessante nos aproximarmos de uma discussão realizada por Steven Feierman sobre a vida de Narwimba, durante a década de 1880 e 1890, perto da fronteira das atuais Tanzânia e Zâmbia. Narwimba passou, em vários momentos, por mudanças pessoais e acompanhou a instauração do governo colonial. Com a perda do esposo ela começou a viver em uma situação de insegurança, pois a figura masculina, em certos aspectos naquela sociedade, garantia alguma proteção. Na iminência de ser capturada e vendida na condição de escrava, recorreu a estratégias para se manter em liberdade. A busca por um esposo apresentava-se dentro de um dos caminhos possíveis para se resguardar. A recorrência a um casamento ou as situações de fuga articuladas por Narwimba – no caso com sua neta, por vir de uma relação em que a mãe não recebeu o dote e ela ficava como pertencente a casa do chefe – demonstram as tomadas de

decisões, diante das zonas limítrofes de possibilidade, dentro do campo social em que ela se inseria. Uma primeira leitura sobre os fatos sugere relações endurecidas de poder, que colocava hierarquias de gênero difíceis de serem transpostas. Ainda que esta hierarquia e relação de poder exista, há outras camadas, dentro dos horizontes de possibilidades sobre os quais, enquanto sujeito, Narwimba buscou atuar, coordenando do jeito que lhe foi possível sua própria história, e não foi apenas fruto das situações violentas sobre as quais passou (FEIERMAN, 1993).

Preocupações que tomaram diferentes caminhos para construção da escrita da História da África possuem um terreno de inserção, como destaca Feierman. O autor demonstra em seu trabalho um panorama que ajuda na compreensão desse movimento, inserindo a escrita da História da África dentro de um contexto amplo, que entrelaça ações políticas e intelectuais ao tempo do desenvolvimento das lutas de independência. Ganha espaço a relação com a própria ampliação dos debates no campo historiográfico, que desde a década de 1920, contando com a escola dos *Annales*, já ocorria uma renovação no tratamento de temas; ação que teve maior impulso na década de 1960, com a manifestação de produções preocupadas com a considerada “história vista de baixo”, atingindo com força no tratamento das fontes e abordagens de assuntos que haviam até então recebido pouca atenção. Toma nota os novos caminhos seguidos para a construção dessa escrita, como um movimento de ruptura com os paradigmas do “imperialismo ontológico” (YOUNG, 1990, p.13 apud FEIERMAN, 1993).

Ao despertar com mais força interesses sobre dúvidas do que as certezas, essas revisões mesmo não encontrando sólidas respostas às problematizações construídas, ajudaram a orientar um senso de alteridade, fomentando um exercício contínuo de questionar quais temas, sujeitos e narrativas são excluídos do espaço de construção do conhecimento. A considerada “história universal”, segundo Feierman, demonstrou cada vez mais seu caráter excludente, tendencioso e particular. Se as fontes trazem silêncios, então é necessário trabalhar com novas possibilidades, visto que os modelos ditos europeus de produção de conhecimento nem sempre são reproduzíveis. Outro fator que corrobora para essa rachadura em antigos preceitos é o crescimento de um público heterogêneo na academia, no caso, a presença de mulheres, africanos, e indivíduos que portavam referências múltiplas, contribuindo para a elaboração de novos olhares e problemáticas (FEIERMAN, 1993).

Um movimento intelectual realizado de maneira crítica sobre as narrativas que abordavam de maneira enviesada, e tingida de estereótipos, se deu com a escrita dos volumes da coleção História Geral da África (PAIVA, 2017). Fruto de seminários realizados na década de 1960, o material contou com diversos pesquisadores que se debruçaram em assuntos, regiões e períodos históricos distintos sobre o continente. Na apresentação do projeto, Joseph Ki-Zerbo já

demarca um posicionamento político “A África tem uma história”, afirmava em contramão à visão canalizada na informação de que o continente africano não a tinha.

Os contornos traçados para a constituição da estrutura colonial recorreram a diferentes ferramentas. Predispondo amplamente das potencialidades discursivas, seja através da escrita ou da linguagem imagética, o discurso de superioridade tornou-se constructo de uma consciência pública espalhada em diferentes espaços. A operacionalização ideológica que penetrou nas redes de sociabilidades contou com a formulação e publicização de relatos exagerados, e por vezes fantasiosas de como eram as regiões do além-mar. John Fage (1995, p. 376) assinala o fascínio desenvolvido na metrópole diante de casos de exploradores que alcançaram sucesso. A escrita, neste contexto, foi umas das primeiras armas utilizadas para usurpar histórias e criar o que seria a África e os povos que nela habitavam. Livingstone, em carta de 1867, relata seus percursos, o encontro com “árabes negros mercadores de escravos” e, ao seu modo, dava formas a locais da atual região da Zâmbia (LIVINGSTONE, 1867).

David Ribeiro recorre ao constructo deste imaginário colonial, salientando a importância das exposições humanas no projeto de endossar os pilares da diferença, exotismo, e propagação do ideal civilizador. Estas exposições foram uma forma de demonstrar para os povos metropolitanos o sumo da diferença, dentro das organizações de vida, imprimidas nas formas de se apresentar e selecionar seus referenciais. Aclamando a ideia de “pedagogia colonial”, as manifestações engendradas no colonialismo possuíram por alicerces o ensinamento dos povos metropolitanos em torno de proposições ideológicas sobre indivíduos que foram constituídos, pelo âmago da diferença (RIBEIRO, 2021).

A exploração desta narrativa exibicionista, animalizando indivíduos, contribuindo para o espetáculo e a formação de um capital, foi artifício corrente. O caso de Sarah Baartman - possivelmente dentro de muitos outros como a Ella Williams, exibida devido sua estatura como Abomah, (KOUTSOUKOS, 2020, p.76) ou Rosita (VICENTE, 2013) – é demonstrativo dessa violência do espetáculo e exotismo. Atenuante a este movimento torna-se a demarcação da violência de gênero que se instaurou nas relações coloniais. As exposições que levavam africanos para Europa, explanando corpos, como um atestado vivo do que existe e para onde (ou o quê) investimentos europeus se voltavam, exploravam os campos da sexualidade em que homens e mulheres foram interpretados e colocados em categorias diferenciadas.

Yolande Daniels sublinha alguns pontos interessantes para pensarmos nessa relação vertical que cria a categoria feminino. O pilar inicial é a construção. A não naturalização do mundo como forma percebida e sentida, mas os alicerces de significados que são forjados, subsidiárias para a construção de relações e experiências. Sobre esse quesito há de se considerar o despojamento dos construtos. Faculdade ensaiada nas dimensões simbólicas das diferentes

possibilidades sobre o estabelecimento do conhecimento, essa construção foi partícipe de despojar a construção que aquele que era considerado como o outro construiu sobre si e o mundo. Daí, não há equilíbrio de forças, mas de uma maneira desigual, sobreposição do que é e o que deveria ser, fortalecendo anseios e atitudes catastróficas deste contato. A extensão deste constructo foi aderida a corpos negros, e em ênfase dada pela autora, sobre mulheres negras. O espaço do corpo físico entrelaça a dimensão psicológica, "sendo instrumental para a ordem simbólica e discursiva", e nesse contexto colonial, passou-se a se estabelecer; "surgiu o padrão de um corpo negro como instrumento, ditado como um corpo negro como agência" (DANIELS, 2010, p. 62).

Assim, foi em uma proposta laboral de definir a si e o outro que as malhas ideológicas do colonialismo foram sendo construídas. Recorrendo a recursos que tangenciam desde áreas do conhecimento científico, até os espaços de entretenimento, imprimiam no cotidiano quem era o sujeito colonizado e a suposta missão civilizadora. A representação, difundida nas metrópoles e nas colônias, penetrava nos ambientes públicos e privados portando os ideais de colonização. Anne McClintock salienta que o mercado competitivo, sobretudo com Alemanha e Estados Unidos da América, empurrou os britânicos a investirem em campanhas de publicidade de seus produtos. Em 1884, mesmo ano em que ocorreram as Conferências de Berlim, foi lançado sabão com marca corporativa, quando anteriormente este produto era apenas vendido sob a forma de barras. Caso atrativo para entendermos essa relação da formação da mentalidade colonial, a estratégia de vender sabão surge com propaganda e a conexão desse movimento com as ideias coloniais, como uma estratégia que não demorou a atingir outros produtos do mercado. Em uma metáfora, o sabão faria uma purificação social entre o sujeito do trabalho e dos grupos sociais, cultivando assim os crivos da distinção. Ainda, segundo McClintock:

Na propaganda, o eixo da posse se desloca para o eixo do espetáculo. A principal contribuição da propaganda para a cultura da modernidade foi a descoberta de que, manipulando o espaço semiótico em torno da mercadoria, o inconsciente de um espaço público podia também ser manipulado. (...). O desenvolvimento da tecnologia do cartaz e da impressão tornou possível a reprodução em massa de tal espaço em torno da imagem de uma mercadoria. Na propaganda, aquilo que é rejeitado pela racionalidade industrial (ambivalência, sensualidade, azar, causalidade imprevisível, tempo múltiplo) é projetado no espaço da imagem como repositório do proibido. A propaganda se funda em fluxos subterrâneos de desejo e tabu, manipulando o investimento do dinheiro excedente (MCCLINTOCK, 2010, p. 315-316).

A respeito desta codificação, partindo da identidade da diferença para a construção dos não europeus, Achille Mbembe traz uma importante reflexão sobre a ideia que perpassa a composição do indivíduo enquanto ser negro. A criação da ideologia que concede substância a raça, enquanto conceito, faz este movimento através da elaboração de identidade que se dá pela exclusão. A concepção do outro, do negro, enquanto diferente, é a base da autopercepção do

européu, enquanto define a si mesmo no mundo. Deste modo, forjar o negro é uma atividade que qualifica elementos que não englobam quem a constrói, mas se dá pelo estabelecimento do reconhecimento do desejo sobre o outro e, neste caso, o conseqüente processo de negação. A partir de um “cariz biológico”, fizeram do “negro e da raça uma loucura codificada” (MBEMBE, 2018).

Raça passa a construir, deste modo, uma estrutura do imaginário, “habitando as aparências que lhe são designadas”, e se a “África tem um corpo e se é um corpo, um isto, é o negro que o confere a ela”. As implicações da desenvoltura de um sujeito racializado foram diversas, e incorporadas aos discursos científicos desenvolvidos ao longo do século XIX:

Na ordem colonial, a raça operava como princípio do corpo político, permitindo classificar os seres humanos em categorias distintas, supostamente dotadas de características físicas e mentais próprias. A burocracia emergiu a partir daí com um dispositivo de dominação, enquanto a rede que ligava a morte e os negócios operava como matriz essencial do poder. A força passou a ser lei, e a lei passou a ter por conteúdo força. (MBEMBE, 2018, p. 109).

Estas discussões demonstram como o colonialismo atingiu diferentes esferas. Distante de ocupar apenas uma instância política, foi um movimento que envolveu as mentalidades, tornando possível refletir sobre as camadas geradas dos discursos que sustentaram este projeto enquanto ideologia. Tema complexo, as relações entre pensamento e ação desembocaram em experiências múltiplas que envolveram tanto colonizadores quanto os considerados colonizados. Desta dinâmica, fica visível a ausência de um único modelo ou expressão que unifique as vivências que emergiram dos diferentes contatos. Cada realidade requer um cuidado e relação com o contexto, para a feitura de narrativas inclusivas que converse, de forma mais próxima, com o passado transcorrido.

Considerações Finais

A obra de Chinua Achebe foi dividida em dois momentos. No primeiro deles o autor constrói a organização social, localizada em uma aldeia, contando com o sistema de valores de um grupo e o desenvolvimento de acontecimentos que exemplificam a disposição dessa cultura. A segunda parte, como já sugere a divisão, traz uma ruptura. Uma quebra que se desenvolveu através da interferência externa inaugurando o colonialismo na região. Seguindo esta disposição dialógica, a visão de Achebe torna-se uma oportunidade de apresentar, como o próprio nome do livro sugere “*Things fall apart*”, ou na versão traduzida para o português “O mundo se despedaça” a desestruturação que se iniciou a partir desse novo contato. Algo que se rompe dentro de um indivíduo – Okonkwo- que era também fruto indissociável da comunidade.

Conceição Evaristo enfatiza que escrever é um ato político (EVARISTO, 2017). Enquanto política muitos caminhos podem ser tomados ao ler Chinua Achebe. Algumas questões são elucidadas, parte de um movimento diligente, outras surgirão. Como uma porta aberta, a narrativa do autor circula informações, ocupa espaços e sugere reflexões que se distanciam de uma visão opaca sobre a vida de sujeitos históricos. Ao longo da análise tentamos demonstrar que a construção das representações e do cenário em que a narrativa transcorre, fica a percepção da expectativa criada pelos personagens durante a ocorrência dos fatos. Isso sugere que o colonialismo, para alguns, ou para muitos, não foi um fenômeno dado. Ao longo dos processos que se estenderam do final do século XIX e, sobretudo, a primeira metade do XX, foram necessárias atualizações e operações que dessem conta das diferentes realidades sociais. Da mesma maneira, há sempre de destacar que o movimento não foi uma intervenção aceita de forma passiva, mas mobilizou mulheres e homens que responderam a essas mudanças conforme seus interesses e expectativas.

Os debates teóricos sobre o tema orientam a discussão para uma compreensão contextualizada e com contraponto com outras realidades. Por esta perspectiva, é possível pensar em características gerais, a tempo que aflora particularidades de cada região. Na intersecção de obra e autor, a experiência de Chinua Achebe deixa referenciais na narrativa, que organiza uma visão de mundo, pensada, construída e passada para o público leitor, que aquece a vida da obra pelas interpretações criadas a cada leitura. Por sua característica densa em detalhes e construção de enredo, possivelmente, despertará outros questionamentos que se localizam no presente sobre o passado colonial.

Como Chimamanda Adichie bem coloca “ O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva” (ADICHIE, 2019, p. 23). Nativas, como “O mundo se despedaça”, assumem o importante lugar de arquitetar referências. A ação de construir um enredo que gera identificações, soma com a possibilidade de dialogar com lugares em comuns para pessoas e grupos. Emerge também um enfrentamento à narrativa colonial, que endossou um espaço pequeno, estereotipado e embebido de preconceitos, reafirmando a apresentação de formas de vidas que foram negligenciadas e até mesmo usurpadas pela escrita que se referia a esses povos apenas como colonizados. Tal paradigma levou a um movimento de reflexão, que perpassa uma atuação política potente, manifesta em diversos campos do conhecimento e expressão como foi a literatura.

Por outro lado, ao entender o colonialismo como um projeto ideológico, a escrita de Achebe contribui para o campo das representações ao sugerir interpretações que se distanciam das produzidas e tão difundidas no período colonial. Construir narrativas que colocam em primeiro plano elementos culturais, partindo de um olhar que traz outras referências, é um

movimento necessário para leitoras e leitores acessarem diferentes dimensões das experiências humanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANYOKWU, Christopher. Re-Imagining Gender in Chinua Achebe's "Things Fall Apart". **Interdisciplinary Literary Studies**, vol. 12, No. 2, p. 16-31, 2011.
- BHATTACHARYA, Tithi. "What is social reproduction theory?" **Socialist Worker**, set. 2013.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.
- CONRAD, Joseph. **O coração das trevas**. São Paulo: Iluminuras, 2002.
- COOPER, Frederick. **Histórias de África. Capitalismo, modernidade e globalização**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- DIRKES, Nicholas (org.). **Colonialism and culture**. Michigan: University of Michigan Press, 1992.
- ECO, Umberto. **Sobre a Literatura**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- FAGE, J. **História da África**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.
- FEIERMAN, Steven. African histories and the dissolution of world history. In: BATES, R. H.; MUDIMBE, V. Y.; O'BARR, J. (editors). **Africa and the disciplines: the contributions of research in Africa to the Social Sciences and Humanities**. Chicago: University of Chicago Press, 1993, p.167-212.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. Tradição Viva. In: KI-ZERBO, Joseph (org). **História Geral da África, Vol. I – Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 167 – 212.
- ILIFFE, John. **Os Africanos - história dum continente**. Tradução, Lisboa, Terramar, 1999.
- KI-ZERBO, Joseph. **Para quando África?** Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
- LIVINGSTONE, David. **Proceedings of the Royal Geographical Society of London, 1867 - 1868**, Vol. 12, No. 3 (1867 - 1868), p. 175-186.
- MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 23, n. 1, p. 171-209, 2001.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2ª. edição, 2018.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PAIVA, Felipe. **Indômita Babel: resistência colonialismo e a escrita da história da África**. Niterói: Eduff, 2017.

RANGER, Terencer. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. In: BOAHEN, Albert Adu (Org). **História Geral da África, vol. VII - África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 51 – 72.

RIBEIRO, David William. **Caminhadas indígenas, quilombolas e afro-diaspóricas: mobilizando as políticas culturais e a produção do conhecimento por narrativas plurais da História (1988-2020)**. 2021. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História Social.

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

WHITE, Hayden. The Value of Narrativity in the Representation of Reality. *Critical Inquiry*, Autumn, Vol. 7, No. 1, **On Narrative**, p. 5-27,1980.

WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. Dinâmicas históricas de um porto centro-africano: Ambriz e o Baixo Congo nos finais do tráfico atlântico de escravos (1840-1870). **Revista de História**, n. 172, p. 163-195, 2015.

Recebido em: 08/02/2021

Aprovado em: 14/05/2021



ISSN: 2595-5713
Vol. 04 | Nº. 7 | Ano 2021

João Batista Teixeira
Francisca Zuleide D. de Souza

A CRÍTICA COLONIAL NAS OBRAS DE UNGULANI BA KA KHOSA: “GUNGUNHANA, ORGIA DOS LOUCOS E ENTRE AS MEMÓRIAS SILENCIADAS”

COLONIAL CRITICISM IN UNGULANI BA KA KHOSA'S LITERARY WORKS:
“GUNGUNHANA, ORGIA DOS LOUCOS AND ENTRE AS MEMÓRIAS
SILENCIADAS”

RESUMO: Refletindo sobre a escrita de Ungulani Ba Ka Khosa em destaque nas obras *Gungunhana*, *Orgia dos loucos* e *Entre as memórias silenciadas*, a crítica colonial se faz presente nas construções das personagens e dos tempos ficcional e histórico na atual literatura moçambicana, a qual encena na sua ficção a história de Moçambique em seus aspectos da tradição e contemporaneidade. Sendo uma nação diversa na sua construção sociocultural e com um passado de violenta colonização, Moçambique ainda experiencia os caminhos e descaminhos de recente independência e descolonização. As obras em destaque nesta discussão, ficcionalizam alguns eventos da história dos moçambicanos, os quais figuram nos romances de Khosa através da recriação da queda do Império de Gaza e do seu último imperador, assim como das narrativas obliteradas e sobre as quais o autor expõe num quadro de uma literatura que permite audibilidade às vozes historicamente silenciadas.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura moçambicana, crítica colonial e Ungulani Ba Ka Khosa.

ABSTRACT: Reflecting about the writing of Ungulani Ba Ka Khosa highlighted the literary Works *Gungunhana*, *Orgia dos loucos* and *Entre as memórias silenciadas*, the colonial criticism is present in the construction of characters and fictional and historical times in current Mozambican literature in its aspects of tradition and contemporaneity. Being a diverse a diverse nation in its sociocultural construction with a past composed by a violent colonization, Mozambique still experiences the ways and embezzlement of a recent Independence and decolonization. The literary works highlighted in this discussion fictionize some events in the history of Mozambicans, in which appear in Khosa's novels through the recreation about the fall of the Gaza Empire and its last emperor, as well as the extinct narratives and about the author exposes in a framework of a literature that permits audibility to historically silenced voices.

KEY WORDS: Mozambican Literature, colonial criticism and Ungulani Ba Ka Khosa.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

A CRÍTICA COLONIAL NAS OBRAS DE UNGULANI BA KA KHOSA: “GUNGUNHANA, ORGIA DOS LOUCOS E ENTRE AS MEMÓRIAS SILENCIADAS”

João Batista Teixeira ¹

Francisca Zuleide Duarte de Souza ²

Introdução

Motivados pela crítica colonial e estudos das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, na intenção de investigar e pesquisar aspectos da crítica colonial e pós-colonial nas obras *Entre as memórias silenciadas* (2013), *Gungunhana* (2018) e o livro de contos, *Orgia dos loucos* (2016) do escritor moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa, nos propomos a refletir sobre a atual literatura moçambicana e sua relação com a história e a memória, princípios fundantes das narrativas e que alimentam a cultura de um povo.

Ao selecionar as obras de Khosa, o fazemos pela importância que a ficção de Ungulani Ba Ka Khosa representa para Moçambique e para as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, como referência à ficcionalização da história desse país, assim como também ao que alguns autores referendam como moçambicanidade, tema em debate em outros ficcionistas contemporâneos ao autor aqui em apreciação.

Ba Ka Khosa é escritor de uma vasta produção que retrata desde a violência da colonização ao mal-estar que também irá se manter no pós-independência, quando o autor ficcionaliza situações de perda de direitos civis e isolamento nos temidos campos de reeducação, assim como o desencanto da população de um país recém-liberto ao se verem presos à violência policial. Suas obras funcionam como uma cartografia de Moçambique nos períodos colonial e pós-independência, convocando o leitor à visita aos seus textos, os quais diluem os personagens em vozes que dizem da violência que pode perpassar sistemas e muitas vezes se manter com outros estratagemas a aprisionar indivíduos e vontades.

Destacamos o que informa Hilary Owen acerca da obra de Khosa:

O romance *Ualalapi* (1987) de Ungulani Ba Ka Khosa organiza-se, de forma já sobejamente conhecida, em torno de Ngungunhane, o imperador de Gaza, do século XIX, derrotado e capturado pelos portugueses durante a campanha conhecida como a “Pacificação de Gaza”, que fez do general português Mouzinho de Albuquerque um herói Nacional. Na sua abordagem pós-moderna da historiografia portuguesa dominante do Império, *Ualalapi* já há muito se

¹ João Batista Teixeira – Mestre e Doutor em Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual da Paraíba. Docente da Faculdade do Maçico de Baturité - poesiateixeira@gmail.com

² Francisca Zuleide Duarte de Souza - Doutora em Letras pela Universidade Federal da Paraíba e Pós-doutora pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente permanente da Universidade Estadual da Paraíba e do PPGLI – Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade. Líder do Grupo de Pesquisa: Literatura e Cultura Africana, Afro-brasileira e da Diáspora/UEPB/CNPq zuleide.duarte@hotmail.com

estabeleceu como um clássico da literatura moçambicana na medida em que, além de tudo o mais, oferece uma crítica paralela, ainda que velada, das tendências imperialistas e totalitárias do primeiro presidente moçambicano da era pós-independência, Samora Machel. Tal como foi largamente discutido por autores diversos, o conceito de nacionalidade de Samora Machel aproveitou em certa medida das mitologias associadas a Ngungunhane não só como o herói da resistência Nguni, mas também como unificador por subjugação dos grupos étnicos vizinhos do Sul, e especificamente os chopos (OWEN, 2010, p. 44).

Em seu projeto literário os temas em destaque elaboram um mosaico da história e tradição com uma ficção que se volta à violência da colonização de Moçambique e as suas consequências, assim como os conflitos internos e as formas de silenciamentos já impostas na colônia e que se ressignificam no pós-independência, tais aspectos podem ser verificados nas obras de Khosa, *Ualalapi* (1987), Associação dos escritores moçambicanos; Nandyala – 2013, *Orgia dos loucos* (1990), Associação dos Escritores moçambicanos; Kapulana – 2016, *Histórias de amor e espanto* (1993) INLD, *No reino dos abutres* (2002), Imprensa universitária, *Os sobreviventes da noite* (2005), Texto editores, *Choriro* (2009), Sextante, *O rei mocho*(reconto), Escola portuguesa de Moçambique; Kapulana – 2016, *Entre as memórias silenciadas* (2013), Alcance Editores, *Gungunhana: Ualalapi e As mulheres do imperador*(2018) Kapulana.

Sua ficção nos informa sobre a literatura pós-colonial no sentido de elaboração de uma crítica ao pensamento colonial e se comprometer em ficcionalizar fatos e situações, muitas vezes considerado tabu ou pouco mencionado por outros autores, como a implementação da reeducação em campos no pós-independência, o que faz em projeto literário Ungulani Ba Ka Khosa de forma a registrar ou recuperar pela escrita literária uma parte da história do seu país que impôs violência e vergonha aos seus cidadãos na chamada “Operação produção” e implementação dos já citados campos para os banidos da sociedade.

À pesquisadora brasileira, Vanessa Rimbau Pinheiro, da Universidade Federal da Paraíba, Khosa responde sobre a relação entre a formação da nação moçambicana e as narrativas literárias:

Pergunta difícil de responder principalmente para minha geração: eu pertencço a uma geração que nasceu na literatura após a independência, uma independência recente. Na minha geração colocou-se que tipo de narrativa faríamos quando começamos com atividade literária. É porque logo após a independência houve mais uma pretensão ideológica do que literária, houve a tentativa de se impor uma narrativa mais no campo da poesia porque era o gênero dominante, uma poesia de combate como resultado da guerra pela libertação, a chamada poesia de combate que imperou nos primeiros anos da independência por um lado; por outro lado, nesses primeiros anos da independência houve uma espécie de - eu não diria de declínio, mas as grandes figuras da literatura (eu falo de Rui Knopfli, eu falo de ensaístas como Eugénio Lisboa e tantos outros se assumiam na literatura e nós depois os reivindicamos mais tarde como o grupo Charrua). Esses migraram, saíram do país, e houve nessa altura uma tentativa, no quadro

do nacionalismo muito estreito, de rejeitar, de certo modo, esses poetas como se pertencessem a uma outra galáxia (PINHEIRO, 2021, p. 206).

Ungulani Ba Ka Khosa em suas colocações, deixa a entender a não necessidade de apoiar-se em um projeto literário que se responsabiliza em fornecer ou estruturar uma única identidade e nesse sentido não houve espaço para quem não se alinhasse ao nacionalismo radical.

A literatura deste escritor moçambicano rompe com esse modelo acima descrito ao tratar de temas ligados à insatisfação com a violência colonial em *Gungunhana – As mulheres do imperador* (2018), quando as mulheres do destronado imperador do reino de Gaza, retornam à Moçambique colonial em 1911, sendo expostas como pessoas sem prestígio algum, não levando em conta que tenham sido mulheres de um imperador, são tratadas como viajantes de segunda categoria e com tratamento desumano.

Com a mesma narratividade sobre a qual constrói e recupera a história do último imperador do Reino de Gaza, Ungulani Ba Ka Khosa vai para o pós-independência e visibiliza via ficção a história dos primeiros anos de descolonização e também da implementação da “reeducação” em Moçambique pós-libertação, como um processo político o qual violou direitos, causou danos e mortes aos moçambicanos.

Temos a crítica colonial na ficção do Khosa, quando em seus personagens somos convocados a conhecer um território devassado pela colonização portuguesa, guerras civis e outras formas de violência orquestradas ora pelo colonizador, e em outros momentos por quem na independência deveria gerir políticas de igualdade e meios para que os moçambicanos se autoafirmassem, agiu de forma contrária provocando um cotidiano de medo e violência: “Esta violência nunca foi incluída na auto-representação da modernidade ocidental porque o colonialismo foi concebido como missão civilizadora dentro do marco historicista ocidental nos termos do qual o desenvolvimento europeu apontava o caminho ao resto do mundo [...] (SANTOS, 1999, p. 27-28).

O colonialismo operou e trouxe aos colonizados um sentimento de inferioridade pela questão racial, pelos modelos “europeus” “civilizatórios” e isso causou danos irreparáveis aos moçambicanos de uma forma geral.

A colonização violou as subjetividades e modos de ser de um povo que, pertencentes à múltiplas identidades e tribos, se viram obrigados pelo governo colonial a se curvarem e negarem seus valores políticos e culturais, e isso também informa sobre a incapacidade de compreender a dimensão das inúmeras culturas existentes no continente africano:

Em síntese, e em face das diferentes posições que temos aqui cotejado, a colonialidade literária significa, no essencial; reação do europeu perante um meio e seres que lhe são estranhos; sobreposição de um ponto de vista eurocêntrico; escrita cujos autores não

abdicam da sua identidade cultural; instituição de relações de poder dominadores/dominados; expressão de um relativismo cultural pendularmente etnocêntrico e limitação da capacidade interpretativa do Ocidente (NOA, 2009, p. 49).

No entanto o europeu subalternizou a cultura e os costumes do colonizado, baseando-se no limitado conhecimento da cultura e sociedades africanas, o que não impediu a violência colonial, impor danos aos povos colonizados, passa a compor esse quadro que oferecia ao colonizador mão de obra barata, escravidão e desrespeito, gerando uma das mais horrendas histórias de invasão e apropriação indevida dos espaços já ocupados por seus legítimos donos, em suas organizações e estruturas sociais, políticas, religiosas e culturais.

Já o pós-colonialismo surge como estratégia cultural e discursiva que se opõe ao pensamento colonial e convoca as vozes subalternizadas a serem uma base para a construção da literatura que dirá de outros discursos, ficcionalizará eventos traumáticos para que não esqueçamos quem os promoveu e com quais intenções e se caracteriza por:

O termo *Pós-colonialismo* pode entender-se como incluindo todas as estratégias discursivas e performativas (criativas, críticas e teóricas) que frustram a visão colonial, incluindo, obviamente, a época colonial; o termo é passível de englobar além dos escritos provenientes das ex-colônias da Europa, o conjunto de práticas discursivas, em que predomina a resistência às ideologias colonialistas, implicando em um alargamento do *corpus*, capaz de incluir outra textualidade que não apenas das literaturas emergentes, como o caso dos textos literários da ex-metrópole, reveladores de sentidos críticos sobre o colonialismo (LEITE, 2013, p.11).

Essa literatura pós-colonial surge como uma força que lhe garante o espaço no mundo editorial também fortemente marcado pela cultura do colonizador. Os textos se organizam a partir de outros discursos e autores como Ungulani Ba Ka Khosa e são expoentes dessa geração em Moçambique, quando escreve e descreve em sua escrita literária aquilo que a colonização maculou e a todo custo quis destruir.

1.A Crítica Pós-colonial em Ungulani Ba Ka Khosa

Temos a partir da ficção de Ungulani Ba Ka Khosa a presença de uma escrita pós-colonial pelo fato de a mesma se construir pela presença de narradores e personagens que se mostram deslocados da nação e de quem a governa.

Se o passado colonial evoca memórias de dor e humilhação, o presente no pós-independência sugere que não houve a tão sonhada liberdade para todos o que passa também a se configurar uma das características mais impactantes do texto literário de cunho pós-colonial, texto que diz das situações indigestas, dos excessos e planos de mudança de atitudes frustradas e falidas do ponto de vista político nas novas independências:

Com a presença dos sujeitos pós-coloniais, efeito de expansão global do capital, fruto do processo de colonização e das lutas de independência nacionais, em como das guerras étnico-civis em países do chamado Terceiro Mundo, os estudos de literatura recebem um novo impulso. A crítica pós-colonial dá testemunho disso ao indagar acerca das diferenças culturais e dos processos de hibridização como fator epistêmico na compreensão das nações e comunidades. Uma nova dinâmica disciplinar ocorre ao se inserir em sua matéria metodológica tais categorias, acrescidas, ainda, das noções de viagem, diáspora, exílio e migração (FORNOS, 2013, p. 5).

A crítica pós-colonial ocupa lugar de destaque, já que se coloca como espaço de discursos não ditos e obliterados pelas instâncias de poder colonial:

Num tempo distópico, atravessado pelo desencanto e pela perda da inocência, o tempo pós-colonial, Memória e História são agora matrizes do novo discurso da identidade cuja topologia passa também pela revitalização de um passado e o questionamento de um passado mítico, construído sobre uma mística do heroico e do épico, em que radica o discurso nacionalista (MATA, 1999, p. 253).

Pela literatura pós-colonial que se faz nos países independentes, sua construção revisiona os espaços de poder e constrói novas perspectivas ao dizer, via ficção, discursos que não são bem recepcionados pelo fato que podem macular as figuras herdeiras da colonização que ainda figuram em cargos públicos e não podem ser citadas em eventos vergonhosos.

Isso podemos verificar a partir da construção dos contos em *Orgia dos loucos* (2016):

“Orgia dos Loucos”, livro publicado pela primeira vez em 1990, funciona como uma lente que aproxima o leitor de uma outra face da realidade moçambicana nos anos que se seguiram à Independência do país e, sobretudo, das vivências de representantes do povo moçambicano que foram atravessados pelos acontecimentos históricos da época, suas experiências com a guerra, com a economia fragilizada e com o embate entre o contexto social anterior e o dever de uma nova era que se propunha a realizar a utopia sonhada por aqueles que travaram batalhas contra o seu antigo opressor. Desse modo, é notável que Ungulani faz uso de uma escrita ficcional socialmente engajada no sentido de expor e tratar das feridas que afligem a nação moçambicana que se encontra em processo de mudanças contínuas ao longo dos muitos anos de conflitos pós-independência (MORAIS, 2020, p. 224-225).

Ungulani Ba Ka Khosa em suas obras inspeciona o passado, revisa o presente e diz dos medos e violências impostos aos moçambicanos quando tiveram o território invadido pelo colonizador e também quando se veem sem as liberdades individuais ao serem banidos para campos de reeducação que nada tinham de espaços para reeducar a nenhum civil moçambicano.

Convocamos para esclarecer essa questão Omar Ribeiro Thomaz:

Nos anos que se seguiram a independência, a ideia da construção do Homem Novo passou a estar diretamente conectada a territórios excepcionais que eventualmente acabaram corporificando a ideia de “campo”. Para os campos de reeducação iriam todos aqueles que, de uma forma ou de outra, traziam consigo ou em si elementos da velha ordem que se desejava eliminar – régulos (autoridades tradicionais), feiticeiros, “comprometidos” (indivíduos sobre quem pesava a suspeita de algum tipo de compromisso com a antiga ordem colonial), prostitutas; para os campos de trabalho todos aqueles que deveriam passar por uma ressocialização marcada pelo trabalho em grandes campos de cultivo (machambas): sabotadores, inimigos, vadios. Em ambos os casos, estavam previstos, e foram realizados, cursos intensivos de “marxismo-leninismo”. (THOMAZ, 2008, p.180).

Entre esses e outros temas, Ungulani Ba Ka Khosa pela sua escrita calcada na memória e história de quem conhece o espaço moçambicano, fornece uma contribuição às Literaturas Africanas de Língua portuguesa, novos caminhos de escritas a despontarem para além do Índico e também um território fértil para a vivência dos Estudos culturais pela literatura.

A Construção de Khosa expando os confinados na reeducação ao falarem de suas vivências e da violência imposta junto ao silêncio em *Entre as memórias silenciadas*, reclamam e apontam para a crítica pós-colonial ao emergirem do silêncio histórico e dizerem de si para futuras gerações de que suas vidas foram riscadas da memória e história, restando-lhe a literatura de ficção, espaço no qual o autor possibilita aos silenciados um lugar de enunciação:

Nós não éramos coisa alguma. Éramos nada. Não tínhamos nada. A nossa fronteira de existência estava entre a humanidade e a animalidade. De dia havia Homens à nossa guarda. À noite éramos entregues às regras da natureza. Estávamos na zona de ninguém. (...) Éramos pessoas sem o palco da existência a que chamam sociedade. (...) a nossa vida estava no limite. (KHOSA, 2013, p. 59).

Ainda sobre o registro de suas vidas e pelas memórias e histórias perdidas, vale destacar:

Amanhã ninguém se lembrará deste macabro gesto de nos atirarem para estes ermos espaços com a finalidade de criarem um homem novo. (...) Ninguém guardará na memória estes tempos falhados. (...) Somos número, carne de abate. Gente sem nome e sem registo. Não há história para nós. Não há memória. (...) Aqui não haverá registo, não haverá testemunhas. Este tempo será de sonho, de ficção. (...) Não haverá memória destes tempos. (KHOSA, 2013, pp. 122-123).

Há nos personagens de *Entre as memórias silenciadas* a coragem de falar do abandono do Estado moçambicano quando os aprisionam em campos de reeducação que registram o autoritarismo sob o qual viveram essas pessoas, prisioneiras e banidas da vida social sem cometerem crime algum.

2.Narrando as vozes e identidades silenciadas

Stuart Hall (2003, p.13) ao dizer que o as identidades não são definidas biologicamente e que o sujeito assume identidades diferentes em momentos e que as mesmas não são unificadas ao redor de um eu coerente, esse pensamento demonstra que não haveria como unificar os moçambicanos em uma única vertente política, cultural e ideológica, privar-lhes da liberdade em campos de confinamento acabou por ser um gesto que maculou e criou um cotidiano de violência e vergonha para uma nação que se descolonizava.

Khosa em sua ficção sinaliza para as “identidades silenciadas” e a partir de seus narradores e personagens, recria e revive a história do seu país, fazendo emergirem traumas de uma nação sobre os quais pouco ou nada se diz abertamente por se tratar de figuras emblemáticas que estão na história da tão sonhada libertação e que estariam ligadas a estruturas de poder para além das questões locais:

A transição para o pós-colonial é caracterizada pela independência do controle colonial direto e pela formação de novos Estados-Nação, por formas de desenvolvimento econômico dominadas pelo crescimento do capital e suas relações de dependência neocolonial com o mundo desenvolvido capitalista, bem como pela política que advém da emergência de poderosas elites locais que administram os efeitos contraditórios do subdesenvolvimento (HALL, 2003, p. 103).

Nessa perspectiva, os Estudos culturais perspectivados na crítica pós-colonial respondem também por um sujeito deslocado em diásporas e exílios, provocados intencionalmente por aqueles que mesmo no pós-independência se reorganizaram para dividirem o poder esquecendo-se da sua cultura e dos compromissos assumidos com os seus na luta anticolonial e por vezes frustrados nas alianças para a manutenção dos favores políticos e pela própria governação.

Ungulani Ba Ka Khosa contemporâneo às lutas de Moçambique seja pela sua libertação em 1975 e nas guerras civis assim como os atropelos de um governo independente que resvalou nas liberdades individuais, recria por sua literatura, leituras e representações agônicas dos moçambicanos que além das estiagens prolongadas e enchentes torrenciais, manifestações de uma natureza animal e vegetal que são contempladas em sua ficção na composição do espaço e das narrativas, também terá o moçambicano que conviver com os deslocamentos populacionais e ausência de uma política pública que ao menos tentasse práticas mais democráticas, ao contrário, passa a cindir a população em “afeitos e camaradas e aqueles que eram considerados inimigos da revolução”.

Vale destacar:

Moçambique, ou República de Moçambique, como é oficialmente designada, foi colônia do Império Português entre 1505 e 1975. Não é por acaso que a literatura moçambicana se desenvolveu em conformidade e depois em conflito com a influência do eurocentrismo; das religiões mundiais, o cristianismo e o islamismo; e do próprio

português, que ainda ofusca as línguas nativas, como o macua, o tsonga, o sena, entre outras. Durante o processo colonial, a aflição dos nativos foi retratada no âmbito textual e literário, abrindo espaço para a construção identitária pós-independência: a moçambicanidade, ou seja, uma característica ou qualidade própria da cultura e do povo moçambicano (SOARES; PARADISO, 2019, p.2).

Moçambique é descrito em suas múltiplas expressões linguísticas e culturais pela ficção de Ungulani Ba Ka Khosa. Sua literatura que narra também com especial interesse os sofrimentos e danos dos excluídos de Moçambique seja pela colonização, guerras civis e ausência de direitos humanos que lhes resguardassem a vida em meio aos escombros de uma nação que se descoloniza.

A literatura pós-colonial ocupa e representa um espaço de desconstrução das verdades impostas pelo poder colonial e também pelos nacionalismos exacerbados, aspectos verificáveis pelo texto ficcional que aponta para os discursos silenciados pelo medo e autoritarismo. Assim, em Ungulani Ba Ka Khosa a visitação à história e à memória de Moçambique confirmam as expectativas em relação ao papel da literatura:

Dentro das humanidades, a literatura ocupa seguramente o lugar ao mesmo tempo emblemático, mas também problemático, pois é aí onde mais se afirmam como elementos estruturantes e incontornáveis, além da ambiguidade e da imaginação, as incertezas, as inquietações, os conflitos, à pluralidade, a diversidade existencial, a não convencionalidade (NOA, 2015, p. 93).

A literatura carrega consigo a multiplicidade de cenários e enredos, nos quais os personagens sob o comando do autor reconfiguram, descontrolam e anulam histórias oficiais ou aquelas de via única de fala e opinião:

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios (HALL, 2003, p.109).

Quanto aos questionamentos dos seus narradores e personagens a recriarem os espaços em Moçambique colonial e pós-independência, confirma a intenção de Ungulani Ba Ka Khosa de visitar o passado histórico e dialogar com um presente também caótico, característica da Literatura pós-colonial, espaço de dissonâncias e desacordos entre aquilo que o colonizador deixou como herança nefasta e influenciou até mesma na governação no pós-independência nos aspectos de excessos à vigilância dos civis.

Em diálogo tenso com a história do seu país, os textos ficcionais de Khosa destoam da universalização às independências que poderiam sinalizar para reorganizações do território e melhores condições de vida para a população, é justamente o que não é visibilizado e à exemplo sugere-se o romance *Entre as memórias silenciadas* (2013) que narra a vida na reeducação em campos já até esquecidos na floresta e pessoas que nem parecem pertencer àquele país.

A crítica colonial nas obras de Ungulani Ba Ka Khosa: *Entre as memórias silenciadas*, *Gungunhana e orgia dos loucos*, nos compromete a ler e investigar através das obras, as relações da ficção de Khosa com a crítica colonial e pós-colonial a partir das narrativas em tempos históricos distintos mas que tem entre si o cariz daquilo que se apresenta como projeto literário do autor, ficcionalizar Moçambique em seus variados momentos históricos que vão desde a queda do Império de Gaza e seu último imperador até a implementação da reeducação em campos organizados no governo do pós-independência.

A Literatura Africana de Língua Portuguesa no que diz Pires Laranjeira (2001, p.185), tem apresentado em seus autores a narrativa a antecipação da nacionalidade atravessando diversos estágios de evolução, marca dos ficcionistas moçambicanos que em seus projetos literários revisitam a nação em seus variados momentos com suas histórias.

Em Moçambique, Ungulani Ba Ka Khosa entre outros autores cumpre à risca esse requisito ou característica muito comum às literaturas também produzidas nos outros países independentes e ex-colônias de Portugal, se ocuparem os autores em escrever sobre a nação em seus aspectos de reconstrução das identidades e imaginário ideológico.

As narrativas pós-coloniais ao apresentarem um outro modo de dizer sobre a cultura e história local, pois destoam da literatura colonial que se construía com base na representação do europeu civilizado e do africano como aquele perdido nas selvas e carente de civilidade. Ungulani Ba Ka Khosa autor que deve ser estudado e difundido pela crítica da cultura e literária, oferta uma contribuição aos moçambicanos e aos seus leitores estrangeiros uma leitura da sociedade moçambicana perpassada pelas guerras e pelos abusos da colonização, em sua ficção as metáforas da vida e da morte caminham juntas.

As lutas pela independência e a frustração com os governos independentes reforçam e confirmam a ideia de que em muitos países recém-libertos, as democracias ainda frágeis acabam por cometerem atrocidades e abusos sobre os quais a ficção se ocupa de recriar e apontar para reflexões sobre como tem se organizado esses espaços.

Nessa perspectiva, as relações que se dão entre as obras de Ungulani Ba Ka Khosa e a Crítica colonial/Pós-colonial, justificam as leituras que se pode realizar acerca da sociedade moçambicana e convocam às reflexões que se constroem após a visitação da sua ficção assim

como um convite também para conhecer da história factual de Moçambique, desde a colonização ao pós-independência pelo viés da literatura.

3.Considerações Finais

A leitura que se faz neste artigo das obras de Ungulani Ba Khosa, *Gungunhana, Orgia dos loucos e Entre as memórias silenciadas*, reitera a importância da história no entrelaçar e fazer da ficção.

Os costumes e narrativas de Moçambique são a razão dos temas tratados nas obras aqui citadas que vão desde o Império de Gaza, as vozes de um cotidiano permeado pela oralidade e modos de ser dos moçambicanos tanto em processo de colonização como na libertação pela ficcionalização da reeducação no Moçambique pós-independência.

Ungulani Ba Ka Khosa ao fazer oferecer recursos linguísticos, históricos e literários em sua ficção para a apreciação e leituras a partir da crítica colonial, funcionam os seus narradores como amplificadores da história social dos excluídos e marginalizados de Moçambique desde a colonização, processo violento que deixar marcas e emblemas negativos na cultura e na paisagem, seja ela urbana e caótica e no ambiente rural, o qual sendo o espaço de pertença das identidades e culturas de um mundo anterior à colonização, acaba por apresentar uma geografia do medo, seja pelo abandono das vilas que se mostram em ruínas e também pela implementação dos “campos de reeducação” nas florestas e lugares mais ermos o que se confirma em Teresa Manjate (2018,p.18), ao enunciar que o espaço para essas narrativas como categoria de análise, figura como signo ideológico, implícito ou explícito carregado de atributos de natureza social, econômica e histórica.

Seriam os espaços historicamente silenciados vistos na narrativa e recriados por Khosa para retratarem e refratarem tempo e memória, recuperando os interstícios da história que não são visitados por reterem em si lembranças ou reminiscências de dor e sofrimento causados pela colonização e pelas novas ordens de manutenção do poder em voga.

As obras aqui cotejadas são exemplificação das variadas culturas, situações e momentos históricos de Moçambique, os quais nos convocam a lermos os processos políticos que erigiram a nação moçambicana assim como quem teve participação e voz na construção desta sociedade, a qual não pode esquecer que já eram moçambicanos, que processo histórico ou político algum poderia os tornar moçambicanos, eles já ocupavam essa categoria e Ungulani Ba Khosa faz esse regresso à história, revive situações duras e graves para os moçambicanos, as quais são ficcionalizados nas obras aqui em debate.

Compreendemos e destacamos a importância da narrativa de Ungulani Ba Ka Khosa como crítica colonial, por tratar de assuntos que acenam para que não esqueçamos os agravos e violência colonial, que estejamos atentos para que processos virulentos e imbuídos de autoritarismos se imponham ao território moçambicano, causando desconforto e violência àqueles que foram subalternizados pelo processo de colonização, rebaixados e retirados da sociedade para espaços que cindiram os moçambicanos, entre os que estavam aptos para reconstruir a nação e os incapazes banidos e retirados abruptamente de suas famílias e da vida que tinham numa ato “justificado” na palavra reeducação.

Ungulani Ba Ka Khosa em sua ficção, convoca os leitores sejam eles moçambicanos ou estrangeiros a lerem e conhecerem pelas representações e recriações literárias o espaço moçambicano, o qual se apresenta com forte presença dos elementos sociais: história e memória, oralidade e as lutas pela libertação, tão necessários para que as sociedades se reconheçam e tragam das camadas mais profundas à superfície, os silêncios e as vozes obliteradas e que precisam serem ouvidas e conhecidas.

4.Referências bibliográficas:

FORNOS, José Luís. Pós-colonialismo e literatura: notas sobre a identidade na narrativa de Luís Cardoso. **Revista Antares: Letras e Humanidades**, Caxias do Sul, vol.5, n.10, p.116-133,2013.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Entre as memórias silenciadas**, Alcance, Maputo,2013.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Orgia dos loucos**. São Paulo, Kapulana, 2016. Série – Vozes da África.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Gungunhana; Ualalapi: as mulheres do imperador**. São Paulo, Kapulana, 2018. Série – Vozes da África.

LARANJEIRA, PIRES. Mia Couto e as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. **Revista de Filologia Românica**.Coimbra,185-205, 2001.

LEITE, Ana Mafalda. **Literaturas Africanas e Formulações Pós-coloniais**. Lisboa: Edições Colibri, 2013.

MATA, Inocência Pepetela: um escritor (ainda) em busca da utopia. **Revista Scripta**, Belo Horizonte, v.3, n.5, p. 243-259.1999.

MANJATE, Teresa. Entre memórias silenciadas de Ungulani Ba Ka Khosa e Virgem Margarida de Licínio de Azevedo: espaços e memórias. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**. Braga, v.6, n.1,2019, p.51-68.

MORAIS, Eliel Januário de. Ungulani Ba Ka Khosa e o fim dos mundos em Orgia dos loucos. **Metamorfoses**, Rio de Janeiro, vol.17, n.1, p. 223-234, 2020.

OWEN, Hilary. As mulheres à beira de um império nervoso na obra de Paulina Chiziane e Ungulani Ba Ka Khosa. **Via Atlântica**. São Paulo, n.17. p. 43-56, 2010.

NOA, Francisco. **Império, Mito e Miopia. Moçambique como invenção literária**. Col. Estudos Africanos. Editorial Caminho: Lisboa, 2002.

NOA, Francisco. **Perto do fragmento e da totalidade: olhares sobre a literatura e o mundo**. São Paulo: Kapulana, 2015.

PINHEIRO, Vanessa Rimbau. Entrevista com Ungulani Ba Ka Khosa. In: **Cânones e Perspectivas literárias em Moçambique**. (Org) PINHEIRO, Vanessa Rimbau. João Pessoa: Editora UFPB, 2021. p 205 – 229.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999.

SOARES, Emanuel Lima Silva; PARADISO, Sílvio Ruiz. O pós-colonialismo e a moçambicanidade: uma introdução à literatura de Moçambique. **Revista África e Africanidades**. Rio de Janeiro, n.32. p.1-10,2019.

THOMAZ, Omar Ribeiro. “Escravos sem dono”: a experiência social dos campos de **trabalho** em Moçambique no período socialista. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.51, N.1.p.177-214,2008.

Recebido em: 08/05/2021
Aprovado em: 22/07/2021



ISSN: 2595-5713
Vol. 04 | Nº. 7 | Ano 2021

Rafael Coca de Campos

NOS RASTROS DO GADO: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR DA PASTORÍCIA NO SUL DE ANGOLA, 1920- 1940

IN THE CATTLE TRACKS: AN INTERDISCIPLINARY APPROACH TO PASTORALISM IN SOUTHERN ANGOLA, 1920- 1940

RESUMO: Em palestra realizada no ano de 2004, o antropólogo Ruy Duarte de Carvalho levanta um problema inquietante: muitos dos conflitos violentos do continente africano envolvem populações pastoris. A literatura sobre o passado colonial, bem como o presente destas sociedades, em grande medida, corrobora a assertiva de Carvalho. Este artigo sugere caminhos de interpretação para a história política e social destes pastores, sujeitos cujas modalidades de relação com o gado, território e recursos naturais foram objeto de desprezo e violência desde o período colonial. Para isso, apresentam-se possibilidades de diálogo interdisciplinar entre antropologia e história, articuladas à uma análise de fontes que permitem interpretar de forma complexa as relações entre os agentes do governo colonial português e as populações pastoris das regiões sul e sudoeste de Angola, entre 1920 e 1940. Busca-se, por fim, contribuir para a uma reflexão sobre políticas capazes de integrar e fomentar diferentes mundos de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedades Pastoris; História da África; Colonialismo Português; Diálogos Antropologia e História.

ABSTRACT: In a lecture in 2004, the anthropologist Ruy Duarte de Carvalho raises a disturbing problem: many of the violent conflicts on the African continent involve pastoralist populations. The literature on the colonial past as well as the present of these societies largely corroborates Carvalho's assertion. Starting from this problem, this article suggests paths of interpretation for the political and social history of these pastoralists, subjects whose modalities of relationship with cattle, territory, and natural resources have been the object of contempt and violence since the colonial period. To this end, we present possibilities for interdisciplinary dialogue between anthropology and history, articulated with an analysis of sources that allow us to interpret in a complex way the relations between agents of the Portuguese colonial government and the pastoralist populations of the south and southwestern regions of Angola, between 1920 and 1940. Finally, we seek to contribute to a reflection on policies capable of integrating and fostering different life worlds.

KEY WORDS: Pastoralist Societies; African History; Portuguese Colonialism; Dialogues between anthropology and history.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

NOS RASTROS DO GADO: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR DA PASTORÍCIA NO SUL DE ANGOLA, 1920- 1940

Rafael Coca de Campos¹

Introdução

Em palestra realizada no ano de 2004,² organizada pela Casa das Áfricas em São Paulo, o antropólogo Ruy Duarte de Carvalho reforça uma inquietante hipótese de pesquisa, anteriormente apresentada em sua obra *Vou lá visitar pastores...*: Em África, afirma, grande parte dos conflitos violentos envolviam, à época, populações pastoris. De acordo com este pesquisador, as sociedades pastoris estiveram, ao longo da história, em constante tensão com sociedades sedentárias. Este estado de coisas teria sua origem no conflito entre formas radicalmente diferentes de ocupação do território e uso dos recursos naturais, bem como no consequente desenvolvimento de configurações jurídicas diferentes (CARVALHO, 1999, p. 25). Do nosso ponto de vista, a despeito do caráter aparentemente essencialista desta análise, ela propõe percursos de investigação bastante proveitosos, na medida em que, de fato, diversos estudos têm apontado para as tensões entre estados coloniais e pós-coloniais e populações pastoris presentes nos territórios sob sua jurisdição (SCHLEE, 2013).

Tendo em vista os debates introduzidos pelos intelectuais dos estudos subalternos, pelos estudos pós-coloniais e por certas correntes da antropologia, gostaríamos de explorar, neste artigo, as possibilidades de contribuição da disciplina histórica para a compreensão de fenômenos sociais envolvendo sociedades pastoris. Neste sentido, nos orientamos para um esforço de desvelar, nas palavras de Dipesh Chakrabarty, distintas perspectivas de “solidariedade humana” (CHAKRABARTY, 1999, p. 59). Ora, se as sociedades pastoris africanas constituíram, e, em grande medida, ainda constituem, um problema para os estados coloniais e nacionais, há de se questionar em que medida estes modos de existência e solidariedade humana se relacionam com as formações sociais em seu entorno. Tomando como ponto de partida a ideia de que todas as sociedades são sistemas sociais no tempo, ou seja, que, de acordo com Jean e John Comaroff, caracterizam-se por um conjunto ao mesmo tempo coerente e mutável de signos, práticas, códigos e relações (COMAROFF; COMAROFF, 2016, p. 33), devemos também atentar para as atitudes dos indivíduos e grupos face a processos de transformação. Entretanto, acreditamos dever buscar as referências para essa análise, na medida do possível, no universo social dos

¹ Mestre em História Social da África pela Universidade Estadual de Campinas; Doutorando em História Social da África na Universidade Estadual de Campinas. Pesquisa financiada pela CAPES rufosa2014@gmail.com

² Palestra disponível em <http://acervoafrika.org.br/video/comentarios-sobre-a-obra-vou-la-visitar-pastores/>. Acessado em 20/09/2021.

próprios pastores, situando-as em relação às categorias, análises e narrativas elaboradas por agentes mais ou menos hostis aos seus modos de vida e de transformação.

Nosso argumento está organizado em três seções: na primeira delas, apresentaremos e mobilizaremos uma bibliografia que compreende a antropologia, os estudos subalternos, a chamada “história vista de baixo” e, por fim, suas reverberações nos - e diálogo com- os debates africanistas. Na segunda seção, analisaremos a implementação do projeto de ocupação espacial da região sul de Angola durante finais da década de 1920 e início da década de 1930, buscando evidenciar os mecanismos através dos quais instâncias distintas do poder colonial português tentaram organizar e controlar o espaço e as pessoas, delineando desde já os discursos e categorizações que recaíam sobre os pastores. Ao final, pretendemos apresentar as racionalidades que acionavam a reprodução e a mudança social no seio dos grupos pastoris, no intuito de apreender como suas relações com o espaço, tempo e recursos naturais moldavam não só suas práticas e símbolos internos, mas o próprio sistema social colonial no qual estavam inscritas. Acreditamos que esse procedimento possa não somente tornar familiar o que é estranho, mas, como propõe os Comaroffs, também tornar estranhas e questionáveis algumas das premissas que serviram de base para o projeto supostamente racional de ocupação e organização territorial, econômica e social levado a cabo no sul de Angola (COMAROFF; COMAROFF, 2013, p.42).

I- Inventar a nós, descobrir o outro: cruzamentos entre antropologia e história

Há algumas décadas, os historiadores começaram a atentar para as possibilidades de um diálogo interdisciplinar com a antropologia. Por um lado, importantes nomes da chamada história cultural, como Robert Danton e Carlo Ginzburg, exploraram a preocupação dos antropólogos com os fenômenos da esfera da cultura, buscando definir práticas e símbolos compartilhados por sujeitos inscritos numa mesma formação social (DARTON, 1986; GINZBURG, 1988). Uma aproximação sensivelmente distinta se produziu entre historiadores da história social, a qual se propunha menos a adotar conceitos e modelos confeccionados no seio da antropologia do que a empreender um esforço de estranhamento em relação às formações sociais do passado, recorrendo à esta disciplina como que em busca de possibilidades de fecundação e sofisticação de análises devotadas a temas como símbolos, rituais, mitos etc.

Do ponto de vista da história social, nos parece evidente que se logrou produzir um estranhamento analiticamente muito fecundo entre a sociedade da qual os historiadores fazem parte e suas contrapartes situadas no passado. Tal como a antropologia estabelece, reconhece e se debruça sobre a diferença sincrônica, os historiadores também operam através da diferença diacrônica. As sociedades do passado, seus agentes, rituais, formações institucionais, sua visão

de mundo e as formas culturais de seus conflitos emergem, nos trabalhos de historiadores como Natalie Zemon Davies e Edward Palmer Thompson como territórios estranhos, cujos códigos devem ser apreendidos através das coordenadas fornecidas pelos próprios contextos analisados (DAVIS, 1987; THOMPSON, 1998). Pode-se afirmar, portanto, que a partir do reconhecimento dos procedimentos metodológicos da antropologia, a disciplina história também passa a se atribuir o objetivo de sondar e compreender a diferença.

A disciplina antropológica, por outro lado, foi também profundamente afetada pela inscrição, em seus procedimentos de análise, da mudança social ao longo do tempo. Grosso modo, ainda que possam ser assinaladas algumas exceções, as vertentes estruturalista e funcional- estruturalista que vigoraram durante mais da metade do século XX, propunham uma visão determinista das sociedades estudadas. A antropologia propunha-se a analisar, então, formações humanas que se considerava, em contraposição às sociedades ditas “ocidentais” ou modernas, frias ou primitivas. Deste ponto de vista, os modos de reprodução social, institucional e cultural ocupavam a preocupação dos antropólogos. Havia, então, uma espécie de divisão do trabalho intelectual, de modo que, a partir sobretudo dos processos de descolonização, na década de 1950, os processos de mudança social em sociedades tidas como primitivas, tribais e etc. passassem a ser reconhecidos, porém, em virtude de agentes externos, referidos a um modo de vida e desenvolvimento ocidental, fossem tais agentes nomeados como industrialização, urbanização ou modernização. Dessa forma, a antropologia passa a enfrentar uma crise epistemológica, muito em virtude do potencial desaparecimento das formações sociais que constituíam seu objeto de estudo privilegiado (COOPER, 2005).

É interessante notar que, de acordo com Frederick Cooper, durante as primeiras décadas após as independências coloniais africanas, tanto intelectuais marxistas quanto seus congêneres liberais apostavam- pela crítica ou pela exaltação- no triunfo de modelos ocidentais de organização social, fossem eles o capitalismo e o livre mercado ou o socialismo. O ponto de convergência, entretanto, residia na crença da superação das práticas e símbolos sociais considerados primitivos, e a consequente adoção de formas de relações produtivas, políticas e sociais tidas como modernas (COOPER, 2005, p.36). Do ponto de vista das ciências humanas, de forma geral, vigorava um paradigma que se pode, talvez, apresentar como dualista, baseado em contraposições entre primitivo/moderno, cultural/social, rural/urbano e etc.

Estes percursos disciplinares, atravessados e abalados pelas profundas transformações ocorridas ao longo do século XX, contribuíram sobremaneira para a aproximação entre os estudos dedicados à cultura, à reprodução social, e os estudos dedicados à mudança. Isto, em grande medida, porque nem a história conseguia dar conta da persistência incômoda de práticas sociais que deveriam ter sido subsumidas pela globalização e pela expansão capitalista, nem a

antropologia era capaz de ignorar que a cultura, as práticas e os símbolos estavam sujeitos à transformação ao longo do tempo. Assim, de acordo com Jean e John Comaroff:

(...) não obstante as alegações da teoria da modernização – dos dependistas marxistas ou dos modelos de “modos de produção” – as forças globais atuaram sobre formas e condições locais de modos imprevistos, transformando estruturas conhecidas em híbridos estranhos. Os resultados de nossas próprias investigações demonstraram que a incorporação dos negros sul africanos a uma economia mundial não teve simplesmente o efeito de corroer a diferença ou de gerar mundos racionalizados e homogêneos. O dinheiro e as mercadorias, a aprendizagem da escrita e a cristandade desafiaram símbolos locais, ameaçando convertê-los em moeda universal. Entretanto, justamente porque a cruz, o livro e a moeda eram signos tão saturados, foram reempregados, de várias e engenhosas maneiras, como portadores de um grande número de novos significados na medida em que povos não-ocidentais – profetas tswana, guerreiros naparama e outros – moldaram suas próprias visões da modernidade (COMAROFF; COMAROFF, 2016, p.7).

Do ponto de vista da historiografia, como afirma Steven Feierman, poucos anos após os Comaroff, “os historiadores já não concordam com os assuntos sobre os quais eles deveriam escrever” (FEIERMAN, 1993, p. 167). O historiador aponta ainda para uma mudança significativa no seio da disciplina, uma vez que “as histórias excluídas anteriormente não apresentam somente novas informações para serem integradas às narrativas mais amplas, elas levantam questões sobre a validade da própria narrativa” (FEIERMAN, 1993, p. 169).

Temos, por um lado, a antropologia buscando dar conta das formas particulares através das quais uma pretensa modernidade é compreendida, reconfigurada e ressignificada a partir de contextos locais. Por outro, os historiadores tencionam a própria viabilidade de seus procedimentos narrativos, quando convocados a organizar outras temporalidades e percepções de espaço e tempo. Em ambos os casos, gostaríamos de argumentar que se trata de uma tentativa de lidar com a diferença, ou seja, de verificar- e, quem sabe, superar- os limites entre os instrumentos de análise a disposição dos intelectuais e os objetos que elegem ou inventam.

Se as certezas compartilhadas pelos estudiosos foram abaladas pelas frustrações que o processo histórico impôs às expectativas teóricas e epistemológicas, algumas tentativas foram feitas no sentido de tecer instrumentos de compreensão mais precisos e compatíveis com os desafios enfrentados. Nosso objetivo neste artigo é menos apresentar uma minuciosa reflexão sobre as diversas implicações da aproximação entre antropologia e história do que buscar, a partir de algumas posições intelectuais que nos parecem particularmente fecundas, propor possibilidades de análise que sejam pertinentes para nosso objeto de pesquisa. Ainda, da nossa perspectiva, é importante para o historiador definir qual o escopo político de sua pesquisa, ou seja, ser capaz de elaborar com clareza as razões pelas quais definiu um objeto específico, para além da mera curiosidade intelectual. Com efeito, nos parece particularmente importante, uma

vez que comprometidos com a história social da África, ter em mente o que o historiador Dipesh Chakrabarty denomina “possibilidades de solidariedade humana”, as quais não se restringiriam ao estado moderno enquanto modelo de organização política.

Em sua obra sugestivamente intitulada *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*, Chakrabarty argumenta que, a despeito de a história vista de baixo, inaugurada por historiadores como E.P.Thompson e Eric Hobsbawm, ter logrado legitimar estudos voltados para as experiências de grupos socialmente marginalizados, não promoveu a crise necessária no seio da disciplina. Desta perspectiva, as histórias destes grupos e indivíduos, apesar de recuperadas, teriam sido constrangidas a integrar uma mesma grande narrativa, ainda marcada por uma concepção ocidental mundo. Teriam se tornado, em suas palavras “meros exemplos aditivos de 'boa história”, socialmente respeitáveis e democráticas (CHAKRABARTY, 2005, p. 210 –). Estas histórias, assim integradas e homogeneizadas, corresponderiam, de acordo com o historiador, a narrativas que contribuiriam para compor uma justificativa e validação de um tipo de formação política específica, qual seja, o estado nação e todas as prerrogativas que dele decorrem. Tal processo se daria, portanto, às custas de todo o potencial politicamente transformador das experiências das minorias sociológicas, uma vez que:

(...) a democracia requer que grupos até agora negligenciados contêm as suas histórias, e estas diferentes histórias coincidem no que respeita à aceitação de regras racionais e comprovativas. Incorporadas com sucesso, 'as histórias de minorias' podem ser comparadas a revolucionários de ontem metamorfoseados em executivos de hoje. O seu sucesso levou a que a inovação se transformasse em rotina (CHAKRABARTY, 2005, p. 213).

Para Chakrabarty, com efeito, a “escrita da história pressupõe modos plurais de estar no mundo” (CHAKRABARTY, 2005, p.215). É certo que, a despeito do aspecto sedutor de seu argumento, o autor não logra apresentar propostas analíticas concretas, capazes de dar conta do impasse disciplinar que delineia. Aproxima-se disso somente quando apresenta exemplos concretos, como em sua releitura da célebre análise de Ranajit Guha (1994) sobre a revolta dos Santal. Argumenta, assim, que se Guha cria uma metodologia bastante sofisticada para compreender a experiência de grupos subalternos a partir de uma interpretação crítica de fontes produzidas pelas autoridades britânicas, sua análise acaba por desconsiderar um elemento constitutivo desta experiência, qual seja, o fato de que os revoltosos alegavam a interferência direta do deus Thakur. Ora, para Chakrabarty, os Santal, ao imputar as raízes do processo a um deus, recusavam qualquer “agencialidade ou subjetividade”. O paradoxo do argumento de Guha, portanto, é assim formulado:

que significa então levar-se a sério as visões do subalterno- que atribui a agencialidade de sua revolta a um deus qualquer- e, ao mesmo tempo, querer atribuir agencialidade ou subjetividade ao subalterno, na sua história própria, estatuto esse que é desmentido pela afirmação do próprio subalterno ? (CHAKRABARTY, 2005, p. 218).

A partir deste argumento, o autor nos apresenta a reflexão que importa ao objetivo deste artigo: a história de grupos marginalizados deveria preservar uma heterogeneidade, um duplo movimento, a partir do qual, por um lado, se tornaria possível historicizar os sujeitos a partir de um gesto de antropologização, de análise, e, por outro, se criaria a possibilidade de que tais sujeitos abrissem “ possibilidades aos nossos próprios mundos-da-vida” (CHAKRABARTY, 2005, p.229). A questão, como estabelecemos acima, é constitutivamente analítica e política. Se a história deve tecer objetos de estudo, resgatar passados e experiências marginalizadas ou relegadas ao esquecimento no seio de narrativas produzidas por uma epistemologia provinciana, qual deveria ser sua postura diante das diversas formas de estar no mundo reveladas por estas experiências?

Tendo em vista que a resposta a essa pergunta impõe um profundo respeito pelas práticas e símbolos dos sujeitos e grupos estudados, reforça-se a relevância do diálogo entre a história e antropologia. Já na década de 1970, o antropólogo Roy Wagner formula uma proposta que vem de encontro à nossa preocupação, ao propor que os antropólogos abandonem os termos “análise” ou “exame” e passem a considerar que o intelectual se coloca numa relação com as pessoas e sociedades que estuda (WAGNER, 2012, p.40). Isto implica admitir o fato de que a antropologia está necessariamente ancorada em um tipo de convenção social radicalmente distinta daquela dos sujeitos que estuda, de tal forma que não pode senão inventar o seu objeto enquanto objeto, correspondendo esse processo a uma significativa redução e simplificação. A ciência, os modos de conhecer gestados no seio da convenção ocidental, argumenta Wagner, devem supor uma determinada relação entre natureza e cultura que não passa de uma invenção arbitrária, a partir da qual se pode estruturar a ideia de que todas os grupos humanos possuem uma cultura, e através dela se relacionam com a natureza. Porém, de acordo com autor, muitas das sociedades estudadas pelos antropólogos consideram a própria natureza de um ponto de vista antropomórfico, como sendo impregnada de agência, enquanto o campo da cultura se apresenta como o campo da convenção, e não da ação humana. Assim, a própria noção de que os homens atuam na esfera de uma cultura, em oposição a uma natureza que se apresenta enquanto conjunto de regras fixas, reconhecíveis e imutáveis, seria um produto da visão ocidental, profundamente incompatível com outras formas de estar no mundo (WAGNER, 2012).

Wagner defende, com efeito, uma posição que nos parece muito similar à proposta aventada, anos depois, por Chakrabarty no âmbito da disciplina histórica. Nas palavras do antropólogo:

A ética e as metodologias do trabalho de campo devem se tornar 'transparentes' para a criatividade sob estudo. Devemos subordinar pressupostos e preconceções à inventividade dos 'povos estudados', *de modo a não esvaziar sua criatividade de antemão no interior de nossa própria invenção*. E a apresentação da 'literatura' antropológica como 'fato', 'dados' ou 'conhecimento' precisa ser moderada pelo tipo de interpretação [...] que traga à tona a fascinante e mútua invenção do tanto do antropólogo quanto do 'nativo' (WAGNER, 2005, p.362. Grifos no original).

Também Jean e John Comaroff se aproximam desta perspectiva, na medida em que sustentam a necessidade de, simultaneamente, interpretar a particularidade das formas através das quais determinados grupos lidam com os efeitos de uma chamada modernidade, e mobilizar o estranhamento e a dúvida como instrumental antropológico para compreender as dimensões simbólicas e ideais das sociedades das quais os antropólogos provém (COMAROFF; COMAROFF, 2016, p.7). A partir da articulação entre propostas analíticas gestadas tanto no âmbito da antropologia social e cultural, quanto da história social, acreditamos que seria possível refletir sobre uma metodologia de trabalho que, colocando radicalmente em questão os seus próprios pressupostos teóricos e políticos, abra espaço para a fecundação do pensamento e da prática por sistemas de interpretação da realidade que não podem ser reduzidos aos sistemas de investigação acadêmicos.

Ao apresentarmos esta reflexão, não podemos deixar de assinalar que existe uma linha muito tênue entre a fecundação pelo Outro, por um lado, e uma certa exotização e reificação da diferença, por outro. Desta forma, buscamos nos inscrever junto ao esforço desempenhado pelos Comaroff em obra recente, sugestivamente intitulada *Teoria a partir do sul*. Aqui, os autores se valem de um conjunto de aportes disciplinares distintos, que vão da antropologia à economia, buscando entender de que forma os processos que se desenvolvem nas regiões consideradas marginalizadas são em verdade constitutivos das transformações operadas na Europa e nos Estados Unidos (COMAROFF; COMAROFF, 2013, p.7). Ou seja, não se trata de cristalizar artificialmente sociedades no tempo e no espaço, de modo a poder daí derivar soluções pristinas, puras ou imaculadas- procedimento típico do que Wagner designa, criticamente, como “invenção da cultura”- mas sim de apreender múltiplos sentidos e possibilidades de transformação que não se reduzem a expectativas teleológicas, as quais tem como fim o surgimento de um estado nação ancorado em uma percepção vazia e homogênea do tempo (ANDERSON, 2008). Como afirma o historiador Frederick Cooper, “ênfatisar a abrangência da imaginação política em uma era

anterior- e analisar como e porque diferentes formas foram viabilizadas e outras excluídas- deveria nos ajudar a enxergar as possibilidades abertas hoje, bem como os constrangimentos que as impedem. ” (COOPER, 2000, p. 67). Será sobre possibilidades e constrangimentos impostas aos - e, por que não, expostas pelos- pastores do sul de Angola, que falaremos nas próximas sessões.

II- Pecuária e pastorícia

A despeito da presença de núcleos coloniais europeus no sul de Angola desde, pelo menos, meados do século XIX, foi somente com a penetração militar em finais do século que os portugueses lograram, pouco a pouco, interiorizar um tipo de autoridade política sistemática na região. Caracterizada pela aridez de grande parte dos solos, escassez e instabilidade pluviométrica, e por uma baixa densidade populacional, esta porção da colônia apresentava, sobretudo no interior, perspectivas pouco promissoras para fins de exploração econômica. A não ser, talvez, por um detalhe significativo: a presença de vastas manadas de gado. Sabe-se muito pouco sobre os primeiros esboços de exploração pecuária na região, uma vez que as primeiras instituições devotadas à pecuária surgem em meados da década de 1920, sendo providas dos recursos materiais necessários somente no início da década de 1930. A partir de então, ganha importância na região a atuação dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola.

Desde 1930, ano em que começa a ser publicada a revista *Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola*, os veterinários explicitam o potencial econômico inexplorado do armamentio do sul da colônia. Nas palavras de J.J. Leite Velho:

-O distrito da Huíla é rico de bois e poderia ser muito rico em cereais; apesar disso a escassez da chuva provoca a fome. A superabundância de bois, com um valor comercial reduzido e uma exportação emperrada, provoca uma crise difícil de resolver, mal que asfixia uma das principais riquezas da colônia (VELHO, 1930, p.162).

Em 1932, o veterinário Emílio Victor Martins, ao enaltecer as possibilidades da exploração pecuária, tece uma relação entre este ramo de atividade e as características geomorfológicas da região:

De solo arenoso em quase toda a sua superfície- ela não será, talvez, mais do que uma cunha que se vai esbatendo para o deserto de Calaári- esta região a um único ramo de atividade humana pode reagir: a indústria da criação de gado. A agricultura, só em zonas muito limitadas se poderá fazer e, aí mesmo, exclusivamente com caráter experimental; a natureza do solo, as irregularidades

do sistema pluvioso, a grande distância dos centros consumidores, afastam toda e qualquer possibilidade de exploração agrícola. (MARTINS, 1932, p.151).

Através destas duas citações, podemos perceber dois topos narrativos que estabelecem as bases de boa parte das descrições coloniais sobre a região, quais sejam, a presença de grandes rebanhos de gado ainda por explorar e as limitações econômicas impostas pelo rigor das condições naturais. O gado, nestas narrativas, situa-se em um espaço territorializado sob o signo da escassez e da incompletude, uma vez que se considera que a mera abundância de animais não configura, por si só, um indicativo de prosperidade ou de viabilidade econômica. E a ideia do sul de Angola como um território por fazer, à revelia das manadas de gado, deriva em grande medida do fato de que, na região, a criação de animais era uma atividade desempenhada fundamentalmente por pastores africanos. Ou seja, do ponto de vista do olhar e dos projetos coloniais elaborados para a região durante a década de 1930, existia uma relação importante entre espaço, recursos e pessoas.

O projeto de exploração pecuária da região pressupunha a integração dos pastores africanos enquanto criadores subordinados a proprietários europeus, ou, ainda, enquanto agentes de comércio capazes de abastecer os setores de exportação de carne em uma base regular. Deste ponto de vista, a criação de gado era compreendida, pelos agentes coloniais, como uma prática eminentemente econômica, sendo o gado equiparado a uma *commodity* e os pastores a meros produtores de carne para o mercado europeu. De acordo com o Ministro das Colônias, em decreto de 1932, versando sobre a concessão de terrenos para a exploração pecuária:

Todo o sul de Angola, pode-se dizer em resumo, tem o seu futuro ligado aos progressos da pecuária. Escreveram técnicos autorizados que muitas regiões só na criação de gado poderão se aproveitadas durante largos anos. Das populações angolanas uma grande parte tem na pastorícia o seu melhor emprego, porque para ele a chama uma forte vocação natural: há vastas regiões onde todos são pastores ou criadores de gados. (MONTEIRO, 1932, p.160- 161).

O termo progresso presente nesta declaração assinala uma perspectiva de transformação nas relações sociais vigentes, baseada tanto na atuação dos técnicos quanto no aproveitamento de uma alegada vocação natural dos africanos para o trato com os animais. Como assinalamos acima, estas considerações são tecidas tendo como base uma série de pré-concepções a respeito dos sistemas sociais pastoris, sobretudo no que diz respeito à percepção da pastorícia como uma atividade inscrita- ou passível de ser inscrita- somente na esfera econômica da existência. É a partir desta imagem da pastorícia que os técnicos e autoridades administrativas buscam organizar uma relação específica entre os africanos e o espaço do sul de Angola. O imperativo colonial de

ressignificação das relações entre pessoas e espaço fica evidente na proposta do veterinário Artur Almeida D'Eça, de 1932:

Realizar-se-á o aproveitamento de regiões impróprias para outras produções. Dar-se-á, a regiões afastadas das vias de saída para o litoral, onde o transporte da produção é caro e difícil, um produto rico, *que anda pelo seu pé*. Fixar-se-ão terras de pastagem, de grande influência no estabelecimento futuro do regime de terras, criando-se a noção de propriedade da terra, e não só do gado, como presentemente existe nos povos pastores. Provocar-se-á a fixação das tribos e a diminuição do nomadismo, com o estabelecimento, em melhores bases, da família e do estado social indígena. Do comércio do gado, portal meio ativado e metodizado, nascerá o aumento das necessidades, estimulá-lo-ão à agricultura dos gêneros de consumo próprio, fixando as suas lavras em locais certos e melhorando a produção com estrumes de curral (D'EÇA, 1932, p. 17).

Nos deparamos novamente com a oposição, assinalada por Ruy Duarte de Carvalho, entre sistemas sociais baseados na ocupação sedentária do espaço e sistemas sociais marcados pela mobilidade. Segundo o antropólogo, seria possível considerar o sul de Angola, durante o período colonial, como uma região de fronteira aberta, marcada por um vazio de jurisdição, sobre a qual diversos grupos reivindicavam prerrogativas sempre abertas ao conflito e à negociação (CARVALHO, 1999). Se configura, seguindo-se esta hipótese, uma situação colonial caracterizada por constantes disputas, acordos e arranjos entre os interesses dos agentes coloniais e as diversas populações cuja existência material e simbólica se associava à região. Para Duarte de Carvalho, um espaço se torna território na medida em que passa a ser objeto de simbolização e exercício do poder político e econômico. Em suas palavras:

Quando uma porção de meio geográfico [...] adquire os contornos de um espaço econômico, social, político ou de representação, afeto também, portanto, ao domínio do simbólico, passa assim a constituir-se como um espaço geográfico controlado, explorado, vivido e pensado, isto é, como uma porção de espaço social politicamente produzida. Esta a definição mínima de território (CARVALHO, 2008, p. 100).

Se pensarmos o sul de Angola durante a década de 1930 como um território, porém, marcado por uma dinâmica de fronteira aberta, podemos concluir que a construção social do espaço se inscrevia no processo de negociação e disputa entre os diversos agentes, africanos e europeus. Neste sentido, as ambições dos veterinários se organizavam em torno de noções como desenvolvimento econômico e social dos africanos, progresso material através do comércio e da criação de vias de comunicação, bem como a atenuação do sedentarismo africano e fomento do gosto pela propriedade privada como meio de transformação social. Como os veterinários percebiam, entretanto, a pastorícia?

Por vezes, as descrições dos veterinários sobre a pastorícia denunciam uma mistura de admiração e comiseração, dando a entender que tal sistema econômico impunha um modo de vida profundamente rigoroso, o qual determinava a totalidade da existência social dos pastores. Assim, em um relatório publicado na revista *Pecuária*, referente ao período em que atuou como Delegado de Sanidade Pecuária no sul de Angola, o veterinário Carlos Baptista Carneiro afirma que:

por natural instinto, o preto é pastor e criador de bois nas regiões onde é possível, fácil e compensador, criá-los; e cria e apascenta carneiros e cabras nas zonas onde só estes animais tem vida assegurada (...). A pastorícia dos bois é movimentada e ninguém melhor que os pastores deste distrito a conhece. E em busca sempre dos melhores pastos e da precisa água que tantas vezes escasseia, deslocam-se, permanentemente, estes povos, com a preocupação única de garantir ao seu gado a boa alimentação e a farta ração de água, esquecendo-se, inteiramente, do seu conforto físico, do natural comodismo do negro doutras terras, que passa a maior parte da sua longa vida, estendido numa esteira fofa, sorvendo do cachimbo o fumo áspero de um tabaco que intoxica.(...) Preocupa-se com o boi e atrás dele vivem, numa vida nômade, sem finalidade e sem outra aspiração que não seja a de ver o seu gado farto e dessedentado. (...) para sua alimentação nada mais é preciso que o leite que as suas vacas, diariamente, dão. É uma vida errante e trabalhosa a do pastor destas terras: ora falta água e para a conseguir é necessário rasgar a terra, a abrir cacimbas em profundidade grande até que o líquido aflore; ora é imprescindível fazer largos percursos para garantir aos seus gados a alimentação precisa (CARNEIRO, 1930, p.176).

A intervenção veterinária, portanto, articulada às perspectivas de desenvolvimento econômico da pecuária, tinham como subsídio a redução da pastorícia a um sistema de criação de gado que não só era entendido como improdutivo e rudimentar, como também responsável por impor flagelos à existência material dos próprios pastores. A historiografia recente sobre sociedades pastoris africanas propõe que, em diversos contextos, tanto do ponto de vista dos agentes do estado- colonial ou nacional- como de alguns estudos acadêmicos, os pastores são descritos como grupos conservadores, apegados a práticas irracionais de criação de gado, integrantes de um sistema social profundamente determinado pelas condições do meio ecológico (BOLLIG; SCHNEGG; WOTZKA, 2013).

Com efeito, ainda que a integração dos pastores como produtores fosse almejada pelos agentes coloniais, estes não percebiam as práticas sociais, simbólicas e as formas de percepção e uso do espaço das sociedades pastoris como um complexo integrado. O olhar colonial buscava discernir, no seio destes grupos, as práticas consideradas compatíveis com a exploração pecuária, e aquelas que, apesar de recorrentes, representavam um entrave ao seu desenvolvimento. Dentre estas últimas, destacavam-se o lugar simbólico e religioso do boi- que contradizia a noção do boi como *commodity* - e o nomadismo, percebido como uma forma primitiva de ocupação do espaço, a qual dificultava o recrutamento de trabalhadores e a cobrança de impostos.

Manifesta-se, na documentação veterinária, uma descrição simultaneamente compreensiva- na medida em reconhecia os méritos das sociedades pastoris quanto à criação de animais- e redutora- uma vez que supunha ser possível reconhecer e dissociar uma dimensão meramente econômica da pastorícia. Já em 1944, entretanto, o economista Karl Polanyi propunha que a possibilidade de dissociação entre a esfera do mercado e da produção e as outras esferas da vida social consistia em um ideal liberal, cujos esforços de efetivação conduziam a consequências catastróficas (POLANYI, 1944). De maneira análoga, o historiador Edward Palmer Thompson, em artigo sobre a sociedade inglesa do século XVIII, argumenta que as relações econômicas atendiam a imperativos morais constantemente negociados entre os diversos agentes envolvidos (THOMPSON, 1998). Portanto, seguindo as propostas analíticas apresentadas na primeira parte deste texto, podemos afirmar que, longe de buscar impor aos pastores uma dinâmica econômica meramente funcional, os veterinários, em verdade, se baseavam em um ideário que pressupunha a existência de uma esfera da vida social, a economia, capaz de ser identificada, descrita e transformada.

Colocavam-se, seguindo a crítica de Roy Wagner, na posição de analistas das sociedades africanas com as quais estavam em contato, sem perceber, entretanto, que se relacionavam com elas a partir de concepções provincianas, na formulação de Chakrabarty. Sua proposta de territorialização do sul de Angola passava por um ordenamento econômico e produtivo, voltado para o desenvolvimento da indústria pecuária, por um lado, e para a inserção social dos africanos na sociedade colonial enquanto trabalhadores ou produtores, por outro. Esta perspectiva estava diretamente associada à redução dos animais a *commodities* e das pessoas a força de trabalho. Para os efeitos deste artigo, são estes os aspectos do projeto veterinário que devem ser destacados, para que possamos, na próxima sessão, analisar como estes se relacionavam com as percepções africanas de gente, espaço e bois.

Infelizmente, o historiador encontra grandes dificuldades quando se trata de compreender quais foram os reais efeitos dos contatos entre os veterinários e as populações pastoris. A despeito da sofisticação etnográfica da documentação por eles produzida, as constantes tensões e conflitos violentos que caracterizaram as relações entre os pastores africanos e outros setores da sociedade colonial, como os colonos e o exército, impuseram profundas dificuldades aos esforços daqueles funcionários. Entretanto, podemos afirmar com segurança que, mesmo passados trinta anos da atuação destes últimos no sul de Angola, a pastorícia africana ainda predominava como sistema de criação de animais na região, para espanto de alguns agentes coloniais (MENDES, 1958). Do ponto de vista de uma história social sensível à antropologia, cabe perguntar de que maneira a tenacidade deste sistema se relacionava ao universo social daqueles que o constituíam.

III- O complexo, ou a complexidade, do gado

Em 1926, o antropólogo Melville Herskovits publica um artigo que se tornaria central para o debate a respeito do lugar do gado nas sociedades pastoris africanas. Nele, buscava definir traços culturais comuns entre diversas formações sociais da África oriental, argumentando que, nestas, o gado tinha uma importância cultural e simbólica fundamental (HERSKOVITS, 1926). O limite da análise apresentada por Herskovits é justamente a cristalização destas características no tempo, ou seja, a alegação de que seriam características intrínsecas às - e não histórica das sociedades por ele estudadas. Neste sentido, sua perspectiva, ainda que bastante sofisticada, se mostra convergente com aquela apresentada pelos veterinários presentes no sul de Angola, analisada na sessão anterior. Reforçava, assim, a noção, segundo a qual, estes sistemas sociais eram determinados pela sua relação cultural com o gado.

Durante o período colonial, muitos dos antropólogos que se dedicaram ao estudo de sociedades africanas levaram a cabo seus trabalhos em estreita colaboração os interesses do poder metropolitano. Assim, análises como a de Herskovits, ou mesmo o famoso estudo de Evans-Pritchard sobre os Nuer, podem ser lidos como esforços de compreensão de estruturas sociais sobre as quais se visava estabelecer formas eficazes de controle (EVANS- PRITCHARD, 2005). Posteriormente, com as crescentes críticas movidas contra o sistema colonial, sobretudo com as possibilidades de mudança assinaladas com as primeiras independências- como argumentamos acima- os intelectuais dedicados aos contextos africanos passam a perceber os elementos culturais antes estudados pelos antropólogos como reminiscências que tenderiam a desaparecer com os processos de modernização do continente. Acreditamos, entretanto, que, levando em consideração estas duas perspectivas, quais sejam, o esforço de compreender os princípios de organização das sociedades africanas e as transformações experimentadas ao longo do tempo, seja possível perceber que a mudança depende fundamentalmente de características particulares dos contextos sociais nos quais ocorrem.

Esta afirmação pode parecer um truísmo superficial aos olhos de um historiador. Contudo, se levarmos em consideração as propostas epistemológicas apresentadas na primeira sessão, somos obrigados a levar muito a sério a forma pela qual os sujeitos estudados não somente experienciam a mudança, mas também a promovem. Antes de adentrar no caso dos pastores do sul de Angola, gostaríamos de apresentar rapidamente um exemplo que ilustra com precisão o nosso argumento.

Em sua obra *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*, de 1937, Evans-Pritchard analisa um mecanismo social bastante singular entre os Zande. Nesta sociedade, argumenta o

antropólogo, eventos socialmente disruptivos ou desagradáveis como mortes, doenças, lesões etc. são interpretados como produto da ação humana, mais precisamente, do esforço humano em manipular a seu favor as forças e entidades do universo espiritual (EVAS- PRITCHARD, 2005). Deduz, portanto, que se trata de uma sociedade na qual a causalidade nunca é arbitrária, podendo sempre ser referida a um determinado agente e a uma determinada vontade. Este tipo de fenômeno era bastante recorrente em diversas sociedades africanas e recebia comumente o nome de feitiçaria. Encarado como uma prática primitiva e arcaica, supunha-se que seria um dos primeiros elementos a serem abandonados quando da implementação de instituições e modos de vida modernos, baseados numa concepção cristã ou laica do mundo.

Ocorre que, ainda hoje, a despeito das profundas transformações verificadas no continente africano, a feitiçaria e a visão de mundo na qual se sustenta, constituem um elemento fundamental para a vida social (GESCHIERE, 1995). Ora, não é exatamente com o espanto causado pelos guerreiros moçambicanos Naparama, cujas pinturas os tornavam a prova de balas, que os Comaroff tomam a iniciativa de escrever o seu artigo mencionado na primeira sessão, em 1991 (COMAROFF; COMAROFF, 2016, p.4) ? Ainda, segundo Harry West, no planalto de Mueda, em Moçambique, as expectativas das pessoas em relação à atuação do estado passa necessariamente pelas medidas a serem adotadas no sentido da gestão do “mundo invisível” (WEST, 2009). Não podemos nos contentar, portanto, em tratar alguns processos sociais inesperados simplesmente como um limite das transformações operadas, mas sim como parte constitutiva delas. O exemplo da feitiçaria não é fortuito, uma vez que a visão de mundo segundo a qual os processos tidos pela racionalidade ocidental como naturais habitam um universo antropomórfico é, para Roy Wagner, a base a partir da qual a mudança social ocorre em algumas sociedades.

No contexto da década de 1930 e início da década seguinte no sul de Angola, nos deparamos com uma situação que remete a esta problemática. Após a derrota dos Kwanyama, em 1917, os portugueses se convencem de que as populações da região não mais oporiam resistência significativa ao desenvolvimento do projeto colonial. Entretanto, ainda em 1930, se deparam com um problema cuja resolução parecia particularmente trabalhosa, qual seja, o roubo de gado. Muitas das populações da região eram acusadas de roubar gado umas às outras, bem como aos colonos. Em 1940, após inúmeros esforços malogrados no sentido de coibir esta prática, as autoridades portuguesas recorrem a uma expedição militar de vulto contra uma destas populações pastoris, denominada, Mucubais.

É interessante notar que, do ponto de vista das autoridades, havia um mucubal em particular responsável pelo estado de insubmissão dos pastores e este homem é apresentado como Chinducuto. Já em 1934, podemos ler em um relatório referente a uma ação de repressão

movida pelos portugueses, que a fama do “célebre Chinducuto”, “que vive de latrocínios”, determinou “ a organização da diligência”.³Em 1940, este é referido como o suposto chefe de uma rebelião entre os mucubais. Para os portugueses, portanto, a prisão de Chinducuto significava o triunfo sobre um dos principais líderes da insurreição mucubal.

Entretanto, de acordo com Ruy Duarte de Carvalho, baseando-se nas informações concedidas pelos kuvale,⁴em 1990, “Tyindukutu não foi um general liderando insubmissões nem rebeldias, que de fato não existiram, mas um *dyai* ” (CARVALHO, 1999, p.81). Assim, “ a um *dyai* não lhe interessam essas—guerras gerais. O serviço do *dyai* é ir agarrar os bois que o espírito dele, o *ohande* que recebeu de algum mais- velho da sua família antepassada, lhe está a mandar ir roubar” (CARVALHO, 1999, Idem, p.85). A função social deste célebre mucubal estava, a crermos no argumento do antropólogo, associada ao universo das prestações culturais relacionadas aos ancestrais. Era, assim, especialista no roubo de gado, mas não de qualquer animal, e sim daqueles que lhe eram designados em situações muito precisas. O caso de Tchinducuto ilustra em que medida a responsabilização coletiva dos mucubais pelos roubos de gado na região se configurava a partir de uma elaboração ideológica baseada em dados e informações absolutamente precários. O principal líder da suposta insurreição a ser reprimida, muito possivelmente, não estava nem um pouco preocupado em sublevar a sociedade da qual provinha, uma vez que comprometido com as demandas a si atribuídas pelos seus ancestrais.

Encontramos aqui um elo entre a pastorícia, por um lado, e a crença na agencialidade designada a partir de uma estreita relação com o universo sobrenatural, por outro. Para Duarte de Carvalho, entretanto, o boi possuía entre estes africanos estatutos diversos, podendo ser compreendido como boi ecológico, boi econômico e boi sociológico. Esta última característica estava intimamente associada à inscrição dos animais no seio das relações sociais entre as distintas linhagens e entre os sujeitos que as compunham, bem como no âmbito das interações com o universo espiritual. Por outro lado, os animais perfaziam mecanismos de adaptação social e econômica a um meio natural absolutamente desprovido de recursos básicos, como água e fontes de alimento. É evidente que estes três estatutos associados aos bois estavam intimamente articulados, sendo a sua separação uma mera conveniência analítica. Contudo, eles nos facultam perceber em que medida as práticas a que poderíamos designar de econômicas entre estes pastores estavam longe de ser irracionais, a despeito de dependerem da gestão do universo espiritual.

³ Relatório de inquérito sobre a região mucubal, sua administração e as relações entre funantes e mucubais. Arquivo Histórico Militar de Lisboa, Divisão 2/ Seção 2 /Caixa 66/ Documento 1

⁴ Ruy Duarte de Carvalho se refere com maior frequência aos seus interlocutores como kuvales, os quais seriam os descendentes das pessoas designadas mucubais no vocabulário do arquivo colonial. Entretanto, é evidente ao longo de toda a obra do autor o fato de que ambas as designações são utilizadas pelos pastores ao referirem-se a si mesmos na década de 1990.

Pelo que pudemos perceber, contudo, os agentes coloniais, tanto veterinários quanto os militares responsáveis pela repressão, eram incapazes de conceber que um tal sistema funcionasse de maneira integrada e relativamente coerente. Não se atentava para o fato de que as intervenções no sentido do desmembramento e exploração de uma suposta esfera econômica autônoma representava, para os pastores, uma violência assombrosa, que punha em questão uma perspectiva de mundo na qual a gestão do universo espiritual era absolutamente central.

Por outro lado, sobretudo as populações exclusivamente pastoris, como os mucubais, provocavam profundo incômodo por desempenharem uma forma não sedentária de ocupação do espaço. Entretanto, de acordo estudos antropológicos, o nomadismo dos pastores está diretamente associado às particularidades do meio natural em que habitam, as quais os obrigam a mover-se constantemente de acordo com a disponibilidade de recursos (HOMEWOOD, 2008). É interessante notar que, ao arripio das autoridades portuguesas, grande parte dos colonos reconhecia a eficácia do sistema pastoril africano e, inclusive, nele se inscreviam. Assim, argumentando a favor da produtividade da pastorícia em contraposição à pecuária europeia no sul de Angola, Eduardo Cruz de Carvalho, em 1974, escreve um artigo no qual descreve os problemas ocasionados pelo cercamento e privatização de terrenos na região. Em suas palavras:

In the 1930s there were more european-owened cattle in the Cunene region than there are today, yet the problem of competition for grazing lands and wathering points, now so evident in many áreas, did not exist . The explanation appears simple: European cattle oweners in the 1930s usually integrated within the traditional systems. As other cattle owners, they distributed their animals to various african holders. The Europeans Called them ' shepherds', but the Africans considered themselves holders within the traditional contractual situation and generaly enjoyed the rights and sharing of the animal products inherent therein (CARVALHO, 1974, p. 220).

Mais recentemente, o antropólogo Günther Schlee, especialista em populações pastoris da África Oriental, sugere que “existe um consenso emergente entre os acadêmicos e estudiosos preocupados com a gestão e produção de gado no sentido de que, na maior parte dos cinturões áridos, áreas montanhosas e tundras do mundo, a produção confiável de alimentos depende da criação móvel de gado” (SCHLEE, 2013, p.6). Schlee apresenta diversos estudos sobre economia e ecologia para sustentar a hipótese de que os estados nacionais deveriam se esforçar por preservar e integrar os sistemas pastoris baseados no deslocamento constante. Alguns autores, inclusive, afirmam que a prática percebida pelos estados coloniais e nacionais como roubo de gado é não somente constitutiva dos sistemas pastoris, como possui uma clara relação com formas de redistribuição de recursos- gado, no caso. De acordo com Pierre Bonte e John Galaty:

A razia de gado, por exemplo, ubíqua entre as comunidades pastoris de todo o mundo, representa, no contexto africano, não simplesmente um modo de conflito controlado- apesar de agressões e defesa pessoais serem parte deste drama comunitário- mas também um meio de redistribuição, entre regiões ricas e regiões pobres e de famílias e indivíduos mais ricos para famílias e indivíduos mais pobres (GALATY, 1991, p. 19).

Ao observarmos este panorama, no qual se entrecruzam relações sociais impregnadas da gestão do universo espiritual, atribuição de estatutos que inscrevem os animais em diversos âmbitos da existência comunitária, e, por fim, ocupação intermitente do espaço e redistribuição por meio de apropriação de animais, percebemos estar, talvez, diante daquilo a que Chakrabarty denomina de formas alternas de “solidariedade humana”. Ainda, de acordo com os mencionados estudos de Cruz de Carvalho e Schlee, estas configurações sociais se mostram absolutamente eficazes na gestão do meio ecológico que ocupam, inclusive em comparação com os mais sofisticados métodos de criação de animais desenvolvidos em outros contextos. Poderíamos, ainda, extrapolar estas afirmações mais seguras, e pensar no fato de que as relações sociais entre as comunidades pastoris africanas eram, até a introdução de armas de fogo em finais do século XIX, mediadas por um grau relativamente controlado de violência, não havendo entre elas grandes conflitos que ameaçassem a viabilidade ou mesmo a existência física dos diversos grupos.

Estas reflexões nos remetem novamente aos trabalhos de E.P.Thompson sobre a violência dos processos de expropriação da Inglaterra no século XVIII, os quais redefiniram a relação dos camponeses com o espaço, tempo, trabalho, e com a própria noção de pessoa, ao lhes cercear as possibilidades de desempenho de atividades que conferiam um lugar social e formas específicas de prestígio. Então, a antropologia e a história se fecundam para demonstrar que tanto a distância diacrônica quanto a distância sincrônica explicitam a existência de possibilidades de solidariedade que são ou foram viáveis, para além do âmbito das determinações prescritas pelo estado-nação contemporâneo. Porém, acreditamos que, para que tais contextos possam fertilizar a imaginação política contemporânea, é necessário que levemos a sério aquilo que os sujeitos que deles participam levam a sério. Isso implica não reduzir, por exemplo, a pastorícia a um modo de produção, mas sim tomá-la como um modo de estar no mundo, o que, no caso africano, implica ponderar com seriedade o lugar das relações com o mudo espiritual, as noções de propriedade e concepção do espaço.

Conclusão

Este artigo partiu de uma problemática intelectual e político sobre os choques e contradições entre dois tipos de formação política existentes em muitos contextos africanos: estados

territoriais, marcados pela imposição de fronteiras internas e externas fixas, não só no que diz respeito ao espaço, mas também às sociedades inscritas em sua órbita de soberania; sociedades pastoris, caracterizadas pelo movimento, pela mobilidade e por relações complexas entre animais, seres humanos e um domínio de poder invisível. Sugerimos, ainda, que este impasse tem tido consequências desastrosas para muitos pastores africanos desde pelo menos o início do período colonial, mesmo a despeito de abundantes evidências de que, ainda que no mais puro registro da produtividade, os sistemas pastoris são plenamente viáveis e adequados para a gestão dos recursos disponíveis em suas respectivas regiões. Esperamos ter deixado claro que situações como esta colocam o historiador e o antropólogo diante de uma demanda que é simultaneamente intelectual e política, e que pode muito sucintamente ser resumida como a necessidade de entender. Contudo, é muito difícil entender quando se participa do mesmo universo conceitual e político de uma das partes diretamente envolvidas no conflito, sobretudo quando os repertórios culturais do pesquisador são compostos por recursos conceituais muito próximos aos daqueles que emitem pareceres sobre as estratégias pastoris. Esboçamos, com efeito, um diálogo entre alguns autores e perspectivas que nos ajudaram a enfrentar estas dificuldades.

Para o caso da história do sul de Angola, isso implicaria, talvez, investir na compreensão das mudanças nas sociedades pastoris não somente a partir de grandes referentes como colonialismo ou capitalismo, forças produtivas, proletarização, modernização, etc., mas também, e sobretudo, das perturbações e reelaborações promovidas no âmbito das relações com o universo invisível, com os animais e com as possibilidades de uso intermitente do espaço. Durante muito tempo, a história dos mucubais tem sido negligenciada ou marginalizada por uma historiografia demasiado confiante nas tecnologias europeias de produção de memória, tecnologias estas que tendem ter o efeito politicamente nefasto de suprimir modelos sofisticados de criação e transformação coletivas. Esperamos ter demonstrado as vantagens da interdisciplinaridade para o estudo de mundos de vida distintos, estejam eles ainda em vigor ou não. Reiteramos que este esforço de compreensão não é somente um exercício intelectual, mas também um engajamento político, por meio do qual se reconhece a urgência da invenção de mundos de vida capazes de integrar de maneira criativa diversas formulações de agência, proposições sobre natureza e sobre cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Editora Companhia das Letras, 2008.

BOLLIG, Michael; SCHNEGG, Michael; WOTZKA, Hans-Peter, eds. **Pastoralism in Africa: Past, present and future**. New York: Berghahn Books, 2013.

- CARVALHO, Ruy Duarte de Carvalho. **Vou lá visitar pastores: percurso angolano em território kuvale**. Lisboa: Cotovia, 1999.
- _____. **A Câmara, a escrita e a coisa dita....** Lisboa: Cotovia, 2008.
- CARVALHO, Eduardo Cruz de. **"Traditional' and 'Modern' Patterns of Cattle Raising in Southwestern Angola: A Critical Evaluation of Change from Pastoralism to Ranching."** .The Journal of Developing Areas. vol. 8. no. 2, Jan., 1974.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **La poscolonialidad y el artilugio de la historia**. In: DUBE, Saurabh, et.al. **Pasadios Poscoloniales**. Ciudad de Mexico: CEEA El Colégio de México, 1999.
- _____. **Provincializing Europe**. Princeton University Press, 2000.
- _____. **Histórias de Minorias, Passados Subalternos**. In: SANCHES, Marina Ribeiro (org.). **Deslocalizar a Europa**. Lisboa: Cotovia, 2005.
- COMAROFF, Jean & COMAROFF, John. **Teoria desde el sur**. Siglo veintiuno, Buenos Aires: 2013.
- _____. **Etnografia e imaginação histórica**. PROA Revista de Antropologia e Arte, v. 1, n. 2, 2016.
- COOPER, Frederick. **Farewell to the category-producing class?**. International Labor and Working-Class History, v. 57, p. 60-68, 2000.
- _____. **Colonialism in Question**, California: University of California Press, 2005.
- DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Graal, 1986.
- DAVIS, Natalie Zemon. **O Retorno de Martin Guerre**. Tradução Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os nuer: uma descrição do modo de subsistencia e das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2005.
- _____. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2005.
- FEIERMAN, Steven. **African histories and the dissolution of world history** In: BATES, R. H.; MUDIMBE, V. Y.; O'BARR, J. (editors). **Africa and the disciplines: the contributions of research in Africa to the Social Sciences and Humanities**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- GALATY, John G. et al. **Herders, warriors, and traders: pastoralism in Africa**. Westview Press, 1991.
- GESCHIERE, Peter. **Sorcellerie et politique en Afrique: la viande des autres**. Paris: Karthala, 1995.

GINZBURG, Carlo. **Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GUHA, Ranajit. **The prose of counter-insurgency**. In: DIRKS, Nicholas; ELEY, Geoff; ORTNER, Sherry, ed. **Culture/Power/History: A Reader in Contemporary Social Theory**, Princeton: Princeton University Press, 1994.

HERSKOVITS, Melville J. **The cattle complex in East Africa**. *American anthropologist*, v. 28, n. 1, p. 230-272, 1926.

HOMEWOOD, Katherine. **Ecology of African Pastoralist Societies**. Ohio: Ohio University Press, 2008.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2012.

SCHLEE, Günther. **Why states still destroy pastoralism and how they can learn that in their own interest they should not**. *Nomadic Peoples*, v. 17, n. 2, p. 6-19, 2013.

THOMPSON, Edward Palmer. **A economia moral da multidão inglesa no século XVIII**. In: THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WAGNER, Roy. **A Interpretação da Cultura**. São Paulo: Cosacnaify, 2012.

WEST, Harry G. **Kupilikula: O Poder e o Invisível em Mueda**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

Fontes

CARNEIRO, Carlos Baptista. **Delegação de Sanidade Pecuária de Mossâmedes- Relatório de Serviço**. In: **Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola**, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional, 1930.

D'EÇA, Artur Almeida. **O aspecto econômico da intervenção do indígena no fomento pecuário de Angola**. In: **Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola**, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional, 1932.

MARTINS, Emílio Victor. **As terras de entre Cunene e Cubango e de além Cubango, no seu único "facies" de aproveitamento: a indústria animal**. In: **Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola**, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional, 1932.

MENDES, Afonso. **A Huíla e Moçâmedes: considerações sobre o trabalho indígena**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1958.

VELHO, J.J. Leite Delgado. **Delegação de Sanidade Pecuária de Sá da Bandeira- Relatório de Serviço**. In: **Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola**, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional, 1930.

MONTEIRO, Armindo Rodrigues de Sttau. **Diário Oficial**. In: **Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola**, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional, 1930-31-32.

Relatório de inquérito sobre a região mucubal, sua administração e as relações entre funantes e mucubais. Arquivo Histórico Militar de Lisboa, Divisão 2/ Seção 2 /Caixa 66/ Documento 1

Recebido em: 07/03/2021
Aprovado em: 15/05/2021



ISSN: 2595-5713
Vol. 04 | Nº. 7 | Ano 2021

Albino Alves Simione

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA MUNICIPALIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE E SUA INSERÇÃO NAS RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS

HISTORICAL PATH OF THE MUNICIPALIZATION IN MOZAMBIQUE AND
ITS INSERTION IN INTERGOVERNMENTAL RELATIONS

RESUMO: Este trabalho é um ensaio teórico baseado numa revisão profunda de literatura e documentos que informa a trajetória das medidas relacionadas com a implantação do modelo de administração pública descentralizada, do tipo municipalização, em Moçambique. O propósito do estudo é contribuir para esse debate, identificando as conjunturas políticas e administrativas que estão associadas ao processo de criação de municípios ao nível nacional a partir de 1998, assinalando os marcos institucionais que indicam a trajetória do processo de transferência de autoridade do nível central para a esfera subnacional e os rumos que têm sido seguidos na atualidade. A construção do trabalho seguiu a abordagem institucional histórica que possibilitou assinalar como decisões políticas adotadas pelo governo em períodos antecedentes produzem impactos nas formas e nos procedimentos de operacionalização da descentralização no país, com repercussões importantes na estrutura das relações intergovernamentais na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Institucionalismo Histórico;
Descentralização; Políticas Públicas.

ABSTRACT: This work is a theoretical essay based on an in-depth review of literature and documents that informs the trajectory of measures related to the implementation of the decentralized public administration model, of the municipalization type, in Mozambique. The purpose of this study is to contribute to this debate by identifying the political and administrative circumstances that are associated with the process of creating municipalities at the national level and carried out in 1998, marking the institutional frameworks that indicate how the process of transferring authority from the central level to the subnational sphere and the directions that have been followed today. The paper followed the historical institutional approach that made it possible to point out how political decisions that were adopted by the government in previous periods have an impact on the forms and procedures for operationalizing decentralization at the local level today.

KEY WORDS: Historical institutionalism; Decentralization;
Public Policies.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA MUNICIPALIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE E SUA INSERÇÃO NAS RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS

Albino Alves Simione ¹

Introdução

As primeiras duas décadas do século XXI em Moçambique foram caracterizadas por intensas e constantes transformações no Estado e na sociedade. E, seguindo essa onda, os estudos sobre administração e políticas públicas buscaram, igualmente, nesse período compreender como as múltiplas e complexas mudanças de caráter social, econômico, político e até tecnológico vivenciadas têm sido introduzidas, que impactos geram no modo de organização, funcionamento e nos resultados das ações propostas pelo poder público.

Em decorrência das transformações mencionadas, é possível, pois, observar a institucionalização no país de práticas envolvendo a realização de reformas administrativas, a adoção de novos desenhos institucionais na articulação entre Estado e sociedade, a introdução de renovados modelos de prestação de serviços públicos, medidas que implicam a descentralização e parcerias de certo modo inovadoras, e outras. Especificamente, o propósito deste trabalho é contribuir para o debate acerca da implantação das medidas de descentralização do tipo municipalização, com enfoque na identificação de conjunturas políticas e administrativas que estão associadas ao processo de criação de municípios, ao nível nacional, a partir de 1998, assinalando os marcos institucionais que indicam a trajetória do processo de transferência de autoridade do nível central para a esfera subnacional e os rumos que têm sido seguidos na atualidade. Importa assinalar inicialmente que as iniciativas descentralizadoras em Moçambique entraram na agenda pública como resposta a diversos fatores. Em primeiro lugar, elas emergiram como reação ao regime de governo de partido único, caracterizado pela concentração do poder político e administrativo no governo central, que vigorou no período a seguir à independência nacional (1975-1989) da colonização portuguesa. Em segundo lugar, a descentralização esteve fortemente associada à necessidade de democratização do Estado, inaugurada em 1990, e à promessa de tornar os entes públicos, no nível local, mais eficientes e mais acessíveis às demandas das comunidades locais.

Cabe registrar que este estudo considera que as instituições ou regras que conformaram o desenho e estrutura de organização política adotados em 1975, representados por um Estado unitário política e administrativamente centralizado, como mencionado anteriormente, possuem

¹ Doutor em Administração pela UFMG. Professor da Divisão de Economia e Gestão do Instituto Superior Politécnico de Gaza, ISPG e da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Save, UniSave; membro do grupo de trabalho Espaços Deliberativos e Governança Pública - GEGOP-CLACSO. simialves@gmail.com

um peso e importância significativos para a compreensão do conjunto de medidas que estão amparadas no ideal da descentralização do processo político e das políticas públicas, atualmente em curso no país. A descentralização foi introduzida em Moçambique como resultado da aprovação de uma nova Constituição da República de Moçambique (CRM) fundamentada nos princípios do pluralismo democrático, em 1990. Entretanto, a institucionalização do poder local no ano de 1996 e a implementação do modelo de descentralização do tipo municipalização a partir de 1998, devem ser compreendidas tendo como ponto de partida o conjunto de várias medidas políticas e administrativas que foram adotadas no período antecedente, visto que esse era caracterizado essencialmente por uma elevada centralização do poder político e administrativo nas estruturas do governo central.

É possível perceber, que na literatura que existem diferentes estudos que se ocupam do debate político ao nível nacional sobre a consolidação do Estado e das suas instituições, especialmente as repercussões políticas da estrutura unitária e a influência do governo central sobre as instâncias subnacionais, bem como dos governos ao nível das províncias face aos municípios, as oposições estabelecidas entre a descentralização *versus* centralização, o delineamento das políticas públicas e o processo político-eleitoral (MACUANE; WEIMER, 2003; FORQUILHA, 2007; OTAYEK, 2007; WEIMER; MACUANE; BUUR, 2012; WEIMER, 2012; NUVUNGA, 2012; SIMIONE, 2014b; ROSÁRIO, 2015; ROCHA; ZAVALE, 2018; BILÉRIO, 2019).

As discussões proporcionadas por essas pesquisas revelam-se importantes para a análise da dinâmica política e administrativa que tem caracterizado a realidade de Moçambique. Contudo, elas não esgotam as perspectivas de seu entendimento de modo a ajudarem tanto na leitura teórica sobre o quadro que envolve política no contexto interno do país, quanto no aprofundamento do conhecimento prático que se tem acerca da organização e estrutura administrativa do Estado unitário e as interfaces que têm marcado o processo das políticas públicas.

Por meio da revisão realizada, percebeu-se que, inevitavelmente, a pressão exercida pelos diferentes atores nacionais e internacionais com vista à democratização do país, e efetivada em 1990 e a introdução da descentralização em 1996, impulsionaram a ampliação do poder decisório e o exercício de mais competências políticas pelos entes subnacionais. Em conjunto, a democratização e a descentralização do Estado possibilitaram que as funções dos governos municipais instituídos se tornassem mais complexas; e as relações entre os diferentes entes governativos gerassem repercussões importantes, sobretudo nos arranjos institucionais que passaram a ser adotados no âmbito da gestão pública, assim como para a intervenção e resposta sobre as demandas públicas.

Assim, pode-se afirmar que o ambiente político e administrativo vivenciado a partir da segunda metade da década de noventa propiciou o surgimento de novas relações intergovernamentais fiscais, a cooperação administrativa e a coordenação das políticas públicas. Ao ser implantado no país, esperava-se que esse novo modelo seria capaz de resolver as condições de oferecimento de serviços à sociedade e de melhorar os resultados das políticas públicas. Este ensaio teórico é um esforço descritivo, isto é, uma tentativa exploratória de incorporar outra dimensão analítica que interessa no estudo sobre a dinâmica do Estado nacional, a partir da análise sobre como se deu a descentralização e como vem ocorrendo a municipalização, destacando aspectos que indicam na atualidade do país, a problemática do controle da ação administrativa pelo poder central, do compartilhamento de decisões conjuntas, assim como de recursos fiscais entre as esferas de governo, que configuram a dinâmica que tem marcado as relações intergovernamentais no país.

Considerando que os processos de mudanças em curso trazem a necessidade de realização de análises teóricas e empíricas, as descrições efetuadas neste estudo são fundamentais para compreender esses fenômenos complexos e dinâmicos, e servem também como subsídios para propostas prescritivas e normativas de aperfeiçoamento da administração pública. A análise empreendida orientou-se pela abordagem institucional histórica e focalizou o período a seguir à democratização do Estado, especificamente entre 1998 a 2018, época em que ocorreu a introdução das principais normas e diretrizes que orientam o modelo ora em implementação. Além desta introdução, o trabalho está organizado em mais quatro seções. Na segunda seção, expõe-se sobre o pensamento institucionalista, destacando-se a importância das instituições para a explicação dos fenômenos políticos para, em seguida, apresentar-se os argumentos que justificam a utilização da vertente institucional histórica neste trabalho.

Na sequência, na terceira seção, analisam-se as conjunturas críticas que indicam o estabelecimento do modelo de descentralização adotado no país a partir de uma reconstituição da trajetória histórica recente do Estado nacional e da sua democratização. Na quarta seção aborda-se as relações intergovernamentais, com enfoque nas restrições à ação governamental local e nos mecanismos de transferências fiscais que têm marcado o processo de municipalização e implementação de políticas públicas em Moçambique. Finalmente, nas considerações finais, o trabalho reflete sobre as limitações em abordar a temática, as principais conclusões, e esboça as possibilidades da agenda futura de pesquisa.

A Abordagem do Institucionalismo Histórico e a Análise da Política

O pensamento institucionalista de base histórica no qual se apoiou este estudo é uma abordagem teórica cujos pressupostos e argumentos possibilitam análises importantes acerca da dinâmica que tem caracterizado a evolução do Estado em diferentes contextos institucionais de vários países do mundo inteiro, assim como a explicação sobre as implicações do surgimento das instituições, sua modificação e influência no comportamento dos diferentes atores dentro da política. Autores como Pierson e Skocpol (2008) destacam que, no institucionalismo histórico, as instituições são resultado das relações entre os indivíduos que as constroem, as adaptam e as mantêm servindo como convenções que possibilitam a interação, símbolos que orientam a interpretação e a escolha da ação a qual não será unicamente relacionada a fins como também à identidade e às preferências.

Assim, as instituições apresentam-se como componentes cruciais da política (HODGSON, 2006; CRAWFORD; OSTROM, 1995; MARCH; OLSEM, 2005) ao mesmo tempo que se evidenciam como um dos principais fatores do constrangimento ao processo decisório adjacente. As instituições têm sido definidas a partir de diferentes perspectivas de entendimento. Crawford e Ostrom (1995) encaram as instituições como normas, mas também como regras. Essas duas vertentes tratam as instituições como obrigações, estratégias partilhadas, expectativas e crenças baseadas em regras criadas e estabilizadas pela comunidade que influenciam os padrões de comportamento e os resultados. As normas e regras focalizam as limitações (restrições) vinculadas a padrões de interação baseados nas percepções dentro do grupo de indivíduos vistas como adequadas ou não no comportamento e em determinadas situações.

Portanto, compreende-se as instituições como conjunto de regras e restrições que governam as relações sociais entre indivíduos ou grupos, proporcionando a essas relações uma certa estabilidade e previsibilidade. Elas representam algo que é socialmente construído, que possui um caráter normativo e costumeiro que tem a função de restrição aos comportamentos dos indivíduos (HODGSON, 2006). O institucionalismo histórico, segundo discorre Thelen (1999), encara as instituições como legado de processos históricos concretos e não em termos de suas funções de coordenação e fins de equilíbrio, como defendem as outras vertentes institucionalistas (da escolha racional e a sociológica). A autora considera que as instituições emergem a partir do desenvolvimento político de uma sociedade e são fonte de mudanças que resultam da interação de diferentes ordens institucionais ao longo de uma linha de tempo, ou seja, as interações entre processos dinâmicos em diferentes domínios institucionais possibilitam a mudança política.

Desse entendimento, percebe-se que as instituições surgem como procedimentos, protocolos, regras, normas de natureza oficial e formal ou não que se mostram como inerentes à estrutura organizacional da comunidade política. Nessa esteira, as respostas políticas aos

problemas do dia-a-dia dependem de um processo histórico antecedente (protocolos e convenções) que condiciona o leque de reações possíveis, no âmbito do sistema político, o próprio processo histórico. A abordagem institucional histórica se preocupa em explicar os efeitos combinados das instituições e processos nas políticas, portanto, as variações nos padrões, eventos ou arranjos (PIERSON; SKOCPOL, 2008). A compreensão fundamental que se tem é de que os eventos registrados em determinado contexto geram dinâmicas de *feedback* sobre a vida política e social de uma determinada realidade. Ela enfatiza que o contexto institucional está implicado na adoção de estratégias que são internalizadas e retransmitidas ao longo do tempo, e desse modo servem de referência à interpretação e a escolha da ação a qual não será unicamente relacionada a fins como também à identidade e às preferências. Ou seja, as decisões estratégicas devem ser entendidas considerando o contexto institucional onde elas estão inseridas.

Para tanto, é fundamental distinguir conceitos importantes como o de *path dependence* ou dependência de trajetória cuja principal interpretação é de que os eventos do passado podem dar vazão a cadeias de causalidade que influenciam o presente. Em outras palavras, isso quer dizer que as alternativas de ações a serem realizadas (no futuro) são de certo modo determinadas pelas escolhas efetuadas anteriormente (no passado), a tal ponto que os resultados e as possibilidades das decisões tomadas em um momento atual serão condicionadas por decisões tomadas num momento anterior (THELEN, 1999). A ideia é que relativamente às análises do processo político há que considerar o contexto no qual ele se deu, no sentido de que, o desenvolvimento histórico de causalidade social é dependente das propriedades de cada local, e que essas propriedades serão herdadas do passado. O argumento central é de que as decisões/ações/processos presentes devem ser consideradas a partir de um contexto e de processos históricos que influenciam tanto o contexto quanto tais decisões/ações/processos. Assim sendo, a consideração dos eventos históricos mostra-se interessante para explicar a dinâmica dos processos políticos; e o conceito de dependência de trajetória é importante para se compreender a continuidade no fluxo dos eventos históricos.

Outro conceito relevante na análise das instituições é o de conjunturas críticas, que permite descortinar a temporalidade nas análises políticas. A conjuntura crítica refere-se às circunstâncias que possibilitaram a efetivação de mudanças institucionais relevantes. Portanto, ele diz respeito às transformações produzidas e que conduziram o desenvolvimento de um novo percurso de um dado processo político (PIERSON; SKOCPOL, 2008). Ela considera três aspectos centrais numa sequência temporal: (i) a conjuntura crítica inicial, quando eventos resultam em movimentos em direção ou trajetória particular de dois ou mais cursos possíveis; (ii) o período de reprodução, em que o *feedback* positivo reforça a trajetória iniciada na fase anterior e; (iii) o

fim da trajetória, em que novos acontecimentos deslocam o equilíbrio de longa duração (PIERSON; SKOCPOL, 2008).

A utilização dos conceitos de conjuntura crítica e de dependência trajetória preconizados no estudo, possibilita novas alternativas para interpretar a importância do quadro ou do desenho institucional nas análises sobre as dinâmicas dos Estados e as políticas públicas. Dessa forma, assinala-se que a sua utilização, permite ampliar o olhar que tem dominado a agenda recente das pesquisas sobre os temas tratados neste trabalho. Em relação a Moçambique, o institucionalismo histórico tem sido ainda pouco utilizado (destacando-se alguns trabalhos recentes (WEIMER, 2012; SIMIONE, 2018) na abordagem sobre a descentralização e políticas públicas.

Em suma, compreender as transformações promovidas pela descentralização do tipo municipalização na realidade moçambicana pressupõe um olhar abrangente e dinâmico acerca do contexto em que a construção do Estado e a política operam. Certamente, trata-se de reconhecer que historicamente tanto a organização e estrutura administrativa quanto o funcionamento dos entes públicos têm sido constantemente influenciados por um conjunto de fatores que se estabelecem como heranças ou legados que tendem a conformar tanto as escolhas quanto as ações da administração pública. Nessa ótica, as duas décadas passadas proporcionaram um terreno bastante fértil para o seu estudo, uma vez que foram caracterizadas por intensas mudanças, principalmente políticas, legais e administrativas. Tais mudanças, em boa medida, produziram impactos no processo de reorganização do Estado unitário e da estrutura da administração pública.

As Conjunturas Críticas e a Trajetória Recente da Institucionalização da Municipalização em Moçambique

A arquitetura da construção do Estado moçambicano é histórica e compreendeu diferentes sequências e configurações de eventos político-institucionais registrados, que se considera terem encaminhado as mudanças institucionais assim como as escolhas políticas realizadas ao longo dos últimos vinte e dois anos, com a introdução da descentralização do tipo municipalização. E o estudo desses eventos permite não somente compreender as interações entre os processos dinâmicos em diferentes domínios institucionais que possibilitam as mudanças políticas (THELEN, 1999), mas também a natureza e singularidade institucionais que lhe são características. São identificados adiante dois momentos que se constituíram como sendo as conjunturas críticas impulsionadoras da alteração do padrão de relações entre as diferentes esferas de governo no país, assim como do desenho institucional que tem influenciado a implementação do modelo de descentralização implantado.

Para se entender a dinâmica que marcou a construção histórica do Estado unitário, faz-se necessário salientar – mesmo que brevemente – as suas características peculiares. É preciso destacar inicialmente que durante a segunda metade da década de setenta e em toda a década de oitenta as funções do Estado e o seu papel econômico e social seguiam as orientações de um regime de governo de partido único de inspiração socialista após a independência, e estavam ancoradas no centralismo democrático (PLANK, 1993) institucionalizado pela Constituição da República Popular de Moçambique (CRPM) aprovada em 1975. As regras da CRPM serviram como mecanismo de organização e funcionamento mais importante. O Estado dispunha-se à afirmação dos princípios centralizadores (SOIRI, 1999) e à subordinação hierárquica dos entes administrativos subnacionais² – as províncias, distritos e localidades (sendo esses dois últimos sub-unidades territoriais administrativas das províncias) – mediante a implementação de uma estrutura de organização institucional de caráter exclusivista e sem uma cooperação explícita no âmbito do sistema político vigente naquela época.

Além disso, as regras constitucionais operaram como respostas aos problemas que marcou o novo Estado independente. Elas expressaram a ideia de que a eficiência governamental seria resultante da concentração e centralização do processo decisório, sendo a eficácia da gestão pública reduzida à atuação exclusiva das agências burocráticas do nível central (SIMIONE, 2014a). O regime implantado tinha no governo central o principal agente que orientava a estruturação da sociedade e que conduziria a modernização do Estado. As políticas públicas eram encaradas como instrumentos de socialização das comunidades (MACAMO; NEUBERT, 2003), e executadas em um contexto de frágil institucionalização e presença irregular do Estado sobre o conjunto do território nacional, particularmente nas zonas rurais. Dado as capacidades concentradas da burocracia central que assegurava todo o processo de planejamento governamental, era um modelo de Estado que tinha como premissa a realização de um

² Cabe realçar que desde junho de 1975, época da criação do novo Estado independente, e aprovação da primeira constituição, ocorreu uma revisão profunda da lei constitucional em 1990, e sucedida por três emendas que produziram desenhos institucionais peculiares em diferentes momentos históricos. A emenda de 1996 criou o Poder Local que viabilizou a descentralização do tipo municipalização (definida na Lei n° 2/97, de 18 de fevereiro) e criação de governos municipais em Moçambique. Nessa época, a organização administrativa compreendia a existência de órgãos do governo central e do governo provincial (nomeados, hierarquicamente dependentes e sem autonomia decisória). Os distritos, que são sub-unidades territoriais administrativas das províncias eram entes da representação do poder executivo nesse escalão territorial. Já a emenda constitucional realizada em 2004 apresentou inovações nas estruturas administrativas ao atribuir formalmente aos Órgãos Locais do Estado relativa autonomia (segundo o exposto na Lei n° 8/2003, de 19 de maio). Com ela surgiram a par do governo central, na esfera local os governos provinciais e distritais (ambos nomeados). Mais recentemente, é importante realçar que a emenda pontual da constituição de 2018 concebeu um hibridismo institucional constituído por três categorias de entes ou níveis de governo (conforme a Lei n° 1/2018, de 12 de junho): *i*) os Órgãos do Governo Central, representados pelos ministérios e agências nacionais; *ii*) os Órgãos Executivos de Governação Descentralizada Provincial (implementados a partir de 2019), e Distrital (com previsão constitucional de sua implementação a partir de 2024), ambos eleitos e representados pelos Conselhos Executivo Provincial e Distrital.; e *iii*) os Órgãos do Poder Local, representados pelas Autarquias Locais de Município e Povoação (não implementados), e que são igualmente eleitos.

desenvolvimento que almejava trazer para o conjunto da sociedade moçambicana a perspectiva de um futuro melhor, quando comparado com a época da colonização.

Constata-se, assim, que as instituições e processos político-administrativos inseridos em um cenário organizacional que privilegiava o reforço do poder do nível central mediante a alta concentração decisória na sua cúpula política e técnico-burocrática, configurava o fortalecimento desigual do poder em relação aos entes administrativos subnacionais. Nisso, ele pode ser considerado, o maior símbolo do padrão de relações entre as esferas de governo que se formou naquela época, e fez surgir como seu efeito, paralelamente àquele um quase inexistente poder de decisão e uma debilitada estrutura de implementação no nível local. No decorrer desse período, como reflexo das escolhas políticas adotadas, Moçambique vivenciou o surgimento de problemas políticos, econômicos e sociais (SOIRI, 1999) importantes da sua história recente. Os problemas derivaram tanto da intensificação da guerra civil que tinha iniciado em 1976, um ano após o alcance da independência e tinha como atores contendores o Governo de Moçambique dirigido pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e a Resistência Nacional de Moçambique (Renamo) que reivindicava a partilha do poder político no país, quanto das situações de fragilização das finanças públicas e de população vivendo em condições de miséria. Constatou-se, no desenvolvimento do trabalho, que diante do contexto de conflito militar interno se estabeleceu o primeiro momento de conjuntura crítica fundamental para a análise aqui empreendida.

A eclosão e a intensificação do conflito militar no início da década de 1980, colocaram em tensão a priorização, por parte do governo, entre o financiamento do seu programa de revolucionização e modernização da sociedade, introduzido após a independência; e as necessidades orçamentárias decorrentes da participação no conflito militar em rápido alastramento (MACAMO e NEUBERT, 2003). Concomitantemente, o sistema de centralização institucional e financeira vivenciado no país, gerou a percepção de ineficácia do governo para resolver os problemas resultantes do crescimento da demanda da sociedade e uma fraca capacidade de intervenção política e administrativa do governo, tendo em vista a assegurar a execução de suas políticas em todo o território nacional, por razões relacionadas ao avanço e as consequências socioeconômicas derivadas da guerra, capacidade de implementação das políticas (MACUANE; WEIMER, 2012).

Diante do cenário político descrito anteriormente, que se mostrava arrasador tanto da economia quanto do tecido social nacional, era necessário encontrar-se alternativas de superação da crise fiscal, mas também das fragilidades organizacionais e funcionais do paradigma

Na organização política e administrativa do país os municípios correspondem à circunscrição territorial das cidades e vilas.

institucional de gestão vigente, marcado pela centralização de viés socialista, bastante limitado para concretizar os princípios e ideais de um Estado centralmente planejado. A modernização e desenvolvimento do Estado passaram, então, a ser encaradas sob a perspectiva de reformas políticas e econômicas que pudessem viabilizar o estabelecimento de um novo modelo institucional para a organização do país.

A partir de 1987 e seguindo a agenda dos países capitalistas, como uma estratégia político-econômica do governo, Moçambique iniciou um processo de mudança em seu perfil econômico, adotando um modelo mais liberal de economia (CASTEL-BRANCO, 1994), com a aprovação do Programa de Restruturação Econômica (PRE) e de forma complementar mais adiante em 1989, com a introdução da componente social, o Programa de Restruturação Econômica e Social (PRES). Dá-se, assim, o início às reformas profundas que culminaram com o fim do modelo de Estado socialista em Moçambique. Vários autores (FORQUILHA, 2007; WEIMER, MACUANE; BUUR, 2012), sustentam o argumento de que as mudanças ocorridas no final da década de oitenta foram fundamentadas, sobretudo pelas discussões políticas favoráveis à democratização da sociedade e acabaram reverberando na construção de uma nova Constituição da República de Moçambique (CRM) em novembro de 1990. Essa constituição trouxe em seu bojo a concepção de criação de um Estado plural e democrático, e rompeu com o regime de governo de partido único da FRELIMO e abriu espaço para a participação de novos atores no exercício do poder político.

Tais pressões eram exercidas tanto pela esfera social e pelos opositores do governo bem como pelas agências internacionais, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, como protagonistas do cenário político nacional. A visão principal existente era fortalecer, sobretudo os governos municipais, e para a maior parte desses atores, mostrava-se fundamental democratizar o exercício do poder no nível local (FERNANDES, 2007). Diante disso, foi possível constatar, que inicialmente, quando da aprovação da nova CRM de 1990, no que diz respeito à distribuição da autoridade política entre as esferas de governo, ela definiu o Estado como unitário, estruturado por meio de dependência hierárquica dos entes subnacionais (à época apenas representados pelos distritos e províncias como entidades governamentais no nível local), portanto, sem uma forma específica de fragmentação do poder político e administrativo. O sentido dessas escolhas refletiu o contexto no qual ele se deu, ou seja, herdou da trajetória política a continuidade de fluxos que conservavam o papel dos entes centrais no processo de planejamento governamental.

Percebe-se que a reforma constitucional e democratização evidenciam o segundo momento de conjuntura crítica importante para a ocorrência de mudanças institucionais profundas dentro do Estado nacional. Ambas possibilitaram a assinatura do Acordo Geral de Paz

de Roma, em 1992, entre os atores envolvidas, dando fim ao conflito militar ainda existente. A estabilidade política alcançada assinalava a possibilidade da retomada do exercício de poder político e administrativo de forma efetiva e em todo o território nacional. Apesar de a constituição ter rompido formalmente com o perfil que predominava no funcionamento da administração pública, a trajetória dependente da centralização estatal produziu a manutenção da tendência de fragilização dos meios de gestão dos entes locais distritais e provinciais. Já a institucionalização da democracia conduziu ao estabelecimento de uma agenda de descentralização concretizada no que se designou de Programa de Reforma dos Órgãos Locais (PROL) em 1991, por meio da qual ocorreria o desfecho da transição do centralismo para a autonomização da esfera local (SIMIONE, 2015). Com isso, compreende-se que a implementação do PROL estabeleceu as condições que favoreceram o início da abertura para a instituição da partilha do poder político no nível local.

Como resultado dessa agenda, foi aprovada a Lei n° 3/94, de 13 de setembro, que introduziu a descentralização do tipo municipalização. Segundo expressava essa norma, a descentralização seria mais ampla e abrangeria as unidades territoriais administrativas correspondentes aos distritos, isto é, as subdivisões administrativas das províncias, permanecendo as províncias no quadro da subordinação hierárquica ao governo central. No entanto, essa lei nunca chegou a ser implementada dado que, por um lado, foi considerada contrária a lei constitucional de 1990 e, por outro, porque esta última não previa a criação de um modelo específico de descentralização (WEIMER, 2012). Como explicita Weimer (2012), a não implementação dessa lei deve ser compreendida também a partir das razões políticas e de estratégia adotadas pelos principais partidos políticos participantes nas primeiras eleições gerais do país, realizadas em 1994, e sua perspectiva e interesse com relação à conquista do poder no xadrez político nacional construído a seguir às eleições. O autor discorre que influenciada pelos resultados dessas eleições, apesar da vitória do partido no governo, mostravam resultados favoráveis à oposição nos locais por ela dominados antes desse sufrágio.

Ainda sobre o fracasso do avanço dessa lei, Weimer (2012) enfatiza que ele se deveu, sobretudo aos receios dos dirigentes da Frelimo de perda do controle de poder político nas áreas rurais, onde a oposição (a Renamo) teria maior aceitação e eventualmente venceria as eleições municipais (previstas para ocorrer em 1996) que fossem realizadas nessas regiões abrangidas pelos distritos municipais preconizados na Lei n° 3/94. Já a oposição, em sua estratégia, encarava o atraso no avanço da implementação da lei como uma oportunidade para melhor organizar-se para fazer frente ao governo no poder. Seguindo o diagnóstico político que apontava a ausência de previsão na constituição de um tipo específico de poder que viabilizaria a implantação de um modelo de descentralização do tipo municipalização no país, em novembro de 1996, o

parlamento moçambicano aprovou uma emenda à CRM, através da Lei nº 9/96, de 22 de novembro, e criou o chamado Poder Local, que representou a instituição legal que fundamentou posteriormente a criação de municípios em Moçambique.

Correspondendo à nova estratégia que pudesse assegurar o controle do poder político pelo partido no governo (a Frelimo), a aprovação do modelo de descentralização passou a corresponder apenas às unidades territoriais das áreas urbanizadas (cidades e vilas), portanto, mais reduzidas quando comparadas à proposta anterior, que envolvia os distritos conforme previa a Lei nº 3/94, que permaneceram assim sob a orientação do modelo de dependência direta do poder central dos ministérios das agências nacionais. Nesse contexto, em 1997 foi aprovada a Lei nº 2/97, de 18 de fevereiro, sobre o regime jurídico de implementação da municipalização e que assegura a autonomização da gestão das circunscrições territoriais de cidade e vilas no país.

De acordo com o descrito no parágrafo anterior, compreende-se que o contexto institucional gerou dinâmicas de *feedback* que retransmitiram preferências e escolhas de ação quanto ao processo de descentralização em Moçambique e que assegurariam a trajetória inaugurada no âmbito da construção do Estado, marcada pela forte presença e predominância do poder público central nas políticas públicas, aliás, como será evidenciado mais adiante. As referidas escolhas estão relacionadas com a adoção de dois modelos diferentes fundamentados por um lado, na descentralização territorial (LITVACK *et al.*, 1998) que é operada através da criação dos municípios que exercem o seu autogoverno e possuem relativa autonomia administrativa e fiscal. E, por outro lado, fundamentado no modelo de desconcentração (TREISMAN, 2006) concretizado pelos governos provinciais e distritais por meio da transferência de responsabilidades do governo central para esses dois entes locais, os quais não têm autonomia subnacional e o movimento é *top-down*.

A descentralização municipal foi, então, acompanhada de uma série de argumentos positivos à sua implantação no território nacional (MANOR, 1998; MAZULA, 1998) justificados pelos presumidos ganhos coletivos que engendra, traduzidos pela maior eficiência na alocação de recursos públicos e pela maior democratização no exercício da atividade governativa. Ela foi relacionada à revitalização dos governos locais, anteriormente esvaziados em seus poderes por um Estado unitário excessivamente centralizado; e encarada como um instrumento de radicalização democrática, com vistas à ampliação dos mecanismos de participação política e capaz de articular melhor as demandas comunitárias. A partir dessa altura, fica mais evidente o estabelecimento de um novo padrão de relações intergovernamentais que suscitou uma maior coordenação inspirada na lógica do compartilhamento de poder ou cooperação entre os entes públicos (SIMIONE, 2014a). Diante disso, a coordenação intergovernamental passou a estar relacionada ao desafio de equilibrar o poder dos governos

central e provinciais *vis-à-vis* à preservação da autonomia decisória dos governos municipais, numa circunstância em que a busca de padrões de interdependência não pode colocar em risco o pluralismo subjacente ao modelo de descentralização em implementação.

O que se pode perceber da análise às características do modelo adotado, é que a redefinição das relações entre os entes centrais e locais, especialmente os municípios, exige o equilíbrio entre interdependência e a autonomia, passando a ser fundamental para garantir o funcionamento saudável de cada nível de governo. Mas, também, assegurar o exercício efetivo do seu poder e cumprimento integral das respectivas atribuições e funções quanto às políticas públicas. A compreensão subjacente que se tem é a de que a descentralização deve assegurar a coerência e consistência das ações governamentais nos vários domínios ou campos da intervenção das políticas públicas (SIMIOME, 2018). Não menos importante de destacar na caracterização do modelo de descentralização municipal adotado em Moçambique é o fato deste basear-se no princípio do gradualismo. Segundo Weimer (2012), a abordagem do gradualismo significa o respeito a dois processos institucionais-jurídicos relacionados. Primeiro, que o aumento do número de municípios efetiva-se mediante a aprovação de legislação que indica a criação de novos municípios. Segundo, que podem ser transferidas mais competências e funções exercidas pelos OLE para a esfera municipal à medida que os entes desta última se mostrarem capacitados técnica e administrativamente para a gestão de mais serviços. Finalmente, vale assinalar que em 1997 foram criados os primeiros 33 municípios no país e eleitos por sufrágio universal direto os respectivos governos municipais em 1998. Nos períodos eleitorais de 2008 e 2013 foram criados, de acordo com o princípio do gradualismo da descentralização, dez municípios em cada um deles. Atualmente existem em Moçambique 53 municípios.

As Relações Intergovernamentais e as Políticas Públicas

Por meio deste estudo, constatou-se que a implantação e operacionalização da descentralização do tipo municipalização em Moçambique deu-se por meio de uma diversidade de legislações que se esperava que possibilitariam uma efetiva abertura e intensificação das relações entre os entes públicos da esfera central e local de governo, bem como estabeleceriam práticas de coordenação e articulação eficazes em âmbito nacional, provincial e municipal. A partir das análises feitas a esse conjunto de legislações em vigor foi possível entender, que embora se tenham verificado transformações importantes nos padrões institucionais de relacionamento político e administrativo entre os diferentes entes governamentais, a trajetória do processo de descentralização nas duas últimas décadas tende a reproduzir a lógica centralizadora do Estado moçambicano. Esse perfil atribui ao governo central uma posição e papel de maior

preponderância nas políticas públicas, destacando-se as que exigem maiores capacidades técnicas e de gasto, mas, também, a fraqueza dos entes municipais.

Os governos municipais receberam um leque variado de competências em áreas de políticas de saúde, educação, mercados e feiras, transporte urbano, cultura, comércio e saneamento básico, que estavam anteriormente sob a responsabilidade dos órgãos do governo central e provincial. Entretanto, as condições municipais para atender ao conjunto de demandas postas, em 88% dos municípios existentes, são caracterizadas pelo baixo desenvolvimento socioeconômico e pelas precariedades burocráticas dos respectivos aparelhos administrativos. Isso se constata ao se atentar à trajetória recente dessas unidades territoriais municipalizadas, sendo que muitos deles possuem extensas áreas com características rurais, resultado, em grande parte, do legado passado marcado por um viés de concentração de capacidades estatais, financeiras, de técnicos profissionalizados para atuar na gestão e de ações e processos de planejamento fundamentais para o funcionamento da máquina pública, mas também de uma debilitada presença do Estado nessas regiões ora municipalizadas.

Portanto, o quadro político-institucional traçado anteriormente tem implicações importantes nas relações intergovernamentais que são constituídas entre os diferentes entes governamentais. Tais implicações se estabelecem em torno de dois aspectos que têm marcado fortemente a implementação da descentralização do tipo municipalização no contexto de Moçambique, nomeadamente: *i)* as restrições políticas externas à ação governativa local, e *ii)* o processo de implementação da descentralização fiscal. Do ponto de vista político, a descentralização implantada produziu um deslocamento de poder e criou novos centros de decisão com relativa autonomia e legitimidade democrática para responderem às solicitações e demandas das comunidades locais. Contudo, maior parte das vezes, esse deslocamento de poder decisório é formal e restritivo ao florescimento de relações intergovernamentais dinâmicas. Ao esvaziar, fragilizar e controlar o poder das estruturas locais (OTAYEK, 2007), as medidas adotadas não têm permitido estimular a dinâmica suscitada pela interdependência das esferas de governo, particularmente na provincial e municipal mediante a exploração efetiva dos canais e incentivos de coordenação estabelecidos no Decreto nº 11/2005, de 25 de abril, que estabelece as concessões sobre as competências comuns.

Percebe-se que as relações entre os diferentes entes governamentais ocorrem dentro de um quadro deficiente (SIMIONE, 2014b) que não favorece a harmonização dos processos de gestão das políticas. A lei mencionada anteriormente estabeleceu a prioridade de coordenação na concessão, desenho, avaliação e ajustes de gestão das políticas. Entretanto, a indefinição em relação à regulamentação dos mecanismos que devem ser utilizados para estabelecer práticas de cooperação tem influenciado negativamente as formas de articulação que têm sido adotadas.

Com isso reduz-se a possibilidade de através deles poder-se melhor controlar e legitimar as ações compartilhadas e avaliar os resultados das políticas realizadas no quadro das competências concorrentes. Igualmente, as restrições tendem a afetar o desenvolvimento do processo de governação local por parte dos municípios, especialmente nas áreas que historicamente são fortemente centralizadas como são os casos dos programas de saúde, educação, estradas nacionais e turismo. Desde a aprovação do Decreto nº 33/2006, de 30 de agosto, referente à transferência de funções e competências dos órgãos do Estado para os municípios, assiste-se a tentativas marcadas por receios e boicotes de natureza política e administrativa para a sua efetiva implementação, tanto por parte dos entes centrais quanto dos entes municipais. A organização da gestão municipal tende a ser fragilizada pela disputa entre formas mais autônomas e outras de gestão vinculadas ao poder dos ministérios e agências nacionais.

Com o avanço da descentralização em 2013, como salientado por Simione (2014b), após uma análise sobre a viabilidade para a transferência de mais competências nas áreas de saúde primária, educação fundamental e transportes, o Governo da Província de Gaza e os Municípios das cidades de Xai-Xai e Chibuto firmaram dois acordos através de um memorando que definiu a passagem desses serviços para os municípios. No entanto, com exceção da área de transportes, que tem funcionado com experiência de parcerias entre o público e o privado, através de concessão de empréstimos aos operadores e atribuição de frotas de meios de transporte coletivo (financiadas directamente pelo governo central e cedidas aos entes municipais), a transferência de competências para as restantes áreas da política pública nunca chegou a ser efetivada. Esse autor enaltece que isso se deve, por um lado, porque para os governos municipais não existem garantias de que o governo provincial irá efetuar ao mesmo as competências e os repasses de recursos necessários para a gestão dos serviços, e por outro, porque não existe ainda regulamentação específica sobre como deve ser operacionalizado o processo de municipalização de tais serviços. Do exposto, entende-se que a descentralização em direção aos entes municipais teve uma tendência mais acentuada em determinados campos de políticas públicas locais (estradas, saneamento e gestão da terra), contudo, sua sustentabilidade ainda não está clara, visto que permanecem dúvidas em relação às questões de ordem fiscal e orçamentária que ficaram predominantemente reservadas ao governo central.

Os governos provinciais possuem um grande poder e capacidade de influência política e administrativa sobre as estruturas municipais. Após dez anos da implementação da descentralização, através da Lei nº 6/2007, de 9 de fevereiro, foram atribuídos poderes tutelares ao governador e ao órgão coletivo do governo provincial, em cuja atuação muitas vezes tendem a determinar o comportamento a ser adotado pelos municípios em relação às políticas. Nesse contexto, observa-se na aplicação dessa lei, que a compatibilização do princípio da autonomia

com o de interdependência, como resultado da divisão de funções e poderes entre as esferas de governo, não tem funcionado de forma eficaz, pois, a interferência permitida na norma tende a prejudicar a inovação e o desenvolvimento das ações municipais. O governo central prioriza a coordenação das políticas pela via dos órgãos provinciais e distritais e suas agências no nível local, e não dos municípios. Visto que as políticas públicas em Moçambique são majoritariamente pré-estabelecidas ou adotadas pelo governo central por meio de programas desenvolvidos para todo o território nacional e operacionalizadas através dos entes provinciais e distritais, constata-se uma grande influência política destes, dado que desempenham um papel importante para assegurar o cumprimento das metas estabelecidas nacionalmente. Isso reduz e condiciona a autonomia dos municípios no que se refere à gestão política de caráter nacional.

No que se refere às formas de partilha de recursos e arrecadação dos municípios, tem-se como principal limitação a insuficiência dos mecanismos legais que orientam a descentralização fiscal para proporcionar os recursos financeiros demandados no processo de gestão das políticas públicas locais. Apesar de a autonomia dos governos municipais ter desenvolvido práticas fiscais jamais vistas no contexto nacional, o governo central detém maiores competências tributárias e capacidade de financiamento das políticas públicas. A Lei n° 11/97, de 31 de maio, criou um regime para as finanças e tributos municipais que implicaram novas formas de articulação entre as esferas central, provincial e municipal. Essa lei fixou a responsabilidade dos municípios realizarem a sua gestão fiscal, mas reconheceu as fragilidades de grande parte deles em arrecadar receitas ou tributos para o financiamento de seus projetos. Nisso, ela colocou-os em estreita dependência dos recursos econômicos e administrativos da esfera central de governo. Apesar dos municípios terem-se beneficiado bastante com a implantação da descentralização fiscal, resultados de estudos recentes evidenciam que a dependência dos municípios persiste e a redistribuição dos recursos fiscais continua desequilibrada (CANHANGA, 2009) e irregular (SIMIONE, 2014b) entre os diferentes níveis de governo. O quadro financeiro de desequilíbrio no volume de receitas e na geração de arrecadação própria é mais evidente quando se observa a situação dos três municípios das regiões mais importantes (sul, centro e norte), correspondentes a 3,1% que conseguem gerar metade de suas receitas, sendo que 97,9% não alcançam sequer 20% de suas receitas.

Isso está relacionado à limitada base econômica/tributária local, sendo, por essa razão que, os municípios ainda dependem das transferências fiscais concedidas pelo nível central (SIMIONE, 2014b), principalmente por meio de mecanismos como o Fundo de Compensação Autárquica e o Fundo de Investimento de Iniciativa Autárquica, que correspondiam ambos a 50% das necessidades de recursos dos vários entes municipais entre 2012 a 2018. As fontes para a arrecadação própria são insuficientes para proporcionar um nível elevado de recursos para a

gestão municipal. O sistema tributário autárquico mostra-se limitado, dado que as receitas próprias de maior parte dos municípios cobriam apenas metade das despesas funcionais (cerca de 48% em 2011 e 50% em 2012 e 2013, da cobertura total das despesas municipais) uma tendência que se manteve até 2018, o que tem prejudicado a capacidade dos governos municipais de fazerem frente às demandas locais.

O estudo de Simione (2014b) mostra, igualmente, que entre os anos 2008 e 2009 não se registrou nenhuma variação no volume das transferências fiscais do nível central para os municípios, por meio de fundos de participação do FCA, embora tenha se registrado substancial aumento de 12% no montante de 2011 e 2012. Os resultados dos estudos citados anteriormente mostram que o volume de transferências intergovernamentais não tem aumentado expressiva e proporcionadamente de acordo com o aumento equitativo à participação dos municípios na receita nacional ao longo das últimas duas décadas. A trajetória da descentralização fiscal no contexto moçambicano também é acompanhada pelas insuficiências que caracterizam o sistema tributário municipal. Os critérios que orientam o processo de partilha de recursos fiscais entre as esferas governamentais sofreram em 2008 uma alteração que reduziu o volume de transferências intergovernamentais do Estado para os municípios restringindo, desse modo, os recursos à disposição dos governos municipais.

Com a aprovação da Lei n° 1/2008, de 16 de fevereiro, houve um aumento das fontes de arrecadação dos entes municipais com a criação de contribuições como o Imposto Autárquico de Veículos o que, de certo modo, permitiu elevar a capacidade de seu autofinanciamento. Paradoxalmente, através dessa mesma lei, o governo central reduziu os limites para as transferências fiscais estabelecidos inicialmente na lei respectiva de 1997, anteriormente fixados entre 1,5% e 3% das receitas fiscais, fixando apenas o único limite de 1,5% como critério sobre a partilha de recursos entre as esferas governamentais. É importante frisar que esse limite constitui a base para a determinação do montante do Fundo de Compensação Autárquica, repassado do nível central para os municípios. A compreensão que se tem é de que existe um grande desequilíbrio na descentralização fiscal e na autonomia financeira, o que contribui para o enfraquecimento da capacidade governativa dos municípios. Em termos relativos, a divisão das fontes de recursos, com base na arrecadação fiscal, continua beneficiando a esfera central, uma vez que a política de acesso aos tributos restringe as possibilidades de arrecadação de maior volume de receitas por parte do município; e a autonomização da gestão não tem contribuído para reduzir a subordinação financeira e dependência em relação aos níveis superiores de governo.

A análise de Simione (2014b) já mostrava que, no geral, o nível de transferências fiscais do Estado a favor dos municípios é bastante reduzido, apenas 0,21%, em 2009 e 0,22% em 2010

sobre o PIB, embora a participação dos municípios para o Orçamento do Estado (OE) seja correspondente a cerca de 85% da receita tributária global. Não obstante, o sistema tributário autárquico em Moçambique apresenta uma concepção voltada para a maior capacitação dos municípios, em termos de arrecadação de receitas próprias para satisfazer às responsabilidades no âmbito das políticas públicas municipais, uma vez que a tributação local se mostra reduzida. Portanto, pode-se enfatizar que a reduzida capacidade de arrecadação de receitas municipais e a grande dependência em relação ao Fundo de Compensação Autárquica e ao Fundo de Investimento de Iniciativa Autárquica têm significativa influência nas relações intergovernamentais constituídas entre o município e o Estado, pois, afetam a autonomia das finanças locais. Com a municipalização, constituíram-se vários encargos e responsabilidades para os governos municipais, no entanto, a implementação dos programas e projetos no contexto da gestão municipal tem sido profundamente condicionada pela frágil base econômica, ao lado de fracas capacidades e ineficiência administrativa e da insuficiência de meios para garantir a sua autonomia financeira.

Finalmente, importa destacar que desde o ano de 2009 alguns recursos ou transferências fiscais pelo governo central para os entes municipais têm sido efetuadas mediante a observância de condicionalismos políticos. A implementação nos dez municípios capitais provinciais do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana, voltado para o financiamento das iniciativas empreendedoras de criação de renda e emprego, é negociado e acordado apenas se os governos municipais tenham implantado formas de participação da sociedade por meio dos conselhos locais. Esta prática ilustra, por um lado, de que forma o caráter condicionado no repasse de alguns recursos combina a visão de que determinadas transferências apenas podem ocorrer com a institucionalização desses órgãos que vinculam a ampla ligação entre o Estado e a sociedade. O Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana é uma política que configura uma medida de distribuição de renda direta à população. A ideia principal dessa iniciativa do governo central é que políticas nacionais padronizadas podem ser articuladas e executadas no nível local e assegurada a sua gestão através do repasse de verbas do provenientes do nível central. Essas medidas defendem também que a redistribuição é necessária para assegurar a redução das desigualdades e aliviar a pobreza nos principais centros urbanos, pelo que o governo central desempenha um papel importante nesse processo.

Considerações Finais

Neste trabalho buscou-se contribuir para o debate sobre a descentralização do tipo municipalização em Moçambique, identificando as conjunturas políticas e administrativas que

estiveram associadas ao processo de criação de municípios ao nível nacional no limiar da segunda metade dos anos noventa. Para tanto, a construção do estudo baseou-se no uso de alguns conceitos (conjuntura crítica, dependência de trajetória, legado institucional e eventos) apresentados na abordagem do institucionalismo histórico, e o seu uso mostrou-se vantajoso tendo em vista o propósito do trabalho. Por meio deles foi possível deslindar os marcos institucionais que indicam como ocorreu o processo de transferência de autoridade do nível central para a esfera subnacional. Além disso, o enfoque institucional histórico ajudou no delineamento relativo aos rumos que têm sido seguidos na implementação da municipalização na atualidade.

As conjunturas críticas inerentes ao processo de construção do Estado, e destacadas na análise empreendida estiveram associadas ao momento caracterizado por dificuldades de ordem política que originou uma crise fiscal e social no país, especialmente ao longo da década de 1980. Mas, também ao momento da democratização do Estado no início da década de 1990. Em ambos os momentos surgiram pressões políticas e administrativas por parte de atores nacionais e internacionais, que reverberaram na realização de reformas institucionais importantes no modelo predominante de organização administrativa marcado pela centralização do planejamento estatal e das políticas públicas. Essencialmente, como fruto dessas reformas, veio a descentralização do tipo municipalização. Em termos constitucionais, com a sua implantação, verificou-se a expansão do poder político para os entes locais, e os municípios foram investidos como entes governativos que assumiram uma série de competências para intervirem em atividades de gestão de políticas públicas em seus territórios. Nesse quadro, por se terem configurado como atores autônomos do planejamento e decisão sobre as demandas públicas, ganhou relevo a ampliação da interdependência entre eles e os níveis central e provincial.

Entretanto, volvidas quase duas décadas e meia de implementação de medidas concorrentes à transferência de poderes para o nível local, evidenciou-se que os municípios possuem limitadas capacidades de execução das políticas públicas no quadro da sua autonomia e reproduzem o legado da frágil estrutura administrativa que tem caracterizado a esfera local de governo. O que se tem é que no cenário atual envolvendo a necessidade de partilha de competências comuns, o desenho institucional adotado tem operado como principal limitador tanto do exercício efetivo dos poderes municipais quanto do tipo de relações intergovernamentais estabelecidas, estando estas últimas calcadas em práticas de gestão administrativa que acabaram por dar proeminência ao poder público central no processo das políticas públicas. Isso ocorre em detrimento da formação de uma estrutura de coordenação e cooperação com a esfera subnacional municipal, que seja mais articulada, envolvente e que propicia a geração de benefícios para o rápido desenvolvimento dos municípios nacionais. Como implicações, notou-se que os

mecanismos legais e as dinâmicas que são criadas pelas normas que orientam a gestão local interferem no exercício efetivo da autonomia e iniciativa municipal. O impacto dos constrangimentos tem sido o aprofundamento da dependência dos governos municipais, sobretudo a partir de 2008 e a manutenção dos desequilíbrios em torno da partilha dos recursos tributários e o favorecimento do nível central. Por outro lado, a descentralização não pode colocar em risco a integração de política pública e nem pode se tornar uma oportunidade para elites municipais fortalecerem suas práticas clientelistas.

Apresenta-se, assim, como um dos desafios importantes às limitações da autonomia constitucional dos municípios, tanto no âmbito da política quanto no administrativo, a necessidade de se assegurar que as práticas e os padrões de articulação baseados na indução e condicionalismos para o acesso às transferências fiscais do governo central não transformem os entes municipais em unidades implementadoras de políticas centralmente definidas, apesar de se reconhecer a importância inquestionável desses mecanismos de gestão para a redistribuição e redução das desigualdades no território nacional. Finalmente, para pesquisas futuras, argumenta-se ser relevante investigar os sentidos das práticas resultantes do modelo de descentralização implantado. Outras questões promissoras estão relacionadas em avaliar a capacidade de planeamento e os resultados da ação governativa que tem sido demonstrada nos diferentes ciclos governativos dos municípios em Moçambique, sem discurar os aspectos relativos às capacidades dos entes municipalizados para lidar com as demandas postas, ao mesmo tempo que se deve aprofundar o conhecimento que se tem em relação ao papel que a burocracia local tem desempenhado e sua influência no processo de implementação das políticas públicas nessa esfera de governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BILÉRIO, B. Descentralização e construção do Estado em Moçambique. **Cadernos de África Contemporânea**, v. 2, n. 4, p. 99 - 115, 2019.

CANHANGA, N. Descentralização fiscal, transferências intergovernamentais e dinâmicas da pobreza nas autarquias locais. In: **II Conferência IESE. Dinâmicas da pobreza e padrões de acumulação económica em Moçambique**. Maputo: IESE, Conference Paper nº 13, p. 1-31, 2009.

CASTEL-BRANCO, N. **Moçambique-perspectivas económicas**. Maputo: UEM, 1994.

CRAWFORD, S.; OSTROM, E. A grammar of institutions. **American Political Science Review**, v. 89, n. 3, sep. p. 582-600, 1995.

FERNANDES, T. Descentralizar é fragmentar? Riscos do pluralismo administrativo para a unidade do Estado em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 77, p. 151-164, jun, 2007.

FORQUILHA, S. Remendo o novo no velho: o impacto das reformas de descentralização no processo de governação local em Moçambique. In: **Conferência Inaugural do IESE. Desafios para investigação social e económica em Moçambique**. Maputo: IESE, p. 1-26, 2007.

HODGSON, G. M. What are institutions? **Journal of Economic Issues**, v. XL, n. 1, mar. 2006.

LITVACK, J.; AHMAD, J.; BIRD, R. **Rethinking decentralization in developing countries**. Sector Studies Series. The World Bank, Washington, D.C, 1998.

MACAMO, E; NEUBERT, D. When the post-revolutionary state decentralizes: the reorganization of political structures and administration in Mozambique. **Cadernos de Estudos Africanos**, v. 5, n. 6, p. 51-74, 2003.

MACUANE, J.; WEIMER B. **Governos locais em Moçambique: desafios de capacitação institucional**. Maputo: Ed. UEM, 2003.

MANOR, J. **Pacote autárquico: as promessas e as limitações da descentralização**. Maputo: PROL/MAE, 1998.

MARCH, J.; OLSEN, J. **Elaborating the new institutionalism**. Working Paper, n. 11, mar. 2005.

MAZULA, A. Quadro institucional dos distritos municipais. In: MAZULA, A. et al. **Autarquias locais em Moçambique: antecedentes e regime jurídico**. Lisboa; Maputo: UEM, 1998. p. 57-71.

OTAYEK, R. A descentralização como modo de redefinição do poder autoritário? Algumas reflexões a partir de realidades africanas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 77, p. 131-150, jun, 2007.

PIERSON, P.; SKOCPOL, T. El institucionalismo histórico en la ciencia política Contemporánea. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, v. 17, n. 1, ICP: Montevideo, 2008.

PLANK, N. Aid, debt, and the end of sovereignty: Mozambique and its donors. **The Journal of Modern African Studies**, v. 31, n. 3, p. 407-430, 1993.

ROCHA O.; ZAVALE. G. A descentralização e autonomia local na África subsaariana. **AJPSDG**, v. 1, n. 1, Out. 2018.

ROSÁRIO, D. Os municípios dos “Outros”. Alternância do poder local em Moçambique? O caso de Angoche, **Cadernos de Estudos Africanos**, v. 30, n. 1, p. 35-165, 2015.

SIMIONE, A. A modernização da gestão e a governança no setor público em Moçambique. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 3, p. 551-570, maio/jun. 2014a.

SIMIONE, A.A. Articulações intergovernamentais: alcances e limites da coordenação e cooperação na gestão municipal em Moçambique. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 19, n. 65. p. 209-229, 2014b.

SIMIONE, A. A. Dinâmicas do contexto político e administrativo na construção da administração pública em Moçambique. **Revista Foco**, v. 8, n, 2, p. 70-89, ago./dez. 2015.

SOIRI, L. **Moçambique: aprender a caminhar com uma bengala emprestada? Ligações entre descentralização e alívio à pobreza.** Maastricht: European Centre for Development Policy Management, 1999.

THELEN, K. Historical institutionalism in comparative politics. **Annual Review of Political Science**, v. 2, n. 1, p. 369-404, 1999.

TREISMAN, D. **The Architecture of government: rethinking political decentralization.** Forthcoming Cambridge University Press, Oct. 2006

WEIMER, B. Para uma estratégia de descentralização em Moçambique: mantendo a falta de clareza?: conjunturas, críticas, caminhos, resultados. In: WEIMER, B. (Org.). **Moçambique: descentralizar o centralismo: economia política, recursos e resultados.** Maputo: IESE, 2012, p. 76-97.

WEIMER, B.; MACUANE J.; BUUR L. Economia do political settlement em Mocambique: contexto e implicações da descentralização. In: WEIMER, B. (Org.). **Moçambique: descentralizar o centralismo: economia política, recursos e resultados.** Maputo: IESE, 2012, p. 31-66.

Recebido em: 27/02/2021

Aprovado em: 30/05/2021



ISSN: 2595-5713
Vol. 04 | Nº. 7 | Ano 2021

Edgar Djú

ESTADO ZUMBI/ZOMBIE

ZOMBI/ZOMBIE STATE

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar a estrutura, o funcionamento, a sobrevivência do Estado Capitalista e sua relação com a burocracia. Para tanto, analisaremos o Estado da Guiné-Bissau, a partir das concepções teóricas do Estado zumbi/zombie (Estado kacissa), trazendo os elementos da análise marxista e a concepção weberiana do aparato administrativo-organizacional, visualizando a dificuldade da implementação do Estado Capitalista na Guiné-Bissau.

PALAVRAS-CHAVE: Estado zumbi/zombie (Estado kacissa); Estado Capitalista na Guiné-Bissau; a Sobrevivência do Estado Guineense.

ABSTRACT: This article aims to analyze the structure, functioning, survival of the Capitalist State and its relationship with bureaucracy. To this end, we will analyze the State of Guinea-Bissau, from the theoretical conceptions of the zumbi/zombie state (Estado kacissa), bringing the elements of Marxist analysis and the Weberian conception of the administrative-organizational state, visualizing the difficulty of the implementation of the Capitalist State in Guinea-Bissau.

KEY WORDS: Zumbi/Zombie State (Estado kacissa); Capitalist State in Guinea-Bissau; the Survival of the Guinean State.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

ESTADO ZUMBI/ZOMBIE

Edgar Djú¹

Introdução

A Guiné-Bissau é um *Estado kacissa* (zumbi/zombie) com muitos *funcionários fantasmas* que nasceu na década de 70 resultado de luta armada popular contra ocupação colonial portuguesa. Porém, desde sua descolonização, em 24 de setembro de 1973, o país enfrenta os desafios de se afirmar como um Estado forte e alcançar os seus principais objetivos, entre quais o desenvolvimento. Este Estado pós-colonial de expressão portuguesa, logo após a sua descolonização, se considerava um Estado socialista ou escolheu o socialismo como a última grande esperança no momento em que este sistema estava em todo canto do mundo a entrar em crise nunca superada até os dias de hoje. Acredita-se que o fator socializante nas guerras populares está por detrás desta escolha (CHABAL, 1991).

Tomo de empréstimo o termo *Estado kacissa* do crioulo guineense, da Guiné-Bissau, que literalmente significa Estado zumbi/zombie, morto-vivo, identificando muitos *funcionários fantasmas* (nome dado para os funcionários públicos, cujos nomes constam na lista ou folha de pagamento do Governo guineense e recebem os salários regularmente, mas que na realidade não existem) ou, ainda, funcionários fictícios (DJÚ, 2016; DJÚ, 2019). Um Estado aterrorizante, monstruoso que afugenta, assassina o seu próprio povo e até os seus altos dirigentes. Incapaz de garantir as condições básicas como ruas e estradas transitáveis, energia elétrica, água potável, pagamento dos salários no tempo instituído, justiça, saúde, educação, entre outros para a sua população. Zumbi/zombie é uma criatura ou um cadáver reanimado e que age de forma estranha e instintiva, um morto-vivo, privado de vontade própria sem personalidade que cria insegurança. Em termos gerais, estas são características do Estado guineense, que praticamente não existe, está quase morto e que vê os seus cidadãos como presas; um Estado bem eficaz em induzir os comportamentos em suas vítimas, isto é, corrompe e coopta os servidores públicos para os sistemas de desvio dos erários públicos, corrupção, nepotismo, clientelismo e patrimonialismo *et cetera* (DJÚ, 2016; DJÚ, 2019a).

Gonçalves, ao discorrer sobre o Estado e o seu papel no conjunto das relações sociais, afirma que “Existem tensões teóricas quando se trata de precisar os contornos e a performance que assume o Estado” (GONÇALVES, 1996, p. 3). Para os contratualistas clássicos, como Hobbes e Rousseau, e para os neoclássicos, como Buchanan e Rawls, o Estado é o resultado do senso entre os indivíduos, que, em nome da continuidade da espécie humana e do bem-estar formal, concedem, através de pacto social, uma parte da sua liberdade individual para construir um corpo político (Estado) - capaz de combinar e aglutinar diversos interesses (DJÚ, 2019b).

¹Doutorando em Políticas Públicas pela UFMA. Mestre em Ciências Humanas pela UNILAB, Especialista em Psicologia Organizacional pela FAK, Bacharelado em Administração Pública pela UNILAB, e bolsista de FAPEMA desde 2019. edgardju86@gmail.com

Razão pela qual Rousseau diz: a vontade individual é parcialmente sacrificada para gerar a vontade geral (*la volonté generale*), isto é, o princípio da associação dos indivíduos (GONÇALVES, 1996). Na obra “O Contrato Social”, encontra-se todo o discurso, arrazoado rousseauiano sobre esse assunto. Já o marxismo tem o ponto de vista ou concepções antípodas paradoxais das formuladas pelos contratualistas. De acordo com marxistas, o Estado, uma vez nascido da modernidade sob o signo do capitalismo, tem uma natureza de classe, sendo voltado à consecução dos interesses burgueses e, portanto, não consensual, mas um mecanismo de conflito abreviado, substanciado pela luta de classes. Baseando-se no estatuto metodológico de Marx, o Estado não é uma expressão de uma coletividade no sentido mais amplo do termo, como dizem os contratualistas, porém foi constituído a partir dos interesses da classe burguesa, a classe detentora do capital e dos meios de produção, que se apropria do poder político para assegurar e salvaguardar os seus interesses (GONÇALVES, 1996; DJÚ, 2019b).

Há uma intervenção política do Estado através da burocracia nas políticas, portanto, não pode ser dispensada nas instituições do Estado Moderno. Burocracia é uma categoria teórica estudada por Marx, Lênin e Weber, que, nestes estudos, fica explícito que há uma relação estrita entre a burocracia e o Estado Capitalista, pois a burocracia é a instância de elaboração/execução de políticas públicas. O Estado Capitalista precisa de ser representado pela burocracia nas organizações estatais para permitir o funcionamento do capitalismo e a exploração da classe dominada pela dominante. Portanto, a falta da sua aplicação nas instituições como o caso da Guiné-Bissau, compromete a implementação e o funcionamento do Estado Capitalista, e ameaça a sua sobrevivência: “a burocracia ao se inscrever na órbita do processo das políticas revela-se como um dos sujeitos desse processo, referendado pelo seu caráter racional [...]” (GONÇALVES, 1996, p. 2).

Inspirado em Maria de Fátima da Costa Gonçalves (1996), pode-se afirmar que o Estado é o *locus* da ação política. Portanto, é importante entender a sua relação com a burocracia, a sua importância no funcionamento do aparelho do Estado Capitalista como instância situada no seu interior e sujeito de políticas públicas. A categoria burocracia é trabalhada por diversos estatutos teórico-metodológico, como Weber (sociologia compreensiva) e Lênin (marxismo). Essas concepções são objeto importante de reflexão para análise da burocracia enquanto o sujeito de políticas públicas, indispensável ao funcionamento e a sobrevivência do Estado.

A questão que se levanta é: que Estado é esse? Para tal indagação, lanço os problemas seguintes: 1. A não aplicação da burocracia num (Estado) Governo – instituições públicas enfraquece ou mata o Estado? 2. A ausência da burocracia é sinônimo do enfraquecimento ou o desaparecimento do Estado? 3. O desaparecimento das instituições, empresas públicas/privadas, significa a morte da burocracia e conseqüentemente do Estado? A pesquisa visa compreender quais são condições necessárias para o funcionamento do Estado Capitalista. Saber como é o processo de implementação do Estado Capitalista na Guiné-Bissau. Saber como manter a subsistência, a sobrevivência, o funcionamento e estrutura do Estado Moderno/Capitalista.

O título do trabalho foi escolhido no âmbito da conclusão da disciplina Estado, Questão Social e Políticas Públicas do Doutorado em Políticas Públicas, ministrada pelo Prof. Dr. Flávio Bezerra de Farias e pela Prof.^a Dr.^a Josefa Batista Lopes como um dos requisitos do curso para obtenção de conceito e fará parte da minha tese de doutorado. O artigo é dividido em nove partes: introdução; concepções teóricas sobre a burocracia; a burocracia como expressão do poder de Estado, elementos da análise marxista; burocracia como expressão da racionalidade da organização social, elementos da análise weberiana; burocracia como sujeito de políticas públicas, retomando análise da relação entre Estado e burocracia; a burocracia pública no contexto da reconstrução de um novo paradigma; o estado pós-colonial na África Lusófona; o contexto político, econômico e social na Guiné, ambiente político, governativo e de segurança e conclusão.

A pesquisa foi feita através de uma abordagem qualitativa (pesquisa documental) tendo como objetivo o desenvolvimento de pesquisa exploratória onde foi utilizada a pesquisa bibliográfica com consulta a livros e artigos pesquisados na internet.

2 CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE A BUROCRACIA

Na metade do século XVIII, o economista fisiocrático de nome Vicent de Gournay usou pela primeira vez o termo burocracia para designar o poder do corpo dos funcionários e empregados da administração estatal ou da administração pública encarregado/incumbido das funções especializadas sob a monarquia absoluta e dependente do soberano. O termo burocracia tem uma conotação negativa forte e foi utilizado de maneira polêmica por radicais e liberais para atacar o espírito corporativo da administração pública nos regimes autoritários, o formalismo e altivez, especialmente na Alemanha. Hoje é usado de maneira crítica para assinalar o excesso de regulamentos e normas, o ritualismo, a falta de iniciativas, assim como a dinâmica no andamento dos processos ou a ineficiência nas instituições públicas e privadas (DJÚ, 2019a).

Portanto, na tradição marxista, conceitos como burocracia, burocratismo e burocratização são especialmente aplicados ou utilizados para indicar a elevação de rigidez no aparelho do partido e Estado em detrimento das exigências da democracia de base. Porém, ao longo do século XIX, surgiu outra concepção em relação a burocracia e esse termo passou a ter o sentido técnico e não polêmico, referindo-se a um conjunto de estudos jurídicos e da ciência da administração alemãs que versam sobre *Bureausystem*, que era o novo aparelho administrativo prussiano organizado monocraticamente e hierarquicamente que, no começo do século XIX, substituiu os velhos corpos administrativos colegiais. A burocracia weberiana, além de permitir a dominação dos que estão no topo de pirâmide hierárquico-organizacional ou social pelos seus subordinados, surgiu também para combater o patrimonialismo, o nepotismo e o clientelismo nas instituições públicas (DJÚ, 2016; DJÚ, 2019a; DJÚ, 2019b; BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1983).

Há duas grandes correntes de pensamento que se ocupam em fundamentar a estrutura, ou melhor, dar um arcabouço teórico-analítico sobre a burocracia: as análises marxista e weberiana. A análise marxista considera a burocracia, o burocratismo e a burocratização como expressões de rigidez progressiva do

aparelho de Estado, caracterizado pela força repressiva em oposição às exigências da democratização de base. De acordo com a análise weberiana, a burocracia não é um elemento que expressa a correção e o interesse de classe como pensam os marxistas, ela é um conceito que sustenta a racionalidade dos tempos modernos (DJÚ, 2019b).

3 A BUROCRACIA COMO EXPRESSÃO DO PODER DE ESTADO, ELEMENTOS DA ANÁLISE MARXISTA

O Estado, enquanto parte da superestrutura, foi criado em determinado momento histórico, sobretudo “para processar os antagonismos, naturalmente existentes entre classes sociais, cujos interesses são essencialmente contrapostos. Sua ação, nesse sentido, é parcial, posto que voltada para servir a interesses particulares, em nome do interesse universal” (SANTOS, 1995, p. 4). Na perspectiva marxiana, a burocracia é considerada uma camada social, cujo encargo é administrar os negócios e se apresenta frente às empresas voltadas para atividades particulares ligadas aos interesses privados com disfarce e como portadora de interesse universal (GONÇALVES, 1996).

Na perspectiva marxiana, a burocracia é uma camada social, não é em si mesma uma classe. No entanto, ela está voltada aos interesses da classe dominante, burguesia, dotada de um papel especial, que é a manutenção da estrutura estabelecida através da manutenção da ordem corrente vigente: “a burocracia, em razão do equilíbrio das forças sociais em luta, é tida como um sujeito social particular e complexo que se relaciona à burguesia, através de interesses contraditórios, com os quais os dois grupos lidam” (SANTOS, 1995, p. 3). A burocracia colocada ou situada na ordem pública e ligada ao Estado, sendo que este último se liga aos interesses particulares, específicos do domínio particular da classe burguesa, que os tornam comuns e universais como se na realidade fossem interesses de todo conjunto social. Dessa forma, de forma aparente, fomenta um caráter de neutralidade ao corpo burocrático. Este fato é mediado pela ideologia, que, neste caso e de acordo com a visão marxista, tem a função de escamotear a realidade de que o Estado é portador de interesses da classe dominante (classe burguesa).

Para os marxistas,

a burocracia pode ter autonomia relativa, na estrutura do poder político, podendo variar sua posição, dependendo do grau de desenvolvimento das forças produtivas, do confronto entre sujeitos sociais diversos”, na defesa de seus interesses particulares e da maior ou menor exigência de intervenção do Estado, nas diferentes conjunturas. “A concepção que predominou entre os intérpretes marxistas, todavia, é a da burocracia como pura encarnação dos interesses privados e apêndice do Estado, o que implica na sua total falta de autonomia, enquanto sujeito particular (SANTOS, 1995, p. 4).

Wladimyr Ilitch Ilitnov, Lênin, fez análises que tomam como referencial a Rússia do início do século XX, que passa a ser conhecida como União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) pelo movimento do socialismo real: a Revolução Bolchevique. Ao falar da relação presente no interior do sistema capitalista,

Estado Moderno/Capitalista e Burocracia, considera a burocracia e o exército permanente como parasitas no corpo da sociedade capitalista, burguesa que dependem de interesses da burguesa, que recruta os burocratas de camadas médias e inferiores, ao mesmo tempo que cooptando com classe burguesa (dominante), desligam-se de interesses da classe que estavam vinculados e se voltam ao alcance, ou melhor, à consecução dos interesses capitalistas (GONÇALVES, 1996).

A burocracia não é uma necessidade técnica frente ao desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento administrativo do capitalismo moderno, mas sim, é uma condição *sine qua non* para a continuidade ou a estabilidade do capitalismo e a dominação burguesa. Portanto, é um imperativo político, não tecnológica (GONÇALVES, 1996). A burocracia é uma rede imensurável. Em outras palavras, uma rede imensa de relações pessoais, em que as relações de dependências se sobrepõem as objetivamente traçadas pela divisão do trabalho, que supõem a produção de meios de existência material (GONÇALVES, 1996).

A burocracia por compreender no seu interior os interesses específicos de classe “devem ser substituídos, face à Revolução Socialista, por instituições políticas soviéticas” (GONÇALVES, 1996, p. 10). Isso significa abolir o parlamento e a democracia (burguesa) e substituí-los por uma ditadura do proletariado organizado em assembleia de trabalhadores e da administração soviética, pois a burocracia inviabiliza o controle popular da administração. Ela é uma estrutura basilar por meio da qual a classe burguesa/capitalista domina uma grande maioria da população. A par disso, a organização burocrática é apenas apropriada para a dominação capitalista. Portanto, “a burocracia é a expressão formal no Estado burguês dos interesses específicos de classe, quais sejam, manutenção e fortalecimento do sistema capitalista” (GONÇALVES, 1996, p. 10).

4 BUROCRACIA COMO EXPRESSÃO DA RACIONALIDADE DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL, ELEMENTOS DA ANÁLISE WEBERIANA

O Estado se define como a estrutura ou físico legítimo e que depende das leis racionais. A administração é também racional e é exercida por funcionários especializados. Portanto, a burocracia é um elemento indispensável à racionalidade do Estado, porque comporta o exemplo mais plausível da dominação legal, que é fundada na lei e na racionalidade. Ela é uma das origens do Estado Ocidental Moderno (Estado Capitalista), por ser portadora, na visão weberiana, da racionalidade necessária ao Estado Capitalista Moderno (GONÇALVES, 1996). Para a concepção weberiana, a burocracia é concebida como uma forma racional capaz de organizar o esforço humano, fazendo interagir os recursos e a ação humana na busca de um escopo determinado (SANTOS, 1995, p. 5).

5 BUROCRACIA COMO SUJEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RETOMANDO ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE ESTADO E BUROCRACIA

A burocracia é como grupos organizados e dotados de funções técnicas específicas. Segundo a visão weberiana, são expressões da própria civilização (sociedade) que estão inseridas no Estado Capitalista como parte da administração (elaboração/execução de atividades) pública.

As correntes administrativo-organizacionais, através de vários expoentes, entre os quais o mais destacado é Taylor, deram a burocracia uma configuração essencialmente técnica. A contribuição de Taylor permitiu que a administração capitalista do trabalho assumisse o status de ciência, utilizando uma tecnologia específica para controlar a ação do trabalhador/servidor. A burocracia, definida como práxis eficiente da administração pública, é dada uma conotação normativa, sendo delimitada sua esfera de competência e os critérios de ascensão e de carreira dos funcionários. Consolidou-se num momento histórico que se singulariza pelo otimismo no que concerne ao progresso científico (SANTOS, 1995).

6 A BUROCRACIA PÚBLICA NO CONTEXTO DA RECONSTRUÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA

Um dos compromissos da burocracia é a satisfação dos interesses particulares (privados) de seus membros: reivindica os direitos, requisita a ampliação de recursos em benefício próprio, luta pela obtenção de privilégios, assim como pelo apoio às suas iniciativas. Nesse particular, a sua atitude peculiar é de apartação, colocando-se como um elemento destacado do próprio Estado (SANTOS, 1995).

A tendência natural do pessoal de Estado é contrabalançar as ameaças latentes e evidentes, postas ao Estado, no seu papel de autoridade e árbitro, que tende nessa situação, com o lado oposto ao movimento de ameaça (a classe dominada) (DJÚ, 2019b): “Não está, portanto, sempre ao lado da classe dominante: nos casos em que as ações intimidativas provêm de grupos econômicos poderosos, há uma tendência a estabelecer pactos com os grupos subordinados, para manter seus privilégios corporativos” (SANTOS, 1995, p.15).

O segundo compromisso da burocracia é mediar os interesses dos grupos privados capitalistas, garantindo a reprodução do modo de produção capitalista vigente, e, conseqüentemente, o modelo do Estado Moderno (Estado Capitalista) a ele correspondente. A burocracia constitui, assim, em relações de interdependência com esses grupos, pois a sua preservação, enquanto unidade de poder, depende do processo de acumulação (SANTOS, 1995). O terceiro compromisso da burocracia é a materialização de ações infraestruturais, representativas do interesse geral/coletivo, que se pautam nos objetivos formais do Estado e no corpo de leis vigentes. Mesmo assim, porém, a burocracia não abandona a sua postura de representante dos interesses públicos (SANTOS, 1995). Portanto, o funcionamento regular de Estado Capitalista depende da burocracia.

Historicamente, muitas significações e concepções do termo foram desenvolvidas por pensadores situados em espectros ideológico-político diferenciados. Portanto, na concepção marxiana, o conceito é utilizado ora para indicar a rigidez do aparelho partidário e do Estado, em consonância/harmonia ou como

contraponto à democracia de base, ora vinculado à ideia de parasitismo ou de estrato privilegiado no interior de uma classe, contribuindo, portanto, para fomentar a alienação do proletariado (SANTOS, 1995). Na análise weberiana, a burocracia é tida como um tipo ideal, no contexto do domínio racional-legal, e se singulariza por apresentar na sua constituição, estas características: demarcação ou delimitação dos cargos e empregos; a hierarquização na tomada de decisões; a impessoalidade nas relações; e a seleção de pessoal com base em qualificação (SANTOS, 1995).

“Na concepção administrativo-organizacional a burocracia é concebida numa perspectiva técnica como a instância que se coaduna com a perspectiva de que, para dirimir os conflitos interclasses, a solução seria o progresso científico” (SANTOS, 1995, p. 17). Nesse sentido, os analistas da concepção administrativo-organizacional, dentro da nova visão tida como paradigmática, não negam que em contextos heterogêneos e conflituosos, como os que caracterizam as sociedades capitalistas modernas, a burocracia deva expressar o movimento geral do Estado de se aliar a setores capitalistas com vistas à sua manutenção sem o qual a sua existência como instituição estaria falida (SANTOS, 1995).

7 O ESTADO PÓS-COLONIAL NA ÁFRICA LUSÓFONA

Chabal (1991) afirma que o Estado pós-colonial na África de expressão portuguesa, apesar de ter evolução distinta do Estado europeu, seguiu a mesma senda e o modelo do Estado ocidental com a natureza repressiva e violenta, sendo isso o reflexo da sua política, que acaba se tornando uma espécie de *Estado suave* que não consegue alcançar os seus objetivos. Autor segue dizendo que: é extremamente ilusório considerar o Estado pós-colonial em África como agente do desenvolvimento ao contrário dos Estados do Sudeste Asiático e do Extremo Oriente, onde os estados modernos exercem papéis fundamentais no desenvolvimento desses países, são os principais fatores de desenvolvimento, ou seja, são verdadeiros agentes do desenvolvimento; “em África o Estado pós-colonial tem sido principal instrumento de impulso hegemônico (individual e coletivo)”. Em África o Estado permite dirigentes e as pessoas que têm ligação ou relação com eles por meio de instituições públicas se apropriarem dos recursos e bens públicos, estes fundos desviados inviabilizam o crescimento econômico e desenvolvimento. “Deste modo, a noção de que o Estado pós-colonial lusófono poderia dar lugar a ‘transição para o socialismo’ nunca foi seriamente plausível” (CHABAL, 1991, p. 54).

7.1 Contexto Histórico da Construção de Estado na Guiné-Bissau

Para Forrest, nos primeiros 15 anos pós a independência, a Guiné-Bissau alcançou um alto nível de autonomia institucional graças aos esforços dos seus dirigentes, porém não dispõe da capacidade para implementar as políticas públicas eficientes. Forrest chama essa incapacidade de ‘*Estado suave*’, “um Estado com instituições que são fundamentalmente incapazes de traduzir objetivos políticos em ações, em política; um Estado incapaz de consolidar um sistema político-administrativo nacionalmente eficaz”

(FORREST, 1991, p. 57). Entre 1990 e 1991, devido à fragilidade do Estado e da grande pressão do Ocidente, a Guiné-Bissau resolveu-se adotar o pluralismo político, a democracia de modelo europeu, a democracia capitalista e uma reestruturação da relação entre Estado e sociedade: “Durante a primeira década da independência, os desafios impostos pela construção do Estado aos novos dirigentes políticos foram de extraordinária envergadura, mesmo em relação a outros Estados da África Ocidental e do Terceiro Mundo em geral”. A volta dos portugueses para Portugal foi uma remoção de arsenal de organização institucional na Guiné pós-colonial” (FORREST, 1991).

7.2 Perspectiva Histórica de Estratégia de Desenvolvimento na Guiné-Bissau

Para Silá, a finalidade da prática de qualquer atividade econômica em qualquer civilização é de produzir os bens e serviços suficientes para a sua sobrevivência, bem-estar e conforto. Qualquer Estado tem obrigação de produzir produtos para consumo do seu povo e de garantir a sua circulação de forma permanente. Portanto, o desenvolvimento é a capacidade que uma sociedade tem de transformar os recursos que a natureza pôs a sua disposição. Quanto maior a capacidade de transformação de recursos e de aproveitamento da potencialidade existente num país, maior é o seu desenvolvimento. A quantidade e a qualidade de bens e serviços espelham o grau ou nível de desenvolvimento de cada Estado (SILÁ, 1992). E isso requer uma boa organização, conhecimento científico e tecnológico, competência dos cidadãos, recursos humanos. Infelizmente desde a independência da Guiné-Bissau falta a aplicação da burocracia de forma adequada. Há desestímulo à aplicação e ao cumprimento das leis do país (falta de justiça), a fim de criar estabilidade, garantir o funcionamento do Estado Capitalista e atrair os investimentos.

Segundo Djú (2016), quase não se faz concurso público como forma de ingresso em Administração Pública guineense como está previsto na lei, que poderia resultar em emprego dos quadros nacionais competentes, em fortalecimento das instituições nacionais, em um avanço tecnológico e, conseqüentemente, no aumento da capacidade de transformar os recursos (desenvolvimento). Na verdade, há falta de políticas públicas para educação, o que mais afeta a capacidade organizacional do povo guineense devido à falta de capacitação e a formação dos recursos humanos na Função Pública guineense. Há falta de energia elétrica em todo país e as más condições das estradas que dificultam acesso a regiões mais distantes, deixando-as isoladas e sem capacidade de escoar os seus produtos (DJÚ, 2016).

7.3 Guiné-Bissau, desenvolvimento humano muito fraco e precário

Segundo Fundo Monetário Internacional (FMI), “O desenvolvimento humano na Guiné-Bissau continua fraco e precário” (FMI, 2011, p. 5). Isso se deve as constantes instabilidades políticas que impossibilitam a execução de grandes políticas públicas e sustentáveis. O PNUD, em seu relatório mundial sobre o desenvolvimento, mostra o baixíssimo índice de desenvolvimento humano (IDH) da Guiné-Bissau,

com 0,289 situada em 164ª posição, num total de 169 países (FMI, 2011). De 2000 a 2010, a taxa de crescimento médio anual de IDH foi de 0,9%. Muito abaixo da média de 2,1%, na África subsaariana, e de 1,68% nos países cujos IDH muito baixo (FMI, 2011). A expectativa de vida de 48,6 anos (quarenta oito anos e seis meses) provocada, principalmente, pela pobreza generalizada e pela falta de acesso aos serviços básicos de saúde de qualidade. Em outras palavras, a ausência de técnicos e dos quadros da área da saúde, de medicamentos e de condições físicas ou de hospitais mesmo na capital e nas regiões do país: “Esta situação está correlacionada com a taxa de crescimento populacional de 2,5% e com a taxa de crescimento económico, que pouco excede em média 3%, entre 2000 e 2010” (FMI, 2011, p. 5).

O problema de desemprego continua grave e afeta, sobretudo, os jovens na faixa etária de 15 a 24 anos. Em 2009, foi de 10,6% e 4,6% para as mulheres, somando a taxa de subemprego e de desemprego entre os jovens, “a taxa de desemprego é, provavelmente, cerca de 30%” (FMI, 2011, p. 5). Fica evidente que a Guiné-Bissau está longe de atingir os objetivos de desenvolvimento do milênio, com a exceção na Educação, que tem crescido de forma notável nos últimos anos.

A pobreza é um dos indicadores que acusou o recuo em desenvolvimento entre 2002 a 2010. Os resultados do Inquérito Ligeiro para a Avaliação da Pobreza (ILAP, 2/2010) mostram que 69,3% dos guineenses são pobres e 33% vivem na extrema pobreza. Na capital Bissau, a pobreza continua a crescer, sendo que 51% da população é pobre e nas outras regiões, 3 sobre 4 afetadas, contra 7 em cada 10 pessoas atingidas em 2002 (ILAP, 2/2010) (FMI, 2011). Assim, Oio, Bafatá, Tombali/Quinara e Gabu, Cacheu, Bafatá, Tombali e Quinara são afetadas por extrema pobreza. O que afeta diretamente as crianças é o fato de 57% dentre as que têm de 5 a 14 anos de idade trabalharem, sobretudo, nas zonas rurais, nessa zona 65% das pessoas são trabalhadoras e 45% no centro urbano (ILAP, 2/2010) (FMI, 2011).

Outro tipo de pobreza é a pobreza não monetária que atinge 40% população ao nível nacional, sendo que 60,3% da população rural é afetada e 8,4% da população urbana por este fenómeno. Dessa maneira, “A sua profundidade (diferença média, em % em relação à linha de pobreza) é de 5,7% a nível nacional, sendo 8,8% no meio rural e 0,9% nas áreas urbanas” (FMI, 2011, p. 6), apesar de pequenas mudanças nas condições habitacionais, posse de bens duráveis e de saneamento básico, a situação permanece gravíssima.

8 O CONTEXTO POLÍTICO, ECONÓMICO E SOCIAL NA GUINÉ-BISSAU, AMBIENTE POLÍTICO, GOVERNATIVO E DE SEGURANÇA

De acordo com (FMI, 2011, p. 12), na década de 2000 “a vida pública na Guiné-Bissau, foi marcada essencialmente pela persistência da instabilidade política, fragilidade do Estado”, violação às normas do Estado de Direito e Democrático, particularmente, no que concerne “a submissão do poder militar ao poder civil” (FMI, 2011, p. 12). Isso fez com que o país não conseguisse superar os danos políticos, económicos e sociais resultantes do conflito político-militar do ano de 1998 a 1999. Essa contínua instabilidade política resulta em quedas de governos, que em média não ultrapassavam seis meses de governação: “entre 2000-2004, e dois anos, entre 2004 - 2009)” (FMI, 2011, p. 12). Assim, as intervenções militares em assuntos

políticos e de governação da Guiné-Bissau foram constantes, destruindo assim, todos os esforços para a reconstrução do país que era urgente para a consolidação da Democracia do Estado de Direito no período pós-conflito de 11 meses (FMI, 2011).

8.1 Direitos Humanos, um Exercício de Difícil Aplicação

A situação de direitos humanos na Guiné-Bissau é crítica. Atualmente, existem ainda vários acordos mundiais sobre direitos humanos que devem ser ratificados como a Convenção Contra a Tortura e outros, Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes; Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (FMI, 2011). No entanto, na Guiné-Bissau, ainda persistem as práticas de violência, como a tortura e o assassinato de políticos importantes e dos altos dirigentes do país. Além disso, há grave agressão verbal e ameaças entre políticos *et cetera*. Isso tem piorado com a fragilização da justiça, em que foram cometidos vários crimes sem julgamento nem responsabilização de nenhuma pessoa por estes atos e, nem tampouco, sabe-se os verdadeiros autores morais e materiais de tais crimes. Por estes motivos, o povo guineense desacredita na justiça e os pobres são os que sofrem mais com a fragilidade de sistema judicial e de segurança. Roubar dinheiro público na Guiné-Bissau está se tornando uma cultura.

8.2 Desenvolvimento de Infraestruturas: atraso na energia e transporte

A energia elétrica na Guiné-Bissau é rara, quase toda parte da capital, Bissau, fica escura a noite e a empresa, Eletricidade e Água da Guiné-Bissau (EAGB), é a única fornecedora de eletricidade e água na Guiné-Bissau, operando com um pequeno central de pouca capacidade e antigo, deixado pelos portugueses que mal consegue fazer a energia chegar em todos os bairros de Bissau, minando assim as condições propícias para instalação de grandes empresas (o funcionamento do capitalismo), a realização de muitas atividades econômicas, perdas na economia, além de pirataria no Setor da Energia, através de ligações criminosas, que causam altas tarifas para o consumidor, cortes e quedas constantes, impedindo a melhoria da qualidade de vida da população e afetando diretamente a produção nacional. O uso de lenhas, carvão e velas é ainda comum na capital do país. A taxa de eletrificação é muito baixa, sobretudo nas zonas rurais. No meio urbano, os cortes de eletricidade são frequentes e nem todas as famílias têm acesso à energia elétrica (FMI, 2011). Persiste a falta de energia elétrica em todas as regiões do país, inviabilizando a realização de qualquer atividade econômica que exige o uso da energia elétrica.

8.3 O Porto de Bissau/Capital

De acordo com o FMI, o principal porto do país, Porto de Bissau, que abre 85% de fluxos de comércio até hoje, encontra-se em situação avançada de degradação e manteve altas tarifas que não correspondem com a qualidade de serviços prestados, havendo demora nas descargas e cargas dos produtos.

As autoridades guineenses não se dignam em fazer a sua manutenção para ampliar a sua capacidade ou, pelo menos, mantê-lo em suas condições originais. A Gestão Portuária ou a Autoridade Portuária (APGB) carece de recursos humanos qualificados e de recursos financeiros: “A Autoridade Portuária (APGB), enfrenta enormes desafios operacionais, recursos humanos e financeiros”, problemas cujas soluções fáceis e simples apenas com a reforma física, pessoal, almoxarifados e do Estatuto Jurídico tornando o moderno (FMI, 2011, p.28), o que demonstra a falta de estrutura para o funcionamento do Estado Capitalista.

8.4 As Estradas da Guiné-Bissau

As estradas da Guiné-Bissau se encontram esburacadas, particularmente, as do centro da cidade, e ficam piores na época de chuva, em que alagam e se transformam em rios na cidade, havendo autênticas lamas quando as chuvas cessam. Na época da seca, é poeira por todos os cantos da cidade, praticamente, não existem as calçadas (passeios) e asfaltos. A maioria das pistas que ligam as regiões com a capital é de terra batida e nas condições que deixam as regiões isoladas, tornando quase impossível o escoamento de produtos em grandes escalas. Segundo o FMI, “A rede classificada da Guiné-Bissau é de 2.755 km, dos quais dois terços não são asfaltados” (FMI 2011, p. 29). As más condições das estradas dificultam ainda o acesso da população rural à saúde, especialmente, para as mulheres grávidas no momento de parto. Por conta disso, muitas perderam as vidas. As ilhas, pertencentes ao Arquipélago de Bijagós, estão isoladas e sem barcos apropriados para fazer a ligação com a parte continental do país. Inclusive, já houve muitos casos de naufrágios nos mares e rios da Guiné-Bissau.

9 CONCLUSÃO

Constata-se que não foi seguido o padrão do Estado africano na formação do Estado guineense, mas sim o modelo do Estado europeu (Estado Capitalista) em todas suas formas. Durante a primeira década da independência, os desafios impostos pela construção do Estado aos novos dirigentes políticos foram de extraordinária envergadura, mesmo em relação a outros Estados da África Ocidental e do Terceiro Mundo em geral. A falta de estruturas industriais e de tecnologia, assim como a falta de Educação, de técnicos, de quadros superiores (mão de obra qualificada) e o desaparecimento de quase todas as empresas no país são alguns dos fatores que impedem o desenvolvimento e o progresso nacional. A bem da verdade, isto enfraqueceu o Estado e inviabilizou o desenvolvimento do capitalismo na Guiné-Bissau.

Desenvolver o capitalismo ou para implementar o Estado Capitalista num país requer a burocracia, uma boa organização, conhecimento científico e tecnológico, competência dos cidadãos e recursos humanos. Porém, isso não está a acontecer na Guiné-Bissau. Houve um desestímulo a industrialização, inexistência de políticas públicas para Educação na Guiné-Bissau, o que poderia resultar em um avanço tecnológico e, conseqüentemente, o aumento da capacidade de transformar os recursos. Isso afetou fortemente a capacitação e a formação dos recursos humanos para a Função Pública/Administração Pública guineense.

No capitalismo, a educação é para preparar os trabalhadores capazes de lidar com o sistema capitalista - a burocracia, o que não foi o caso na Guiné-Bissau. Na Guiné-Bissau, o Estado é utilizado para hegemonia pessoal e enriquecimento ilícito; os fundos financiados pelas agências internacionais de desenvolvimento são desviados em vez de serem destinados ou investidos na Educação, Saúde, no Setor da Energia, Transporte, na Justiça e Segurança na infraestrutura do Estado em geral.

O Estado faz intervenção política, e políticas públicas através da burocracia para atender os interesses capitalistas. A burocracia é a instância de elaboração/execução de políticas públicas. Portanto, existe uma relação restrita entre a burocracia e o Estado. O Estado moderno é capitalista e o seu objetivo é atender os interesses particulares graças a burocracia, uma instância situada no interior do Estado (representante do executivo). De acordo com análise marxista, o Estado capitalista faz a manutenção da sua existência, isto é, da estrutura vigente e dos interesses burgueses.

O Estado, enquanto parte da superestrutura, é criado em determinado momento histórico para processar os antagonismos naturalmente existentes entre classes sociais, cujos interesses são essencialmente contrapostos. De acordo com perspectiva marxiana, a burocracia colocada ou situada na ordem pública e ligada ao Estado e este último que se liga aos interesses particulares, específicos do domínio privado da classe burguesa, e os tornam universais, como se na verdade fossem interesses de todo conjunto social de forma aparente. A burocracia é uma condição *sine qua non* para a continuidade ou a estabilidade do capitalismo e a dominação burguesa. Portanto, é um imperativo político e não tecnológico. A organização burocrática é apenas apropriada para a dominação capitalista.

O Estado nasce e tem vida. A sua natureza, a sua objetividade (teleologia) e sua estrutura (instituições) para o seu funcionamento e sua sobrevivência são garantidos pela burocracia (normas e leis). Portanto, o desaparecimento da burocracia (a morte da burocracia) nas suas estruturas, Administração Pública, é sinônimo da morte de organização das instituições públicas e privadas (empresas) e, conseqüentemente, a morte do Estado. É o que está a acontecer na Guiné-Bissau com a ausência do Estado praticamente em todos os territórios nacionais, das normas e leis do Estado (a morte da burocracia), tornando a República da Guiné-Bissau num *Estadu kacissa* (Estado zumbi/zombie), morto-vivo, cadáver reanimado que aterroriza, assassina os seus altos dirigentes, afugenta os seus quadros, o seu povo, tornando-o a sua vítima e sua presa. E se isso continuar a agravar, a consequência será a morte do Estado guineense. Pois um Estado Capitalista tem que ter os aparelhos funcionando. Na Guiné-Bissau, há grande dificuldade de implementação do Estado Capitalista. O Estado tem que ter subsistência, tem que ter estrutura, tem que ter as pessoas competentes para a sua sobrevivência e o seu funcionamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11º ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

CHABAL, Patrick. O Estado Pós-colonial na África de Expressão Portuguesa. ed. n.15 jan. 1991. **SORONDA, Revista Semestral do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa)**. In: SABRAL, Jorge. **COLEÇÃO "KUCU MARTEL"**. Bissau: Revista de Estudos Guineenses. SORONDA. INEP, 1993 p. 37-55. Disponível em: http://inep.gw/backend/tables/revista_soronda/ficheiro1/Soronda_n15-net.pdf. Acesso em: 25 out 1993.

DJÚ, Edgar. **CONCURSO PÚBLICO: Estudo Comparativo entre legislação brasileira e guineense**. 2016. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Disponível em: http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/503/1/Edgar_%20Dj%C3%BA.pdf. Acesso em: 13 jun 2016.

DJÚ, Edgar. **CONCURSO PÚBLICO E DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADE NA GUINÉ-BISSAU**. Dissertação (Mestrado) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Humanas, 2019a.

DJÚ, Edgar. **A BUROCRACIA ENQUANTO SUJEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**. São Luís: UFMA - Universidade Federal do Maranhão. (2019b). mimeo.

FORREST, Joshua B. Autonomia Burocrática, Política Económica e Política Num Estado ‘Suave’: o caso da Guiné-Bissau pós-colonial. ed. n. 15 jan. 1993. **SORONDA, Revista Semestral do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa)**. In: CABRAL, Jorge et. al., **COLEÇÃO "KUCU MARTEL"**. Bissau: **Revista de Estudos Guineenses. SORONDA. INEP, 1993 p. 57-95**. Disponível em: http://inep.gw/backend/tables/revista_soronda/ficheiro1/Soronda_n15-net.pdf. Acesso em: 25 out 1993.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A BUROCRACIA COMO SUJEITO DO PROCESSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: Concepção, racionalidade e ação**. São Luís: UFMA – Universidade Federal do Maranhão, 1996.

SANTOS, Salviana Pastor Sousa. BUROCRACIA: notas interpretativas sobre os enfoques teóricos predominantes. São Luís. **Revista de Políticas Públicas da UFMA, 1995**. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3713/1739>. Acesso em: 2 set. 1995.

SILÁ, Abdulai. Estratégias de Desenvolvimento e Alternativas Tecnológicas: um estudo de caso (Guiné-Bissau). ed. n. 13 jan. 1992. **SORONDA, Revista Semestral do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa)**. In: SILÁ, Abdulai et. al., **COLEÇÃO "KUCU MARTEL"**. Bissau: **Revista de Estudos Guineenses. SORONDA. INEP, 1992 p. 3-41**. Disponível em: http://inep.gw/backend/tables/revista_soronda/ficheiro1/Soronda_n13-net.pdf. Acesso em: out 1992.

Fontes

FMI (Fundo Monetário Internacional). **Guiné-Bissau: Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza**. Washington, D.C. 2011. Relatório do FMI No. 11/353.

Recebido em: 03/11/2020
Aprovado em: 09/01/2021



ISSN: 2595-5713
Vol. 04 | Nº. 7 | Ano 2021

CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO POLÍTICO DE ALEXIS DE TOCQUEVILLE E KARL MARX SOBRE A EVOLUÇÃO CONCEPTUAL DA DEMOCRACIA

Contributions of Political Thought by Alexis De Tocqueville and Karl Marx on the
conceptual evolution of democracy

RESUMO: Este artigo destaca as contribuições de Tocqueville e Marx, por serem duas figuras centrais na mais variada literatura que se debruça sobre o assunto, para identificar as ilações sobre a sua influência nas formulações contemporâneas sobre a temática. Apesar de serem dois paradigmas opostos: o liberalismo e o socialismo, a razão desta escolha justifica-se pelo fato de: i) a noção de revolução em Marx, nascer da Revolução Francesa, que é o ponto de partida dos questionamentos de Tocqueville; ii) o entrosamento das diferenças e similaridades conceituais sobre a democracia originarem, já desde os finais do século XIX, uma espécie de mescla de regime: a socialdemocracia, que essencialmente procura combinar elementos do socialismo e do capitalismo, constituindo-se assim numa tentativa de síntese entre estes dois modelos. Deste modo, argumentamos que a socialdemocracia tem potencial para uma boa alternativa às crises da democracia capitalista, uma vez implodido o socialismo, nos finais da década de 1980.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia; Liberalismo; Socialismo; Social-Democracia.

ABSTRACT: This article highlights the contributions of Tocqueville and Marx, for being two central figures in the most varied literature that focuses on the subject, to identify the lessons about its influence on contemporary formulations on the subject. Despite being two opposing paradigms: liberalism and socialism, the reason for this choice is justified by the fact that: i) the notion of revolution in Marx, born of the French Revolution, which is the starting point of Tocqueville's questionings; ii) the linkage of conceptual differences and similarities about democracy have already originated, since the end of the 19th century, a kind of mixture of regime: social democracy, which essentially seeks to combine elements of socialism and capitalism, thus constituting an attempt at synthesis between these two models. Thus, we argue that social democracy has the potential for a good alternative to the crises of capitalist democracy, once socialism imploded, in the late of 80's.

KEY WORDS: Democracy; Liberalism; Socialism; Social Democracy.

Pedro Madeira Guiliche

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO POLÍTICO DE ALEXIS DE TOCQUEVILLE E KARL MARX SOBRE A EVOLUÇÃO CONCEPTUAL DA DEMOCRACIA

Pedro Madeira Guiliche ¹

Introdução

Este artigo é de natureza bibliográfica e o seu objetivo central é contribuir no debate normativo sobre democracia, trazendo para o efeito o essencial sobre as grandes ideias que dominaram o século XIX, neste campo de conhecimento. Para tanto, destacamos as contribuições de Alexis de Tocqueville e Karl Marx, pelas suas contribuições seminais na mais variada literatura que se debruça sobre o assunto, para finalmente tirar as ilações sobre a sua influência nas formulações contemporâneas e práticas sobre a temática. Apesar destes autores se fundamentarem em dois paradigmas claramente opostos: o liberalismo e o socialismo, respetivamente, a razão deste “acasalamento” justifica-se pelo fato de: i) a noção de revolução em Marx, como em muitos dos seus contemporâneos, nascer da Revolução Francesa (WEFFORT, 2002), que é o ponto de partida dos questionamentos de Tocqueville sobre a Democracia e; ii) o entrosamento das diferenças e similaridades conceptuais sobre a democracia tem vindo a originar, já desde os finais do século XIX, uma espécie de mescla de regime: a social-democracia, que na sua essência procura combinar elementos do socialismo e do capitalismo, constituindo-se assim uma tentativa de síntese entre estes dois modelos.

É exatamente nesta senda que nos concentraremos neste artigo, tendo como fio condutor o argumento de que a democracia não é o fim em si, mas um meio para o estabelecimento de uma sociedade que seja de justiça social, numa perspectiva *rawlsiana*. De salientar que o conceito de justiça social formulado John Rawls (1971), implica que as pessoas desfrutem de iguais direitos à maior liberdade possível, implicando uma constituição baseada na participação igual dos cidadãos e pela manutenção de iguais oportunidades formalmente, de participação política continua, bem como por pré-requisitos substantivos para seu uso efetivo.

Portanto, é legítimo reconhecer a consagração da democracia como o regime político mais adotado no mundo no fim de século XX e o seu alcance em termos de participação política dos cidadãos e canalização eficiente das suas demandas, comparativamente a outros regimes políticos de que se tem registro na história. Todavia, abundam evidências de crises do instituto de democracia, o que nos faz considerar não existir um consenso teórico sobre o entendimento das condições que levam à implementação, estabilização e consolidação da democracia. Deste modo,

¹ Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor de Ciência Política e Administração Pública. pedro.guiliche@gmail.com

CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO POLÍTICO DE ALEXIS DE TOCQUEVILLE E KARL MARX SOBRE A EVOLUÇÃO CONCEPTUAL DA DEMOCRACIA argumentamos que a socialdemocracia tem potencial para uma boa alternativa às crises da democracia capitalista, uma vez implodido o socialismo, nos finais da década de 1980.

Breve enquadramento sobre conceitualização da democracia

De acordo com Karl Marx (1818-1881), a democracia é concebida como produto de duas revoluções, uma tecnológica e outra política: Revolução Industrial e a Revolução Francesa, como melhor se explica mais adiante, na secção seguinte. Todavia, importa destacar que em Marx, falar de democracia, implicaria falar em uma sociedade sem classes. Ou melhor a sociedade justa para Marx seria aquela em que o proletariado uma vez ascendido ao poder, eliminaria a desigualdade social, de tal forma que esta eliminação de classes seria igualmente extensiva a sua própria classe. Nesta, a sociedade passaria a guiar-se por princípios de liberdade, igualdade e justiça – a democracia socialista. Estes princípios se tornariam possíveis através da proclamação desinibida de seus objetivos que só seriam alcançados com o derrube violento de toda a ordem social existente (a burguesia), através de uma revolução.

Por seu turno, para Tocqueville (2014 [1835]), a democracia era claramente inevitável para o futuro da ordem mundial e melhor se adequava as dinâmicas da sociedade, em detrimento de outros regimes, com realce para as ditaduras que na sua essência cerceavam as liberdades e os direitos fundamentais do Homem. Pelo contrário, a democracia implica igualdade, liberdade, participação e competição pelo poder (MILL, [1861] (1998); SCHUMPETER, [1942] (1962); DAHL, 1956; PATEMAN, 1970; DOWNS, 1972; CUNINGHAM, 2002).

Todavia, do ponto de vista ideológico, o fato de Tocqueville ser de um matiz liberal capitalista e Marx, socialista, tem uma determinação bastante forte na forma como cada um abordará o conceito de democracia, quer do ponto de vista epistemológico e formal, bem como substancial. Por isso, Macuane (2000) considera que a consagração da democracia como o regime político mais adotado no mundo no fim de século XX é inquestionável. Inquestionável também é o alcance da democracia em termos de participação política dos cidadãos e canalização eficiente das suas demandas, comparativamente a outros regimes políticos de que se tem registro na história. Contudo, as condições que levam à implementação, estabilização e consolidação da democracia não gozam do mesmo consenso.

É exatamente por isso que tomamos como fio condutor o argumento de que a democracia não é o fim em si, mas um meio para o estabelecimento de uma sociedade promotora de justiça social. O conceito de justiça social aqui trazido é formulado John Rawls, que significa que as pessoas devem desfrutar de iguais direitos à maior liberdade possível, implicando uma constituição baseada na participação igual dos cidadãos e pela manutenção de iguais

oportunidades formalmente, de participação política contínua, bem como por pré-requisitos substantivos para seu uso efetivo (RAWLS, 1971). Essas igualdades são tomadas por Tocqueville, através do i) acesso ao voto e cargos políticos, que não devem ser privilégio de um grupo restrito por razões de origem familiar – igualdade política; ii) igualdade social, permitindo acesso as oportunidades a todos os cidadãos, independentemente da sua raça ou gênero e; iii) igualdade econômica, que muitas vezes é adicionada como condição para as duas igualdades acima indicadas: política e social.

Com efeito, pode-se reter, de forma geral, o seguinte: se para Tocqueville, de um viés mais progressista, as ameaças ao desrespeito destes aspectos de fundação da democracia não se encontram apenas no Estado, que em suas formas absolutista e despóticas esmagam o Homem, como também podem estar na sociedade, esta advertência não encontra espaço em Marx, para quem o Estado é assumido como o principal guardião da justiça social, razão pela qual defendia o comunismo como o último e mais alto estágio de desenvolvimento. Por essas razões o nosso argumento neste ensaio é que a despeito destes dois autores serem considerados os grandes percursores para o debate sobre a democracia na idade contemporânea, a partir do socialismo e do liberalismo/capitalismo, as limitações das suas formulações encontram acolhimento na social-democracia, que pode ser uma alternativa as crises da democracia no mundo contemporâneo, decorrentes da sua evolução.

2. Elementos da contribuição conceitual sobre a democracia

a) A perspectiva de Tocqueville

O pensamento de Alexis de Tocqueville (1805-1859) é basicamente conhecido pela sua contribuição na defesa da liberdade e da igualdade, como pressupostos indispensáveis da democracia, que é um tema herdado do jus naturalismo e do contratualismo, cujas críticas pelos pensadores do Século XIX, leva-os a considerar tais temas como simples abstrações generalizantes. Essa perspectiva crítica tem bastante expressão em Tocqueville referindo-se basicamente as ideias de Rousseau e da filosofia política do Sec. XVIII. O pensamento de Tocqueville parte da discussão sobre igualdade e liberdade e analisa objetivamente as dinâmicas das leis e costumes; sentimentos e opiniões, para explicar o desenvolvimento sociopolítico das várias realidades por ele estudadas, tendo por isso escolhido os Estados Unidos e estudado a sua história política e social, e as várias contradições do presente, tentando por vezes até realizar prognósticos para o futuro (TOCQUEVILLE, [1835] 2014; TOCQUEVILLE, [1840] 2014).

A opção pelo estudo da realidade político-social norte-americana, não se justificou com a necessidade de copiar servilmente as suas instituições, se não que Tocqueville considerava que

era um exercício para compreender as que melhor convinham, para tomar-lhes emprestados os princípios e não os detalhes de suas leis. Por isso considerava que as leis da França podiam e deviam, em muitos casos, ser diferentes das que regem as instituições dos Estados Unidos. No entanto, os princípios (ordem, ponderação dos poderes, liberdade verdadeira, respeito sincero e profundo ao direito) sobre os quais as constituições americanas repousam, são indispensáveis a todas as Repúblicas, pois onde eles não existirem a República cessa de existir (TOCQUEVILLE, 2014).

Em suma, os Estados Unidos na época era o único país do mundo onde inexistia uma nobreza governante e onde o clero não tinha força política, pelo contrário, o povo reunia em qualquer recinto, decidia as coisas por si, sem nenhuma ingerência de uma força externa, quer seja o Estado ou Igreja. Era das assembleias populares e das eleições periódicas que nasciam os legisladores e os governantes. Portanto, tratava-se de uma excecionalidade de sua época histórica.

Dentro desta aceção, apesar de ser apologista da liberdade e igualdade, podemos situar o pensamento de Tocqueville em diferentes dimensões operacionais dos seus preceitos, nomeadamente: democracia como um processo universal, os perigos do desvio da igualdade, a importância da ação política e instituições políticas, o seu manifesto liberal.

Primeiro, no tocante a democracia como um processo universal, importa destacar que em todas as suas obras sobre *A Democracia na América*; *A Revolução Francesa e o Antigo Regime*; *A Colonização da Argélia*², entre outras, a sua grande preocupação sempre foi buscar uma certa coexistência harmónica entre um processo de desenvolvimento igualitário e a manutenção da liberdade. A sua questão central é: “o que fazer para que o desenvolvimento da igualdade irrefreável não seja inibidor da liberdade, podendo por isso vir a destruí-la?” (WEFFORT, 2002).

Portanto, abordar a liberdade e igualdade para Tocqueville é falar da democracia, em primeiro lugar porque ele identifica, esclarecendo, a igualdade como democracia. Em segundo lugar porque ao não trabalhar apenas com indagações abstratas procura entender a questão da liberdade e da igualdade, onde, acredita que elas não foram contraditórias. Isto significa falar de um lugar onde ao mesmo tempo que se registava um processo de igualização crescente, preservava-se a liberdade e a democracia se realizava com liberdade, que considerava ser o caso dos Estados Unidos por volta de 1830. Entretanto, Tocqueville esclarece que ao pesquisar sobre a vida sociopolítica dos Estados Unidos não pretende apenas descrever a democracia americana, mas obter um conhecimento tao amplo do fenómeno democrático de tal forma que possa chegar

² País localizado no norte de África e antiga colónia da França, cuja independência teve lugar em 1962, sendo deste modo um dos primeiros Países africanos a conquistar a sua liberdade.

a um conceito que defina a democracia. Nisto, parece correto afirmar que Tocqueville antecipa-se ao conceito weberiano de ideal tipo³, para se debruçar sobre a democracia.

Tocqueville procura igualmente inspirar ao povo francês o que é democracia, tendo em consideração que a França está durante este período a construir o seu próprio processo democrático, pelo que é fundamental que se saiba o seu real significado. Por isso, ao elaborar o seu conceito, Tocqueville acaba apresentando-o como um processo de carácter universal, aclarando que não se trata de um fenómeno que nasceu e se desenvolveu apenas nos Estados Unidos. Assim, apesar do reconhecimento das condições excepcionais que o processo teve nos Estados Unidos, o autor estabelece a democracia como um constante aumento da igualdade de condições que diz respeito a toda humanidade. Por isso, a linha central explicativa de democracia para Tocqueville se circunscreve a existência de seu processo igualitário, como uma lei necessária para se compreender a história da humanidade.

No entanto, apesar deste conceito de democracia ter sido construído a partir do estudo da realidade norte americana e Tocqueville reconhecer os avanços da sua organização, isto deve significar de longe que este País tenha um sistema perfeito e concluído ou que as etapas do processo igualitário venham a acontecer de igual forma em todos outros lugares. Pelo contrário, cada País tem suas próprias dinâmicas e sobre elas que se deve construir o seu processo de desenvolvimento democrático. Assim, não restam dúvidas que apesar das especificidades de cada sociedade, de cada povo, todos caminharão numa mesma direção: uma situação cada vez mais ampla de igualdade de condições, em que nessa diversidade de caminhos para a democracia, o fator mais importante para a sua definição é a ação política do seu povo, sem o qual todos outros fatores serão inexpressivos.

Segundo, os perigos dos desvios da igualdade, constituem uma das principais questões levantadas por Tocqueville, considerando que a democracia americana dessa época apresentava grandes diferenças de nível económico, mas também raciais e culturais. Desse modo, ao se debruçar sobre igualdade de condições, fica assente a ideia da exclusão da igualdade económica, ficando apenas entre a igualdade política, cultural e social, considerando-as alicerces para que com o desenvolvimento do processo democrático, o povo se tornaria homogéneo, por essa razão defendia fortemente a necessidade de eliminação da escravatura nos Estados Unidos (TOCQUEVILLE, (2014) [1835]).

³ Tipo ideal é um termo cunhado pelo sociólogo alemão Max Weber como um instrumento de análise sociológica para o entendimento da sociedade por parte do cientista social com o objetivo de criar tipologias puras, despididas de tom avaliativo, com vista a fornecer um recurso analítico baseado em conceitos como o que é religião, burocracia, economia, capitalismo, entre outros. Em suma, uma das principais características do tipo ideal não é o fato de que não corresponde à realidade, mas, sim, o de que pode ajudar em sua compreensão, estabelecido de forma racional, porém com base nas escolhas pessoais anteriores daquele que analisa. Este parece ser o caso de Tocqueville, quando estuda a democracia.

É interessante notar a forma objetiva com que Tocqueville aborda os perigos da democracia, nos seus estudos, pois para ele o processo de igualização crescente pode envolver desvios indesejáveis que desemboquem na perda de liberdade, por isso defende a necessidade de se estudar a democracia e uma ação política constante em defesa dessa mesma liberdade. Esta advertência de Tocqueville, justifica-se pelo fato de ele ver no desenvolvimento democrático dos povos, dois grandes perigos possíveis de acontecer em consequência do próprio processo: (i) o aparecimento de uma sociedade de massa, o que daria origem a tirania da maioria e; (ii) surgimento de um Estado autoritário e despótico (Welffort, 2002). Esta advertência é retomada por Mill (1991 [1859]) na sua formulação sobre a democracia liberal, concordando com Tocqueville de que a maioria, a cultura de massa sufocada, os pensamentos entusiasmados e aquele de uma maioria onipotente poderiam oprimir a minoria, por isso subentende-se que ele tenta sustentar esforços para confrontar esse problema pelo método direto de combinação da democracia com o liberalismo.

Contudo, a despeito da pertinência do ponto acima, é interessante igualmente, ainda que de forma curiosa, referir que a par da defesa da liberdade, Tocqueville investe contra o individualismo, considerando-o pernicioso. A sua base de sustentação deriva da ideia de que o individualismo é criado e alimentado pelo desenvolvimento industrial capitalista, cujo interesse máximo é a maximização da riqueza, deixando nas entrelinhas a sua convicção segundo a qual quanto mais os indivíduos se dedicassem a conta própria, numa perspectiva enriquecedora, mais se distanciariam da defesa do interesse público. Por esse lado, adverte para o perigo de esse tipo de situação acabar por estabelecer um Estado que aos poucos chama para si todas atividades. Esse tipo de Estado acabaria por decidir sozinho sobre todo tipo de assunto público, com possibilidades de finalmente intervir nas liberdades fundamentais dos cidadãos. Por essa razão, para evitar riscos de surgimento no seio da democracia de desvios acima referidos, como a tirania da maioria e o despotismo, estes aspetos deveriam ser considerados de forma combinada.

Esta questão pode-se encontrar hoje, através de vários exemplos de intolerância nos casos relacionados a opções políticas, religiosas, sexuais, entre outras, em que o denominador comum é o desrespeito de minorias, supostamente em nome da defesa das maiorias. Assim, uma das consequências destes fenómenos são as constantes guerras localizadas que acontecem no mundo inteiro, tendo na democracia a base das suas reivindicações.

Terceiro, uma outra dimensão captada por Tocqueville é da ação política e instituições políticas, defendendo que estas categorias podem prevenir riscos de uma sociedade massificada ou tirânica, pois acredita que uma cidadania pode contribuir para que se evite uma grande concentração de poder do Estado e a centralização administrativa. Por seu turno, as instituições são fundamentais pois ajudariam para que o Estado se mantivesse em assuntos fundamentais da

sociedade em lugar de se focalizar em atividades enriquecedoras para os mais abastados ou de sobrevivência para os mais pobres. Pelo contrário, a existência de instituições facilitaria a descentralização administrativa e permitiria aos cidadãos a se associarem para defender os seus direitos, implicando desse modo uma maior participação dos cidadãos nacionais. Na mesma sequência a existência de uma constituição e de leis ordinárias permitiria garantir a manutenção das liberdades fundamentais, dentro de uma convivência do processo igualitário com a devida liberdade, isto significa que a democracia implica igualdade e liberdade.

Portanto, para o autor, embora as instituições liberais possam ajudar na manutenção das liberdades fundamentais, considera que é na ação política dos cidadãos onde reside a garantia da sua real existência na democracia, para assegurar a preservação da liberdade na igualdade.

Quarto, e finalmente, uma dimensão não menos importante para Tocqueville é o seu Manifesto Liberal, com o qual a partir dos seus estudos das democracias em várias partes do mundo, desaconselhava fervorosamente as várias formas de socialismos (TOCQUEVILLE, 2014). Para ele, apesar do socialismo defender o igualitarismo, a ideia da liberdade não esta presente em todas as suas formulações teóricas, pelo que não era assunto. Mais do que isso, ele via no Socialismo o reforço e o aumento do poder do Estado, o que tal como explicamos antes, na sua aceção podia desembocar na tirania ou na massificação, eliminando assim as liberdades dos cidadãos.

b) A perspectiva de Karl Marx

Karl Marx (1818-1881), concebe a democracia como produto de duas revoluções, uma tecnológica e outra política: Revolução Industrial e a Revolução Francesa. A razão da consideração da primeira, no caso a Revolução Industrial inglesa que foi também tecnológica, liga-se ao fato de a mesma ter representado um salto qualitativo dos meios de produção, da manufatura para a maquinofatura, tendo promovido o surgimento de uma nova classe social, o operário fabril, ao que Marx classifica por proletariado.

As fábricas haviam provocado um enorme desenvolvimento produtivo e com isso projetaram tanto uma nova classe proprietária, no caso os capitalistas que eram donos das empresas, bem como os seus antagonistas, os operários. Tendo em conta esta evidente linha divisória entre estas duas classes, Marx previu que as lutas sociais futuras seriam travadas entre estas duas classes e que o seu resultado final, entre o capital e o trabalho, seria a vitória da maioria, no caso a classe trabalhadora (SCHUMPETER, 2017).

Por sua vez, a Revolução Francesa de 1789, que incidiu em questões sociais e políticas, cujo principal mérito foi a destruição definitiva da ordem feudal e do regime absolutista, em que

os privilégios favoreciam a aristocracia e o clero, permitiu a abertura de espaço para o surgimento da sociedade burguesa que firmara seu compromisso com a igualdade de todos perante a lei, se bem que não a igualdade dos direitos políticos, pois, numa primeira fase desta democracia incipiente somente os que tinham renda é que tinham direito ao voto, um pouco na linha da Democracia da Grécia Clássica, fortemente defendida por Aristóteles.

Com efeito, Schumpeter (2017) considera deste modo que se pode dizer que a democracia para Marx estava acima de toda a discussão e que qualquer outro sistema político lhe era inferior. Observa que isso é preciso reconhecer no revolucionário do tipo 1848.⁴ Importa referir que estava fora de cogitação aceitar um artigo de fé burguesa tao importante como esse, pois deixaria a descoberto um extenso grande do terreno comum. Todavia, vale recordar que para contornar essa realidade, Marx sustentava que só a democracia socialista era democracia verdadeira e que a democracia burguesa estava longe de o ser.

Para sustentar a sua argumentação, a teoria marxista procura alertar para o facto de que os trabalhadores estariam dominados pela ideologia da classe dominante, ou seja, as ideias que eles têm do mundo e da sociedade seriam as mesmas ideias da burguesia. O capitalismo seria atingido por crises económicas por se tornar num obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas. Assim, considera injusto que a humanidade inteira se dedicasse a trabalhar e a produzir subordinada à um grupo. Em seu entender, a economia de futuro promissor que associasse todos os povos do planeta, deveria ser controlada por todos os homens e povos. Para ele, quanto mais o mundo se unifica economicamente, mais expressiva é a necessidade do socialismo (MARX; ENGELS, 1914).

Entretanto, para que uma revolução tenha lugar (excluindo a crise económica) as ações das classes sociais que, para Marx e Engels, acontecem em todas as sociedades em que a propriedade é privada, pode-se falar nas lutas de classes (senhores vs escravos, nobres feudais vs servos, burguesia vs proletariado). Portanto, a luta do proletariado não se limitaria à luta dos sindicatos por melhores salários e condições de vida. Deveria igualmente liderar a luta ideológica para que o socialismo fosse conhecido pelos trabalhadores e assumido como luta política pela tomada do poder. Neste campo, o proletariado deveria se organizar em forma de partido político revolucionário, contendo uma estrutura democrática capaz de mobilizar os trabalhadores a se organizar para conquistar o poder por meio de uma revolução socialista. Marx tenta, com esta argumentação, demonstrar que no capitalismo sempre haverá injustiça social, e que a única forma de uma pessoa ficar rica e ampliar a sua riqueza seria explorando os trabalhadores. Por

⁴ Aqui Schumpeter trata de esclarecer que a atitude emotiva adquirida em 1848 também o impediu completamente de entender e muito menos de fazer justiça ao regime não democrático que o exilou. Assim, uma análise desapaixonada não deixaria de revelar as suas realizações e possibilidades, mas neste caso, tal análise estava além do seu alcance.

isso, o capitalismo, de acordo com Marx é selvagem, pois o operário produz mais para o seu patrão do que o seu próprio custo para a sociedade, e o capitalismo se resume num regime económico de exploração, sendo a mais-valia a sua lei fundamental do sistema.

Neste sentido, a força vendida pelo operário ao patrão constitui uma mais-valia, pois esta é marcada por uma diferença acentuada entre o preço pelo qual o empresário compra a força de trabalho e a sua atividade laboral. Assim, quanto menor for o preço pago ao operário e quanto maior for a duração da atividade laboral, maior é o lucro empresarial. No capitalismo moderno, com a redução progressiva da jornada de trabalho, o lucro empresarial seria sustentado através de uma mais-valia relativa (em oposição à outra forma, designada mais-valia absoluta), que consiste em aumentar a produtividade do trabalho, através da racionalização e aperfeiçoamento tecnológico, sem no entanto abandonar o seu carácter de sistema semi-esclavagista, visto que o operário torna-se cada vez mais pobre, mesmo produzindo mais riquezas, o que o torna numa mercadoria mais procurada do que as mercadorias por ele criadas. Consequentemente, a medida que o valor das coisas aumenta o valor dos homens reduz, originando a *alienação*, já que todo trabalho é alienado, na medida em que se manifesta como produção de um objeto que é alheio ao sujeito-criador.

Para melhor esclarecer o raciocínio de Marx, importa referir que ao criar algo fora de si, o operário nega-se no objeto criado, originando o processo de *objetificação*. Por isso, a produção representa uma *negação*, dado que o objeto se opõe ao sujeito e o nega na medida em que o pressupõe e até o define. Isto implica dizer que a apropriação do valor incorporado no objeto graças à força de trabalho do sujeito-produtor, condiciona e promove a *negação da negação*, dando origem a *desalienação* caracterizada pelo valor que o sujeito-produtor confere ao que produziu (MARX, 1867).

Falar de democracia em Marx, implicaria falar em uma sociedade justa que seria aquela em que o proletariado uma vez ascendido ao poder, eliminaria a desigualdade social, de tal forma que esta eliminação de classes seria igualmente extensiva a sua própria classe. Nesta, a sociedade passaria a guiar-se por princípios de liberdade, igualdade e justiça – a democracia socialista. Estes princípios se tornariam possíveis através da proclamação desinibida de seus objetivos que só seriam alcançados com o derrube violento de toda a ordem social existente (a burguesia), através de uma revolução. Mas como é que surge a referida revolução social?

Marx trata de esclarecer que na produção social de suas vidas, os homens assumem determinadas relações necessárias independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura económica da sociedade, a base sobre a qual se ergue a macroestrutura jurídica e política, a qual correspondem determinadas formas de

CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO POLÍTICO DE ALEXIS DE TOCQUEVILLE E KARL MARX SOBRE A EVOLUÇÃO CONCEPTUAL DA DEMOCRACIA
consciência social. Assim, o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Para Marx, não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas o contrário; é o ser social que determina a sua consciência. Destacando, o papel do indivíduo na história, Marx refere que os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias das suas escolhas, mas sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (MARX, [1852] (1978).

Com efeito, a partir do momento em que se chega a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em seus entraves. É aí onde se instaura uma época de revolução social. Ao mudar a base económica, revoluciona-se mais ou menos rapidamente toda a superestrutura sobre ela edificada. Por isso, quando se estudam tais revoluções, deve-se necessariamente distinguir mudanças materiais ocorridas em condições económicas de produção e que podem ser verificadas com exatidão própria as ciências naturais e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, ou simplesmente ideológicas, nas quais os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolve-lo (WELFFORT, 2002) - daqui depreende-se o rigor metodológico de Marx na abordagem sobre o desenvolvimento do processo democrático.

Portanto, Marx acreditava que a única forma de alcançar uma sociedade feliz e harmoniosa seria com os trabalhadores no poder, sendo justamente aqui de onde se pode depreender todo o seu debate e formulação sobre a democracia. Em parte, suas ideias eram uma reação às duras condições de vida dos trabalhadores no século XIX, na França, na Inglaterra e na Alemanha. Os trabalhadores das fábricas e das minas eram mal pagos e tinham de trabalhar muitas horas sob condições desumanas. Por isso mesmo Marx estava convencido que a vitória do comunismo era inevitável e afirmava que a história segue certas leis imutáveis, à medida que avança de um estágio a outro: cada estágio caracteriza-se por lutas que conduzem a um estágio superior de desenvolvimento. Por conseguinte, o comunismo é o último e mais alto estágio de desenvolvimento. Assim, a chave para a compreensão dos estágios do desenvolvimento é a relação entre as diferentes classes de indivíduos na produção de bens, por essa razão afirmava que o dono da riqueza é a classe dirigente porque usa o poder económico e político para impor sua vontade ao povo. Para ele, a *luta de classes* é o meio pelo qual a história progride e que a classe dirigente jamais iria abrir mão do poder por livre e espontânea vontade e que, assim, a luta e a violência eram inevitáveis (MARX, 1867; MARX; ENGELS, 1914) – daí concluirmos, por um lado, que Marx era apologista da construção democrática, pela via revolucionária, implicando violência no sentido real do termo, para o derrube da ordem instituída (*stablishment*). Por outro, tal como sustentado por Schumpeter (2017), para Marx não pode haver democracia

enquanto o poder económico existir, pois a mera democracia política não passa de uma farsa, pelo que a eliminação desse poder seria o fim da exploração do homem pelo homem e, ao mesmo tempo o início do governo do povo.

3. Dialogando com Alexis De Tocqueville e Karl Marx sobre o conceito de democracia

Como deve ter ficado claro, na secção anterior, para Marx a Democracia implica revolução violenta para destituição de uma ordem (o *stablishment*) e instauração de outra, implicando que uma vez o proletariado ascendido ao poder, eliminaria a desigualdade social, de tal forma que esta eliminação de classes seria igualmente extensiva a sua própria classe. Esta sociedade, sem classes, passaria a guiar-se por princípios de liberdade, igualdade e justiça. É dentro deste contexto que para Marx, mais do que se cunhar qualquer descoberta sobre as lutas de classes que estão sempre presentes nas sociedades de seu tempo, e que permanecem nos nossos dias, pode-se anotar que uma das suas grandes contribuições reside no fato de demonstrar que: i) a existência de classes só vai unida em determinadas fases históricas de desenvolvimento da produção; ii) a luta de classes conduz necessariamente a ditadura do proletariado e; iii) esta ditadura, em si, não é mais do que o trânsito para uma sociedade sem classes, instituindo a democracia socialista, cujo sucesso da sua implantação levaria ao comunismo.

De acordo com Marx, para que uma revolução tenha lugar (excluindo a crise económica) as ações das classes sociais que acontecem em todas as sociedades em que a propriedade é privada, passa pela luta de classes. Assim, a luta do proletariado contra o capitalismo não se limitaria à luta dos sindicatos por melhores salários e condições de vida. Deveria igualmente liderar a luta ideológica para que o socialismo fosse conhecido pelos trabalhadores e assumido como luta política pela tomada do poder. Neste campo, o proletariado deveria se organizar em forma de partido político revolucionário, contendo uma estrutura democrática capaz de mobilizar os trabalhadores a se organizar para conquistar o poder por meio de uma revolução socialista.

Apesar de ser adepto da Escola dialética de Hegel, a abordagem de construção da democracia socialista aportada por Marx, possui mérito na sua formulação teórica, mas ignora aspetos importantes, na medida em que não antevê os efeitos colaterais de revoluções violentas, quer em termos de necessidade de uma base institucional para instauração de uma nova ordem, bem como no que respeita a necessidade de se valorizar as conquistas do sistema que se pretende substituir. Ademais, acredita numa democracia de igualdade (sociedade sem classes) a ser assegurada pelo proletariado, uma vez no poder. O perigo que, entretanto Marx ignora é que este mesmo proletariado pode transformar-se no novo opressor, pelo que se afigurava necessário

instituir mecanismos legais de contrapesos para frear “os apetites” não só dos servidores públicos como também da sociedade como um todo.

Por seu turno, Tocqueville é reticente em relação as revoluções por isso adverte que cumpre distinguir com cuidado a espécie de liberdade intelectual que a igualdade pode proporcionar da anarquia que a revolução traz. Por conseguinte, foca a sua atenção na igualdade, liberdade, acesso a oportunidades económicas, o que permitiria uma participação efetiva dos cidadãos nos negócios do Governo, edificando deste modo a Democracia Liberal.

Todavia, aqui importa realçar igualmente a importância da ação política dos cidadãos, através do seu exercício de cidadania e das instituições, através de estabelecimento de uma constituição de demais leis ordinárias que assegurem e protejam os direitos fundamentais dos Homens, não só em relação a sociedade, como também ao próprio Estado. Com efeito, considera que a ação política e instituições políticas, ajudam a prevenir riscos de uma sociedade massificada ou tirânica, pois acredita que a cidadania pode contribuir para que se evite uma grande concentração de poder do Estado e a centralização administrativa. Por seu turno, as instituições são fundamentais pois ajudam para que o Estado se mantenha em assuntos fundamentais da sociedade, em lugar de se focalizar em atividades enriquecedoras para os mais abastados ou de sobrevivência para os mais pobres. Consequentemente, a existência de instituições facilitaria a descentralização administrativa e permitiria aos cidadãos a se associarem para defender os seus direitos, implicando desse modo uma maior participação dos cidadãos nacionais. Na mesma sequência, a existência de uma constituição e de leis ordinárias permitiria garantir a manutenção das liberdades fundamentais, dentro de uma convivência do processo igualitário com a devida de liberdade. Isto significa para Tocqueville que a Democracia implica igualdade e liberdade. Aqui nota-se claramente uma grande diferença em relação a democracia socialista, justamente por causa da presença da liberdade, uma categoria que não está claramente presente e/ou demonstrada em Marx.

Portanto, reparando para as características apresentadas em cada uma das duas acepções, parece-nos haver evidências para concluir que em ambos os casos a democracia é um meio para construção de uma sociedade de justiça, porém no caso de Marx, o seu conceito de democracia socialista tem basicamente um viés de democracia política, muitas vezes despojada de substância, justamente por isso Schumpeter (2017, p. 322) adverte que “tentar obrigar o povo a aceitar algo que se julga bom e glorioso, mas que ele não quer – mesmo que seja de esperar que fique satisfeito quando experimentar os seus resultados – é indicio inequívoco de fé antidemocrática”. Por seu turno, Tocqueville não só repara para a democracia representativa, mas coloca tónica na questão participativa, o que no nosso entender cobre uma das principais lacunas conceptuais que não encontra mesmo tratamento em Marx. Ainda assim, nenhuma das duas abordagens podem

ser tidas como perfeitas ou acabadas pois da mesma forma que as inquietações de Marx com o capitalismo num contexto de democracia liberal continuam pertinentes, o otimismo de participação de Tocqueville é ainda uma miragem em muitas democracias emergentes, caso de África, Ásia e América Latina, cujos índices de alfabetização são ainda um enorme desafio, a partir de onde a participação dos cidadãos pode ser mais efetiva.

Stiglitz *apud* Schumpeter (2017), ao se debruçar sobre a democracia, considera na linha dos aspetos que temos vindo a insistir acima, que o capitalismo enfrenta uma nova ameaça, não do socialismo, mas da direita, isto é, dos próprios capitalistas. A questão é essencialmente salvar o capitalismo dos capitalistas, de uma forma de estatismo muito pior, em certos aspetos, que o socialismo, algo que tem chamado de “welfarismo empresarial”, no qual o poder do Estado é usado para proteger os ricos e poderosos, não os pobres e a sociedade em geral. Aqui trata-se exatamente de uma falha decorrente das limitações do tipo de democracia competitiva proclamada pelo capitalismo, fundada numa perspectiva de integração e internacionalização de uma economia mundial capitalista apregoada pelo neoliberalismo, em alternativa ao socialismo, que implodira nos finais da década de 1980.

Por tudo exposto, parece-nos correto afirmar que as imprecisões das abordagens de Tocqueville e Marx que abrem trilha para o grande debate sobre a democracia nas ciências sociais, são tentativamente atendidas pela socialdemocracia, que é uma ideologia política que defende a necessidade de intervenções económicas e sociais do Estado para promover a justiça social, dentro de um sistema capitalista, bem como uma política de bem-estar social, sindicatos e regulação económica com vista a promover uma distribuição de renda mais igualitária e combinação com a democracia representativa. Importar notar que a socialdemocracia tem origem na ideologia de partidos de centro-esquerda, surgidos nos finais do século XIX, através de marxistas que defendiam a possibilidade de uma transição para o socialismo sem necessidade de revolução, mas sim por via de um conjunto de revisões legais do sistema capitalista, com vista a torna-lo mais igualitário.

O nosso argumento para sustentar que a socialdemocracia pode ser não só uma síntese das contribuições científicas de Tocqueville e Marx, como também alternativa às democracias contemporâneas num contexto do neoliberalismo, explica-se através das implicações das crises do capitalismo, concretamente os resultados da sua nova forma de economia global, que apontam para a necessidade de um intervencionismo estatal mais eficaz, para fazer face aos efeitos do mercado livre. Para exemplificar, podemos destacar algumas questões que captam atenção de estudiosos nesta matéria, como o aquecimento global, a exploração da cidadania sob um modelo de capitalismo altamente consumista, a destruição de economias produtivas e a sua substituição pela economia especulativa e o imperialismo económico numa época de globalização, em que os

atores são tratados em igualdade de circunstâncias sem que tenham as mesmas capacidades de participar e intervir neste novo ordenamento mundial, conforme adverte Stiglitz (2002).

Um outro fator que joga também a desfavor das democracias contemporâneas é o fato de ocorrerem num contexto do capitalismo liberal, pois este é um sistema que só se sente confortável, quando governado por quem tem capital ou se identifica com as suas necessidades, que são essencialmente orientadas para o lucro. Por seu turno, a democracia é idealmente o governo das maiorias que não têm capital nem razões para se identificar com as “necessidades” do capitalismo, bem pelo contrário. O conflito que aqui se levanta é, no fundo, o de classes, mantendo atuais as predileções de Marx, pois as classes que se identificam com as necessidades do capitalismo (burguesias) são minoritárias em relação às restantes classes (média, trabalhadora e classes populares em geral) que têm outros interesses, cuja satisfação colide, para além de que dificilmente é coincidente com as necessidades do capitalismo.

Consequentemente, problemas como estagnação, redistribuição oligárquica, pilhagem do setor público através de esquemas clientelistas, corrupção, anarquia global e endividamento público, são agravados pela forma como se determinam as relações de poder imbricadas nas logicas das democracias contemporâneas que, sob umbrela da globalização, confinam o processo político, entre os governos e as agências internacionais de cooperação. Deste modo, outros atores da sociedade ficam categoricamente excluídos, e as implicações disso é que as opções de políticas ainda não respondem de forma satisfatória aos problemas centrais acima descritos e outros como as desigualdades sociais, à miséria, à fome, etc, que são a principal cartilha de batalha da democracia, nas suas mais diversas acepções.

Considerações finais

O debate sobre a democracia contemporânea, em busca de uma sociedade de justiça, continua sendo alimentado pelas dinâmicas de transformações da sociedade, caracterizada por um capitalismo industrial, detido pelos proprietários ou capitalistas (minoría) que cada vez mais aumenta os seus insaciáveis apetites pela acumulação de riqueza, implicando uma exploração ‘crescentemente normalizada’ dos despossuídos que são obrigados a vender a sua força de trabalho (maioría).

Esta preocupação encontra-se em quer em Marx como em Tocqueville, diferenciando-se na metodologia de construção do modelo de democracia, o que se explica pela sua matriz de orientação ideológica. Assim, é fundamental reconhecer que a reivindicação de liberdades que é o mote de toda a sua formulação de pensamento político nos conduz a democracia capitalista, para Tocqueville e socialista, para Marx.

Todavia, consideramos pela argumentação esgrimida ao longo do artigo, que a formulação de Tocqueville sobre a democracia parece mais realística e pragmática, para as sociedades modernas que se movem pelas lógicas do capitalismo, sobretudo no que diz respeito a participação. É justamente nesta perspectiva que se enquadra o método poliárquico de Dahl, assentando essencialmente em duas dimensões: inclusão popular na escolha dos seus representantes e na disputa política para a referida escolha. Assim, quanto maior for a democratização da inclusão popular nas eleições e das disputas por lugares nos poderes executivo, legislativo e judicial, mais democrática a sociedade se torna. Apesar disso, o fato da democracia ser idealmente o governo das maiorias - que não têm capital nem razões para se identificar com as suas “necessidades” - implicando o “conflito de classes” (uma categoria marxiana), pois as classes ou os grupos que se identificam com as necessidades do capitalismo são minoritários, em relação ao resto da sociedade, que têm outros interesses, cuja satisfação colide com as necessidades do capitalismo, faz com que a pertinência deste debate continue atual, razão pela qual procuramos sistematizar alguns dos seus principais pontos de abordagem. Por isso, argumentamos que a despeito das valiosas contribuições destes dois autores, num contexto de sociedades capitalistas modernas, os pressupostos da socialdemocracia fazem um perfeito aproveitamento quer do capitalismo, assim como do socialismo, no tocante a evolução conceitual da democracia. Em outros termos, e para finalizar, nossa aceção é que a socialdemocracia pode ser um paradigma que constitui uma boa alternativa as crises da democracia capitalista, uma vez implodido o socialismo, nos finais da década de 1980.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNINGHAM, Frank. **Teorias da Democracia: Uma Introdução Crítica**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

DAHL, Robert. **Um prefácio a teoria democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1989.

DOWNS, Anthony. **An Economic Theory of Democracy**. New York: Harper and Row, 1957.

MACUANE, José. **Instituições e Democratização no Contexto Africano e Democratização no contexto Africano: Multipartidarismo e Organização Legislativa em Moçambique (1994-1999)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Sociologia – IUPERJ, Rio de Janeiro, 2000.

MARX, Karl. **O Capital**. S/ Ed. S/L, 1867.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **Obras Escolhidas**. XXX. S/ Ed; S/L, 1914.

MARX, Karl. **O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Abril, [1852] (1978).

MILL, John. **Considerations on Representative Government, em John Stuart Mill On Liberty and Other Essays**. Pennsylvania; Oxford World Classics, [1861] (1998).

PATEMAN, Carol. **Participation and democratic theory**. Cambridge University Press, New York, 1970.

PRZWORKY, Adam. **Capitalism and Social Democracy**. Cambridge University Press, New York, 1985.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalism, Socialism and Democracy**. New York: Harper and Row, [1942] (1962).

STIGLITZ, Joseph. **Globalization and its Discontents**. Nova York: Norton Ed., 2002.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A Democracia na América: Leis e Costumes: Livro I**. São Paulo: Editora Martins Fontes, [1835] (2014).

TOCQUEVILLE, Alexis. **A Democracia na América: Sentimentos e Opiniões. Livro II**. São Paulo: Editora Martins Fontes, [1840] (2014).

WEFFORT, Francisco et al. **Os Clássicos da Política**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

Recebido em: 27/04/2021

Aprovado em: 30/06/2021